

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Najila Thomaz de Souza

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

Renata Soraia de Paula

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise crítica sobre a centralidade do trabalho na Seguridade Social brasileira, destacando os desafios postos aos trabalhadores e a perda de direitos da classe trabalhadora diante da atual conjuntura. Verifica-se que muitos são os desafios postos ao profissional dentro da sociabilidade do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social; Trabalho; Capitalismo.

ABSTRACT: This paper presents a critical analysis of the centrality of work in Brazilian Social Security, highlighting the challenges faced by workers and the loss of working class rights in the current situation. It turns out that many are the challenges facing the professional within the sociability of capital.

KEYWORDS: Social Security; Job; Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo proposto tem a finalidade de contribuir para a reflexão da centralidade do trabalho e da precarização do mundo do trabalho, a partir dos desafios postos às Políticas de Seguridade Social brasileira (saúde, assistência social e previdência social), tendo na perspectiva social marxiana os elementos teóricos e ideopolíticos.

A seguridade social brasileira tem na Política de Saúde o dever da universalidade do atendimento, reconhece a Política de Assistência Social, enquanto política não contributiva para quem dela necessitar e a Previdência Social somente para os segurados que contribuirão.

[...] as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas sociais de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2010, p. 134).

A reestruturação produtiva do capital

promove mudanças no mundo do trabalho, culminando na desregulamentação das leis trabalhistas, flexibilização, privatizações e terceirizações, a partir da refuncionalização do Estado.

É neste contexto contraditório que os trabalhadores estão inserido, podendo os mesmos atender aos interesses do capital, como atender aos interesses da classe trabalhadora.

2 | CATEGORIA TRABALHO EM MARX

Com base na teoria social marxiana, entendemos o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, sendo esse o ponto de partida para compreensão de todas as relações sociais existentes na história da humanidade.

Para Marx; Engels (2009), a sociedade é fruto de relações sociais e a racionalidade é resultado da *práxis* humana a qual advém do trabalho, que é seu núcleo, algo que Mézáros (2011) denominou de “ação metabólica”. O homem é o realizador da *práxis*, a racionalidade está na capacidade física ou química do acaso de pensar.

Marx entende o trabalho como uma categoria ontológica, o espaço privilegiado de humanização. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e a si próprio, tendo as mediações enquanto intermediária desse processo. Entende-se como trabalho aquilo que se difere de ações desenvolvidas por outras espécies animais. Todos os animais realizam suas atividades de maneira instintiva, visando o atendimento de suas necessidades imediatas, de forma inconsciente, sem pensar em que resultarão os esforços de suas ações (MARX, 2013).

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Sabe-se que a ação humana se concretiza na relação do homem com a natureza, de maneira que mulheres e homens transformam matérias naturais em produtos que possam atender às suas necessidades. Essa transformação se realiza através de uma atividade que chamamos de trabalho.

A atividade humana se diferencia pelas mediações que estabelece, pois responde às carências de formas consciente, racional, projetiva, transformando os sentidos, de forma livre e criativa (BARROCO, 2010, p. 20).

O homem consegue projetar conscientemente o fruto de suas atividades, capacidade que Marx (2013) denominou de “teleologia”. De acordo com Vázquez

(1977), a atividade humana só acontece quando os atos são dirigidos a um objeto para transformá-lo e se iniciam com um resultado ideal ou finalidade e terminam com um resultado ou produto efetivo, real.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio (MARX, 2013, p. 258).

Para o desenvolvimento da sociabilidade humana em sua totalidade, fez-se necessário instituir normas que atendessem às necessidades da própria humanidade, sendo importante a cooperação, a comunicação e a linguagem, na medida em que os seres humanos dependiam uns dos outros para realizar algumas finalidades.

A humanidade, dentro de um processo histórico, acabou por criar objetivações que ultrapassaram apenas a satisfação de suas necessidades físicas e sua relação com a natureza, emergindo então, *práxis* mais complexas que, por seu turno, resultaram em objetivações filosóficas e políticas. Exemplo disso é o fato de que a humanidade passou a não realizar mais apenas as objetivações primárias envolvendo a natureza, mas também entre si, envolvendo sujeitos distintos.

Como *práxis*, o trabalho realiza um duplo movimento: supõe a atividade teleológica (a projeção ideal de suas finalidades e meios) por parte do sujeito que o realiza e cria uma realidade nova e objetiva (resultante da matéria transformada). O produto do trabalho constitui a objetivação do sujeito. Nesse processo, o sujeito se modifica e pode se auto-reconhecer como sujeito de sua obra; a natureza se modifica por ter sido transformada pela ação do homem. O produto passa a ter uma existência independente do sujeito que o criou, mas não independente da *práxis* da humanidade, pois é resultante do acúmulo de conhecimento e da prática social do homem. (BARROCO, 2010, p. 24).

Sendo a sociabilidade uma capacidade inerente ao ser social que objetiva suas ações através do trabalho, o mesmo constrói a história. De acordo com Heller (1972), “a história é a substância da sociedade”. Só o homem é capaz de transformar a sociedade.

O ser social enquanto ser ontológico que constrói sua própria história e cria novas alternativas para se desenvolver, amplia sua natureza social e consciente, ensejando possibilidades de uma existência social aberta para o novo, instaurando objetivações que permitem a autoconstrução do ser social como um ser livre e universal (BARROCO, 2009).

O homem, enquanto um ser humano-genérico, realiza escolhas conscientes, baseadas em juízo de valor. Os valores são produtos históricos da *práxis* humana. Para Heller (1972), pode-se considerar que valor é tudo aquilo que, em qualquer das

esferas e na relação com a situação de cada momento, contribua para o enriquecimento de componentes essenciais:

O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais (HELLER, 1972, p. 05).

É no cotidiano que o valor se expressa e para a autora, o cotidiano é o “mundo da vida”, que se reproduz dialeticamente num eterno movimento, é propriamente o “mundo das objetivações”. Portanto, é possível superar o cotidiano alienador proposto pelo trabalho na sociabilidade do capital, o homem enquanto ser histórico e social é capaz de criar novas objetivações.

Marx dedicou grande parte de sua vida ao estudo do capitalismo e, para tanto, estudou os modos de produção que o antecederam a fim de projetar o modo de produção que viria a sucedê-lo, seu objetivo era apreender a lei do movimento da sociedade capitalista. Muitos autores, ao estudar o método capitalista, fizeram-no como algo descritivo, tal como se fosse um sistema eterno e fixo. No entanto, para Marx, esse modo de produção estava em constante mudança como todos os outros da história. “O resultado do seu estudo não foi, portanto, apenas uma descrição, foi também uma previsão científica, porque Marx foi capaz de ver em que direção o capitalismo estava de fato a desenvolver-se” (BURNS, 1975, p. 33).

Voltemos, agora, a nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ele a fiação, seja a fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho. Obviamente, a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo (MARX, 2013, p. 262).

Através da apropriação privada da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos, segundo Marx (2013): em primeiro lugar o trabalhador executa sua ação sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para saber se o trabalhador está utilizando as matérias primas de forma apropriada e adequada para que não haja desperdício. Em segundo lugar, o produto do trabalho realizado pelo trabalhador é propriedade do capitalista. O capitalista paga pela força de trabalho, portanto, sua utilização é do capitalista, como sua forma de mercadoria (MARX, 2013).

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este

último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado (MARX, 2013, p. 255).

A sociabilidade do capital é fundada na propriedade privada, na divisão social do trabalho e na exploração do homem pelo homem. Para Marx:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80).

Partindo da premissa de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, o homem é tido como objeto, pois, na medida em que não se reconhece no processo de trabalho, o trabalho passa a ser estranho ao próprio homem. Sobre isso, Marx afirma:

O objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a *objetificação* do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetificação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* do trabalhador, a objetificação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como estranhamento, como *alienação* (MARX, 2010, p. 80).

Esse processo de “coisificação” do homem é concebido como algo terrível no processo de construção humana, sinalizando que há uma crise de sociabilidade na qual o conflito moral e ético da sociedade de consumo se torna evidente.

Nos dias atuais, as relações sociais se configuram com perspectivas mercadológicas, impondo ao homem a alienação, distanciando-o cada vez mais de suas propriedades humanísticas concretas. Nessa sociabilidade, o homem não se apropria dos bens socialmente produzidos, essa apropriação é privada, embora sua produção seja coletiva, a apropriação não o é. Sendo assim, o homem se torna alienado das riquezas socialmente produzidas.

A categoria trabalho permite duas concepções: a marxista, que considera o trabalho enquanto atividade vital do ser humano-genérico e a do capital, segundo a qual o trabalho é instrumento de alienação, reificação e exploração da vida, é sobre esse conceito de trabalho precarizado que discorreremos no tópico a seguir.

3 | A PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO E A SEGURIDADE SOCIAL.

E ecoa noite e dia, é ensurdecador, ai, mas que agonia, o canto do trabalhador,

esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas, como um soluçar de dor (Clara Nunes).

No modo de produção capitalista o trabalho é socializado, enquanto a apropriação da riqueza socialmente produzida é privada, assim sendo, temos o trabalhador assalariado e o patronato, mas ao mesmo tempo temos um grupo de trabalhadores excluídos desse processo. Pois, ao fazer crescer a lucratividade do capital, a classe trabalhadora reduz as possibilidades dos meios de vida do conjunto dos trabalhadores.

Os trabalhadores não produzem para satisfazer suas necessidades, mas para satisfazer as necessidades do capital, que sobrevive da extração de mais valia e do conseqüente lucro. Dentro dessa lógica, resta ao trabalhador vender sua força de trabalho como mercadoria para sua reprodução social. Logo, o trabalhador passa a participar do mercado não apenas vendendo sua força de trabalho, mas consumindo os bens socialmente produzidos e privadamente apropriados pelos capitalistas.

O capitalismo possui uma dinâmica negativa de empobrecer os trabalhadores, limita a capacidade produtiva e reprodutiva tanto objetivamente quanto subjetivamente, em nome da acumulação privada dos bens de produção, sendo esta uma característica fundamental desse modo de produção.

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que a forma particular em que mais tarde se cristalice como lucro, a renda etc., é, com relação a sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma quantidade de trabalho alheio não pago (MARX, 2013, p. 602).

Nas décadas mais recentes do capitalismo, identifica-se um movimento tendencial em que a terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para ampliação de sua lógica (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Nesse contexto temos a desregulamentação das leis trabalhistas, retirada de direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora, privatizações e terceirizações, que culminaram na reestruturação produtiva do setor industrial e de serviços, em decorrência da nova divisão internacional do trabalho.

As condições precárias de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora no modo de produção capitalista têm rebatimentos concretos na reprodução da vida social. Nesse estágio de financeirização do capital, convivemos com as demissões em massa, reduções de salários, inserções desumanas no mundo do trabalho, intensificação do trabalho, além do desemprego estrutural.

Se, no passado recente, só marginalmente nossa classe trabalhadora presenciava níveis de informalidade, em 2007 mais de 50% dela se encontra nessa condição (aqui concebendo informalidade no sentido amplo), desprovida de direitos sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento

salarial acentuado, perdas crescente de direitos, este é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora. Resultante do processo de *liofilização organizacional* que permeia o mundo empresarial, onde as substâncias vivas são eliminadas, como “*trabalho vivo*”, sendo substituídas pelo maquinário tecno-informacional presente no trabalho morto. E nessa empresa liofilizada, é necessário um “*novo tipo de trabalho*”, que os capitais denominam, de modo mistificado, como “*colaborador*” (ANTUNES, 2007, p. 14).

As mudanças nesse “novo tipo de trabalho” são significativas, os trabalhadores deixam de ser chamados assim, para serem reconhecidos como “colaboradores”, que cooperam com a empresa. Um exemplo disso são algumas empresas como a *Nike*, que montam “times” com seus “colaboradores”, em que competem entre si. Cada um tem seu papel e se algum errar, a equipe toda é prejudicada, a intenção é que esses trabalhadores também se sintam parte da empresa e se responsabilizem por ela. Esse exemplo demonstra a lógica do trabalho, através da competição, o predomínio da individualização, da reificação e alienação do trabalho humano, que culminam no não reconhecimento de classe entre os trabalhadores, no distanciamento da luta de classes e torna invisíveis as contradições entre capital/trabalho na sociedade capitalista.

Nas palavras de Petras (1999), um elemento chave na “reestruturação neoliberal” é:

A mobilidade do capital: de uma região geográfica a outra, de um setor da economia a outro, do trabalho intensivo ao capital. O resultado é uma crescente “relação transitória” entre empregadores e empregados. A experiência dos trabalhadores no trabalho está constantemente em transição. Há apenas conexões temporárias e laços com colegas trabalhadores, com patrões, com o trabalho a sua volta e o ambiente de convivência. Assim, há muitas relações, embora elas sejam superficiais. A transitoriedade se torna um estilo de vida, no qual não há comprometimentos profundos e onde existe pouca base para a solidariedade social. O resultado é o declínio dos sistemas de apoio social, atomização, e um crescente sentimento de vulnerabilidade individual. Quando o desastre ocorre (demissões) o impacto é esmagador (PETRAS, 1999, p. 14).

Sobre a questão da subjetividade do trabalhador em relação ao desolador desemprego, o autor vai dizer:

O desemprego é uma fonte de stress psicológico que tem consequências sobre a saúde mental do desempregado. O significado e experiência do desemprego registrado por pesquisadores – pressão financeira, a desestabilização de rotinas diárias, atividades e identidades e a destruição de planos e esperanças –, contribuíram para o stress crônico. Trabalhadores desempregados têm sido mostrados como sofrendo níveis mais altos de sintomas psicológicos se comparados com trabalhadores empregados (PETRAS, 1999, p. 15).

Nos últimos anos, os setores automotivos (montadoras) enfrentam crises econômicas sérias, fecharam acordos coletivos com os trabalhadores para cortar custos trabalhistas e reduzir a de mão de obra, através de incentivos, como a antecipação de aposentadoria, programas de demissões voluntárias, arrocho salarial, diminuição da carga horária de trabalho com objetivo de diminuição dos salários. As empresas

também podem recorrer a “ferramentas de proteção ao emprego” para administrar o “excesso de mão de obra”, como o afastamento de trabalhadores via suspensão de contratos de trabalho, o chamado “*lay-off*”, no qual operários deixam de comparecer à fábrica por até cinco meses, podendo ser estendido o período, caso necessário, porém muitos trabalhadores são demitidos após seu retorno.

Na principal área do operariado metalúrgico no Brasil, no ABC paulista, região onde se encontram as principais empresas automobilísticas, houve uma redução de aproximadamente 240 mil operários nos anos 1980 para menos de cem mil em 2007. (...) Este proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase taylorista/fordista (ANTUNES, 2007, p. 18).

As políticas sociais brasileiras, no decorrer de sua história, sempre se apresentaram de forma fragmentada, setorializada e desarticulada, limitando-se ao que se denomina seguridade social, sendo regulamentadas enquanto direito social no Brasil tardiamente (1988), pois até a década de 1980, o modelo do *Welfare State* foi duramente criticado nos Estados Unidos e nos países europeus, em decorrência da proposta neoliberal (ALVES, 2012, p. 45). Vale assinalar que:

A universalização dos serviços sociais não aconteceu no Brasil, pois o acesso aos mesmos dependia do vínculo empregatício e do enquadramento aos parâmetros de vulnerabilidade social que ultrapassam a linha da pobreza, direcionando os processos de triagem e seleção que “*beneficiam*” os mais pobres/miseráveis, dentre os outros pobres (ALVES, 2012, p. 45).

O desemprego estrutural e o ataque à seguridade social fazem parte da vida cotidiana da classe trabalhadora. Segundo SALVADOR (2010, p. 60), o orçamento da seguridade social sofreu uma perda de R\$ 70 bilhões através da Desvinculação da Receita da União (DRU) para orçamento fiscal e os incentivos tributários concedidos para alguns setores econômicos. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos ao mercado, este fundo está em constante disputa entre as classes.

Serviços públicos como saúde, educação, assistência social, previdência etc. também passam por esse processo de reestruturação, com a precarização do trabalho, expressa na falta de concursos públicos, aumento expressivo do assédio moral, contratação de trabalhadoras(es) terceirizados(as) com vínculos empregatícios extremamente precários, condições péssimas de trabalho com espaços físicos sucateados, seguindo a lógica da valorização do serviço privado em detrimento do público.

Na saúde percebe-se que o discurso da gestão ineficiente do SUS tem contribuído para atender aos interesses do capital com a privatização desse sistema através do repasse da gestão estatal para as Organizações Sociais (OSs), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), parcerias

público privadas e congêneres, que, além de privilegiar os interesses de grupos políticos e privados.

Como se pode ver, as(os) trabalhadoras(es) passam por constante ameaça de demissão, assédio moral, falta de estabilidade, remuneração diferenciada entre os trabalhadores (servidores e terceirizados), além de comprometer o processo de formação permanente e a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Na Previdência Social, os trabalhadores estiveram em greve em 2015 durante 80 dias. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV), as pautas de luta dos trabalhadores foram: concursos públicos; melhoria nas condições de trabalho; fim do assédio moral; reajuste salarial; intensificação e metas de atendimento à população. Segundo a carta aberta à população do SINSPREV:

Os trabalhadores se colocam contrários às medidas do governo de retirada de direitos previdenciários da população, como por exemplo, as Medidas Provisórias 664 (Reduz o direito pela pensão por morte e o auxílio doença) e 665 (reduz os direitos ao seguro desemprego), que pioram regras anteriores e fazem a sociedade pagar a conta da “crise” com a retirada de conquistas históricas dos trabalhadores (SINPREV, 2015).

Nos últimos meses, logo após o golpe institucional legislativo que levou Michel Temer à Presidência da República, o receituário das políticas neoliberais ganha ainda mais força, com recentes projetos de emendas constitucionais aprovados ou em vias de aprovação, como por exemplo, a PEC nº 241, conhecida como a “PEC do fim do mundo”, que limita os gastos com políticas sociais (saúde, educação, assistência social, etc) por 20 anos, a PEC da Terceirização, projeto de 1998, inclusive para atividades fins, afetando os trabalhadores das empresas e os serviços públicos, e a PEC nº 287/2016 da Reforma da Previdência, que incide sobre os direitos previdenciários dos trabalhadores do setor privado e do serviço público.

Em suma, os dois principais objetivos da reforma da previdência são: ampliar a previdência complementar (privada) e reduzir drasticamente as despesas e o orçamento público da Seguridade Social, que já vêm sendo reduzidos nos últimos anos, conforme dados da fonte – Auditoria Cidadã da Dívida - no gráfico de evolução do orçamento geral da união (2013 – 2015), que ao mesmo tempo que caíram as despesas com Previdência Social (em 2013 foi de 24,15, em 2014 foi de 21,8% e em 2015 foi de 18,5%), também aumentaram as despesas de Serviços da Dívida (em 2013 foi de 40,3%, em 2014 foi de 45,1% e em 2015 foi de 47,4%).

Embora a Assistência Social esteja em ascensão, em seu processo de implementação no Brasil, não está isento da precarização, privatização e focalização nos mais pobres, expressos pelas outras políticas públicas. Além disso, ele nasce em um momento complexo de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Outros serviços públicos e políticas sociais também passam por esse processo de precarização e intensificam-se as formas de extração de trabalho. A flexibilização

das legislações trabalhistas, seu desmonte, bem como a reificação e alienação do trabalho dilaceram as condições de vida da classe trabalhadora, que tem cada vez menos acesso ao lazer, ao descanso, ao ócio, às possibilidades de reflexões sobre a vida. A música *Admirável Gado Novo*, do cantor Zé Ramalho, tem feito muito sentido na vida das trabalhadoras(es), por exemplo quando diz:

O povo, foge da ignorância, apesar de viver tão perto dela e sonham com melhores, tempos idos, contemplam essa vida, numa cela, esperam nova possibilidade, de verem esse mundo, se acabar (...).

Neste contexto de precarização, retração dos direitos sociais e barbárie instalada é que estão inseridos os trabalhadores da seguridade social, percebe-se que os desafios são inúmeros, entendemos que esta discussão é extensa e complexa não sendo possível seu esgotamento.

4 | CONCLUSÃO

Entendemos que em momentos históricos como esse de retirada severa dos direitos sociais, conquistados pelos trabalhadores, a classe trabalhadora sangra. É evidente o aprofundamento da questão social, a piora nas condições de vida da população. As “reformas” que estão sendo votadas pelo Congresso Nacional pretende destruir direitos sociais fundamentais da classe trabalhadora.

São muitos os desafios postos aos trabalhadores da Seguridade Social, inclusive um dos mais urgentes, é o fortalecimento da dimensão político-pedagógica das profissões (em especial do Serviço Social) institucionalmente junto à população atendida pelos serviços públicos, bem como a participação ativa nas lutas sociais organizadas juntamente com o conjunto dos trabalhadores.

Defendemos uma Seguridade Social ampliada que considere todas as políticas públicas e não apenas a saúde, assistência social e a previdência social, e, concordamos com a defesa feita pelo Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que:

Reafirmam, ainda, sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros. A Seguridade Social, assegurada num plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira¹.

Por fim, defendemos o trabalho enquanto categoria ontológica e espaço de humanização. Através do trabalho o homem transforma a natureza e a si próprio.

¹ XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL), entre os dias 3 e 6 de setembro de 2000. CARTA DE MACEIÓ: SEGURIDADE SOCIAL PÚBLICA: É POSSÍVEL! Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/encontronacional_cartas_maceio.pdf acesso em 01/04/2017.

Acredita-se no homem enquanto ser social transformador da história e dadas as condições objetivas ele terá a possibilidade de transformar a realidade social em busca de outro projeto societário, no qual os indivíduos possam ser livres, humanos e emancipados.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. F. **Assistência Social** – história, análise crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2012[2008].

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; *et al.* (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

BARROCO S. L. Maria. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS – ABEPPS, 2009, p. 166-184.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BURNS, E. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Avante, 1975.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

MARX K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Trad. Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I., **A crise estrutural do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA E. Ana. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PETRAS, J. **Armadilha Neoliberal e alternativas para América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

SALVADOR, E. **Crise do capital e o socorro do fundo público**. In: BOSCHETTI, Ivanete (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SINSPREV, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.sinsprev.org.br/novapagina/Meus_documentos/CampanhaSalarial2015/carta_esclarecimento_populacao.pdf . Acesso em: 26 out. 2015.

A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA

Francisca Thamires Lima de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Leila Moraes Nogueira Azevedo

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís - Ma

Leida Cabral Nascimento Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís - Ma

Ana Karolina Pinhero Carvalho da Silva

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Thalyne Dutra Falcão

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

Maria dos Reis Araújo Souza

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Centro de Ciências Sociais Aplicada (CCSA),
São Luís - Ma

RESUMO: Este artigo versa sobre o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, sua luta por autonomia e igualdade nos espaços de atuação profissional e reconhecimento. Sob o viés da perspectiva crítico dialética, objetiva contribuir com o avanço teórico em relação a

esta temática que vem sendo alvo de debates nos diferentes campos de estudo, pois se percebe que na contemporaneidade ainda há muitos desafios a serem superados nos espaços ocupacionais de trabalho e que com o avanço do capital acirrou-se também as desigualdades entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mercado de trabalho. Emancipação.

ABSTRACT: This article deals with the process of insertion of women in the labor market, their struggle for autonomy and equality in the spaces of professional performance and recognition. Under the bias of the critical dialectical perspective, with the aim of contributing to the theoretical advance in relation to this subject that has been the subject of debates in the different fields of study, because what is perceived is that in the contemporary there are still many challenges to be overcome in the occupational spaces of work and that with the advancement of capital also the inequalities between the genders were exacerbated.

KEYWORDS: Genre. Job market. Emancipation.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres desempenharam um papel voltado para o

cuidado da casa e da educação dos filhos e com real dependência financeira da figura do homem: o único provedor e que podia exercer atividades no espaço público; tal dependência tem favorecido a situação de submissão e acirrado as relações de poder e gênero.

Com a Revolução Industrial, as mulheres conquistaram espaço no seio industrial inicialmente como artesãs nas fábricas de tecidos; ainda considerada como sexo frágil, desenvolvia apenas as atividades que não exigissem desgaste físico excessivo, além de ter seus salários bem mais inferiores que os salários dos homens. As mulheres que antes não tinham o acesso à educação formal, pois lhe era negada, começam aos poucos a se questionar e a buscarem meios para adentrar nesses espaços.

Em 1930, deu-se início à busca de novos espaços de atuação fora do contexto privado da casa; inicialmente, tais atividades foram mal vistas pela sociedade que ainda tinha um olhar conservador sobre o papel da mulher refletindo diretamente na baixa remuneração e no não reconhecimento de suas capacidades para desempenhar tais tarefas fora do espaço familiar. Nas famílias com perfil patriarcal, segundo a ideologia dominante, a palavra e opinião masculina imperavam por absoluto e determinados comportamentos femininos que ousasse contrapor-se era tido como rebeldia. Nesse período ela já tinha de manter uma dupla jornada ao conciliar o trabalho doméstico com o desenvolvido fora da casa.

A partir da I e II Guerra Mundial, as mulheres já realizavam praticamente as mesmas funções que os homens, sendo cada vez mais crescente o número de mulheres inseridas na indústria, ainda que permanecesse notória a distinção salarial. Com o avanço do capitalismo, houve aumento e diversificação dos campos de atuação destinados às mulheres, o que exigiu que estas aspirassem a melhores graus de escolaridade para que pudessem competir no mercado e viessem a assumir esses postos de trabalho.

No Brasil, atualmente é visível o aumento de mulheres ativas no mercado de trabalho, seu crescente grau de escolaridade, as mudanças ocorridas em relação à vida familiar, a redução do número de filhos e as exigências em relação às funções a serem ocupadas por elas, as leis que a protegem e sua total autonomia financeira. Essa conquistas são reflexos do movimento feminista que tanto lutou em prol da igualdade e autonomia das mulheres em relação aos homens.

O intuito deste trabalho é contribuir para com o avanço teórico sobre a questão do processo histórico de inserção da mulher no mercado de trabalho fazendo menção aos dilemas e desafios impostos pela sociedade brasileira capitalista, identificando suas formas de enfrentamento.

Para análise do objeto de estudo foi adotado como método de pesquisa o materialismo histórico dialético, sustentado pelas categorias historicidade, totalidade e contradição, no qual decompus o objeto em partes de menor complexidade, reconstruindo-o.

Nessa esteira, parto da premissa de que as relações de poder e consequentemente de desigualdade de gênero, em especial as que prevalecem nos espaços ocupacionais de trabalho devem ser rompidas, tendo em vista a democratização de direitos e a emancipação feminina, bem como seu reconhecimento por parte da sociedade e dos homens, os quais não aceitam passivamente as novas relações construídas ao longo da história.

2 | INSERÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO UNIVERSO PRODUTIVO

As mulheres têm se inserido em campos de trabalho ocupados prioritariamente por homens, sobretudo em cargos de liderança/chefia buscando aos poucos ocupar seu espaço. É notável o crescimento da escolaridade entre elas e um declínio em relação aos homens, de acordo com dados do IBGE:

Em 2009, entre o 1,057 milhão de mulheres desocupadas e procurando por trabalho, 8,1% tinham nível superior. Houve aumento na escolaridade dessas mulheres, visto que em 2003, em média, 5,0% tinham nível superior. Esse crescimento resulta do aumento da escolaridade de uma forma geral. (IBGE, 2009)

Diante desses dados, constata-se que elas vêm se afirmando e conquistando um espaço que é seu por direito, resultado de lutas lideradas por movimentos de mulheres e feministas contra o não reconhecimento de suas capacidades e o preconceito que ainda vigoram na sociedade.

Entretanto, a inserção do trabalho feminino no universo produtivo exigiu da mulher uma dupla jornada de trabalho ao conciliar os afazeres domésticos com o trabalho fora de casa e ainda encontram tempo para se capacitar. É necessário pontuar que, mesmo desenvolvendo inúmeras atividades em seu cotidiano elas não deixam de ser comprometidas e de prestar um serviço com qualidade e eficiência de forma ágil e responsável; entretanto, suas potencialidades não são sempre reconhecidas e as atividades desenvolvidas por elas são cobradas com um maior grau de exigência, o que não garante o reconhecimento da mesma.

A respeito disso, Macedo acrescenta que

a mulher enfrenta as mesmas coisas que o homem; tem que ser tão competente quanto eles e saber lidar com todas as situações. Sem esquecer que ainda tem que enfrentar jornadas duplas; sendo preciso, após o trabalho, ter tempo para se dedicarem a suas casas, marido, filhos, entre outras coisas. (MACEDO, 2009, p.1).

Nesta perspectiva, à mulher contemporânea é exigido conciliar múltiplas atividades em espaços diferentes (local de trabalho e casa) e consequentemente "provar" sua competência em ambos os espaços. Entretanto, ainda há mulheres "prisioneiras do lar", considerando que não conseguem administrar este grande dilema: conciliar o

cuidado dos filhos e as tarefas domésticas com a profissão.

Sobre isso, Whitaker (1998, p.13) reforça que ainda existe uma parcela de mulheres que por razões diversas não conseguem sequer buscar ou obter trabalho fora de casa, mas que nem sempre essa dificuldade está associada diretamente à dominação do marido; o sentimento de culpa em ter que abandonar o lar ainda se faz presente, postura impregnada historicamente pela definição dos papéis do homem e da mulher na sociedade.

Outro ponto a ser destacado é que elas são mais vulneráveis ao desemprego que os homens e encontram mais dificuldades para se inserir e se manter no mercado de trabalho. Sobre isso, pesquisa de emprego e desemprego realizada pelo IBGE e pelo Dieese revelou que "as mulheres são as primeiras a serem demitidas nos momentos de crise, além de terem mais dificuldade de recolocação. As mulheres negras possuem desvantagens ainda maiores, pois além da discriminação em relação ao sexo, são vítimas do racismo" (INSTITUTO ETHOS, 2004, p.17).

O desenvolvimento tecnológico e industrial possibilitou às mulheres a entrada nos espaços acadêmicos buscando maior qualificação profissional e conseqüentemente maior acesso à informação, sobretudo quanto aos seus direitos. Ressalta-se ainda que a participação na vida acadêmica fortaleceram os espaços de organização da classe e a luta por melhores condições de trabalho.

Destaca-se ainda que a inserção da mulher na vida produtiva e no mundo do trabalho tem impelido algumas mulheres a adiar seus projetos pessoais como casar e ter filhos e com isso a procura pelos programas de planejamento familiar tem sido frequente. Assim, a conquista de sua independência financeira e econômica é priorizada em detrimento de outros interesses.

Nesta perspectiva, as mulheres atuais estão mais ousadas se comparadas às mulheres de antigamente e os homens vêm deixando de serem os únicos provedores da casa, levando a sociedade a levantar questionamentos a cerca dessas relações. No século é perceptível a mudança nas relações familiares onde os homens estão dividindo os afazeres domésticos, os cuidados e a educação dos filhos.

Para MAURO, "isso já ocorre nos países desenvolvidos e no Brasil já há cerca de 22,5 milhões de homens que cuidam da casa" (MAURO et al., 2002).

Por outro lado, há ainda evidência do preconceito sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho como identificado nas considerações de Nascimento

Apesar de ter ganhado muito, a mulher também perdeu de forma significativa algumas de suas características. Adquiriram direitos praticamente iguais ao dos homens, porém perderam a sensualidade, a feminilidade e a sensibilidade, deixando-as mais duras e menos responsáveis consigo, com os filhos e com os maridos. Hoje as mulheres querem agir como homens, adquiriram hábitos masculinos, como por exemplo: fumar, beber, embriagar, usar drogas, tatuagens, falar palavrões. O sexo para elas se tornou algo banal e rotineiro, podendo ser feito mesmo fora do relacionamento conjugal. Envolvimento emocional é um termo proibido para elas. Além disso, com suas atitudes, estão deixando muitos

homens relaxados preguiçosos, alguns até efeminados, já que em muitas famílias são atribuídas aos homens, as tarefas domésticas e as mulheres vão trabalhar (NASCIMENTO, 2008).

perceptível na fala do autor, o viés preconceituoso e o descaso em relação ao trabalho feminino, ao afirmar que elas não conseguem conciliar sua atividade e deixam de lado a casa e os filhos.

Quanto à sensibilidade e à sensualidade destacada pelo autor, ressalta-se que elas embora conciliem inúmeras atividades ainda tem tempo para se cuidarem, sobretudo em relação à sua saúde que os homens; por isso, estão vivendo mais.

Em contraposição ao pensamento acima, Assis destaca que,

atualmente, em busca de um novo paradigma, muitas empresas investem em mulheres para atuarem em seus quadros (...). Como principais características no perfil de liderança feminino, pode ser destacada a sensibilidade, a intuição, a organização, a flexibilidade, o detalhismo, a tranquilidade, etc. Entretanto, o que mais chama a atenção para a forma de liderança da mulher é a grande preocupação com o indivíduo, ou seja, há uma forte transparência (...). A mulher busca a satisfação de todos os envolvidos na organização, compartilhando as informações e abrindo espaço para que os colaboradores compartilhem suas opiniões, reforçando assim, a valorização do indivíduo. Não há cargo nos dias de hoje que a mulher não possa ocupar. Já provaram serem tão competentes quanto os homens no que diz respeito ao mercado de trabalho. Agora, resta a mulher, comemorar a vitória, o sucesso e o grande destaque no mundo empresarial, pois, lutaram por isso, e são merecedoras de suas conquistas (ASSIS, 2015, p.14).

Nas empresas, sejam elas públicas ou privadas, há uma tendência em absorver esse novo perfil de liderança feminina para os cargos de gestão e gerenciamento de pessoas, abrindo assim, novos espaços sócio-ocupacionais para as mulheres.

2.1 O cenário do trabalho feminino e a precarização da mulher trabalhadora

A sociedade brasileira nos últimos anos passou por significativas transformações de cunho social, econômico e cultural. O crescimento da economia, a urbanização e a rápida industrialização foram fatores determinantes para o crescimento econômico do país que dinamizou sua industrialização e modernizou o setor produtivo.

A cerca desse processo de transformações BARRETO e CARLOTO acrescentam que

todo este processo, porém, não modificou o quadro de exclusão social, de baixos salários, ao contrário, aumentou as desigualdades sociais e a concentração de renda, já que estas transformações se deram nos marcos, já colocados, de uma nova organização do trabalho e de uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio de formas protegidas de emprego, o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral, sem cobertura legal (BARRETO; CARLOTO, 1988).

Essas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho são frutos do desenvolvimento do capitalismo e respectivamente das forças produtivas, o que vem exigindo novas relações trabalhistas entre empregadores e empregados.

O rápido processo de industrialização do país vem provocando uma reestruturação produtiva que traz consigo drásticas mudanças nas relações de trabalho e gênero provocadas por meio de uma reconfiguração nas relações sociais de trabalho.

Nas últimas décadas, com o processo de globalização, houve a necessidade de se implantar novos projetos com a finalidade de se aumentar a produção e respectivamente as formas de contenção do capital. A implantação de políticas de cunho neoliberal foi adotada por atenderem estas exigências, provocando alterações nas formas de produção e gestão do trabalho.

De acordo com NEVES,

(...) os novos padrões de gestão do trabalho desenvolveram-se sustentados, centralmente, na flexibilização. Desta maneira, ocorreu uma crescente transformação do contrato trabalhista, demonstrada nas diversas formas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho. Estas práticas assumem diferentes configurações, como a terceirização, o emprego temporário, a subcontratação, a informalidade, as cooperativas de trabalho, as atividades autônomas e inúmeras formas de trabalho assalariado disfarçado (NEVES et al., 2007).

Nesta perspectiva foi necessária a implantação de novas exigências no mundo do trabalho como as econômicas e tecnológicas, menos rígidas e mais flexíveis. A precarização do trabalho nesse sentido surge por meio dessas novas exigências com a implantação de políticas liberalizantes que trazem como consequências o desemprego estrutural, devido à falta de qualificação profissional dos trabalhadores, exigindo grau mais elevado de escolaridade. Como se pode perceber, há uma mudança no perfil dos trabalhadores para atender às exigências mercadológicas. Por outro lado, os vínculos de trabalho se tornam frágeis, precarizados e flexíveis com escassas leis que garantam os direitos trabalhistas e que inibam a instabilidade para um grande número de assalariados, sobretudo às mulheres.

Alguns estudos têm apontado que:

o aumento da participação das mulheres, cujo trabalho tem se concentrado na ponta da cadeia produtiva com acentuada precariedade, caracteriza-se também pela combinação de uma ampla variedade de condições de trabalho com níveis bastante diferenciados de qualidade, remuneração e estabilidade, e, mais uma vez, com uma pronunciada divisão sexual do trabalho (LEITE et al., 2007, p. 14).

Ressalta-se, portanto, que as formas de reestruturação produtiva e a introdução de novas tecnologias não alteraram as formas de entrada de homens e mulheres no mundo do trabalho, mas reforçou as situações de subordinação da mulher nas novas relações sociais de trabalho e gênero. O autor traz ainda importantes contribuições ao relatar que

as formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho revelam as representações sobre o gênero masculino e feminino construídos culturalmente, ou seja, essas representações culturais são a base da divisão sexual do trabalho, estabelecendo "os lugares" a que estão destinados homens e mulheres desde a inserção no mercado de trabalho, as estratégias de qualificação e os postos de trabalho a serem ocupados. (NEVES et al., 2007, p. 15).

No Brasil, a divisão sexual do trabalho ainda é recorrente, pois a sociedade ao longo da história vem reproduzindo orientações diferenciadas a homens e mulheres em relação a suas ocupações e reforçando a divisão social de papéis através da família, da escola e da mídia. Assim, é visível que há certos cargos que ainda são eminentemente femininos e outros masculinos, prevalecendo a forte divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, popularmente conhecido como "guetos ocupacionais".

Neste sentido, a precarização da mulher no mundo do trabalho e suas implicações, não pode ser analisada sem que se leve em conta a divisão sexual do trabalho, gênero, flexibilidade e as mudanças que ocorreram no Brasil desde o século XX ao XXI na indústria.

De acordo com HIRATA existem três fatores que contribuem com a precarização do trabalho:

1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte (trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.); 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. (HIRATA, 2009, p.26).

Esses fatores não são percebidos só no Brasil e se fazem presente em vários países com repercussão mundial. As mulheres fazem parte da categoria de trabalhadores que mais se expõem e tendem a ser precarizadas em função de sua ocupação tanto no setor formal quanto no informal e ainda por serem maioria nesses espaços; a precarização materializa-se na não valorização e na baixa remuneração, tornando-as mais vulneráveis à demissão e conseqüentemente contribuindo diretamente para sua instabilidade no trabalho, conforme visto anteriormente.

Cita-se ainda que a precarização da mulher no mercado de trabalho é estimulada ainda pelos contratos temporários, fruto das novas relações trabalhistas e do ideário liberalizante. Segundo HIRATO "esta modalidade de contratação provoca uma forte insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical" (HIRATO, 2009, p.28).

A contratação temporária afeta principalmente os trabalhadores de classe média baixa com pouca escolaridade, obrigando-o à submissão de longas jornadas de trabalho, com abdicação dos direitos trabalhistas em troca de um salário que às vezes não supre nem as suas necessidades mais básicas. É interessante pontuar ainda que nesses casos prevalecem a divisão do trabalho por sexo e a ocupação de posições inferiores ou desfavoráveis das mulheres em relação aos cargos ocupados pelos homens e suas respectivas responsabilidades.

O aumento dos postos de trabalho destinado às mulheres tem contribuído com a precarização do trabalho feminino e suas vulnerabilidades; a esse respeito HIRATA (2009, p. 31) discorre que

eles são frequentemente instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente. As possibilidades de promoção e de carreira são quase nulas para esses trabalhadores e os direitos sociais atinentes são frequentemente limitados ou inexistentes, tanto na Ásia e Europa quanto na América Latina.

As novas exigências impostas pelo mercado de trabalho acentuaram ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres no competitivo mercado de trabalho expondo principalmente as mulheres às vulnerabilidades. Atualmente as empresas preferem empregar as mulheres não pelas suas qualificações ou sua competência, mas tendo em vista a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina. Os homens compõem uma categoria de trabalhadores bem remunerados e sua substituição pela presença feminina traz vantagens para a empresa, sobretudo por que ainda é mão-de-obra barata desenvolvendo as mesmas funções que antes eram ocupadas pela figura masculina. Essa constitui, portanto, uma nova forma de exploração do trabalho feminino.

Nesta perspectiva, reforça-se que com o avanço do capitalismo, avança-se também nas formas de exploração da mão-de-obra, as quais vêm se redefinindo de acordo com o contexto histórico; as mulheres atualmente vêm sendo as vítimas, e é por este motivo que vem crescendo o número de leis que buscam assegurar o bem-estar da mulher nesses espaços, bem como políticas de emprego e renda.

3 | CONCLUSÃO

difícil ainda para uma parcela da sociedade, sobretudo aqueles que detêm ainda um discurso preconceituoso e machista, reconhecer que as mulheres a partir de sua introdução no mercado de trabalho se auto sustentem, rompa paradigmas, ocupe espaços historicamente ocupados pelos homens e promova alterações nas relações familiares ao deixarem de lado sua dependência e construam uma autonomia política e econômica. A luta pelo poder é o que dificulta a emancipação das mulheres e a construção de relações consistentes que rompam com o patriarcado, dando margem a novos projetos de transformação social.

Para certos postos de trabalho havia uma rejeição por parte dos patrões em inserir mulheres e hoje são muito requisitadas para a ocupação dentro da empresa; os homens em contrapartida estão ficando de lado e insatisfeitos, o que acarreta na elevação da violência intra-familiar e no aumento dos casos de assédio sexual nos espaços de trabalho. A solução de um problema gera outros, isso é reflexo da concorrência e da disputa entre os sexos e do desejo de ser melhor e estar à frente um do outro.

As lutas travadas pelas mulheres em busca de romperem os paradigmas citados acima não acabam por aqui e nem se resumem aos problemas e desafios citados acima; eles vão muito além, pois é parte de uma totalidade histórica em constante processo de construção e transformação.

O capitalismo, seus avanços e entraves são partes dessa totalidade que trazem novos hábitos, na cultura, nas relações sociais e principalmente nas relações de produção e trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por inúmeros embates e desafios; hoje, com a evolução das forças produtivas e das relações sociais de trabalho pode-se dizer que elas ainda têm um longo caminho a percorrer rumo à superação de dilemas e barreiras que as impedem de exercer sua cidadania, conforme previsto nos aparatos legais.

No Brasil, as mulheres ainda precisam superar inúmeros desafios impostos pela sociedade e pelos espaços de trabalho que absorvem mão de obra feminina, dentre eles podemos destacar a remuneração inferior pela mulher se comparada a remuneração recebida pelo homem pelas mesmas atividades exercidas; a resistência em absorver essa mão de obra nas indústrias de base em algumas atividades como as de engenharia, aviação, eletromecânica e na mineração; as oportunidades de capacitação que ainda são restritas e dificultadas pelas empresas a essas trabalhadoras e por fim a abertura nos espaços democráticos de participação e decisão que ainda são restritos.

Com tantos desafios superados e ainda a superar as mulheres estão ingressando no universo produtivo em números cada vez mais crescente e dominando certas áreas o que vem provocando a feminização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R.H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho** . VI Congresso Virtual

Brasileiro de Administração. Disponível em:

<http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf> .Acessado em: 17 mar. 2017.

BARRETO, M. CARLOTO, C.M. Saúde das Trabalhadoras. **Cadernos Sempreviva**. SOF.

São Paulo, 1998.

IBGE, acesso: **Informações sobre a mulher no mercado de trabalho**

<<https://www.ecodebate.com.br/2010/03/09/ibge-divulga-informacoes-sobre-a-mulher-no-mercado-de-trabalho/>>. Acessado em: 17 mar. 2017.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Sociologias, 14 jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100003&script=sci_arttext> Acessado em: 17 mar. 2017.

O compromisso das empresas com a valorização da mulher. Instituto Ethos, São Paulo, set. 2004.

LEITE, M. P et al. Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções de São Paulo. Caxambu, 2007.

MACEDO, V. **Mulher: de sexo frágil a sexo ágil!** Catho, ed. 305, set. 2009. Disponível em:

<<http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/>> Acessado em: 15 mar. 2017.

MURARO, R. M. et al. **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. 3. e.d. Rio de Janeiro. Sextane, 2002.

NASCIMENTO, J. As conquistas das mulheres. Disponível em:

<<http://www.artigonal.com/cotidiano-artigos/as-conquistas-das-mulheres-386778.html>>.

Acesso em: 01 mar. 2017.

NEVES, M. A. et al. Gênero, flexibilização e precarização do trabalho na indústria de confecções. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n.1, p.11 - 34, jan/abr 2007.

WHITAKER, D. **Mulher e homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Moderna, 199.

A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS

Jonatha Farias Carneiro

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-
PPGCSOC/UFMA
São Luís - Maranhão

RESUMO: Este artigo aborda o problema da inserção da agricultura camponesa em atividades mercantis a partir da análise do desempenho dos produtores de leite da microrregião de Imperatriz, estado do Maranhão, na cadeia de produção do setor lácteo local. Faremos uma descrição a respeito das características gerais da produção leiteira da microrregião de Imperatriz, as peculiaridades da cadeia produtiva, das unidades camponesas de produção e suas formas de inserção nos mercados locais. A metodologia empregada envolveu diferentes técnicas e fontes. Por um lado foram feitas análises de dados quantitativos a respeito da produção leiteira da microrregião de Imperatriz a partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estas informações permitiram obter um panorama geral da situação da produção leiteira regional e da participação da agricultura camponesa nessa cadeia produtiva. Em segundo lugar, foram feitas análises de informações qualitativas obtidas através de entrevistas e observação direta junto aos

camponeses produtores de leite da região em estudo. Estas informações, por sua vez, nos permitiram conhecer as condições materiais em que se desenvolvem as atividades ligadas a pecuária de leite e os diversos canais de comercialização através dos quais a produção leiteira camponesa se reproduz.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura camponesa. Microrregião de imperatriz. Mercados alimentares. Cadeia produtiva. Pecuária de leite.

ABSTRACT: This article deals with the problem of the inclusion of peasant agriculture in mercantile activities based on the analysis of the performance of the milk producers of the microregion of Imperatriz, state of Maranhão, in the production chain of the local dairy sector. We will describe the general characteristics of dairy production in the Imperatriz microregion, the peculiarities of the production chain, the peasant production units and their forms of insertion in markets. The methodology employed involved different techniques and sources. On the one hand, analyzes of quantitative data on the milk production of the Imperatriz microregion were done from the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This information provided an overview of the situation of regional milk production and the participation of peasant agriculture in this production chain.

Secondly, analyzes of qualitative information obtained through interviews and direct observation were made to the farmers producing milk in the region under study. This information, in turn, allowed us to know the material conditions in which the activities related to the dairy cattle raising and the various commercialization channels through which peasant milk production reproduces.

KEYWORDS: peasant agriculture. Microregion of Empress. Food markets. Productive chain. Livestock of milk.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos que se esforçam em analisar a organização econômica rural se convergem em duas perspectivas gerais. Em primeiro lugar uma perspectiva, ancorada nos pressupostos da chamada economia convencional ou neo-clássica, que busca descrever o comportamento da produção agrícola como resultado da deliberação espontânea de vontades individuais, avaliando assim, sua competitividade e eficiência econômica (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Em segundo lugar uma perspectiva, influenciada pela sociologia econômica, que busca compreender a organização da produção agrícola levando em consideração suas características culturais e históricas, pontuando sua capacidade de sobrevivência e ajustamento a distintos ambientes sociais e econômicos (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO 1992).

Baseados nestas perspectivas alguns autores travam uma discussão a respeito das possibilidades de sobrevivência do campesinato frente à industrialização do campo e ao crescente aumento nas exigências dos mercados de alimentos. Nesse prisma, damos destaque aos trabalhos de Van Der Ploeg (2016) e Allaire (2013) na construção de uma perspectiva que busca romper com a difusão axiomática da crença científica e social de que o modelo camponês de produção é fundamentalmente “atrasado”, “ineficiente” e “avesso à inovação”. Esses autores pontuam que no âmbito da produção de alimentos, as estruturas dos grandes mercados capitalistas criam as condições para a absorção e inserção da produção agrícola camponesa.

Este artigo aborda o problema da inserção da agricultura camponesa em atividades mercantis a partir da análise do desempenho dos produtores de leite da microrregião de Imperatriz, estado do Maranhão, na cadeia de produção do setor lácteo local. A produção leiteira da região em estudo é marcada pela importante participação da agricultura camponesa, indústrias de laticínios, atravessadores e estabelecimentos fabricantes de queijo caseiro, que juntos compõem uma cadeia produtiva diversificada em seu interior.

A questão da fabricação de subprodutos oriundos do leite (como o queijo caseiro) tem sido tema de diversas discussões em torno do problema da reprodução da economia camponesa nos mercados agroalimentares. Alguns estudos apontam para a sua importância como estratégia de agregação de valor da agricultura camponesa

(CARNEIRO, 1992) e consideram que esta atividade exerce um importante papel na dinamização das atividades produtivas consideradas “marginais”, o que têm viabilizado uma maior rentabilidade no âmbito da produção agrícola. Outros têm indicado seu potencial para construção de autonomia – visto que não somente a matéria prima, mas grande parte dos insumos é produzida dentro do estabelecimento familiar – e para criação de circuitos de comercialização local (LIMA NETO, 2017). Pesquisas dedicadas ao estudo da pecuária leiteira em outros países da América Latina, como a Argentina (CRAVIOTTI, 2017), tem demonstrado a importância dessa atividade dentro dos estabelecimentos agropecuários para a consolidação da agricultura camponesa nos mercados de alimentos, visto que cada vez mais, diferentes tipos de convenções de qualidade coexistem no mundo rural.

Utilizando noções das teorias que tratam da relação estabelecida entre a agricultura camponesa e os mercados agroalimentares faremos uma descrição a respeito das características gerais da produção leiteira da microrregião de Imperatriz, as peculiaridades da cadeia produtiva, das unidades camponesas de produção e suas formas de inserção nos mercados locais. Configuram-se como questão central a alternatividade da produção leiteira camponesa (GARCIA JUNIOR, 1989), destinada tanto para consumo como para venda, os diversos usos da produção de leite no interior dos estabelecimentos agropecuários e os diferentes destinos da produção, que pode ser comercializada a indústrias de laticínios ou atravessadores e/ou utilizada para fabricação de queijos artesanais.

A metodologia empregada envolveu diferentes técnicas e fontes. Por um lado foram feitas análises de dados quantitativos a respeito da produção leiteira da microrregião de Imperatriz a partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estas informações permitiram obter um panorama geral da situação da produção leiteira regional e da participação da agricultura camponesa nessa cadeia produtiva. Em segundo lugar, foram feitas análises de informações qualitativas obtidas através de entrevistas e observação direta junto aos camponeses produtores de leite da região em estudo. Estas informações, por sua vez, nos permitiram conhecer as condições materiais em que se desenvolvem as atividades ligadas a pecuária de leite e os diversos canais de comercialização através dos quais a produção leiteira camponesa se reproduz.

2 | A PRODUÇÃO CAMPONESA E OS MERCADOS AGROALIMENTARES

A discussão sobre as possibilidades de reprodução do campesinato frente os processos de industrialização e modernização econômica tem raízes num debate amplo que envolve a questão da persistência deste grupo social num contexto de avanço das formas capitalistas de produção (CHAYANOV, 1974) e, por outro lado, uma perspectiva que propõe a ideia de subordinação e absorção do campesinato ao

capitalismo, processo que levaria a incorporação de novas técnicas e ao aumento da produção, convertendo-as em unidades empresarias (KAUTSKY, 1968).

Tal discussão teve influência significativa no pensamento agrário brasileiro que, a partir dos anos 1970, passou a enfatizar os processos de modernização da agricultura e as transformações necessárias na estrutura agrária nacional. Nesse cenário, o debate no Brasil, inspirado nos clássicos marxistas, se convergia sobre a natureza do campesinato e de seu papel no processo de transformações históricas das sociedades modernas. Nesse contexto o campesinato era entendido como uma categoria pré-capitalista que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento das forças produtivas do capital. A sobrevivência de formas camponesas de produção naquele contexto, como afirma Wanderley (2009), não passaria de “resíduos” de um campesinato inutilmente resistente à expansão do capitalismo no campo.

A necessidade de reestruturar os setores agrários em território nacional suscitava a discussão sobre a questão das possibilidades de sobrevivência do campesinato no contexto da modernização no campo e de seu papel no desenvolvimento econômico rural. Nesse cenário, duas perspectivas centrais vão tensionar o debate sobre a relação entre agricultura camponesa e modernização agrícola: a da decomposição e da diferenciação. Segundo a perspectiva da decomposição (KAUTSKY, 1968), a expansão do capitalismo subordinaria a produção no campo, transformando os camponeses tradicionais em proletários rurais. Nesse sentido, o capital transformaria de tal modo à produção agrícola no campo que não teria mais sentido falar em “camponeses”, pois esta categoria estava, inevitavelmente, fadada a subordinação econômica. Por outro lado, a perspectiva da diferenciação, aponta para a possibilidade de diversificação e complexidade da unidade familiar e não necessariamente para sua decomposição. Essa abordagem aponta para capacidade de resistência da agricultura camponesa e sua adaptação a diferentes contextos econômicos. Nesse sentido, a produção agrícola é entendida como resultado da relação entre os camponeses e as formas dominantes da grande produção.

Vários trabalhos hoje demonstram através da análise e descrição de situações e experiências observadas em diferentes lugares do mundo que o campesinato tem resistido e persiste mesmo em situações em que as condições políticas e sociais são desfavoráveis. A persistência dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo os eliminasse, levou os pesquisadores a perguntar sobre o funcionamento econômico e social desse segmento econômico e de que maneira estes camponeses se adaptavam aos contextos industriais e urbanos das sociedades atuais. O grande desafio nesse cenário é compreender que tipo de campesinato tem se produzido nesses processos tendo em vista as dificuldades colocadas no contexto de expansão capitalista (WANDERLEY, 2009). Esse processo, denominado de recampesinação por Ploeg (2008), seria resultado de uma relação dialética entre os camponeses e os impérios alimentares.

Diversas obras na área das ciências agrárias foram produzidas na tentativa

de dar conta das novas condições em que a agricultura camponesa se reproduz, levando em consideração as limitações e possibilidades de sua existência. Nesse contexto, damos destaque para uma primeira abordagem que consideramos importante para o estudo da reprodução do campesinato na sociedade atual. Essa perspectiva (GRAZIANO DA SILVA, 1997; CARNEIRO, 1998) mobiliza o conceito de pluriatividade – múltipla inserção no mercado de trabalho – a partir da qual considera que o processo tecnificação e urbanização do campo e a aproximação rural/urbano tem possibilitado aos camponeses mobilizar trabalho não-agrícola como recurso para o acúmulo de renda alternativa e complementar visando assegurar a permanência no campo. De acordo com esses autores o acesso a ocupações não agrícolas possibilita estabilizar e elevar a renda das famílias rurais, viabilizando, ao mesmo tempo, sua permanência e reprodução no campo. Essa abordagem, no entanto, sofre críticas importantes quando subestima as oportunidades de inserção do campesinato em novos mercados de alimentos (WILKINSON, 2008) e desconsidera a capacidade da agricultura camponesa em construir mercados autônomos, baseadas na diferenciação e qualidade de produtos artesanais, orgânicos e etc. ancorados em redes de relações pessoais e de proximidade (PLOEG, 2016a; 2016b; SABOURIN, 2011).

Nos últimos 10 anos uma nova perspectiva sobre as possibilidades de sobrevivência do campesinato tem se construído no Brasil (WILKINSON, 2008; PLOEG, 2008; 2016a; 2016b; SABOURIN, 2011) tendo em vista as transformações políticas e econômicas, desmantelamento da intervenção do estado e a abertura e integração regional, a partir da década de 1990 e suas repercussões. Esse processo além de estimular a reorganização das grandes cadeias de commodities favoreceu o surgimento de novos mercados (produtos artesanais, orgânicos e etc.) que, a princípio, seriam espaços em potencial para inserção da agricultura camponesa. No entanto, como pontua Wilkinson (2008), as novas exigências em termos de qualidade e processamento podem representar mais uma barreira à inserção dos agricultores tradicionais. Para o autor é necessário promover políticas de incentivo e inclusão que possam favorecer a reprodução do campesinato frente a esse novo cenário econômico. Caso isso não aconteça é possível que esses mercados sejam ocupados pelos velhos agentes, sobretudo profissionais liberais e grandes corporações.

A conformação de um novo cenário político-econômico no Brasil e as possibilidades de reprodução da agricultura camponesa nesses novos mercados reacende um novo debate que se constitui a partir de uma perspectiva inspirada na economia neoclássica, que considera o atraso econômico, tecnológico e até mesmo cultural das sociedades camponesas, como elemento central para seu insucesso e papel passivo nos mercados alimentares atuais (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Para estes autores a viabilidade econômica da produção camponesa passa fundamentalmente pelo avanço tecnológico e pela especialização produtiva. Em contraponto, alguns pesquisadores (GARCIA JUNIOR, 1989; ALLAIRE, 2013; PLOEG, 2016b) defendem que as características que fundamentam a economia camponesa (diversificação e diferenciação produtiva,

autoconsumo, polivalência e alternatividade) favorecem sua integração em diversos tipos de mercados. Esses autores acreditam que as relações entre as práticas de autoconsumo no interior dos estabelecimentos familiares e de venda para mercados (de proximidade, institucional, circuitos longos) não são excludentes e viabilizam a autonomia econômica dos grupos camponeses.

O problema central da abordagem econômica neoclássica, segundo Ploeg (2008), está ancorado na ideia inexorável de subordinação do campesinato aos estímulos econômicos capitalistas, para o autor é necessário romper com essa perspectiva elaborando um sistema teórico que evidencie as formas de resistência e ajustamento entre o camponês e os impérios alimentares:

Todos os determinismos unilineares que presumem que o campesinato é um produto derivado direto de seu contexto estrutural devem ser rejeitados. O mesmo se aplica a qualquer esquema a priori que separe e ordene hierarquicamente “estruturas e discursos institucionais dominantes” e “atores subordinados” (...) esses dois elementos são muito mais interligados (...) precisamos investir mais profundamente a dialética entre formas sociais “dominantes” e “subordinadas”. (Ploeg, 2008, pag. 285)

Os estudos sobre o campesinato tem negligenciado, segundo Ploeg (2008), a condição de agência deste grupo social. Desse modo os camponeses são frequentemente representados como “vítimas passivas”, sob uma condição de dominado (WOLF, 1970), outsiders, ou subordinado. Essa perspectiva, recorrente nos estudos camponeses, não é totalmente incorreta, mas é incompleta, pois dá ênfase a apenas um dos lados da equação (PLOEG, 2008). É necessário então reconhecer a condição de agência dos camponeses, através da qual os produtores rurais interagem com o mercado e conseguem manter autonomia de gestão e produção no interior das unidades familiares. Produzindo insumos dentro do próprio estabelecimento familiar, diminuindo assim sua dependência aos mercados e comercializando produtos distintos e em diferentes circuitos de troca.

A resistência camponesa também precisa ser problematizada, pois não se refere somente a confrontos abertos de luta pela terra e contra a grande propriedade latifundiária. Ela não se limita somente a luta oculta, silenciosa que se dá na vida cotidiana camponesa como demonstrou Scott (2002). A resistência camponesa, fundamentalmente, existe num campo de ação muito mais vasto de uma gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente (Ploeg, 2008). A resistência pode ser visualizada na forma como o queijo artesanal é produzido, como as vacas são criadas e ordenhadas e como as belas paisagens são construídas pelas famílias camponesas.

Dentro desta discussão, como indicam alguns estudos (SOUZA; 2011), a pecuária de leite é uma das principais atividades em que a agricultura camponesa tem se inserido de maneira competitiva. Segundo Wilkinson (2008) a vantagem de pagamentos quinzenais ou mensais, no caso de produtores integrados a agroindustriais, pode ser um dos elementos que explicam essa tendência recente, pois, possibilitam a

constituição de uma renda regular e segura aos criadores de menor porte. Um trabalho recente (CARNEIRO, 2016) mostrou que alguns elementos ligados à possibilidade de utilização da força de trabalho marginal (idosos, mulheres e crianças) (TEPICHT, 1973 apud FARIA, 2001) e através das sinergias que a atividade leiteira é capaz de estabelecer, quando desloca, em algumas circunstâncias, parte da produção para alimentação animal (suinocultura) são determinantes para a consolidação da atividade leiteira nos estabelecimentos da agricultura camponesa. Um estudo posterior sobre a produção de leite na mesma região, Lima Neto (2017), chama atenção para o papel fundamental dos circuitos curtos, das redes de relação pessoais, da confiança e da reputação para a estruturação do mercado de leite e queijo locais.

3 | A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E SEUS EFEITOS

A produção leiteira da microrregião de Imperatriz apresenta elevado crescimento a partir dos anos noventa. Essa mudança pode ser explicada a partir da combinação de fatores externos e internos à produção agropecuária. As produções de arroz e farinha de mandioca representavam, na década de noventa, as principais atividades produtivas locais (CARNEIRO, 2016). No entanto, aproximadamente na metade da década de 2000, como demonstra o gráfico 01, essas atividades sofreram significativa queda por conta das baixas de preço no mercado da farinha e do aparecimento da doença do arroz que, segundo Couto (2015), se deu nessa região a partir de uma infestação da cigarrinha-das-pastagens (Hemiptera: Cercopidae) e de um possível fungo no solo, fazendo com que se reduzissem sensivelmente as áreas plantadas.

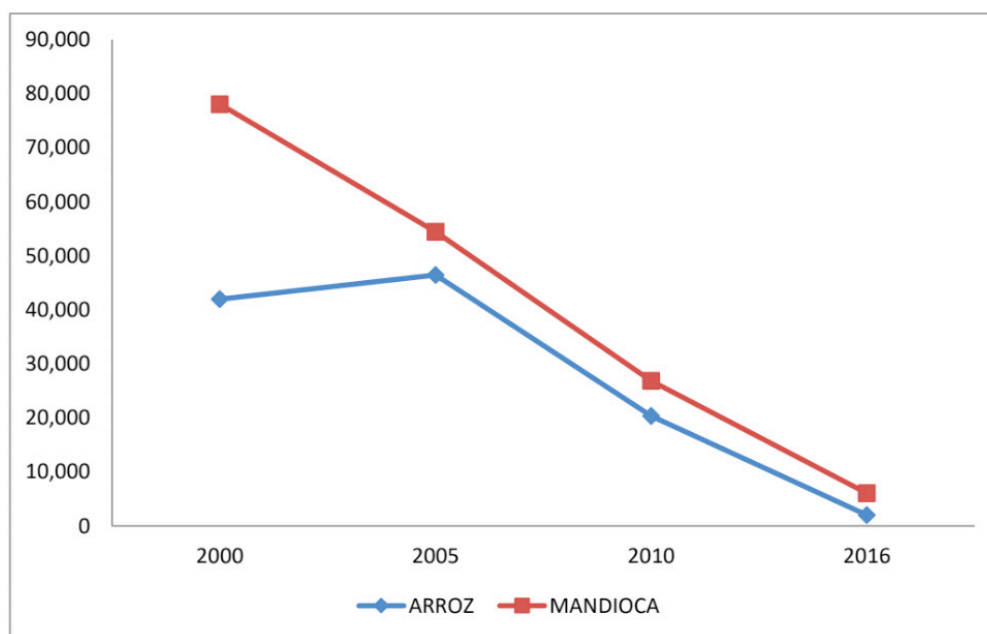


Gráfico 01: Quantidade de arroz e mandioca produzida na microrregião de Imperatriz/MA entre 2000 e 2016.

Fonte: IBGE-Pecuária Agrícola Municipal.

Ao mesmo tempo no plano das políticas públicas no nordeste brasileiro, se assistiu um importante salto no que se refere aos incentivos estatais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Através de créditos produtivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF os produtores de pequeno porte da região em estudo tiveram acesso a recursos para aquisição de rebanhos bovinos, o que possibilitou sua inserção na pecuária de leite. De acordo com o relatório do Banco do Nordeste do Brasil – BNB de 2013, 78,6% dos recursos do Pronaf foram investidos em pecuária, seguidos de 14,4% na agricultura, 5,5% em serviços e 1,5% em extrativismo. Ainda segundo este relatório, outro importante investimento foi aplicado no desenvolvimento de projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Nesse sentido, diversas atividades produtivas foram financiadas, com destaque para os arranjos produtivos de leite e derivados no município de Açailândia (microrregião de Imperatriz) e Bacabal (microrregião do Médio Mearim), que tiveram participação nos valores investidos, de 16,1% e 5,7% respectivamente. Ademais, mais recentemente, no ano de 2011, entraram em vigor no Brasil um conjunto de normas para adequação dos estabelecimentos agropecuários e da produção leiteira. As normativas 51 e 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA descrevem os parâmetros mínimos de qualidade e sanidade na produção, armazenamento e transporte do leite. Segundo alguns estudos (CARNEIRO, 2015; LIMA NETO, 2017) esta legislação atende exclusivamente aos critérios de qualidade de tipo mercantil, desconsiderando a diversidade nos modos de produção e das convenções de qualidade. Desse ponto de vista, as mudanças sugeridas pela legislação brasileira são importantes para explicar a evolução da atividade leiteira na microrregião de Imperatriz, com destaque para seu papel na seleção e exclusão de produtores, principalmente camponeses.

Tais mudanças incidiram numa reestruturação da cadeia produtiva leiteira da microrregião em estudo que, de acordo com dados do IBGE (citado por ZINALDO DA SILVA et al., 2012), se destaca como a oitava região com maior número de vacas ordenhadas no plano nacional. Dados da Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE) reafirmam o potencial produtivo leiteiro da região. Segundo levantamento feito em 2011, esta microrregião representa o maior rebanho do estado do Maranhão, com participação de 22% do total, sendo responsável, segundo dados do IBGE (2006), por praticamente metade (50%) da produção de leite produzido no estado.

O potencial produtivo da região em relação à atividade leiteira leva ao aparecimento de um significativo número de empresas especializadas na fabricação de produtos lácteos. Em um levantamento feito por Zinaldo da Silva et al. (2012) foram identificadas cerca de 2.528 indústrias de laticínios produtoras de leite e derivados na região. Diferente das experiências descritas na América Latina (CRAVIOTTI, 2017), na microrregião de Imperatriz identifiquei um relativo grau de homogeneidade no setor industrial. Sem a presença de grandes empresas, esta região possui em seu interior um conjunto de laticínios de médio e pequeno porte. Esse número elevado de propriedades permite, ao mesmo tempo, a organização de uma cadeia produtiva

diversificada em seu interior. Carneiro (2015) ao analisar a cadeia de produção do leite na região, destaca os principais agentes presentes nas esferas da produção (agricultores familiares e pecuaristas), do transporte (freteiros, atravessadores), da transformação (indústria de laticínios e queijarias) e do consumo final (venda direta, feiras, supermercados, pizzarias, etc..).

De acordo com pesquisa de Zinaldo da Silva et al. (2012) os laticínios são o principal destino da produção de leite na região, absorvendo praticamente metade (50%), em seguida vêm às pequenas queijeiras (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%). O fator fundamental para o predomínio dessa estratégia de venda do leite, segundo este autor, é a vantagem do melhor preço de compra pelos laticínios. No entanto, como destacado por Carneiro (2015), outros fatores influenciam nesse processo, caso das relações sociais de confiança estabelecida entre produtores e laticínios e os diferentes prazos de pagamento do leite oferecidos pelos diversos compradores. As relações de troca estabelecidas entre produtores e queijeiros/atravessadores, por sua vez, estão enraizadas em redes de relações sociais (GRANOVETTER, 2009), se fundamentando em relações de confiança e reputação (LIMA NETO, 2017) e na possibilidade de utilização de um subproduto na fabricação de queijo para a alimentação de pequenos animais (suinocultura).

Outra característica importante na análise da pecuária leiteira da microrregião de Imperatriz é a elevada participação da agricultura camponesa nessa atividade econômica. Os produtores com rebanho que vão de 1 a 99 cabeças de gado representam cerca de 26% do total, seguidos dos produtores com 100 a 199 cabeças de gado com 22%. Com 31% do total do rebanho aparecem os estabelecimentos com 200 a 499 cabeças, seguidos dos produtores com mais de 500, com 21% do total.

As características estruturais da cadeia produtiva leiteira e as mudanças políticas e econômicas sobre as quais os camponeses da região foram submetidos levaram a uma importante variante nas formas de organização do trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários, implicando ao mesmo tempo, no desenvolvimento de sistemas produtivos de diferentes graus de produtividade. Em termos gerais, a tendência na região vai em direção a uma conversão em áreas de pastagem que antes eram direcionadas a agricultura. No entanto, essa tendência necessariamente não tem levado a especialização e a monocultura, os camponeses desta região, em sua maioria, respondem a uma diversificação produtiva que combina pecuária, agricultura e criação de pequenos animais (suinocultura e avicultura). Na organização econômica dos camponeses da região, a pecuária de leite representa os ganhos relativos à renda monetária quinzenal das famílias, sendo que os ganhos relativos à atividade agrícola e criação de pequenos animais, além do consumo familiar, são convertidos, respectivamente, a produção de insumos e excedente de reserva para eventuais necessidades como: a compra de um bezerro, conserto de um cercado, manutenção do pasto e etc.

Embora a diversidade produtiva seja uma tendência da agricultura camponesa

na microrregião de Imperatriz esta não representa a totalidade das situações encontradas na região. A heterogeneidade dos rebanhos dos camponeses que, variam entre 12 a 100 cabeças de gado, reflete a diversidade nas formas de gestão dos estabelecimentos agropecuários da região e nas possibilidades de especialização produtiva dos produtores de maior escala. Durante trabalho de campo foi possível identificar casos de camponeses que dedicavam-se exclusivamente a atividade pecuária, convertendo toda sua área em pastagens. Estes camponeses, em geral, vendem o leite a atravessadores, ou investem na fabricação de *massa de queijo* que é comercializada com queijeiros da região. Os fatores que levam esses produtores a optar por essas alternativas de comercialização se fundamentam nos rendimentos (considerados mais satisfatórios) e na possibilidade de utilização de um subproduto na alimentação suína.

4 | A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA LEITEIRA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO ECONÔMICA DOS CAMPONESES DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA

É possível argumentar que as condições estruturais e os distintos usos da produção de leite nos estabelecimentos agropecuários dos camponeses da microrregião de Imperatriz: consumo familiar, comercialização direta, venda à atravessadores, relação com as indústrias de laticínios, produção de queijos artesanais e a possibilidade de utilização do “soro” para composição de alimentação animal, viabilizam a inserção desses produtores em diferentes circuitos de comercialização, que correspondem, por sua vez, por distintas condições de troca e estruturas sociomateriais. Esses distintos canais de comercialização da produção leiteira estão enraizados em diferentes redes de relação que ligam produtor e consumidor. Portanto, na nossa análise, a compreensão da organização econômica dos camponeses da microrregião de Imperatriz passa, ao mesmo tempo, pela explicação dos distintos modos de gerir a produção leiteira, seja no autoconsumo doméstico, na venda aos laticínios ou atravessadores, na fabricação de queijos ou quando, em determinados momentos o camponês alterna entre a venda, consumo e ou fabricação de queijo.

A reestruturação do setor lácteo no Brasil (SILVA, 2012), em particular os efeitos da instauração das normas vigentes a partir das instruções normativas 51 e 62, tem sido fundamental para o crescente número de camponeses que buscam na relação com as indústrias de laticínios ou atravessadores uma alternativa de comercialização e para incorporação nos estabelecimentos agropecuários da estratégia de fabricação de queijos artesanais. A persistência dessas estratégias pode ser atribuída a distintos fatores: em primeiro lugar, a venda do produto a empresas que são habilitadas pelo Estado representa segurança e diminui as incertezas e, em segundo lugar, nesse tipo de relação o subproduto utilizado para alimentação animal (soro) não é devolvido

ao produtor causando um desequilíbrio no sistema econômico dos camponeses, que convertem parte ou toda produção leiteira à fabricação de queijos.

Foram identificados casos de produtores que alternam a venda do leite as indústrias de laticínios com a fabricação de queijos artesanais, quando as condições climáticas e o preço do leite são favoráveis. Dessa maneira, não há que se dizer que a produção leiteira da microrregião de Imperatriz tem se convertido exclusivamente no fornecimento de matéria prima as indústrias de laticínios ou na fabricação de queijos. São situações que se colocam como alternativas para os camponeses que, por sua vez, alternam de acordo com seus interesses e as condições estruturais.

A produção leiteira da microrregião de Imperatriz possui uma dinâmica, induzida pela sazonalidade da atividade agrícola e de mercado, flexível do ponto de vista dos preços e da qualidade da produção. Essa característica possibilita ao produtor de leite local, um cenário de constantes mudanças nos rendimentos e ritmo de trabalho no interior dos estabelecimentos agropecuários. Uma primeira alternativa de inserção mercantil dos camponeses locais compreende a venda do leite *in natura* para as indústrias de laticínios certificadas pelo Estado, pois, significa uma renda regular e segura por conta do registro no selo de inspeção sanitária que estas empresas possuem. Todavia, esse tipo de comercialização apresenta um inconveniente, pois, quando os camponeses vendem para tais indústrias ficam impossibilitados de utilizar o soro do leite (CARNEIRO, 2016), o que inviabiliza sua utilização para composição alimentar na atividade de criação animal (suinocultura). De acordo com os produtores estudados o “soro” representa cerca de 80% da alimentação animal, sendo que na sua ausência a atividade da suinocultura se torna inviável.

A comercialização com atravessadores, por sua vez, aparece como alternativa para os produtores de leite por razões relacionados ao preço pago pelo leite – considerado mais vantajoso para alguns camponeses – e a possibilidade de reprodução da suinocultura e o adiantamento do pagamento feito pelo atravessador. Os camponeses consideram viável esse tipo de negociação por que viabiliza uma maior flexibilidade na negociação de preços e prazos de pagamento, por se tratar de uma relação direta entre comprador e fornecedor. Neste tipo de relação pode-se observar o enraizamento das relações sociais (GRANOVETTER, 1985) onde a confiança construída entre camponeses e atravessadores se assenta em laços interpessoais viabilizados pela presença contínua dos compradores (atravessadores) nos estabelecimentos agropecuários (duas vezes por semana).

Uma terceira possibilidade de inserção mercantil observada entre os camponeses da microrregião de Imperatriz refere-se à fabricação de queijo caseiro. De acordo com Carneiro (1992) esta atividade exerce um importante papel na dinamização das atividades produtivas consideradas “marginais”, o que têm viabilizado uma maior rentabilidade no âmbito da produção agrícola. Lima Neto (2017) enfatiza que toda a produção de queijo na microrregião de Imperatriz transcorre em circuitos curtos de comercialização, o que possibilita ao consumidor avaliar a qualidade do produto

tendo como base o conhecimento de sua origem e processo produtivo. A escolha dos consumidores por este tipo de produto está intimamente relacionada à procura por um *queijo artesanal, limpo, confiável e sem química*, elementos que o diferem do queijo produzido pelas indústrias de laticínios.

O queijo de fabricação caseira é comercializado entre camponeses locais, nas feiras dos centros urbanos e para comerciantes da região. Neste tipo de comercialização impera as relações de proximidade entre produtor e consumidor o que viabiliza ao último, através das conversas e da possibilidade de degustação do produto antes da efetivação de sua compra, orientar e opinar a respeito do processo produtivo (LIMA NETO, 2017). Esta proximidade entre produtor e consumidor pode ser vista a partir da perspectiva dos mercados aninhados, conceito elaborado por Van Der Ploeg (2016) e Milone e Ventura (2016), como elemento que resolve o problema das lacunas estruturais encontradas nos grandes mercados de alimentos. Tais relações, construídas a partir de agradáveis intercâmbios, se constituem não apenas como elemento que aproxima consumidor e produtor, mas também possibilita um baixo custo de transação nas trocas mercantis e simbólicas no âmbito da produção agrícola e dos mercados aninhados.

No entanto é importante salientar que, como dito anteriormente, esses distintos modos de gerir a produção leiteira camponesa na microrregião de Imperatriz não podem ser analisados como estratégias isoladas. Elas podem ser acionadas, dependendo de distintas circunstâncias – calendário agrícola, variação no preço pago pelas indústrias de laticínios, tamanho do rebanho e etc., - em diferentes momentos e sobre distintas condições. A comercialização com os queijeiros ou a decisão de fabricar queijos caseiros, por exemplo, pode ser considerada viável quando o preço pago pelas indústrias de laticínios e atravessadores sofre uma queda significativa. Entrevistamos um camponês, por exemplo, que nos explicou que a escolha entre vender o leite para a indústria de laticínios, atravessadores, queijeiros e/ou utilizar o produto para fabricação de queijos está intimamente ligada à oscilação do preço do litro do leite e a capacidade produtiva do rebanho bovino no percurso do ano: *Aí quando diminui... Quando ela [produção de leite] tá dando de dez, quinze litros, até vinte, vinte e cinco, nós bota no laticínio. Aí quando é de quinze pra baixo aí faz o queijo. Nós usa [o queijo] pro nosso gasto e a gente vende dia de sábado na feira.* (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

A fabricação de queijo caseiro pode representar então, uma estratégia que é acionada pelos camponeses quando a combinação de diferentes circunstâncias, tais como, a capacidade produtiva do rebanho bovino, o calendário agrícola e o preço pago pelos laticínios e atravessadores, são consideradas insatisfatórias. Nesse sentido, como demonstrado por Lima Neto (2017), a comercialização com os queijeiros e a estratégia de fabricação de queijos aparece como um refúgio diante das dificuldades encontradas nas condições de comercialização junto às indústrias e atravessadores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária leiteira vem se apresentando como uma importante alternativa de reprodução da agricultura camponesa na microrregião de Imperatriz a partir dos anos noventa. No entanto, sua inserção na cadeia de produção leiteira regional enfrenta dificuldades que estão relacionadas a uma disputa entre os diferentes tipos de convenção de qualidade para regular os diversos processos de produção e comercialização do leite e seus derivados. Nesse processo, as regras do jogo, impostas oficialmente pelas instruções normativas 51 e 62, estabelecem a legitimidade do tipo de convenção industrial, própria das indústrias de laticínios.

No entanto, a combinação de algumas circunstâncias como, a polivalência, capacidade de ajustamento da agricultura camponesa a distintos contextos e crises (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1999), e a constituição na microrregião de Imperatriz de um arranjo institucional (FIANI, 2011) – no âmbito da pecuária leiteira – diversificado em seu interior, viabiliza a estruturação de um ambiente econômico favorável à inserção dos camponeses produtores de leite em diferentes circuitos de produção e comercialização.

Ademais a elaboração de uma legislação que responde a uma convenção de tipo industrial e desconsidera os distintos tipos de convenções de qualidade que envolvem a produção leiteira nacional, se constitui como um problema para reprodução da agricultura camponesa. Outros países da América Latina tem avançado nessa discussão, o que levou a elaboração – no caso da Argentina – de uma legislação específica que leva em consideração as especificidades da agricultura camponesa (CRAVIOTTI, 2017), flexibilizando a habilitação de estabelecimentos agropecuários especializados na fabricação de queijo caseiro.

Por fim, consideramos que as experiências dos camponeses da microrregião de Imperatriz descritas aqui são importantes para demonstrar as dificuldades e possibilidades de inserção da agricultura camponesa e familiar em diferentes canais de comercialização propiciados pelos novos mercados agroalimentares. Dessa maneira, tentamos romper com perspectivas teóricas, sem confirmação histórica e empírica, de que tais iniciativas e modos econômicos são inviáveis e ineficientes economicamente.

REFERÊNCIAS

ALLAIRE, Giles. A contribuição da sociologia econômica para compreender o significado da “qualidade” nos mercados alimentares. IN: NIEDERLE, Paulo. Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: EDUFRGS, 2013.

CARNEIRO, Jonatha F. A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. Revista Sinais Sociais, v. 10, n. 29, p. 129-149.

Rio de Janeiro, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. Artigo apresentado no Seminário o Novo Rural. Unicamp, São Paulo, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. (org) A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COUTO, Xoán C. S. A adoção de práticas agroecológicas por camponeses: estudo de caso no oeste maranhense. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CRAVIOTTI, Clara. La problemática de la coexistência entre la agricultura familiar y la agroindustria: una aproximación desde la producción de quesos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 05, n. 10, p. 163-185. Sergipe, 2013.

FARIA, A.M.M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. Revista de Estudos Sociais Cuiabá - MT, v. 6, n.06, p. 45-58, 2001.

FIANI, Ronaldo. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GARCIA JR, Afrânio R. Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989.

GARCIA JR, Afrânio R. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. C. B. (Org.). Redes e sociologia econômica. São Carlos: Edufscar, 2009.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Editora Laemmert S. A. 1968.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) A agricultura familiar: I – Uma realidade multiforme. Campinas: ed. da UNICAMP, 1993.

MILONE, Pierluigi; VENTURA, Flaminia. A mão visível na construção de novos mercados para as economias rurais. In: MARQUES, F. C et. al (orgs) Construção de mercados e agricultura familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2016.

NAVARRO, Z; CAMPOS, S.K. (Org.). A pequena Produção Rural e as Tendências do Desenvolvimento Agrário Brasileiro. Ganhar tempo é possível? Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

LIMA NETO, Evaristo José de. A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Antonio J. de Souza. Agroindústria do leite na microrregião de Imperatriz –MA: análise dos direcionadores de competitividade. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SILVA, Z. F.; CAVALCANTE, A. A.; BENTO JUNIOR, F. A.; SOUSA, S. R.; LOIOLA, M. L.

Características do sistema de produção de leite da Microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Revista de Ciências Agrárias, v. 55, n. 2, p. 92-97, abr./jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2012.047>.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C et. al (orgs) Construção de mercados e agricultura familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2016.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS

Veneranda Acosta

Programa de Pós-Graduação em Política Social
da UFMT
Cuiabá - MT

RESUMO: Pretende-se descrever brevemente, por meio deste artigo de revisão bibliográfica, a desconstrução do Welfare State no mundo industrializado e como isso impactou a formatação das políticas públicas no decorrer das décadas do século XX. Sobre o Brasil, observa-se a contrarreforma sobre os direitos dos servidores públicos, a partir da implantação da *Administração Pública Geral* do então Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira na década de noventa, que na dimensão institucional, é a ideologia do Modo de Acumulação Flexível aplicada no Estado, onde até os dias de hoje, persiste atacando a seguridade dos trabalhadores do setor público.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Bem Estar Social, Acumulação Flexível e Seguridade social.

ABSTRACT: It is intended to describe briefly, through this article a literature review, the deconstruction of the welfare state in the industrialized world and how it impacted

the formatting of public policies over the decades of the twentieth century. About Brazil, contrarreforma is observed on the rights of public servants, from the implementation of the State General Administration of the then Minister for Administration and State Reform, Luiz Carlos Bresser-Pereira in the nineties, that the institutional dimension, is the ideology of Flexible Accumulation mode applied in the state, where even today, continues attacking the security of public sector workers.

KEYWORDS: State Social Welfare, Flexible Accumulation and Social Security.

1 | INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, o homem se percebeu enquanto um ser social e começou a se organizar em comunidades para garantir sua sobrevivência.

Analisar como esse processo se deu historicamente, é algo crucial para entendermos como, há milhares de anos, foi iniciada a sistematização do trabalho, a formação do Estado, a complexidade das relações econômicas e a demanda das políticas sociais, que continuam a se transformar a cada dia, onde tudo está entrelaçado pela luta de classes.

Neste breve artigo, procuro descrever

como se deu a desconstrução do Estado de Bem Estar Social no mundo, e no que tange ao Brasil, procuro recortar a situação de perdas trabalhistas já sofridas pelos trabalhadores do serviço público e as que ainda estão em ameaça por forças políticas neoliberais, de acordo com o atual estágio do Modo de Produção Capitalista: a acumulação flexível.

2 | O DESMONTE DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E O MODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Ao final dos anos sessenta do século XX, muitos acontecimentos começaram a transformar a realidade econômica e social dos países que mantinham o Welfare State.

A União Soviética que era a maior representação comunista do mundo começou a passar por uma forte crise de abastecimento, o que a deixou fragilizada. Sua indústria de bens de consumo não evoluiu na mesma proporção de sua indústria bélica.

A Europa Ocidental e o Japão já haviam recuperado suas indústrias de toda a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e já estavam concorrendo com os Estados Unidos da América pelo mercado internacional. Os EUA, que lideravam a Guerra Fria e já estavam também muito desgastados economicamente com a Guerra no Vietnã, eliminaram em agosto de 1971 o padrão ouro-dólar, rompendo assim, o acordo de Bretton Woods. Em 1973 acontece a segunda crise do petróleo, onde os principais países produtores que haviam formado a OPEP determinam a alta do produto, o que causa um enorme impacto econômico em todo o mundo, desencadeando ou agravando processos inflacionários (HARVEY, 2013, p. 136).

Nesse contexto, Ronald Reagan e Margareth Thatcher se aliam e iniciam um discurso de fortalecimento do liberalismo, responsabilizando o Estado Providência pela crise do capitalismo, já que os empresários afirmavam ser culpa do movimento sindical a alta dos salários e a baixa na taxa de lucro, e por isso, buscavam uma compensação dentro do orçamento público. A disputa pelo fundo público passou a ser muito mais acirrada entre o capital e o trabalho, como afirma SALVADOR (2010, p. 136):

A crise do *Welfare State* tem sido associada à produção de bens sociais públicos e muito menos à presença do fundo público na reprodução do capital, o que revela o caráter ideológico da crítica à crise fiscal do Estado. Para Francisco de Oliveira (1998), é a disputa pelos fundos públicos destinados à reprodução do capital e os fundos que são destinados aos gastos sociais o revelador da crise. Trata-se de um jogo de soma zero: o que um perde é outro que ganha.

Ganham força então, as teorias do neoliberalismo, e o modelo de *acumulação rígida* oriundo do taylorismo-fordismo, passa a ser desconstruído pelos capitalistas,

que viam ele como algo engessado, uma rigidez que abrangia os seguintes aspectos (HARVEY, 2013, p. 135):

- Rigidez de planejamento e investimentos de capital: presumia um mercado de crescimento estável e consumo invariáveis;
- Rigidez na alocação e contratos de trabalho: confrontava-se com leis trabalhistas e salários fortemente defendidos pela classe trabalhadora;
- Rigidez nos compromissos do Estado: seguridade social ampla que demandava um percentual cada vez maior do orçamento público aos trabalhadores.

Ao contrário disso tudo, eles desejavam flexibilidade. Continuavam a executar uma produção em série, porém em outros moldes, iniciando assim o *Modo de Acumulação Flexível*. Deve-se ressaltar que a própria acumulação rígida gestou as condições necessárias para o *trabalho flexível*, uma vez que já havia desumanizado a produção industrial. Agora com a tecnologia cada vez menos mecânica e mais eletrônica, seria possível retirar a estabilidade na relação trabalhista da maior parte dos empregados.

A acumulação flexível consiste numa flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (HARVEY, 2013, p. 140). Já não é o consumidor que tem que se adaptar ao produto industrial e sim o contrário: a indústria deve ser flexível o bastante para atender peculiaridades regionais, interesses específicos e personalizados dos consumidores. A indústria ultrapassa de vez qualquer tipo de fronteira e ocorre a desterritorialização da produção, que passará a buscar lugares onde a exploração da força de trabalho possa ser mais intensa e barata, quer seja pelos baixos salários ou pela ausência de leis trabalhistas devido à falta de luta sindical (NETTO e BRAZ, 2010, p. 216). Esse processo foi previsto por MARX e ENGELS (2007) no *Manifesto do Partido Comunista*, e ficou conhecido como o advento da *globalização*.

Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em *uma só* nação, com *um só* governo, *uma só* lei, *um só* interesse nacional de classe, *uma só* barreira alfandegária.

Nessa nova perspectiva de produção capitalista, o avanço tecnológico diminui sensivelmente a demanda por trabalhadores ligados à produção (trabalhos operacionais) e o desemprego aumenta significativamente, o que fragiliza a classe trabalhadora e o poder sindical. A classe empresarial se aproveita dessa fragilidade construindo uma nova lógica no mercado de trabalho, que impõe contratos de trabalhos cada vez mais flexíveis, fomentando assim o regime de trabalho por tempo parcial, temporário ou subcontratado, aliada a uma competição cada vez mais acirrada entre os trabalhadores. O mercado então exige um novo perfil de trabalhador: mais qualificado

e polivalente, que deverá trabalhar na área de criação, controle e tecnologia. Os que não estiverem nessas áreas, serão considerados flexíveis e rotativos para o capitalista, e pertencerão a classe de trabalhadores que deve estar numa situação precarizada, inclusive para pressionar a subordinação do trabalho ao capital. Nessa lógica, agrega-se a ideologia do *toyotismo*, que se empenha em tirar a consciência de classe do trabalhador, convencendo-o que o seu sucesso pessoal é o sucesso da empresa, já que não são mais empregados e sim colaboradores dela (NETTO e BRAZ, 2010, p. 217).

Mas na acumulação flexível, não é apenas o desemprego que tem mudado o perfil do trabalhador no mundo globalizado, mas também a própria forma de produção industrial, que agora irá preferir demitir e terceirizar a produção o máximo possível, do que ter que empregar diretamente seus funcionários pagando-lhes salários mais altos. A terceirização da produção em geral, incentiva a estruturação de pequenas empresas para atender a demanda de uma indústria de grande porte. Muitas vezes, essas empresas são familiares ou de cunho paternalista, o que inviabiliza a organização sindical (HARVEY, 2013, p. 145).

Outro fator importante para a consolidação da acumulação flexível foi a inserção da força de trabalho feminina no mercado dos países menos desenvolvidos, onde o capital pôde explorá-las de forma intensificada e bem mais barata, como ressalta HARVEY (2013, p. 146):

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países avançados.

Somando-se a essas questões, temos o fato do fortalecimento do capital financeiro, onde as bolsas de valores ditam as estabilidades econômicas dos países de forma mais decisiva como nunca se viu antes na história, haja vista que algumas empresas tem um capital maior do que o Produto Interno Bruto – PIB de várias nações.

Para os trabalhadores que não se alocaram nessa cadeia produtiva, ou que não se vincularam a mais de um emprego simultaneamente, a saída pregada pela nova ordem capitalista para a manutenção de suas necessidades, tem sido o empreendedorismo, como cita ALENCAR (2010, P. 121):

Os trabalhadores apostam então nos pequenos negócios pela dificuldade de encontrar emprego assalariado, pela oportunidade de acrescentar renda face o salário insuficiente. As atividades da economia informal constituem, para a maioria dos que nela se encontram uma estratégia de sobrevivência, num contexto marcado pela destruição de postos de trabalho no segmento formal da economia. A receita mensal desses empreendimentos é muito baixa, imperando baixos salários, relações de trabalho sem assalariamento formal e sem direitos trabalhistas.

E para aqueles que ainda dispõem de um emprego mais estável com seguridade social, a intensificação do trabalho também passa a ser uma marca do capitalismo contemporâneo, onde para preservar seu vínculo empregatício, o trabalhador é obrigado a se adaptar a um novo ritmo de produção, quer seja industrial, comercial ou intelectual.

Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensado com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns (HARVEY, 2013, p. 143).

A ideologia neoliberal e a acumulação flexível compreendem um retrocesso muito acentuado no mundo do trabalho, onde novamente *tudo o que era sólido e estável, se desmancha no ar* (MARX e ENGELS, 2007).

3 | A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Já que o Modo de Produção Capitalista – MPC agora é de acumulação flexível, cabe ressaltar que não é flexível apenas a produção e o trabalho. Nessa nova fase do capitalismo, tudo deve ser flexível, inclusive os direitos sociais, e é nesse sentido que o capital tem avançado sobre as conquistas históricas dos trabalhadores ao redor do mundo, implementando como padrão a *precarização do trabalho*. A precarização do trabalho consiste nos contratos de trabalho, sem vínculo empregatício, temporários e sem nenhuma garantia social, diferente dos trabalhadores que tem carteira de trabalho assinada pelas empresas, onde contribuem para a seguridade social e estão amparados por vários direitos. Com isso, há um enorme crescimento do trabalho “autônomo”, informal e também da redução salarial, obrigando o trabalhador a ter várias ocupações para conseguir obter recursos para a sua manutenção e de sua família. E esse trabalho complementar, conhecido no Brasil como “bico”, passa então a ser o padrão de trabalho do país, e não mais o emprego de carteira assinada, acompanhado de direitos sociais, como demonstra MARANHÃO (2010, p. 54):

Dados do IPEA (2005) mostram que praticamente metade da força de trabalho no Brasil é empregada no chamado “setor informal”. Entre 1992 e 2004, o percentual de trabalhadores subcontratados e informais cresceu de 38,3% para a impressionante taxa de 51,2% (PNAD, 2005).

E como se não bastasse a situação vulnerável do trabalhador dentro desse contexto, ele ainda passa a ser responsabilizado pela sua situação, onde afirma-se que é por falta de qualificação que o mesmo está numa situação precária de trabalho. O Estado então se limita a proporcionar cursos de qualificação para que ele tenha “sorte” de se realocar às demandas temporais do mercado, naturalizando o desemprego

estrutural do sistema e a falta de serviços públicos de qualidade.

O Estado também é pressionado pelo discurso capitalista de que os tributos referentes ao trabalho, e pagos pelo empregador no Brasil, são altíssimos e impedem não só a formalização do vínculo empregatício, mas também a geração de novos empregos, o que na verdade se mostra improcedente, uma vez que a flexibilidade do trabalho e dos direitos trabalhistas não assegurou uma queda na taxa de desemprego pelo mundo, pelo contrário, a situação ficou ainda pior conforme BEHRING (2008, p. 220)

Ele procurava demonstrar que se a flexibilização vem sendo defendida como forma de combater o desemprego, esta é uma falsa solução. Fazendo comparações com outros países, Jakobsen afirma que o desemprego baixo nos EUA e alguns países da Europa naquele ano (1998) estava relacionado ao investimento e à ausência de taxas de juros tão altas como no Brasil. De outro ângulo, os países que mais flexibilizaram as relações de trabalho, a exemplo da Espanha, tinham a liderança das taxas de desemprego.

Considerando que o modelo de seguridade social brasileiro tem como um de seus pilares o modelo bismarckiano, onde só usufrui quem contribui, a maior parte dos trabalhadores fica sem proteção social na hipótese de impossibilidade ao trabalho (desemprego, doença ou velhice). Aos que contribuem resta-lhes direitos cada vez mais comprimidos pela demanda orçamentária do capital sobre o fundo público, e sendo assim, o Estado começa a reduzir os direitos a fim de transferir mais recursos ao pagamento da dívida e para demais interesses empresariais que estiverem na pauta governamental, como exemplificam BEHRING e BOSCHETTI (2010, p.166):

Esse mecanismo de manipulação orçamentária, que transfere recursos do orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal, tem sido nefasto, pois permite a transferência de recursos públicos crescentes para o mercado financeiro, por meio do pagamento de serviços da dívida pública. No período de 2002 a 2004, foram desviados do Orçamento da Seguridade Social R\$ 45,2 bilhões que deveriam ser utilizados para as políticas de previdência, saúde e assistência social e poderiam ampliar os direitos relativos a essas políticas sociais.

Esses recursos poderiam contribuir para a ampliação do sistema de seguridade social. Mas, ao contrário, vêm sendo utilizados como um dos principais mecanismos da política fiscal para gerar o superávit primário.

Sendo assim, o Estado consegue favorecer o capitalista de forma dupla: primeiro retirando orçamento da seguridade para empregar na área fiscal, e em segundo lugar, privatizando os direitos sociais, o que muito agrada o setor bancário e os empresários do ramo de serviços, que disponibilizam a solução do problema para o trabalhador através de seus produtos do mercado de seguros, educação e planos de saúde.

Portanto, a privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um lucrativo para o capital, em especial segmentos do capital nacional que perderam espaços com a abertura comercial. Este é o caso da previdência complementar

e da educação superior, no último período, considerando que a saúde vive esta dualidade há mais tempo, designada por alguns autores como universalização excludente, que quebra a uniformização e a gratuidade dos serviços. (BEHRING, 2008, p. 251).

Alguns trabalhadores, mesmo com dificuldade, conseguem pagar por essa privatização da política social, e para aqueles mais pobres, o governo então passa a desenvolver programas assistenciais que também podem ter duas utilidades: remediar uma situação crítica de marginalização social apenas a título de benefício, e também formar um eleitorado cativo, já que se trata de um programa governamental e não de direitos devidamente regulamentados, de cunho universal com base no modelo Beveridgiano.

Em suma, o Estado tem adotado uma postura de transferir ao cidadão a sua responsabilidade pela manutenção da seguridade social, por meio do mercado de seguros ou contratação de serviços privados.

Mas além dessas tendências (e seguindo a lógica empresarial da produção flexível de terceirização das atividades), ainda se acrescenta outra tendência para o enfrentamento da questão social: o trabalho voluntário por meio de entidades filantrópicas, ou ainda, a delegação das funções estatais para as Organizações Sociais (OS), onde o Estado assume sua ineficiência, delegando a uma organização da sociedade civil, “sem fins lucrativos”, a responsabilidade de proporcionar serviços públicos, como saúde, educação e outros.

Segundo a Medida Provisória nº 1.591, de 09/10/1997, que criou o Programa Nacional de Publicização, as organizações sociais (OS) são “pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a forma de associações civis, sem fins lucrativos, que se habilitam à administração de recursos humanos, instalações e equipamentos pertencentes ao Poder Público e ao recebimento de recursos orçamentários para a prestação de serviços sociais” (Barreto, 1999: 120). (BEHRING, 2008, p. 255).

4 | A PERDA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

De acordo com VIANNA (2010, p. 149) o direito social mais atacado pelos governos é o direito à previdência. Apesar das conquistas sociais expressas na Constituição Federal de 1988, o desmonte de tais direitos seguiu já na década seguinte, sob o argumento de que a previdência social estaria cada dia mais em situação deficitária, devido o envelhecimento dos trabalhadores, como aponta BEHRING (2008, p. 262):

Em todo o processo, prevaleceu a lógica fiscal e os argumentos demográficos – as perspectivas de envelhecimento da população e seu impacto sobre a Previdência – combinados ao impulso à previdência complementar, consolidando a dualidade entre uma previdência pobre aos pobres, aqui contribuintes, e uma previdência complementar para os que “podem pagar”.

O primeiro ataque sobre o direito à previdência social foi consumado por meio da Emenda Constitucional nº 20/1998 que mudou todo o formato da previdência que vigorava no país e abriu espaço para outras “reformas” ainda mais prejudiciais à classe trabalhadora como um todo, inclusive para aqueles trabalhadores considerados totalmente estáveis: os servidores públicos.

Sobre os prejuízos com a previdência para a classe trabalhadora do serviço público, a mais impactante foi a contrarreforma previdenciária de 2003, realizada pela Emenda Constitucional nº 41 onde o acesso ao direito de aposentadoria ficou bem mais restrito. Especificamente sobre servidores públicos, podemos observar (além da vinculação do tempo de contribuição com a idade, sendo o cumprimento dos dois requisitos necessários para se aposentar), a questão da perda da integralidade/paridade com os servidores da ativa. Dessa forma, o servidor não aposentará mais com o último salário, mas sim com uma média da contribuição, que pela regra, faz com que ele perca de 30% de sua remuneração, tendo a necessidade dos reajustes salariais serem fixados por lei específica, caso consigam negociar algum reajuste. Essa regra vale para os servidores que tomaram posse na União até o dia 19 de setembro do ano de 2012.

As perdas do sistema previdenciário brasileiro refletem esse ciclo iniciado no ano de 1998, e que recentemente foi agravado por mais uma “reforma previdenciária” promovida pelo atual governo do país, onde os servidores públicos terão o mesmo teto de aposentadoria determinado para o Regime Geral da Previdência Social, conforme prevê a Lei Federal nº 12.618 de 30/04/2012, o que necessariamente, cria e incentiva um novo produto para o mercado de seguros explorar, que é o da previdência complementar. Por exemplo: um servidor público federal que esteja finalizando a carreira, prestes a se aposentar, e tenha como último salário da tabela o valor de R\$ 20.000,00, aposentará com o valor do teto do Regime Geral do INSS que atualmente é de R\$ 5.645,00.

Para o trabalhador não ter uma queda brusca no seu salário, sem ter como manter suas despesas cotidianas e seu padrão de vida, ele terá que se preparar, quer seja por outras fontes de renda ou por meio de uma previdência privada, e sendo assim, aquilo que era um direito conquistado pelos trabalhadores e obrigação do Estado, passa a ser considerado um produto comercial, que, aliás, não oferece qualquer segurança para o futuro servidor aposentado, pois quando ele adquire uma previdência complementar não fica explicitado o valor do benefício a ser recebido, portanto ele não tem certeza que com o produto poderá evitar uma situação de empobrecimento.

E o mais preocupante é que não é só a previdência social que está sendo desmontada pelo governo, mas sim, todos os direitos que expressem um modelo estável de trabalho, já que o Estado passou a implantar os modelos de administração empresarial em sua gestão, e nessa perspectiva, entende que deve acabar com toda a rigidez do passado (representada pela gestão burocrática), para implantar de vez a gestão pública flexível, que também recebe o nome de *Administração Pública Gerencial*

por seu idealizador Bresser-Pereira, o qual foi pessoalmente ao Reino Unido para estudá-la, e posteriormente propor um modelo adaptado à realidade brasileira que se iniciou com a Emenda Constitucional nº 19/1998 (PAULA, 2005, p. 125).

A emenda constitucional resultante, também conhecida como emenda da reforma administrativa, foi promulgada em 1998 e efetivou as mudanças estruturais necessárias para legitimar a reforma gerencial (Idem, p. 126).

Essa Emenda possibilitou a formulação de leis que tendem a flexibilizar ainda mais a administração pública. Atualmente temos o encaminhamento de três projetos de leis no Congresso Nacional, que caso sejam aprovados representarão o fim de vários direitos dos servidores públicos, bem como, uma maior precarização do trabalho no Brasil. Um retrocesso com consequências terríveis aos trabalhadores do setor público, conforme tabela abaixo:

Nº do Projeto de Lei	Descrição
Projeto de lei 4330/2004 (já aprovado-Lei nº 13.429/2017)	Regulamentação do trabalho terceirizado, que possibilita ao gestor público contratar serviços terceirizados, inclusive na área fim do órgão público, e livra o Estado das responsabilidades trabalhistas, caso a empresa não pague corretamente seus funcionários.
Projeto de lei do senado 710/2011	Regulamentação do direito de greve dos funcionários públicos, onde prevê a criminalização dos trabalhadores grevistas, bem como a obrigatoriedade do percentual mínimo de 60% dos trabalhadores sem exercer o direito de greve.
Projeto 3351/2012	Regulamentação das carreiras típicas de Estado de acordo com o Art. 247 da Constituição Federal, onde prevê a demissão de servidores públicos sem processo administrativo, reservadas apenas algumas carreiras típicas de Estado, acabando assim, com a estabilidade no serviço público para a maior parte dos trabalhadores efetivos.

Todos esses projetos de lei têm como objetivo final fragilizar os trabalhadores do setor público, abrindo possibilidades para o avanço do capitalismo nas entidades públicas, a fim de favorecer o enriquecimento de diversos segmentos empresariais. O mercado produtivo já tão explorado pelos capitalistas agora deslumbra novos horizontes com o setor de serviços, os quais se apropriam da máquina estatal com o mesmo objetivo do ramo produtivo: obter lucros altíssimos.

O antídoto desse processo de desmantelamento da seguridade é a formação política de cada trabalhador, e a instituição que tem parte legítima nesse processo de formação, são os sindicatos laborais que representam mais do que uma entidade de defesa trabalhista, configuram-se em uma entidade política que deve ter como uma de suas finalidades a conscientização da classe trabalhadora a qual representam. Entretanto o sistema capitalista também se incumbem de desconstruir dia-a-dia essa entidade tão perigosa para sua dominação, cooptando muitas lideranças sindicais, ou simplesmente favorecendo direta e indiretamente o amadorismo desses representantes,

que pode ser um dos principais entraves para a implementação de uma militância em prol da transformação social.

Historicamente, a condução da luta contra o capitalismo foi realizada pelo proletariado, liderando o conjunto dos trabalhadores – e não há nenhum indício de que o êxito da luta anticapitalista possa dispensar o protagonismo operário. Mas é fato, e nisto consiste um dos núcleos da problemática contemporânea, que as organizações políticas que poderiam orientar o protagonismo operário, dos trabalhadores e de outros segmentos anticapitalistas experimentam grave crise (NETTO e BRAZ, 2010, p. 247).

É certo que esse problema deve ser superado, já que a conscientização e organização dos trabalhadores são fundamentais para que os mesmos tenham sucesso nessa luta de classes. Na verdade, se configura com a única saída para não só deixar a posição defensiva, como também, avançar em outras conquistas, e hoje se configura como o grande problema a ser enfrentado em todo o mundo.

5 | CONCLUSÃO

Considerando que historicamente o Brasil sempre esteve à margem do contexto político dos países industrializados, demoramos muito tempo para termos conquistas sociais significativas, como as que foram aprovadas na Constituição Federal de 1988. Porém, já em movimento contrário, as influências internacionais pressionavam por um outro tipo de formatação do Estado. Era a influência da produção e *gestão flexível*, tão defendida pelo então ministro Bresser-Pereira durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A receita do FMI foi fielmente cumprida no Brasil pelo governo da época, e sob a promessa de não alterar essas políticas públicas, continuaram a serem cumpridas durante o governo que se auto define como trabalhista.

A desconstrução dos direitos sociais alcançados em 1988, começa na década seguinte com alterações na Constituição Federal, ou simplesmente por falta de implementação da mesma. O fato é que o país sequer obteve um Estado de Bem-Estar-Social e já se vê diante de um aparato internacional para a total implementação da acumulação flexível, que trazida para o contexto da Administração Pública, torna-se a *Administração Pública Gerencial* idealizada por Bresser-Pereira, a qual continua a ser discutida e implementada gradualmente.

Em relação aos direitos sociais, o que mais sofreu alterações foi o direito previdenciário, conforme podemos analisar pelas alterações na Constituição Federal iniciadas nos anos noventa no país.

Hoje a ideia do empreendedorismo, da solução privada e de forma voluntária por parte da sociedade, tende a retirar a responsabilidade estatal em promover justiça social e acesso aos serviços públicos, aos cidadãos que verdadeiramente financiam

o Estado: os trabalhadores.

A disputa pelo orçamento público tem se intensificado de forma muito rápida, o que tem aumentado cada dia mais as metas do superávit primário, que configuram a moderna luta de classes, onde apenas a organização de luta dos trabalhadores poderá conter esse avanço, proporcionando melhores condições de vida ao povo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. “**As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional-desenvolvimentismo” ao “nacional-empresendedorismo”**”. BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 24ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARANHÃO, César Henrique. “**Capital e Superpopulação Relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo**”. BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 5ª reimpressão - São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. “**Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema**”. BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas**. 2ª ed. - São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT

João Bosco Hora Góis
Kamila Cristina da Silva Teixeira
Francisco José Mendes Duarte
João Luis Alves Pinheiro

RESUMO: O presente capítulo examina práticas empresariais de gestão da diversidade voltadas para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) no mercado de trabalho no Brasil. Esta análise tem dois objetivos: o primeiro é contribuir para superar a escassez de estudos sobre iniciativas de gestão mais inclusivas para o público LGBT e o segundo é testar a hipótese de que tais práticas produzem alguns ganhos concretos e simbólicos para a população em questão. Enfatizamos aqui os programas educacionais, às políticas de acesso a benefícios oferecidos pelas empresas por casais do mesmo sexo e à recente criação do Fórum Empresarial LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: orientação sexual; gestão da diversidade; Fórum empresarial LGBT

ABSTRACT: In this paper, we examine organizational practices of diversity management directed toward the lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) workforce in Brazil. The analysis has two purposes: the first, is to help overcome the scarcity of case studies about practices designed to assure more inclusive

management of LGBTs in the workplace; the second, is to examine the hypothesis that the importance of such practices produce some kind of concrete and symbolic gain for this targeted population. Here particular attention is given to educational programs, social benefits and the recent creation of a national LGBT Business Forum.

KEYWORDS: sexual orientation; diversity management; LGBT Business Forum

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo examina práticas organizacionais de gestão da diversidade voltadas para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) no mercado de trabalho no Brasil. Esta análise tem dois objetivos: o primeiro é contribuir para superar a escassez de estudos de caso acerca de iniciativas de gestão mais inclusivas para o público LGBT no Brasil e o segundo é testar a hipótese de que tais práticas produzem algum ganho concreto para a população em questão e ainda produzem efeitos no complexo domínio das mudanças culturais.

Com vistas a selecionar um conjunto significativo de ações, inicialmente identificamos 15 empresas de grande porte no Brasil que, de

acordo com seus sítios ou balanços anuais, desenvolveram ações para o segmento em questão. Em seguida, para aprofundar os dados obtidos na primeira etapa, conduzimos entrevistas semi-estruturadas com dois grupos de informantes: representantes de três das quinze empresas inicialmente selecionadas – duas do setor químico e uma do setor bancário – e consultores com vasta experiência na área de gestão da diversidade.

Demos particular atenção aqui aos programas educacionais e às políticas de equalização de acesso a benefícios oferecidos pela empresa por casais do mesmo sexo. Por fim, analisamos a recente criação do Fórum Empresarial LGBT, que é entendido aqui um passo importante para avanço dos trabalhadores LGBT no país.

2 | ATIVIDADES EDUCATIVAS

As atividades educativas são um componente importante das ações empresariais voltadas para a população LGBT. Muitas delas são perenes. Contudo, em geral, ficam restritas a datas como a semana do orgulho gay e o dia internacional de combate à homofobia. Nelas, são realizados debates e palestras sobre diversidade sexual no ambiente corporativo e sobre benefícios sociais para casais do mesmo sexo; exibidos filmes com a temática LGBT; veiculadas matérias nos canais de comunicação interna as quais informam o apoio dado pelas empresas aos funcionários gays, lésbicas e transgêneros e o seu repúdio às atitudes homofóbicas; organizados workshops dirigidos ao público interno e externo.

Esse conjunto de ações é geralmente realizado por comitês de funcionários, muitos deles voluntários. O forte traço voluntário não deve ser associado a amadorismo, pois os seus membros são previamente capacitados de modo a desenvolverem uma leitura crítica das suas ações, principalmente sobre o papel deles como multiplicadores de informações e sobre o apoio que a empresa oferece aos trabalhadores homossexuais.

Parte significativa dos trabalhadores que ingressam nas empresas estudadas passa por um treinamento obrigatório sobre a questão da diversidade. Abordando a temática LGBT, esse treinamento também inclui tópicos relacionados à deficiência física e ao gênero.

Os gestores, em diferentes níveis de comando, têm igualmente sido alvo de ações educativas. Busca-se com isso incentivá-los a refletir acerca de questões que dificultam ou impedem os trabalhadores homossexuais de acessar as mesmas oportunidades que os trabalhadores heterossexuais e de como eles eventualmente interferem nesse processo. Além disso, os gestores são instruídos quanto ao uso correto da terminologia associada ao universo LGBT, principalmente aquela relativa às diferentes identidades sexuais, e sobre como reagir favoravelmente diante de um processo de saída do armário.

A experiência tem mostrado que a efetividade da implantação de programas de diversidade no Brasil é sempre maior quando se consegue o apoio de pessoas

posicionadas no topo da hierarquia organizacional, uma vez que são fundamentais para a superação da permissividade com os preconceitos que circulam nas organizações (Fullerton, 2013; Thiblaux et. al., 2006). As ações podem ocorrer sem um efetivo engajamento desses agentes. Contudo, tenderão a serem implementadas mais lentamente e enfrentarão maiores obstáculos.

A adoção de ações educacionais por parte das empresas é orientada por alguns pressupostos. O primeiro é o de que elas teriam o potencial de contribuir para a afirmação de dadas identidades e facilitar que trabalhadores homossexuais possam, através de um progressivo processo de conscientização sobre a legitimidade das relações homoeróticas, “sair do armário”. O segundo, por sua vez, é que elas propiciam a formação de um ambiente acolhedor capaz de reduzir sensações efetivas ou imaginadas de discriminação. Ao fazê-lo, favoreceriam uma experiência laborativa cotidiana mais confortável para eles.

Também se pressupõe que os preconceitos nos locais de trabalho podem ser suprimidos por meio de “mudanças culturais”, entendidas como o esforço de internalizar valores que primem pelo respeito, por exemplo, aos diferentes modelos de família e aos direitos das pessoas transexuais. A consciência dos responsáveis pelas ações sobre o quão complexo e difícil é esse processo é algo que futuras pesquisas podem tentar explorar. Os dados disponíveis nesse estudo, contudo, já afiançam algumas conclusões preliminares. Talvez a principal é a grande variação de conhecimento entre os responsáveis sobre as dificuldades, as medidas necessárias e o conhecimento das relações entre a mudança na cultura organizacional e as resistências à mudança presentes na sociedade mais ampla. Essa é uma questão relevante porque incide sobre os volumes e tipos de investimento nas ações ditas educacionais. Essas ações, se desconectadas do mundo exterior, tendem a perder muito da sua potência.

Percepções correntes tendem a enfatizar que a sociedade brasileira é aberta ao diálogo sobre a homossexualidade. Entretanto, estudos relatam as inúmeras limitações dessa imaginária facilidade no trato desse assunto (Gonçalves, 2013; Jardim e Bretas, 2006). Fora do campo da jocosidade e da extrema informalidade, ela é vista como um tema cuja discussão deve ser ocultada ou, no máximo, dado o seu caráter supostamente patológico e, acima de tudo, patogênico, feita na esfera familiar (Vital e Lopes, 2013). Apesar disso, devemos reconhecer que algumas experiências educacionais de sucesso relacionadas a temas LGBT nas escolas, em centros comunitários, instituições de saúde e empresas têm sido registradas (Mello et. al., 2012). Isso afiança o diagnóstico positivo dos entrevistados das três companhias estudadas quanto aos efeitos das ações de conscientização.

A avaliação positiva, todavia, não elimina o reconhecimento, nosso e por parte das empresas, quanto à necessidade de aperfeiçoamento das ações nessa área, uma vez que muitas são incipientes e se dão em menor escala do que aquelas dirigidas a outros grupos minoritários.

3 | A EQUALIZAÇÃO DO ACESSO AOS BENEFÍCIOS SOCIAIS ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS E HOMOSSEXUAIS

As empresas estudadas têm buscado tratar igualmente casais heterossexuais e casais do mesmo sexo no que tange ao acesso a benefícios como planos de saúde odontológicos, seguros de vida, descontos em educação e consumo, expatriação e possibilidade de composição de renda para financiamento imobiliário.

As lacunas existentes nesse processo de equalização têm sido objeto de preocupação de networks existentes nas empresas. Em uma delas, o comitê responsável pela política de diversidade aprovou recentemente a concessão de novos benefícios para os trabalhadores homossexuais: 1) licença casamento de cinco dias; 2) licença no caso de adoção; 3) licença maternidade para funcionárias em união com pessoa do mesmo sexo.¹

Pesquisas mostram que a postura em prover os benefícios assistenciais aos trabalhadores homossexuais vem aumentando ao longo dos anos. Contudo, não existe uma legislação de abrangência nacional no país que assegure a obrigatoriedade de garantia de tais benefícios. Assim, tal acesso ainda depende de decisões de cada unidade empresarial.

As empresas estudadas tendem a fazer avaliações positivas sobre os resultados do processo interno de concessão igualitária. Contudo, o desenvolvimento dessas iniciativas passa por dificuldades de diferentes tipos.

Uma das mais importantes é que um número muito reduzido de trabalhadores faz a adesão aos benefícios para casais do mesmo sexo. Em uma das empresas por nós estudadas, quando o seguro saúde foi estendido para eles em 2007, apenas um funcionário fez a inclusão do seu dependente. Em 2013, apenas 14 funcionários tinham feito a mesma inclusão. Número muito baixo para uma empresa que atua em 545 municípios. Esse dado nos diz muito sobre as dificuldades dos trabalhadores homossexuais em declararem a sua orientação sexual o que, a seu turno, também reforça o diagnóstico de que as atividades educacionais voltadas à criação de um clima mais favorável à população LGBT nos locais de trabalho apresentam limites e necessitam ser aperfeiçoadas.

Aqui, há que se reafirmar o ponto de vista de que a magnitude dos efeitos das estratégias de gestão da diversidade ligadas à orientação sexual não dependem apenas de fatores intraorganizacionais. Ao contrário, estão em grande medida relacionados a complexos fenômenos psíquicos (a internalização do medo de ser descoberto como homossexual e a homofobia internalizada) e a fatores societários mais amplos como a presença recorrente de preconceito e discriminação. Assim, ações educacionais e políticas de expansão de benefícios sociais têm que se deparar com o fato de que o armário “não é uma escolha individual e a decisão de sair dele tampouco depende da

¹ A funcionária que tiver o bebê tem direito a licença-maternidade e a companheira tem acesso ao benefício equivalente à licença-paternidade.

‘coragem’ ou ‘capacidade’ individual”. (Miskolci, 2009, p. 172). Nem sempre o espaço dentro das empresas para se sair do armário é grande o suficiente e as políticas que facilitam o *coming out* podem causar uma sensação de desconforto e medo ao invés de proteção.

4 | RECONHECIMENTO E POLICY MAKING

Mesmo com limitações, as grandes empresas brasileiras já avançaram em relação aos esforços para uma maior igualdade entre homens e mulheres, notadamente no que diz respeito à questão salarial e a ocupação de cargos de chefia (Abramo, 2008; Instituto Ethos, 2010). O mesmo não pode ser dito em relação às diferenças entre trabalhadores homossexuais e heterossexuais.

As diferenças entre esses grupos – mulheres e homossexuais - podem ser associadas a dois fatores. O primeiro, de natureza extra organizacional, diz respeito ao maior poder de demanda do movimento feminista e maior aceitabilidade social da ideia de mulheres como um grupo minoritário (Santos e Oliveira, 2010). Os homossexuais, ao contrário, possuem menos tempo e poder de verbalização na esfera pública e um grau bem inferior de aceitação de seu status como minoria.

Igualmente, questões afetas às mulheres foram mais rapidamente inseridas nas estruturas de proteção social governamental como consequência, por exemplo, da sua inclusão mais longa no debate sobre os seus direitos humanos; e da criação de aparatos de proteção em nível internacional os quais reconhecem a sua situação de vulnerabilidade. Por razões similares, ainda que em menor escala, a população negra assistiu, nas duas últimas décadas, a uma ampliação da importância dado pelo Estado brasileiro às suas demandas e necessidades. Nessa tendência de inclusão de minorias, a população LGBT ainda ocupa uma posição marginal na agenda pública. Falta vontade política, recursos financeiros e ações efetivas.

Dado que as posições governamentais em relação às minorias tendem a ser, em alguma medida, mimetizadas pelo setor privado, gays, lésbicas e transgêneros são mais propensos a receber menor atenção do que mulheres e negros no ambiente empresarial.

Dados como esse têm conduzido estudiosos a avaliações extremamente negativas sobre os esforços empresariais de valorização da população LGBT (Neto et. al., 2014; Saraiva e Bicalho, 2014). Resumidamente, eles tendem a concluir que as ações, além de não serem efetivas, são uma forma de aumentar a adesão dos trabalhadores à lógica empresarial; constituem estratégia de amainar conflitos sociais incontornáveis; negligenciam questões como justiça social e humanização das relações laborais; e objetivam unicamente aumentar o lucro das empresas.

Não se trata aqui de negar as limitações existentes nessa área. Mas, sim, de afirmar que as análises realizadas sobre esse tema podem adquirir maior densidade

se observarem três questões.

A primeira é ao caráter gradual e instável que marca a institucionalização de políticas públicas e privadas no Brasil. Ao contrário do que ocorreu em muitos países da Europa Ocidental, o sistema de proteção social nacional foi (e continua) sendo estruturado de modo fragmentado e atendendo a demandas específicas de grupos de interesse dotados de maior capital. Um dos efeitos dessa dinâmica é a criação de um volume assombroso de hierarquizações dentro de uma burocracia que ainda estabelece uma distinção entre benesses e direitos. Ademais, o modo de funcionamento das instituições e organizações faz com que inúmeras políticas e programas sejam implementadas cercadas por um alto grau de instabilidade e, portanto, sob constante risco de descontinuidade.

A segunda questão diz respeito à utilização de modelos analíticos formulados em sociedades europeias e norte-americanas sem a necessária tradução para o contexto brasileiro (Góis et. al., 2013a). Observe-se, por exemplo, o uso do chamado “ciclo da política”. Um conceito ainda muito em voga, ele propõe que as políticas são constituídas de etapas que se retroalimentam na seguinte ordem: “identificação do problema”, “formulação de propostas”, “definição de estratégias”, “alocação de recursos”, “monitoramento”, “avaliação” e “redefinição das formas de intervenção” (Howlett e Ramesh, 1995). Sem dúvida essas etapas não são estranhas aos processos de *policy making* públicos e privados no Brasil. Mas, se dão de forma não linear e, no geral, estão sujeitas a instabilidades decorrentes de uma série de fatores: tendência à improvisação; informalidade; recursos financeiros insuficientes; falta de pessoal qualificado; e a falta de reconhecimento de gestores públicos e privados com poder decisório sobre a relevância e mesmo necessidade dos programas e projetos que as compõem.

A terceira questão tange a não distinção entre a situação de dadas minorias nos países desenvolvidos e no Brasil. Tomemos como exemplo a questão dos negros. Nos Estados Unidos, é parte integrante do imaginário nacional a ideia de uma diferença histórica entre afrodescendentes e brancos decorrentes da escravidão e da reiteração de práticas de subordinação deste grupo racial. Isso afiançou o desenvolvimento de políticas de ação afirmativa no campo do ensino e do trabalho (Anderson, 2004). Situação muito diversa se dá no Brasil, onde o racismo ainda é pouco reconhecido pela sociedade como uma variável capaz de criar desigualdades. Ao contrário, prevalece a noção de “democracia racial” (Sales, 2006). Assim, programas de gestão da diversidade para a população negra que queiram ser bem sucedidos precisam ter potencial de, inicialmente, desconstruir o mito da democracia racial ao mesmo tempo em que produzem inclusão social. Para tanto, contudo, precisam desvencilhar-se dos esquemas analíticos estrangeiros.

No que pesem os problemas operacionais e conceituais examinados até aqui, as tentativas de trabalhar em torno das questões laborativas da população LGBT, mesmo quando malsucedidas, reforçam um critério importante da produção de políticas

públicas e privadas: o “reconhecimento” da legitimidade de intervenção sobre um dado objeto.

O reconhecimento, por sua vez, é essencial para a “desprivatização cultural” e a consequente coletivização de uma dada questão. Aqui, experiências dispersas entram em contato fomentando um enorme potencial gerador de uma linguagem comum entre agentes e atores envolvidos com um dado problema social. Uma vez “reconhecido” e “coletivizado”, tal problema obtém maior possibilidade de ocupar um lugar mais estável dentro da “agenda social”.

A produção de políticas empresariais mais densas para a população LGBT vem se dando ainda através de um pequeno número de empresas e de movimentos de menor escala, mas capazes de difundir os valores e práticas das boas experiências de gestão da diversidade LGBT. A visualização e criação de pontos de contatos entre diversas experiências particulares instituem um padrão mínimo aceitável para atuação na área. Isso pode ser visto no processo que levou à constituição do Fórum Empresarial LGBT.

5 | O FÓRUM EMPRESARIAL LGBT

O Fórum Empresarial LGBT foi criado em 2013 por dois consultores-ativistas que já desenvolviam trabalhos com gestão da diversidade em empresas e pelo Instituto Ethos. Quando do seu início, ele agregou 13 empresas, número que em seguida aumentou para 23. Esse grupo ampliou-se significativamente, tendo atingido em 2015 cerca de 90 empresas de grande porte.

Dois elementos constitutivos da identidade do Fórum se destacam. Um deles é o de que não deve haver hierarquização das relações internas. Ao invés disso, deve-se primar pelo estímulo à troca de experiências de modo a tornar mais expedita a produção do conhecimento e reprodução das boas práticas. Outro elemento é o reconhecimento das precárias condições laborais das travestis e transexuais, tornando esse problema uma das suas principais metas de atuação. Ao menos nas empresas de grande porte já se observa uma maior possibilidade de empregabilidade desse segmento, posto que elas já começam a implantar estratégias eficazes de recrutamento e de acolhimento. Ainda que em poucas, o nome social está sendo utilizado e conta-se com o apoio de áreas das empresas tradicionalmente resistentes à questão.

O Fórum se instituiu aos poucos como resultante da propagação quase silenciosa das práticas de inclusão da população LGBT no mundo do trabalho. Um dos consultores entrevistados referiu-se a isso nos seguintes termos: “Eu acho que eu não tava prestando atenção que o tema já estava aí e que esse reconhecimento já tinha condições de acontecer no ambiente empresarial.”

Outro fator essencial para entender a constituição do Fórum é o apoio dado por importantes executivos das empresas que o compõe, o que corrobora com estudos que mostram que estratégias de gestão da diversidade são mais efetivas quando

recebem suporte de ocupantes de altos cargos (Rangam et. al., 2012; Waldman et. al., 2006). No caso aqui em análise, esse apoio foi angariado diretamente dos presidentes. Estrategicamente, foram sendo convidados apenas aqueles que, em alguma medida, já demonstravam simpatia pela temática LGBT.

Ainda que em processo de formação, o Fórum tem conseguido avanços no reconhecimento dos direitos da população LGBT no mundo do trabalho. Um dos mais importantes foi a elaboração da “Carta com os 10 Compromissos com Direitos LGBT”, sobre a qual gostaríamos de destacar algumas questões. A primeira é a sua própria existência. As “cartas de compromisso” não são recentes no mundo empresarial brasileiro. Elas têm mostrado potencial para fomentar a criação, adesão e respeito a valores e regras instituídas, estabelecer padrões mínimos aceitáveis de conduta, inibir práticas ilegais e definir punições para violadores (Rocha e Góis, 2011). Documentos semelhantes relacionados, por exemplo, ao uso de mão de obra infantil e escrava já circularam entre nós. Muitas vezes gestadas no âmbito da sociedade civil, este tipo de documento tem se transformado em leis de abrangência federal.

A segunda refere-se ao fato de que apenas 14 das 90 empresas hoje envolvidas no Fórum a assinaram. Esse dado, inicialmente, pode ser visto de forma negativa. As entrevistas realizadas, contudo, apontaram para outras possibilidades analíticas: a não adesão imediata sugere que muitas empresas estão buscando uma incorporação mais sólida dos princípios da Carta dentro das suas estruturas organizacionais, uma vez que nem todos os seus setores - o de marketing tende a ser particularmente resistente - estão convencidos da relevância dessa ação. Para tanto, elas estabeleceram um processo de discussão interna com diferentes instâncias administrativas que, quando finalizado, acredita-se, fará com que a assinatura da Carta seja acompanhada de mudanças comportamentais entre os gestores. Essas mudanças devem refletir alterações nas suas crenças sobre os significados (negativos) atribuídos às homossexualidades e cristalizados em nosso meio social. Essa expectativa, mais uma vez, evoca a discussão sobre o papel da mudança cultural nos processos de gestão da diversidade. Quando perguntados, todos os entrevistados apontaram ser tal mudança o maior obstáculo ao aperfeiçoamento das práticas de inclusão das minorias sexuais no mundo do trabalho. A sociedade brasileira ainda é marcada por crenças e preconceitos diversos sobre certos segmentos populacionais (quilombolas, travestis, nordestinos etc.), o que gera uma ambiência cultural pouco propícia à aceitação de práticas e modos de vida não normativos. Isso, ao seu turno, não favorece as recentes tendências de implementação de políticas públicas e privadas com traços fortemente inclusivos - notadamente aquelas associadas às ideias de “ação afirmativa” ou de “reparação” - como bem se vê nas constantes investidas (individuais e coletivas) contra as políticas de cotas para negros nas Universidades. Relativamente à população LGBT, essa resistência é multifacetada, o que a torna ainda mais severa.

A terceira questão concerne aos princípios acolhidos pela Carta. Ela reafirma a importância das ações que vêm sendo realizadas, notadamente as atividades

educativas e o fortalecimento do tratamento isonômico entre heterossexuais e homossexuais quando da concessão de benefícios sociais.

Os comitês compostos de funcionários voluntários para realização de práticas voltada para LGBTs constituem um elo entre os setores responsáveis pelos programas de gestão da diversidade e os trabalhadores. Daí porque a Carta salienta a necessidade de apoio aos chamados “grupos de afinidade”. Outra questão que cabe ser destacada é a importância atribuída ao estabelecimento de vínculos entre a empresa e o seu entorno, o que reafirma a crença no princípio de que a ausência de uma mudança cultural mais ampla inibe os efeitos das práticas internas de valorização da diversidade. Essa é uma das razões pelas quais a Carta enfatiza a necessidade de “promover desenvolvimento econômico e social de pessoas LGBT na cadeia de valor” e de “apoiar ações em prol dos direitos LGBT na comunidade.”

Das empresas que já assinaram a Carta - Carrefour, IBM, P&G, Accenture, Basf, Caixa, HSBC, GE, DuPont, Dow, PwC, Pfizer, Whirlpool e Monsanto - apenas uma é nacional. Das 13 restantes, uma é francesa, uma é alemã e duas são inglesas. Não casualmente as nove restantes são estadunidenses. É possível remontar o desenvolvimento de programas de gestão da diversidade aos Estados Unidos. Ali foram aperfeiçoadas não somente práticas, mas também modelos que tendem a ser reproduzidos em suas subsidiárias no exterior. Dada a importância que o Fórum pode vir a exercer, é necessário ter em mente que o seu potencial inovador pode ser desconstruído pela tendência à não tradução de práticas que, se funcionais naquele país, podem ter pouco impacto no Brasil.

Como em qualquer experimento social, os destinos do Fórum são ainda incertos. Ele pode desgastar-se e sumir ou, inversamente, ampliar-se. Pode, igualmente, assumir um novo formato e dinâmica de funcionamento. Essa terceira alternativa é vista pelos entrevistados como a mais provável. Isso implicaria no estabelecimento de um novo tipo de governança no qual a consultoria que liderou a criação do Fórum assumiria um papel assessor e as próprias empresas se encarregariam da dimensão executiva das atividades. Há ganhos nesse modelo, mas também possíveis danos como a perda da dimensão ativista e a incorporação de lógicas que são estranhas à sua fundação, particularmente a lógica estritamente empresarial.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cotejando as três experiências empresariais de gestão da diversidade focada na população LGBT por nós analisadas com outras discutidas por distintos autores, observamos uma forte similaridade entre elas no que diz respeito às ações desenvolvidas para o público interno: práticas educativas e ampliação e equalização da concessão de benefícios sociais para casais homossexuais e heterossexuais. A mesma similaridade é observada em relação ao investimento no público externo: as

ações são estritamente pontuais, concentrando-se no patrocínio de algumas poucas atividades culturais e políticas. Essa homogeneidade expressa o pequeno número de experiências para LGBT e a ausência de práticas mais arrojadas que ousem ampliar o escopo das ações existentes.

Os programas de gestão da diversidade no Brasil voltados para esse segmento estão praticamente concentrados nas grandes empresas cuja quantidade, dependendo do critério utilizado, varia entre 500 e 1500 empresas. Entretanto, elas não são as maiores empregadoras, papel reservado ao conjunto das médias e pequenas empresas. Assim, a gestão da diversidade é ainda um fenômeno de pouca abrangência que, além de recente, amplia-se lentamente e tem o seu desenvolvimento associado a variáveis internas (dificuldades de *coming out*, carência de recursos para implementação das ações, falta de adesão do conjunto dos trabalhadores às políticas de respeito à diversidade etc.) e externas (homofobia generalizada, discursos religiosos discriminatórios, ausência de políticas educacionais sobre orientação sexual etc.) que dificultam sua expansão e consolidação.

Outro fator que contribui para a baixa generalização dos esforços de inclusão de minorias sexuais no mercado de trabalho é a ausência de pressão por parte do Estado e dos movimentos sindical e LGBT. Ao contrário de mulheres, negros e pessoas com deficiência, LGBTs não estão amparados por qualquer normativa estatal específica que os protejam diretamente das discriminações e menos ainda que forcem, estimulem ou premiem as empresas que estabeleçam ações afirmativas para eles. Os sindicatos também ainda não inseriram proteções especiais para LGBTs nas suas agendas. Momentos de negociação, como a celebração de acordos coletivos, que poderiam ser utilizados para esse fim, não abordam a questão. Certamente há exceções, mas são residuais. A este dado se soma a baixa interlocução do movimento LGBT com o mundo empresarial. Sobre isso, adicionalmente, gostaríamos de dizer que mesmo com a possibilidade atual de inclusão de novos temas em sua agenda, tal movimento ainda não tem buscado criar ou usar os canais existentes de interlocução com o mundo empresarial.

Ao contrário de políticas montadas em grandes blocos, as ações empresariais para os LGBTs no Brasil vêm se formando aos poucos. Experiências das matrizes no exterior têm sido, como maior ou menor grau de tradução, replicadas no Brasil. Estas, por sua vez, têm inspirado e estimulado outras organizações a engajarem-se com o tema. E, o conjunto dessas experiências foi capaz de formar um Fórum Empresarial LGBT, algo impensável até poucos anos atrás. Os rumos potenciais do Fórum são imprevisíveis, ainda que os discursos dos entrevistados sobre ele sejam muito otimistas. Não se trata de um sentimento desconectado da realidade. Chegar à constituição de um Fórum com a dimensão que ele assumiu foi, simultaneamente, surpreendente e esperado. Ele expressa o que dizíamos sobre o processo de produção do campo de ações empresariais: um contínuo juntar de pontos revelador da importância do reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. O Programa Pró-Equidade de Gênero. **Ser Social**, v. 10, n. 23, 2008: 39-70.
- ANDERSON, T. **The pursuit of fairness: A history of affirmative action**. New York: Oxford University Press, 2004.
- FULLERTON, M. Diversity and inclusion - LGBT inclusion means business. **Strategic HR Review**, v. 12, n. 3, 2013:121-125.
- GOIS, J. B. H. Policy analysis in non-governmental organisations and the implementation of pro-diversity policies. In VAITSMAN, J.; Ribeiro, J. M.; LOBATO, L. (Orgs.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013a:205-218.
- GONÇALVES, R. C. Educação Sexual no contexto familiar e escolar. **Holos**, v. 29, n. 5, 2013:251-263.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems**. Toronto, ON: Oxford University Press Canada, 1995.
- JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.59, n. 2, 2006:157-162.
- Instituto Ethos. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2010.
- MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 39, 2012:403-429.
- MISKOLCI, R. O Armário ampliado - Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Gênero**, v. 9, n. 2, 2009:171–190.
- NETO, H. L. C.; SARAIVA, L. A. S.; BICALHO, R. A. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 1, 2014:86-103.
- RANGAN, K.; CHASE, L. A.; KARIM, S. **Why every company needs a CSR strategy and how to build it**. Working Paper. Cambridge: Harvard Business School, 2012.
- SANTOS, S. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero no capital. **Katalysis**, v. 13, n. 1, 2010:11-19.
- ROCHA, G. do Ó; GOIS, J. B. H. Da Lista suja as ações reparadoras: um estudo sobre o processo de responsabilização de uma siderúrgica pela existência de trabalho escravo em sua cadeia produtiva. In: FIGUEIRA, R.; PRADO, A.; JÚNIOR, H. A. (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2011.
- SALES, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, v.18, n.2, 2006:229–258.
- SARAIVA, L. A. S.; BICALHO, R. A. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, 2014: 86–103.
- VITAL, C.; LOPES, P. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2013.
- WALDMAN, D. A.; SIEGEL, D. S.; MANSOUR, J. Components of CEO transformational leadership and corporate social responsibility. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 8, 2006:1703-1725.

FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Daniele de Fátima Amorim Silva

Professora da Universidade Ceuma, Departamento de Administração
São Luís - Maranhão

Talita de Sousa Nascimento

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa
São Luís - Maranhão

João Carlos Souza Marques

Pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa
São Luís - Maranhão

Jainne Soares Coutinho

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa
São Luís - Maranhão

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Diretoria de Estudos e Pesquisa
São Luís - Maranhão

RESUMO: À medida que o Brasil se inseria na onda global de crescimento e estabilização, ocorreu um processo de inegável esgotamento da produção industrial, com encolhimento persistente do valor adicionado e do nível de empregos nacionais. O Estado

se tornou refém de um “tissunami financeiro” a procura de valorização crescente, enquanto simultaneamente a necessidade financiar o déficit em conta corrente pressupunha articulação de políticas monetárias restritivas - manutenção de juros elevados; e políticas fiscais contracionistas, para fabricar um superávit primário que remunerasse os capitais externos. Contudo, há espaço para retomada da participação do Estado e do processo de industrialização no país.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; desindustrialização; financeirização.

ABSTRACT: As Brazil became part of the global wave of economic growth and stabilization, an undeniable process of industrial production exhaustion with a persistent shrinkage of additional value and national employment level occurs. The State becomes hostage of a “financial tsunami” with an increasing appreciation quest; while simultaneously the need to finance current account deficit, suppose an articulation of restrictive monetary policies – maintain interest rate high; and contractionary fiscal policies, to build a primary surplus capable to pay the external capitals. However, there is space to retake State participation into the industrialization process of the country.

KEYWORDS: Brazil; Deindustrialization; Financialization.

1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre processo de desindustrialização no Brasil carece de qualificação no sentido de apontar suas reais causas e possíveis consequências para a nação. Entende-se o “fenômeno da desindustrialização como um processo de mudança estrutural caracterizado pela redução da atividade industrial em determinado país ou região” (SILVESTRE; HAFFNER, 2015, p. 2), ressaltando que perda de participação da indústria e do emprego industrial no Produto Interno Bruto é a cristalização deste processo em curso.

Dito isso, a principal hipótese deste artigo é que a inserção desregrada ao arcabouço neoliberal de desregulamentação financeira e liberalização levaram a desarticulação progressiva das forças produtivas e sendo responsável por destruir a indústria nacional e criar um ambiente propício à alavancagem financeira e reprimarização da pauta exportadora. Nesse sentido, busca-se mensurar em que medida o processo de financeirização da economia brasileira impacta na industrialização conquistada em meados do século passado, comandada, principalmente pelo ente estatal; e iniciar uma breve revisão bibliográfica da terminologia capital financeiro com as principais argumentações utilizadas para qualificar o processo crescente da financeirização no mundo. Logo em seguida aborda-se a desindustrialização brasileira via processo de financeirização nacional, elaborando breve resgate do período que o antecede – o processo de industrialização. Demonstra-se que a postura ativa do Estado brasileiro enquanto promotor do desenvolvimento por meio da industrialização se esfacela à medida que o capital financeiro inunda a economia e as recomendações de uma política fiscal mais ortodoxa se implementam no país até o ponto em que o Estado torna-se refém do artesanal ideológico neoliberal, obstruindo seu ativismo e aos poucos deteriorando a grande indústria, símbolo da sua trajetória desenvolvimentista.

2 | FINANCEIRIZAÇÃO COMO PRODUTO DAS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Em o Capital, Marx utiliza a expressão “capital financeiro” como uma forma específica de capital portador de juros, que se apresenta sob a forma dinheiro realizando a função de circulação para o capital industrial e comercial. Essa função específica do capital- dinheiro em busca de espaços de valorização, se dá a partir do processo inerente ao capitalismo na realização da produção.

O dinheiro efetua alguns movimentos puramente técnicos no processo de circulação do capital industrial e do capital comercial, como por exemplo, pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, etc. quando estes movimentos se tornam função autônoma de um capital particular que os executa como operações peculiares e nada além disso, transformam esse capital em capital financeiro (MARX, 1985, p.363).

Apesar deste conceito definido por Marx se centrar no sistema de crédito, pautado no empréstimo para investimentos em bens materiais com a garantia de pagamento de juros, ele também desenvolveu o conceito de capital fictício, desvinculado da materialidade e capitalizado em rendimentos futuros. De forma que, essas duas categorias marxianas levam à compreensão do que outros autores viriam chamar de capital financeiro.

Hilferding (1985) foi o primeiro autor a chamar atenção para o termo capital financeiro. Para ele, haveria uma espécie de sobreposição do capital bancário sobre o capital produtivo, como resultado dos investimentos crescentes do capital bancário na indústria. “O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças” (HILFERDING, 1985, p.283).

Dessa forma, supõe-se que está em curso um processo de financeirização, processo esse, entendido por Chesnais (1996), como fase de “dominância financeira” ou “etapa particular do estágio do imperialismo compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro” (CHESNAIS et al., 2003, p. 46) e por Harvey (1990), como regime de “acumulação flexível”. Ambos face da mesma moeda, tentando explicar a inserção do neoliberalismo no mundo contemporâneo, que por sua vez,

Envolve uma mudança nas relações sociais internas em favor dos interesses do credor e do investidor, com a subordinação dos setores produtivos aos setores financeiros, e com uma tendência a afastar da riqueza do poder e da segurança a maior parte da população trabalhadora. A transformação do ambiente externo dos Estados toma o nome de globalização: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas (GOWAN, 2003, p.9).

O rompimento do modelo estrutural, que até o início dos anos 80 dominava o cenário mundial, era um prenúncio de um espaço de valorização inovador pela dimensão que ganhava em termos mundiais. Harvey (2005) denomina o período como:

Uma crise de sobre acumulação do capital se origina do estado em que o reinvestimento do capital no mesmo empreendimento/setor produz lucros decrescentes devido aos limites de valorização, ou seja, quando a mais-valia produzida, em quantidade sempre crescente, não pode mais ser reinvestida de forma lucrativa.

A crise de acumulação e os problemas estruturais enfrentados com queda nas taxas de retorno do capital impulsionava o modo de acumulação flexível, essa nova etapa “é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” (HARVEY, 2005,

p.140), que é substituído gradualmente por um modelo baseado na internacionalização de empresas e intensificação dos fluxos das finanças mundiais.

Para Chesnais (1998, p. 17), “a gradativa reconstituição de massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”. Dando origem, segundo Silvestre; Haffner (2015, p. 3) a “três movimentos distintos voltados para favorecer a acumulação do capital em escala global e sob o domínio do capital financeiro: de financeirização, de terceirização e de realocação das atividades econômicas”.

A virada neoliberal iniciada pelos Estados Unidos e Inglaterra com seus planos de liberalização, de desregulamentação e privatização, reuniram as condições políticas e sociais para a consolidação do regime financeiro. Categoricamente, Chesnais (1998) divide o processo de mundialização financeira em três fases distintas. A primeira fase, está ligada ao enterro do Acordo de Bretton Woods (retirada do lastro-ouro do dólar), resultado da decisão unilateral da economia norte-americana e sua condição geopolítica privilegiada, desconsiderando os efeitos negativos sobre a estabilidade cambial e situação de países periféricos. Para Chesnais (1998, p. 25), o movimento foi “uma medida dos EUA para contornar o seu duplo déficit orçamentário e fiscal”, visto que o país foi e continua o principal beneficiado com a medida (Silvestre; Haffner, 2015).

Outro fator que impulsionou a financeirização global foi a reciclagem dos petrodólares¹, desde sua oferta abundante e busca de destinos mais rentáveis, que se encontraram nos países subdesenvolvidos, carentes de financiamento e dispostos a pagar qualquer preço pelo dinheiro emprestado. Assim, construía-se o cenário para as mais longas e desastrosas crises das dívidas enfrentadas pela periferia.

A segunda fase, caracteriza-se pelo processo de desregulamentação e liberalização financeira. Se no desenho inicial, essas medidas previam apenas eliminação de barreiras no mercado interno e extinção dos controles de capital no mercado externo, o que se seguiu, como ressalta Chesnais (1996, p. 261), foi a “quase completa perda de controle pelos bancos centrais sobre a determinação das taxas de juros” e a “abolição das regulamentações e controles no tocante à fixação dos preços dos serviços bancários” (CHESNAIS, 1998, p. 262), originando uma gama de inovações financeiras, destacando-se a ampliação do mercado de títulos da dívida pública em termos mundiais.

Para Lapyda (2011, p. 33): “a liberalização dos mercados de negociação de papéis da dívida dos Estados foi de importância primordial para a ascensão da financeirização, na medida em que a “securitização” da dívida expandia o escopo do capital fictício”.

1 Quando a OPEP resolveu aumentar subitamente o preço do petróleo em 1973, e passou a exigir que os pagamentos fossem feitos exclusivamente em dólares, os bancos multinacionais ficaram com seus cofres abarrotados. Tais recursos ficaram popularmente conhecidos como petrodólares. A enorme oferta de petrodólares exigia novas áreas para investimentos e os clientes preferenciais passaram, então, a ser os governos (dos países em desenvolvimento). (SOARES, 2015, p.53)

Com isso Chesnais (1998, p. 26) destaca:

A 'mercadorização' dos títulos da dívida marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivas. Ela pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de 'remuneração' dos empréstimos, isto é, das taxas de juros a longo prazo.

A posição privilegiada dos investidores não abria espaço para perdas no mercado, pois agora poderiam escolher a taxa de remuneração dos seus ativos financeiros. Somado a isso, a redução dos impostos sobre o capital e a renda das classes mais abastadas impactaram nas receitas e na forma de financiamento do governo. Para Chesnais (2005, p. 24) essa “escolha do endividamento no lugar dos impostos como modo de financiamento das despesas públicas tem profundas raízes sociais”, subordinando o Estado ao capital financeiro.

A facilidade de alterar a política monetária via câmbio e juros fez dos EUA o maior destino de capitais do mundo, elevando sua capacidade de endividamento ao mesmo tempo em que fortalecia a ditadura dos credores no mundo das finanças. Desse modo, bastou uma apreciação do dólar que forçasse a taxa de juros dos EUA a subir para derrubar a economia dos países subdesenvolvidos, tendo em vista, suas elevadas dívidas em dólar atreladas a taxa de juros estadunidense. Assim, estes países tornavam-se vítimas de um estado da arte, que os forçava a tomar empréstimos para honrar os serviços da dívida.

A terceira fase, sugerida por Chesnais, refere-se a abertura e desregulamentação dos mercados acionários, maneira mais eficiente de “transferência de riqueza e de acumulação de capital” (LAPYDA, 2011, p. 36), que potencializa o grau de especulação e da procura contínua de destinos com maior capacidade de valorização. Marcando a fase da “incorporação dos mercados emergentes” (LAPYDA, 2011, p. 37) na década de 1990, que devido à alta vulnerabilidade desses países em virtude do volume astronômico de suas dívidas, funcionou como mecanismo de cooptação ao mundo financeirizado, principalmente por coação dos EUA e do Fundo Monetário Internacional – FMI.

Por conseguinte, os países periféricos perderam a capacidade de realizar políticas fiscais consistentes “de regular a demanda efetiva, de regular os fluxos internacionais de capital, de proteger o mercado de trabalho e de proteger a indústria local” (AMARAL, 2012 p.113), e é certo de que “a ‘dívida do Terceiro Mundo’ foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas energéticas e de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização” (CHESNAIS, 2005, p. 67).

A velocidade com que as medidas arquetetadas no Consenso de Washington eram implementadas nos países periféricos foi a mesma com que ocorriam as crises econômicas, características dessa nova fase. Específicas desse período, as crises embora surgissem na esfera financeira, automaticamente se propagavam para esfera produtiva. Ademais, diferente das crises anteriores cujos problemas faziam-

se presente na acumulação de capital, as atuais crises, ocorrem em um cenário de contínuo decréscimo do produto nacional bruto, descompasso que fica evidente em termos de crescimento do estoque do produto real e da riqueza financeira, conforme apresenta Paulani (2009, pp. 29-30) “ao longo desses 26 anos, o PIB mundial cresceu 314%, ou 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu, no mesmo período, 1.292% , ou 13,9 vezes”, como pode ser observado na Tabela 1.

Ano	Estoque de ativos financeiros* (a)	PNB mundial (b)	(a)/(b) %
1980	12	11,8	1,02
1993	53	2439	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

Tabela 1 - Riqueza fictícia e renda real, entre 1980 e 2010 (US\$ trilhões)

Fonte: McKinsey Global Institute (Ativos), FMI (PNB), apud Paulani (2009)

*Inclui ações e debentures, títulos de dívida privados e públicos **Estimativa. ***Projeções.

O descolamento da riqueza financeira que entende-se ser mais qualitativa do que quantitativa impõe um elevado nível de arbitrariedade aos investidores, seja na alocação do capital investido, seja na rapidez em que ele pode ou deve ser valorizado. Duménil e Lévy (2005, p.90) complementam afirmando que a taxa de juros, os dividendos e o elevado valor das ações são os principais instrumentos que alimentam essa performance, promovendo uma espécie de “drenagem de renda para os detentores do capital financeiro”. Este cenário traçado até este ponto será o principal pano de fundo da próxima seção, como explicação para o processo de desindustrialização enfrentado por muitos países, principalmente no Brasil, objeto deste estudo.

3 | A FINANCEIRIZAÇÃO NA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Nos anos 30 presencia-se no Brasil o que poderíamos chamar de euforia do desenvolvimento, embasado, principalmente, na onda industrializante pela qual o país passava. As políticas industriais foram direcionadas rumo a consolidação da redução dos elevados níveis de pobreza do país e da distância aos centros desenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2009).

O Estado foi protagonista neste processo de industrialização, valendo-se de

uma política fiscal expansionista enquanto âncora da demanda agregada, condição necessária para que este movimento consolidasse, tendo em vista a presença de elementos que travavam o início da industrialização como: heterogeneidade estrutural, elevado grau de deterioração dos termos de troca e o desequilíbrio do balanço de pagamento (BIELSCHOWSKY, 2009). Logo após, assistiu-se a expansão de uma infraestrutura produtiva, com aumentos sucessivos do valor adicionado pela produção industrial ao produto agregado.

No entanto, a “adesão” às diretrizes presentes no Consenso de Washington inseriria o país em outro patamar. Pois, uma nova política era traçada tanto para os países desenvolvidos quanto para a periferia. Embora os países periféricos se encontrassem em elevados graus de endividamento e restrições externas, a política neoliberal “garantiria” crescimento do emprego, da renda, estabilidade macroeconômica e geração de riquezas para as nações. Sepultava-se aqui o estado desenvolvimentista, idealizador do bem-estar social (*welfare state*) em prol do livre mercado retomando as regras do *mainstream* econômico.

Antes deste “novo” padrão, o Estado detinha um papel fundamental na indução de políticas desenvolvimentistas; na fase posterior essa tarefa é assumida pelo mercado (supostamente). A partir desta troca de funções e de atores, a dinâmica econômica assume em diferentes locais e atividades caminhos distintos (MESQUITA, 2011, p.25).

Assistiu-se também à desarticulação do setor estatal, dando origem a abertura excessiva de capital externo em busca de destinos rentáveis. As políticas econômicas se voltaram para a crescente “necessidade” de estabilização e obtenção de divisas.

Para cobrir o rombo das contas externas, o governo aumentou as taxas de juros e aprofundou a desregulamentação financeira, para atrair o capital especulativo, além de inaugurar um programa de privatizações, principalmente das empresas públicas de telecomunicações, que colocaram o Brasil na agenda do capital financeiro internacional. A política de juros elevados, muito acima dos praticados no mercado internacional, além de produzir efeitos negativos no comportamento dos investimentos produtivos, especialmente na indústria, provocou a deterioração das contas públicas, devido ao aumento dos gastos com pagamento dos juros (SILVESTRE; HAFFNER, 2015, p. 12).

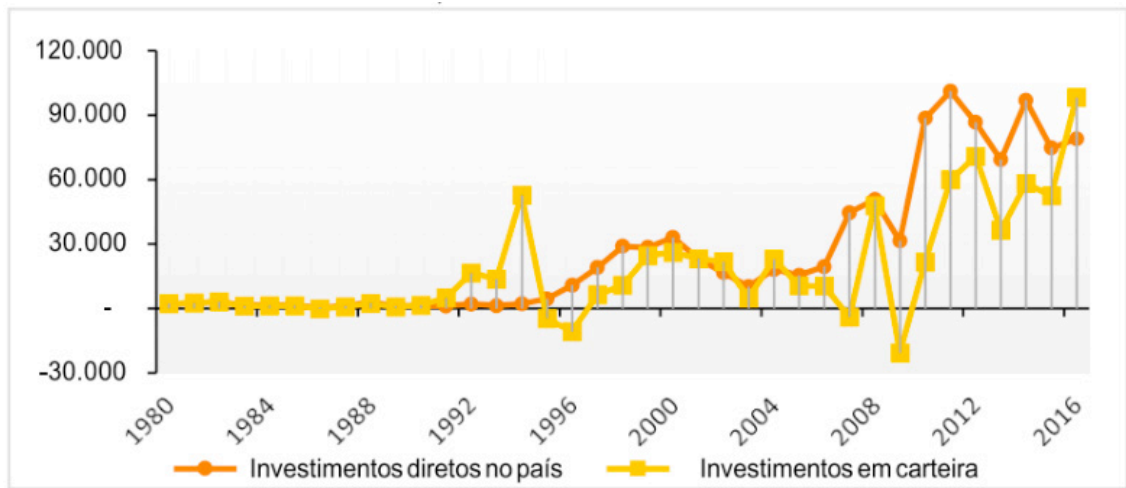


Gráfico 1 - Evolução do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira no Brasil em US\$ milhões, entre 1980 e 2016

Fonte: Banco Central do Brasil Elaboração própria

Para se ter uma ideia do problema posto por Silvestre e Haffner (2015), analisa-se a evolução do ingresso de capitais no país (investimento estrangeiro direto, voltado para atividades produtivas e investimento em carteira, destinado a compra de títulos públicos e ações). Percebendo-se uma verdadeira enxurrada de capitais que cresceu em velocidade acelerada a partir da década de 1990 (Gráfico 1) e ao mesmo tempo, se nota expressiva volatilidade dos capitais destinados a aplicação de curto prazo.

A desregulamentação representa uma guinada nas finanças do país, com atração em massa de recursos externos, principalmente pela manutenção dos juros em patamares extremamente altos em relação ao resto do mundo. A atração maciça, ocorreu via investimento em títulos públicos do governo e deu suporte ao processo de privatização, ou melhor, desnacionalização das empresas estatais, significando um processo contínuo de transferência de riqueza através de lucros, dividendos e juros para os verdadeiros proprietários. Para Paulani (2009, p. 34), “o Brasil nos anos 90 tornou-se potência financeira emergente, tendo, para tanto, realizado todas as reformas estruturais necessárias, da estabilização monetária à abertura financeira incondicional, da reforma da previdência às mudanças na lei de falências.” Em complemento, Silvestre e Haffner (2015, p. 15) destacam:

No início dos anos 1990, a razão entre ativos financeiros e capital produtivo recua para menos de 20% e, desde então, volta a crescer até ultrapassar os 70% na crise financeira internacional de 2008. Esse crescimento vertiginoso da acumulação financeira, especialmente no período 1991-2008, representa um aprisionamento das finanças públicas pela macroestrutura financeira da economia brasileira.

Deste modo, a indústria deixa de ser o principal alvo das políticas internas e que se torna cada vez mais débil, com perdas de espaço na produção nacional e na capacidade de gerar transbordamentos sobre o emprego e a renda, iniciando um

contínuo processo de desindustrialização.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) defendem que a perda de participação do emprego industrial no emprego agregado é a principal característica da desindustrialização. Nos moldes atuais, o conceito de Tregenna (2009) que inclui o valor adicionado da indústria é mais aceito, de forma que, a perda gradativa de participação do emprego industrial no emprego total, assim como do valor agregado pela indústria no PIB configuram, nestes termos, a desindustrialização de um país ou uma região.

Na medida em que a indústria é considerada um setor estratégico para o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento sustentado, um processo na direção contrária, confirmado na economia brasileira, põe toda essa capacidade em xeque. Nestes termos, Oreiro; Feijó (2010, p.224) afirmam que “a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo, pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento”.

Como forma de ilustrar a perda de espaço da produção o Gráfico 2 apresenta os dados da participação da indústria de transformação brasileira no produto agregado. Excluindo essa particularidade, observa-se o desmonte contínuo do processo de industrialização iniciado em meados do século anterior. No ápice da industrialização, a indústria de transformação chegou a perfazer 35,8% no PIB em 1985, participação reduzida para 12% em 2014.

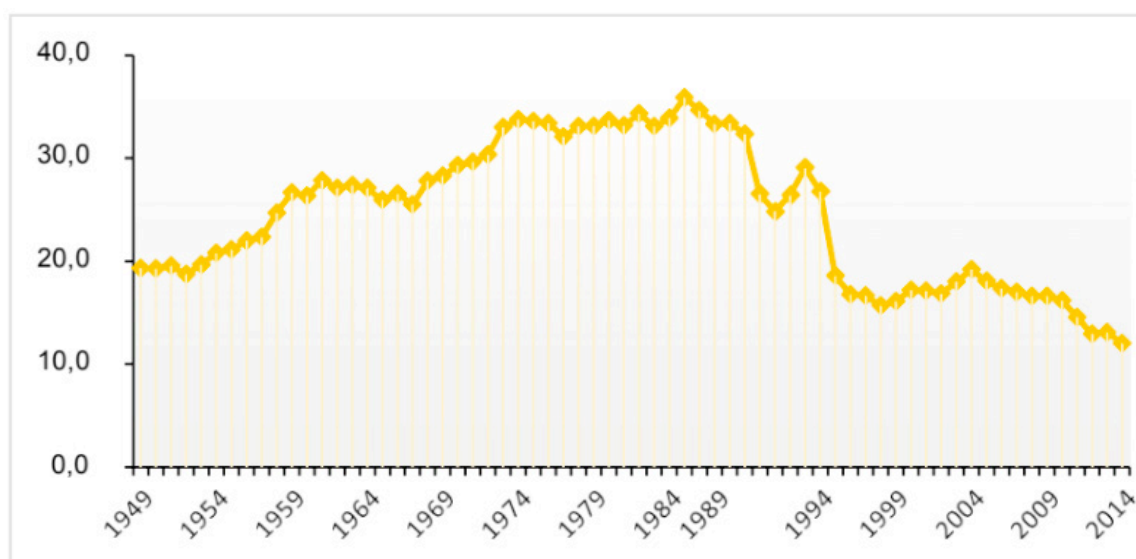


Gráfico 2 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), entre 1946 e 2014

Fonte: Dados IPEADATA *Elaboração própria

A desindustrialização da economia brasileira nos anos 1980 e 1990, resultaram em queda no nível de investimentos do setor e da transferência de recursos para setores menos produtivos, como o setor de serviços (Marquetti, 2002). No mesmo período, Bonelli (2008) creditou a perda de importância da indústria ao acirramento da competição interna e externa, refletindo a desregulamentação comercial, financeira e

cambial.

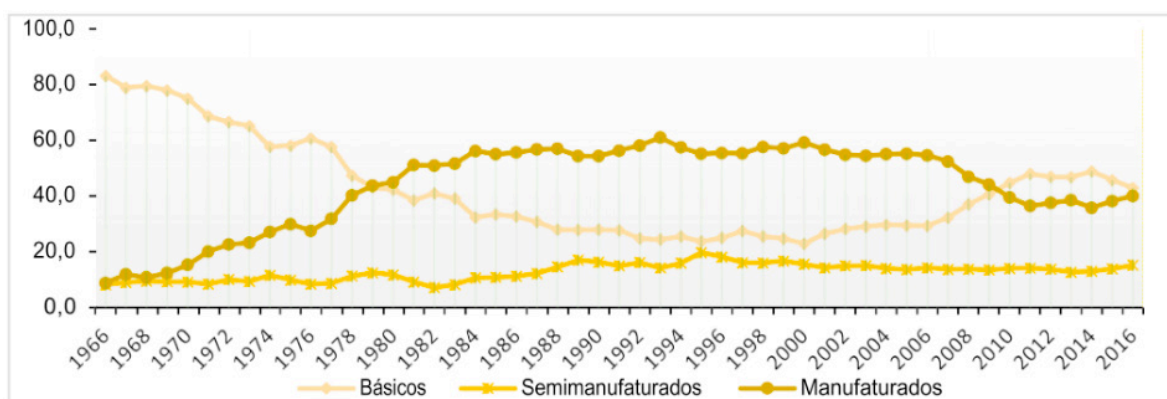


Gráfico 3 - Evolução das Exportações Brasileiras por Fator Agregado em US\$ milhões FOB, entre 1964 e 2016

Fonte: Dados MDIC/Secex *Elaboração própria

Para Oreiro e Feijó (2010, p.224) “existem sinais não desprezíveis de mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia brasileira na direção de atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico”, como decorrência de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, na qual os países periféricos são responsáveis por abastecer o mundo por produtos de menor valor agregado e de baixa produtividade. Essa nova dinâmica exportadora é mostrada no Gráfico 3, no qual fica evidente a reprimarização do comércio exterior brasileiro.

Avançando nessa discussão, Silvestre; Haffner (2015, p. 17) pontuam: “Essas transformações na estrutura da produção e do comércio exterior tem reproduzido com os países desenvolvidos, desde a década passada, um sistema de relações de troca tradicional do tipo centro-periferia”.

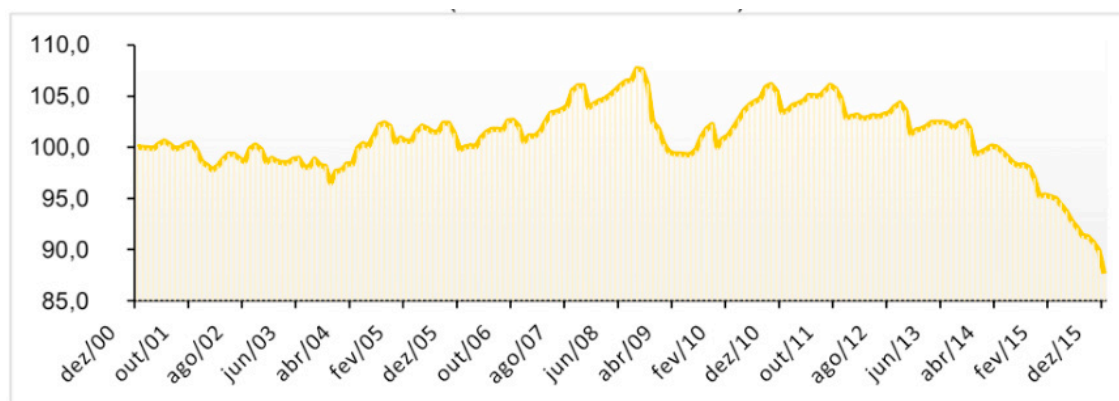


Gráfico 4 - Evolução da População Ocupada na Indústria de Transformação, entre dez/00 e dez/15 (Janeiro de 2001=100)

Fonte: Dados IBGE/Pesquisa Mensal do Emprego *Elaboração própria

A convivência com a necessidade de superávit comercial em grande parte destinado para cobrir o déficit em transações correntes brasileiras ao lado de uma indústria frágil e com menor capacidade de investimento traduz-se também na perda

de participação do emprego industrial na economia, conforme fica evidente no gráfico 4.

Se pudéssemos contar com uma série mais longa veríamos que o processo vem apenas se intensificando, pois de acordo com Pochmann (2001) a participação do emprego da indústria de transformação na indústria mundial caiu de 4,1% em 1980 para 3,1% em 1999, levando-o a concluir que “o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada na economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho” (POCHMANN, 2001, p.263).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, portanto, que a opção pela consolidação de um sistema financeiro nos últimos anos eclipsou qualquer ação consistente voltada para o fortalecimento industrial. No qual as escolhas de políticas industriais ativas, voltadas para a reversão do processo de desindustrialização eminente, pressupõem horizonte de longo prazo, possível somente com a participação efetiva do Estado. Na ausência do ente estatal, os ganhos obtidos nas últimas décadas tendem cada vez mais a uma compressão e as externalidades positivas de um setor chave para qualquer economia estão fadados ao desaparecimento.

Enxerga-se, pela dimensão da economia brasileira, capacidade para contornar o estágio atual de subordinação às finanças globais. Entretanto, tudo dependerá da construção de um novo plano de desenvolvimento, no qual o Estado figure como ator principal, que se adeque a nova dinâmica econômica nacional e mundial, sem isolar-se do mercado global mas que vise o crescimento com igualdade, equidade e distribuição de recursos e oportunidades. Isso não significa a replicação dos anteriores, visto as transformações socioeconômicas do país, e nem, optar pelo isolamento do resto mundo, pois precisamos dele para concretização das relações de troca. O modelo só não pode ser o mesmo vigente sob risco de padecermos em um país com crescente desigualdade e escassez de recursos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Amaral. Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a Financeirização do capitalismo. 2012. 147 f. (Mestrado em Economia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista Cepal 97**. Abril de 2009.

BONELLI, R. Industrialização e Desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**. Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo, agosto, 2008.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

. (Org.). **A Mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998

. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências / François Chesnais. São Paulo: Boitempo, 2005.

et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã Editora, 2003.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo. IN: CHESNAIS, F et al. (Orgs.) **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã Editora, 2005.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México, Fundo de Cultura Econômica, 1990

. **Condição Pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LAPYDA, Ilan. **A “Financeirização” no capitalismo contemporâneo**: Uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. 2011. 223 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARQUETTI, A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n.1, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**: O processo Global de Produção Capitalista, Livro 3, v. 5, 4. Ed., Difusão Editorial, São Paulo, 1985.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), pp. 219 -232, abril- junho/2010.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, 2009.

POCHMANN, Marcio. Globalização e emprego. In: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M., ABRAMOVAY, R. (Orgs). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2001.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, março de 1999.

SILVESTRE, Maurício José; HAFFNER, Jacqueline A. **Globalização financeira e desindustrialização no Brasil**. In: Conselho Regional de Economia do Paraná. 2015, 20 p. Paraná.

SOARES, Daniele de Queiroz. **Inovação tecnológica e propriedade intelectual no capitalismo contemporâneo**: o contraditório caso do software livre. 2015, 215 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). São Luís, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, 2009.

IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO

Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Fortaleza – Ceará

Lenha Aparecida Silva Diógenes

Universidade Federal do Ceará – UFC

Fortaleza – Ceará

RESUMO: O presente texto – parte integrante de nossa pesquisa de Mestrado e de Doutorado, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, a qual se insere no grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Luta de Classes do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO – busca analisar as categorias ideologia e consciência de classe a partir dos estudos teóricos desenvolvidos por Marx e Engels e recuperados por Lukács e Mészáros, compreendendo-assob o fundamento ontológico-prático, refutando, dessa forma, a concepção científico-gnosiológica.

PALAVRAS CHAVE: Ideologia; Ontologia Marxiana; Consciência.

ABSTRACT: This text - an integral part of our Master's and Doctorate research, carried out in conjunction with the Post-Graduation Program in Brazilian Education of the Federal University of Ceará, which is part of the Research,

Education and Class Struggle research group of the Studies and Research of the Worker Movement - IMO - seeks to analyze the concept of ideology from the theoretical studies developed by Marx and Engels and recovered by Lukács, understanding this concept under the ontological-practical basis, thus refuting the scientific-gnosiological conception

KEYWORDS: Ideology; Marxian ontology; Consciousness

1 | INTRODUÇÃO

As categorias sociais “ideologia” e “consciência de classe” têm assumido historicamente várias conotações, sendo, portanto, quase sempre alvo de confusão teórica. Não obstante, há dois séculos, no campo da filosofia, o fenômeno ideológico tenha sido analisado pelo prisma gnosiológico, dominado pela teoria do conhecimento, pela lógica e pelo método, ainda não superado totalmente, contrapondo ciência e ideologia, o que tem reprimido o interesse ontológico. Aqui nos reportaremos ao sentido que tais categorias receberam em Marx, Engels, Lukács e Mészáros. Para tanto, nos fundamentaremos nos estudos de Michael Lowy (1997), Mészáros (1993), Tom Bottomore (2001), Ester Vaisman

(1989) e Sérgio Lessa (1996, 1999).

2 | A TRAJETÓRIA DA CATEGORIA IDEOLOGIA: BREVE RECUPERAÇÃO HISTÓRICA

Registra Lowy (1997, p. 11-12), marxista estudioso da questão ideológica, o “caminho tortuoso” que tomou o termo ideologia ao longo dos tempos, cunhado pelo filósofo francês Antoine Destruitt de Tracy, discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, para quem na obra publicada, em 1801, intitulada *Eléments d’Idéologie*, entende ser a ideologia um “[...] estudo científico das ideias e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. É, portanto, um subcapítulo da zoologia”. Anos mais tarde (1812), Tracy e seu grupo entram em conflito com Napoleão Bonaparte, que os chama de ideólogos – metafísicos especuladores da realidade.

Conforme o referido autor, Marx encontra o termo ideologia na primeira metade do século XIX, exposto em jornais, revistas e debates, o qual está sendo utilizado no sentido napoleônico, que fará uso com o mesmo significado em 1846 na Ideologia Alemã. Posteriormente, Marx amplia o conceito: “[...] fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc.” (LOWY, 1997, p.12).

Após Marx, seguindo o mesmo, o termo ideologia segue seu itinerário no marxismo, sobretudo na obra de Lênin, quando ganha um novo sentido: “[...] a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. [...] existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária” (1997, p. 12).

Karl Mannheim, famoso sociólogo, procura apresentar no seu livro *Ideologia e Utopia* o que ele entende por “ideologia total”, fenômeno que se manifesta de forma distinta: ideologia e utopia, entendendo o primeiro como “[...] conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a [...] reprodução da ordem estabelecida”. Enquanto as utopias são consideradas como “[...] idéias, representações e teorias que aspiram outra realidade [...]. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para a ruptura.” (LOWY, 1997, p. 13).

Lowy (p. 13-14) se apropria do pensamento de Mannheim e reedita seu conceito de ideologia e utopia em “visão social de mundo” que seriam “[...] todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas”.

Conforme esse mesmo autor, a ideologia é elaborada pelas classes sociais, destacando o importante papel dos seus escritores e líderes políticos, uma vez que

são estes quem irão sistematizá-la e formatá-la em teoria/doutrina, visão de mundo, em função dos interesses de sua classe. Lembra ainda Lowy (1997, p. 95), que “[...] as ideologias não se configuram enquanto ideias isoladas, mas um conjunto orgânico que, referindo-se ao termo utilizado por Marx reafirmou tratar-se de ‘uma maneira de pensar’”.

De acordo com esse autor, para o pensamento marxiano não há contradição entre o ponto de vista de classe e o conhecimento científico:

Para Marx, a caracterização de uma teoria como representando o ponto de vista de uma classe determinada não significa necessariamente que essa obra não tenha valor científico. Tanto é que ele distingue em seus escritos econômicos dois tipos de economistas burgueses, que considera completamente diferentes em relação ao valor científico de suas obras: [...] A economia clássica [...] e o que Marx chama de ‘economistas vulgares’. [...] Marx escreve que os clássicos têm interesse científico verdadeiro, eles querem conhecer a verdade científica, enquanto que os ‘vulgares’ [...] procuram satisfazer a demanda dos patrões, seu interesse é publicitário e propagandístico [...]. (LOWY, 1997, p. 97).

Lowy (1997, p. 104) utilizando-se de uma passagem de Marx presente na obra “A Miséria da Filosofia”, ressalta que da mesma forma que a classe dominante tem seus representantes científicos, os economistas, a classe dominada também tem seus teóricos: os socialistas e os comunistas. Desse modo, tenta mostrar que “não existe a ciência pura de um lado, e a ideologia de outro. Existem diferentes pontos de vista científicos que estão vinculados a diferentes pontos de vista de classe.”

Ao ser instigado sobre o verdadeiro “ponto de vista” do proletariado, levando-se em conta a diversidade de concepções presentes no seio do movimento operário, Lowy afirma não ter uma resposta satisfatória, mas tenta elencar algumas pistas explicativas de tais divergências: 1) é inevitável a penetração de ideologias burguesas dentro do movimento operário, dado o peso da ideologia dominante, afirmando que isso sempre aconteceu na história. Porém, atesta o autor, quanto mais a visão de mundo do proletariado for influenciada pela ideologia burguesa, mais distante estará do autêntico ponto de vista do proletariado; 2) a existência do fenômeno da burocracia:

[...] aparecimento nos movimentos operários, nos partidos, nos sindicatos e no Estado, resultante do próprio movimento operário, de uma camada burocrática com interesses próprios, idéias próprias, concepções próprias que, embora esteja vinculada ao movimento operário, vai reformulá-lo em função de sua particularidade, que não é a do conjunto do movimento operário, mas que é específica a essa camada social particular (LOWY, 1997, p. 109);

3) a diferença entre os pontos de vista em relação ao sexo, ressaltando o autor o problema de opressão à mulher; 4) as divergências nascidas no movimento operário como um todo são produtos naturais do processo de conhecimento e de luta:

[...] não se trata necessariamente de uma divergência resultante de influência da burguesia, ou da burocracia, simplesmente podem ser divergências necessárias,

inevitáveis, que fazem mesmo parte do processo da teoria e da prática, e da relação dialética entre teoria e prática (LOWY, 1997, p. 109).

Tom Bottomore (2001, p. 183), estudioso do pensamento marxista, nos informa que o conceito de ideologia de Marx e Engels foi diretamente influenciado por duas vertentes do pensamento crítico: “[...] de um lado, a crítica da religião desenvolvida pelo materialismo francês e por Feuerbach e, de outro, a crítica da epistemologia tradicional e a revalorização da atividade do sujeito realizada pela filosofia alemã da consciência e particularmente por Hegel”.

Para este autor, enquanto essas correntes não conseguiram perceber a relação entre as distorções religiosas ou metafísicas e as condições sociais objetivas daquele período, a crítica de Marx e Engels explicitou

[...] a existência do elo necessário entre formas ‘invertidas’ de consciência e a existência material dos homens [...]. Em consequências disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica. [...] é negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções [...]. As distorções ideológicas não podem ser superadas pela crítica, só podem desaparecer quando as contradições que lhes deram origem forem resolvidas na prática. (BOTTOMORE, 2001, p. 183-184).

O autor chama a atenção para a compreensão do conceito de ideologia de Marx, considerando o contexto das várias fases do seu desenvolvimento intelectual – mesmo entendendo não haver uma ruptura epistemológica entre estas – as quais ele divide em três: 1) a primeira fase caracteriza-se pelo debate filosófico em torno do pensamento de Hegel e Feuerbach, quando o termo ideologia ainda não aparece nos seus escritos, mas já eram presentes os elementos materiais do referido conceito na crítica da religião e da concepção hegeliana de Estado, expressas como “inversões” que obscurecem a essência do real; 2) a segunda fase inicia-se, de acordo com o autor, com o rompimento com Feuerbach em 1845 e estende-se até 1857. É o período de elaboração do materialismo histórico. Nesse contexto, o conceito de ideologia é usado pela primeira vez, a idéia de inversão é conservada, não obstante Marx a amplie para abranger a crítica da religião e da filosofia de Hegel que os jovens hegelianos vinham desenvolvendo; 3) a terceira fase, conforme classifica Bottomore, tem início com a redação dos *Grundrisse*, em 1858, e caracteriza-se pela análise das relações sociais capitalistas que culminam em *O Capital*, quando o termo ideologia quase inexistia nesses textos, mas ao mesmo tempo, a análise econômica evidencia a reelaboração do conceito de inversão. Partindo de tais análises, Marx conclui que “a conexão entre ‘consciência invertida’ e ‘realidade invertida’ é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade” (BOTTOMORE, 2001, p. 184).

Portanto, para Bottomore (2001, p. 185), da crítica da religião à análise das relações sociais capitalistas, há uma perceptível coerência na compreensão de ideologia apresentada por Marx:

A ideia de uma dupla inversão, na consciência e na realidade, é conservada em todos os momentos, embora no fim se torne mais complexa, graças à distinção de um duplo aspecto da realidade no modo de produção capitalista. A ideologia, portanto, conserva sempre a sua conotação crítica e negativa, mas o conceito só se aplica às distorções relacionadas com o ocultamento de uma realidade contraditória e invertida.

Ester Vaisman (1989), estudiosa da categoria ideologia em Lukács, reafirma a origem da palavra ideologia, cunhada por Antoine Destruitt de Tracy, para o qual trazia o indicativo de uma disciplina filosófica que constituiria o fundamento de todas as ciências, melhor dizendo, seria a ciência das ideias, com o firme propósito de evitar as falsas ideias e garantir o progresso da ciência, remetendo-se ao campo da gnosiologia.

No campo do marxismo, de acordo com essa autora, a concepção de ideologia estaria eivada de dois significados,

[...] a questão se apresenta também perspectivada de um modo geral pelo prisma gnosiológico, embora se possa reconhecer a existência de duas tendências distintas, mas que muitas vezes se entrecruzam: uma concebendo a ideologia enquanto superestrutura ideal e a outra tomando o fenômeno enquanto sinônimo de falsa consciência. De qualquer forma, esta última – com honrosas exceções como é o caso de Antônio Gramsci – tem sido colocada como aquela que expressaria rigorosamente a perspectiva de Marx (VAISMAN, 1989, p. 402).

Vaisman (p. 405), nesse mesmo trabalho, tece um breve arrolamento das concepções que tentam interpretar as posições de Marx acerca da ideologia a partir do viés gnosiológico, dando ênfase ao pensamento de Althusser, Barth e Lenk, chegando à conclusão que para esses autores,

[...] o caráter ideológico do pensamento para Marx seria o resultado de contradições sociais geradas pela sociedade de classes, onde as formas de consciência estranhada, as ideologias representam a ilusão necessária, requerida pelo sistema capitalista para sua sobrevivência. Assim, a ideologia seria identificada ao falso socialmente necessário, oposto, conseqüentemente, à ciência, que, por definição, seria a consciência verdadeira.

Apreender o conceito de ideologia marxiano sob o prisma gnosiológico, como fazem os autores acima mencionados por Vaisman, nos parece algo contraditório, se aceitamos a premissa de que o marxismo é fundamentalmente uma ontologia, fundando-se no estudo do ser em sua totalidade.

Desse modo, faz-se mister questionar: se em Marx, a realidade aparece invertida à consciência, logo, o viés gnosiológico no tratamento da questão ideológica (como consciência invertida) não acaba por apelar também à ontologia?

Para que não incorramos numa análise leviana da questão, que nos parece um ponto ainda não de todo resolvido/esclarecido pelo marxismo, contentamo-nos para o momento apenas em problematizá-la, tendo em conta que, se as condições materiais

que demandaram de Marx e Engels a escrever a Ideologia Alemã suscitavam a necessidade da denúncia do falseamento ideológico da realidade, por outro lado, Marx entendia que a própria alienação não é uma questão do campo da subjetividade, mas está colada à própria realidade objetiva, como bem nos lembra suas esclarecedoras palavras na obra supracitada:

Os homens são os produtores de suas representações [...]. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecerem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos da retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX e ENGELS, 1999, p. 36-37).

De todo modo, essa é uma questão bastante complexa e merece ser devidamente aprofundada, destarte não seja essa nossa pretensão neste momento.

Lukács, herdeiro da concepção marxiana, rompe radicalmente com a compreensão de ideologia contraposta à ciência, ou seja, com o viés gnosiológico, preocupado em entender o complexo ideológico sob o prisma ontológico.

Nesse sentido, a concepção lukacsiana de ideologia, como bem pontua Vaisman (1989, p. 416), toma como base a compreensão do homem como ser prático, que age a partir de escolhas entre alternativas; “[...] ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades.”

Portanto, para o pensador húngaro, o fenômeno ideológico, é analisado sob o fundamento ontológico-prático e não científico-gnosiológico, entendendo a ideologia como uma função social e não como falsa consciência, não obstante, a veracidade ou não de uma ideologia não seja desprezível para a história dos homens.

Dito de outro modo, Lukács, conforme esclarece aquela autora, apreende o fenômeno ideológico pela função social que cumpre na realidade e não pelo critério de verdade ou falsidade com que se apresente, pois “[...] muitas formulações da falsa consciência nunca se tornam ideologia, bem como, aquilo que se torna ideologia não é de modo algum necessariamente falsa consciência” (VAISMAN, 1989, p. 421). Dessa forma, o critério gnosiológico nos permite identificar se uma elaboração é falsa ou verdadeira, contudo, não pode determinar se ela poderá assumir ou não uma função ideológica. O que nos permite visualizar tal possibilidade, de acordo com Lukács, é o critério ontológico-prático, isto é, através da função que esta elaboração cumpre na cotidianidade dos homens.

Como assinala Lessa (1999, p. 55-56), estudioso da Ontologia de Lukács, o fenômeno da ideologia corresponde a uma necessidade social concreta, qual seja:

[...] a cada momento as sociedades necessitam ordenar a práxis coletiva dentro de parâmetros compatíveis com a sua reprodução. Para tanto, é preciso uma visão de

mundo que confira sentido à ação de cada indivíduo a todo momento. [...] Por isso todas as formas de ideação, toda produção do espírito humano – mesmo a ciência – podem ser utilizadas como ideologia em determinados momentos históricos.

O exposto até aqui possibilita-nos compreender, que a ideologia é uma forma de teleologia, uma vez que se apresenta como resposta aos problemas enfrentados pelos homens no seu processo de sociabilidade. Enquanto tal, o fenômeno ideológico configura-se no complexo das posições teleológicas secundárias – na relação homem/homem. Sua particularidade constitui-se em ser uma elaboração ideal da realidade, no sentido de tornar consciente e operante a práxis social dos homens. Nas palavras de Lukács (in: Lessa, 1996, p.53), ‘A ideologia [...] [é], acima de tudo, aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar consciente e operante a práxis social dos homens’.

Com o processo de complexificação das relações sociais e o surgimento da sociedade de classes, a ideologia também se complexifica e passa a assumir uma função restrita, política. De acordo com Lessa (1996, p. 54), “[...] a partir desse momento, a ideologia passa a ser também um conjunto de ideias que auxilia os homens a se organizarem para as lutas sociais, para os conflitos de classe”.

Portanto, a ideologia surge e opera no campo delimitado pelas respostas práticas do homem direcionadas à resolução dos problemas enfrentados no bojo do seu processo histórico. Daí, onde quer que existam sociedades, existirão problemas a serem resolvidos, e, a ideologia, como partícipe do complexo da prévia-ideação que visa “dar respostas” estará sempre presente na vida humana, pois existência social e ideologia são inseparáveis.

3 | SOBRE A EMERGÊNCIA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Mészáros (1993, p. 76), um dos mais sérios intérpretes da obra marxiana na atualidade, relata que a teorização de Marx quanto às classes sociais, como também, outras partes de sua doutrina, gerou uma ambiguidade básica que tem confundido os seus intérpretes:

[...] de um lado, ele estava muito convicto de que as contradições engendradas pelo capitalismo levariam inevitavelmente a um proletariado com consciência de classe e, daí, a uma revolução proletária. Mas, por outro lado, ele atribuiu à consciência de classe, à ação política e à sua teoria científica da história um papel preponderante na realização desse resultado.

Argumenta este autor, que entender a consciência de classe como mera subjetividade e subproduto do capitalismo é se incorrer a um erro grotesco da concepção marxiana, fato este que ocorre quando se substitui seu complexo dialético por um modelo determinista unilateral.

Mészáros chama a atenção para a complexidade da metodologia dialética de Marx, esclarecendo que, enquanto numa concepção mecanicista há uma demarcação rígida entre o determinado e seus determinantes, na metodologia dialética há que se atentar para as interações complexas, onde os determinantes são também determinados.

Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “constituídas sobre” uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma.

Essas “interações complexas”, pensando com o mesmo autor, ocorrem também no campo da consciência, em todas as suas formas de manifestações, determinando de forma recíproca as estruturas econômicas da sociedade e sendo ao mesmo tempo por elas determinada. Dito de outro modo, existência e consciência estão reciprocamente imbricadas.

Para uma devida compreensão do conceito marxiano de consciência de classe, sempre segundo Mészáros, é imprescindível entender, igualmente, a sua concepção de “causalidade social”, do mesmo modo que tal conceito só atinge seu sentido pleno se compreendido como “focos de uma multiplicidade de fenômenos sociais estruturalmente interligados”. Caso contrário, cair-se-á no voluntarismo, no objetivismo, e no aventureirismo. (1993, p. 80).

Enfim, para uma adequada compreensão dos conceitos marxianos de classe e consciência de classe, é necessário o estudo de seu pensamento como um todo, nas palavras de Mészáros (1993, p. 83): “uma análise cujo foco seja o conceito de ‘conflito social e seus determinantes’, avaliados de acordo com a dialética dos determinantes recíprocos”.

Atento à complexa totalidade da concepção marxiana, Mészáros afirma que, de acordo com Marx, a consciência de classe é inseparável do reconhecimento do interesse de classe, tomando como base a posição social real das diferentes classes presentes na estrutura da sociedade.

Para o referido autor, a essência da teoria de classes e da consciência de classes de Marx, reside no conceito de subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias, quando o interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural.

As diferenças qualitativas entre os interesses das classes fundamentais deixam claro o nível de dificuldades de organização e de elevação da consciência de classe por parte dos trabalhadores, uma vez que para a classe dominante,

[...] o auto interesse individual dos membros particulares do grupo dominante está diretamente relacionado ao objetivo geral de retenção da posição privilegiada e estruturalmente dominante que o grupo, como um todo, tem na sociedade. A ‘transcendência do auto interesse individual’ na direção do interesse coletivo da classe é, portanto, uma mera ficção, uma vez que essa ‘transcendência’, na realidade, não significa nada a não ser uma proteção efetiva do puro interesse

Por outro lado, o que ocorre com a classe dominada é bastante diferente:

[...] os interesses a 'curto prazo' dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural 'a longo prazo'. É por isto que Marx pode e tem de apontar a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente ou 'psicológica' e a consciência de classe necessária (MÉSZÁROS, 1993, p. 94).

Conforme Mézáros (1993, p.118), a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária, reside no fato de que:

[...] enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados [...].

O proletariado, portanto, constitui-se de forma contraditória: por um lado, como mera soma total de seus membros individuais é uma contingência sociológica (estratificada e dividida por interesses de classe), dotada de objetivos específicos, poderes e instrumentos mais ou menos limitados para sua efetivação. Por outro lado, o mesmo proletariado é também parte constituinte do antagonismo estrutural da sociedade capitalista.

Conforme Mézáros (1993, p. 95-96), Marx denominou a essa constituição do proletariado, de “contradição entre o ser e a existência do trabalho”, sendo o fator crucial para sua resolução o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada ao ser social do trabalho. Nos dizeres do referido autor a consciência de classe do proletariado constitui-se na

[...] consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista, em oposição à contingência da consciência de grupo que percebe somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global.

Faz-se importante observar com esse mesmo autor que, o desenvolvimento da consciência de classe não se dá de forma mecânica ou espontânea, é um processo dialético: “o desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético [...] o desenvolvimento 'direto' e 'espontâneo' da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto esclarecimento individual – é um sonho utópico” (MÉSZÁROS, 1993, p. 96).

Por fim, conclui Mézáros (1993, p. 107) que, “A autoconsciência da classe em si e para si não pode ser diferente da consciência de sua 'tarefa histórica' de constituição

de uma alternativa histórica real à ordem vigente na sociedade: uma tarefa enraizada nas contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico-social”.

Marx (1999, p. 36-37), na *Ideologia Alemã*, ao referir-se à consciência, afirmou que:

Os homens são os produtores de suas representações [...] A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Se a expressão consciente das relações reais destes indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultam.

Assim sendo, se a consciência dos homens está invertida é porque seu modo de vida material lhe impõe limites. O modo de produção capitalista, criação social dos próprios homens, que a tudo transforma em mercadoria, roubou destes a condição de criador, transformando-os em criaturas, desumanizou-os e deu-lhes também formato de mercadoria, expropriando-lhes a condição humana, a capacidade de dar respostas para tornar-se livre.

4 | À GUIA DE CONCLUSÃO

O estudo aqui empreendido esforçou-se em ampliar o debate acerca da análise onto-histórica das categorias ideologia e consciência de classe. A reflexão resultante nos faz pensar que a “fina flor” do processo evolutivo, o ser social, transformou-se em presa dos seus próprios grilhões, grilhões que também não reconhece como criação sua. Estranhou-se e perdeu-se na sua pré-história, de onde não consegue sair.

A saída do labirinto parece-nos estar na articulação entre os elementos necessários da subjetividade e da objetividade que o rodeia. Lembrando mais uma vez as sábias palavras de Marx (1999, p. 57), para quem os elementos materiais de uma subversão total compõem-se, de um lado, “[...] pelas forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria produção da vida’ vigente, [...] sobre a qual se baseia.”.

Portanto, nossos esforços até o momento, têm nos revelado que a articulação entre os elementos necessários da subjetividade e da objetividade que nos rodeia faz-se cada vez mais imprescindível para a formação da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as), considerando seu potencial revolucionário na luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

LESSA, Sérgio. *A ontologia do ser social*. Maceió: EDUFAL, 1996.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1987.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Revista Ensaio 17/18, São Paulo, p. 399-444, 1989.

MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?

Juan Felipe Alves de Oliveira

Universidade Federal do Amazonas

Manaus – AM

RESUMO: O presente trabalho busca desenvolver uma análise sobre a centralidade do trabalho assalariado na concepção de proteção social capitalista a partir do incremento dos mecanismos de ativação e administração do mérito nas políticas sociais. Essa linha analítica destaca o conflito, de caráter liberal, entre o reconhecimento da necessidade do Estado em prover meios de existência e a preocupação em evitar que os capazes para o trabalho, ao serem protegidos, sintam-se desestimulados a buscar a satisfação de suas necessidades por meios próprios. Em oposição a essas concepções, surgem as perspectivas que pretendem romper com a necessidade de vincular rendimento e ocupação.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social; Política Social; Justiça; Ativação; Serviço Social.

ABSTRACT: This paper intends to develop an analysis about the wage labor centrality in the capitalist social protection concept, inserting the activation and administration mechanisms of merits in the social politics. This analytical line highlights the conflict, of liberal character, between the acknowledgment of the State's

accountability to provide resource of existence and the concern to avoid those who are able to work, when protected, feel discouraged to seek the satisfaction of their needs by themselves. In opposition to these ideas, becomes known the perspectives that attempt to break the necessity to link the income and the labor.

KEYWORDS: Social Protection; Social Policy; Justice; Activation; Social Work.

1 | INTRODUÇÃO

Os relatos sobre medidas destinadas a prover segurança contra os riscos de perdas pessoais e a garantir os meios de existência, sobretudo ligadas a ações caritativas e a obrigações dos membros da família, não são recentes em termos históricos, conforme indicado por Castel (2015); Simões (2013); e Vieira (2009). No entanto, o presente trabalho se ocupa da proteção social no capitalismo e das marcantes alterações do seu significado que se processam na atualidade (LAFORE, 2006; PEREIRA-PEREIRA, 2013), sobretudo aquelas relacionadas ao incremento dos mecanismos de ativação e administração do mérito nas políticas sociais (ABRAHAMSON, 2009; CHELLE, 2012; HESPANHA; MATOS, 2000; MOSER, 2011).

A produção acadêmica sobre os sistemas de proteção social no Brasil não é extensa. Poucas obras, como a de Pereira (2016), abordam essa temática como objeto central de reflexão. No geral, a discussão sobre a proteção social se vincula de forma secundária ao debate das políticas sociais. Nesse sentido, as imprecisões teóricas e as lacunas referentes ao seu significado social na atualidade ficam evidentes também quando observamos a confusão entre proteção social e políticas sociais; a interpretação da proteção social unicamente como face positiva da sociedade capitalista e do seu compromisso com o bem-comum; e as análises que negam as possibilidades de atendimento das necessidades sociais por meio da proteção social no capitalismo (PEREIRA, 2016).

Nesse âmbito, o problema teórico que se busca enfrentar diz respeito à tendência de inclusão de condicionalidades comportamentais como exigência para acesso da população aos serviços sociais e de medidas de ativação para o mercado de trabalho dos chamados *dependentes da proteção social* em detrimento das iniciativas de universalização do atendimento das necessidades sociais, sobretudo daquelas que não vinculam rendimento à ocupação (DINIZ, 2007; PARIJS, 2002). Tal tendência, marcada por uma ética utilitarista e meritocrática, reafirma o trabalho assalariado como principal fonte de segurança e bem-estar social (CASTEL, 2015).

De acordo com Pereira (2016) e Pereira-Pereira (2013), abordar conceitualmente a proteção social contemporânea requer, antes de tudo, admitir que se trata de um processo complexo e contraditório que encerra em si as tensões que surgem da disputa entre distintas tradições de economia política. Nesse sentido, a análise do que vem a ser a proteção social e as formas que assume na contemporaneidade não pode deixar de reconhecer o seu caráter político, que se expressa até mesmo na conotação positiva que o termo *proteção* carrega. Além disso, como salienta Boschetti (2016), tais as medidas de proteção implementadas pelo Estado, ao mesmo tempo que garante condições para a reprodução do capital, assegura também a satisfação de necessidades sociais, daí sua contradição intrínseca.

2 | CENTRALIDADE DO TRABALHO ASSALARIADO

No percurso analítico proposto, a referência aos modelos clássicos de Otto Von Bismarck e William Beveridge (CASTEL, 2015; CHELLE, 2012; PEREIRA, 2016; PEREIRA-PEREIRA, 2013; VIEIRA, 2009) é incontornável, uma vez que tais propostas, na mesma medida em que transformam em questão pública as inseguranças individuais, também revelam a centralidade do trabalho assalariado e a consequente distinção, para efeito de acesso às medidas de proteção social, entre trabalhadores e não trabalhadores. Desde as suas formas mais longevas, a organização de sistemas de proteção social tem como objetivo manter as condições mínimas de vida diante de determinados riscos. No capitalismo, o risco decorre das eventualidades que impedem

o indivíduo de obter sua subsistência em razão da incapacidade para trabalhar ou de obter um emprego remunerado (VIEIRA, 2009).

Nesse sentido, é necessário aclarar e distinguir o significado de duas formas principais de funcionamento da solidariedade social, a saber: os princípios de seguro e assistência social (DINIZ, 2007; LAFORE, 2010; PEREIRA-PEREIRA, 2013). Em linhas gerais, a lógica do seguro social, tal como se observa na proposta clássica defendida pelo chanceler Otto Von Bismarck na Alemanha, se refere à prevalência da responsabilidade individual para com a coletividade, implicando na obrigatoriedade da contribuição para o custeio da proteção social de todos. Por sua vez, o modelo assistencial se baseia no reconhecimento de uma obrigação jurídica da coletividade em relação aos indivíduos que não reúnem as condições necessárias para manter a si e a suas famílias. Esse reconhecimento se verifica, por exemplo, no sistema de Seguridade Social proposto por William Beveridge que, ao contrário do correlato alemão, ampliou a cobertura estatal para aqueles que não estavam inseridos no mercado de trabalho (CASTEL, 2015; ESPING-ANDERSEN, 1991; NOGUEIRA, 2001).

Podemos também observar o primado do trabalho assalariado (POLANYI, 1980) nas recomendações nº 67 e 202 da Organização Internacional do Trabalho (1944; 2012), que versam sobre a garantia dos meios de existência e sobre as bases da proteção social, respectivamente, bem como na sua convenção nº 102 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1952) relativa à norma mínima da segurança social. Tais documentos são de extrema relevância, uma vez que orientam as medidas adotadas por governos de diversos países membros. Nesses textos, verifica-se que os riscos e a insegurança social decorrem da incapacidade ou da impossibilidade temporária de exercer uma atividade remunerada; fatores esses que funcionam também como critérios de justiça e orientadores da solidariedade social, tendo em vista que a desocupação involuntária define o merecimento à proteção (PEREIRA-PEREIRA, 2013). Em outros termos, não merecem ser protegidos aqueles que, sendo capazes, voluntariamente não trabalham (CASTEL, 2015).

Embora pouco explorados na literatura que trata das políticas sociais no Brasil, os diferentes modelos e concepções acerca da proteção social carregam em si uma determinada noção justiça em termos de distribuição de benefícios entre os membros de uma sociedade (BOBBIO, 1987; 2011; 2013; FIGUEIREDO, 1997; HELLER, 1998; RAWLS, 1997). A centralidade do trabalho assalariado colocaria em evidência então que não é justo distribuir benefícios aos capazes para exercer uma atividade remunerada, uma vez que, instruída pela noção de responsabilidade individual, a noção de solidariedade correspondente admite apenas que sejam protegidos aqueles cidadãos excluídos involuntariamente do mercado de trabalho (crianças, idosos, desempregados, doentes, etc.).

Sendo assim, o dilema da proteção social capitalista decorre do conflito entre o reconhecimento da obrigação do Estado em prover meios de existência e a preocupação, de caráter liberal, em evitar que os capazes para o trabalho, ao serem protegidos,

sintam-se desestimulados a buscar a satisfação de suas necessidades por meio do trabalho assalariado (MARTIN, 1983; PEREIRA-PEREIRA, 2013; SGARBOSSA, 2015). A existência desse dilema permeia tanto a discussão dos níveis de atendimento das demandas sociais quanto as medidas atuais de ativação dos indivíduos e de inserção de condicionalidades comportamentais, sobretudo as educacionais.

3 | MEDIDAS DE ATIVAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Para Chelle (2012), caracterizadas por avançadas soluções tecnocráticas de cunho reformista, as atuais formas de incitação ao trabalho, sem o tom rigoroso de uma punição ou sanção estrita, configuram uma renovada aliança entre a economia e a moral (CHELLE, 2012). Dessa forma, o problema colocado atualmente no campo da proteção social se traduz no deslocamento da questão do âmbito da discussão política concernente aos direitos sociais para a esfera da luta contra a pobreza, na qual a ação do Estado visa retribuir o bom comportamento dos beneficiários.

Como medidas de ativação podemos citar a necessidade de comprovar a busca por emprego formal e, em determinados casos, a aceitação de uma ocupação mal remunerada como condição da manutenção do auxílio estatal. No que se refere às condicionalidades comportamentais, também vinculadas a reinserção no mercado de trabalho, se destacam os programas de qualificação profissional e adequação do perfil do trabalhador às atuais necessidades do capital (ABRAHAMSON, 2009; CHELLE, 2012; ESPING-ANDERSEN, 1995; HESPANHA; MATOS, 2000; MOSER, 2011).

Colocada nesses termos, a proteção social capitalista se atualiza fortemente marcada por um retorno à antigas práticas de responsabilização do indivíduo e de despolitização das desigualdades sociais (CHELLE, 2012). A tendência que se observa é a limitação da intervenção do Estado às medidas de alívio da pobreza com ênfase na ativação dos aptos para o trabalho rumo à autossustentação. Nessa direção, a concepção que tem orientado os sistemas de proteção social na contemporaneidade afasta as possibilidades de ampliação e universalização do atendimento das necessidades sociais pela via dos direitos sociais e fundamenta o processo de incremento dos dispositivos morais que adotam o esforço e sacrifício pessoal como prova do mérito (FIGUEIREDO, 1997).

No contexto da tendência atual apresentada nas linhas acima, no qual a intervenção do Estado pode ser analisada também como uma forma renovada de condução das condutas (CHELLE, 2012; FOUCAULT, 1994; 2008), no sentido de que o incentivo financeiro contribui para que os indivíduos com baixos ou nenhum rendimento façam boas escolhas para superarem a pobreza, ou seja, sejam governáveis, pode-se destacar o programa francês Revenu de Solidarité Active (RSA) implementado gradativamente a partir de 2009.

O RSA (FRANÇA, 2008), de acordo com o texto legal, traduz o direito fundamental

de todos os cidadãos de dispor de recursos suficientes para viver conforme a dignidade humana. Para tal, o RSA asseguraria um nível mínimo de rendimento, variável conforme a composição do domicílio, para aqueles que não dispõem de recursos financeiros ou que percebem baixos salários. Esses últimos, referidos na literatura como trabalhadores pobres (CHELLE, 2012), mesmo inseridos no mercado formal de trabalho, não percebem rendimentos suficientes para se manterem e, por isso, dependem do auxílio estatal. No entanto, em que pese o reconhecimento do rebaixamento do valor da mercadoria força de trabalho, o problema é admitido em termos de necessidade de acompanhamento profissional.

Apresentado como um programa que se baseia em um sistema de direitos e deveres, o RSA exemplifica a lógica das contrapartidas na qual o direito a receber um rendimento mínimo ou um complemento financeiro está associado a obrigação de se submeter ao acompanhamento profissional e social disponibilizado; ao dever de buscar um emprego; e de agir no sentido de aumentar as chances de reinserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, temos nesse programa a cristalização de uma determinada concepção de proteção social que se choca frontalmente às propostas universalistas, em especial, às propostas incondicionais (PARIJS & VANDERBORGHT, 2006; SUPLICY, 2002).

4 | RENDA MÍNIMA INCONDICIONAL

Em oposição às concepções baseadas no primado do trabalho assalariado, mesmo aquelas que contemplam arranjos que combinam o seguro e a assistência social, nos interessa analisar também as perspectivas que pretendem romper com as três condicionalidades fundamentais presentes na proteção social contemporânea, a saber: “a consideração da situação familiar, a comprovação de renda e a disposição para trabalhar” (PARIJS & VANDERBORGHT, 2006, p. 42). Nessa trilha, a discussão sobre a implantação de uma renda básica de cidadania ou, para utilizar a terminologia francesa, *revenu de base inconditionnel*, que seja paga a todos os cidadãos; em termos individuais; e sem nenhuma exigência de contrapartidas, parece ser a mais fecunda, uma vez que essa proposta indica a necessidade de desvincular rendimento e ocupação (PARIJS, 2002).

No Brasil, a discussão sobre a instituição de uma medida de proteção social desse tipo é incentivada por Eduardo Suplicy que, em sua obra *Renda de Cidadania: a saída é pela porta* (SUPLICY, 2002), apresenta os fundamentos teóricos e ideológicos que sustentaram o Projeto de Lei que institui a Renda de Cidadania no nosso país (BRASIL, 2004a). No entanto, a Lei nº 10.835/2004, sancionada no dia 08 de janeiro de 2004, foi preterida em termos práticos pelo Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei nº 10.836/2004, sancionada no dia seguinte. A análise comparativa das duas leis citadas acima deixa clara a opção por um modelo restritivo e focalizado no

atendimento das demandas sociais.

Com origens que remontam aos pensadores sociais do século XVI (SUPLICY, 2002), a ideia de uma renda mínima garantida a todos, sejam ricos ou pobres, quer trabalhem ou não, se defronta com sistemas de proteção social gestados a partir de uma ética capitalista. Nesse sentido, para além das questões referentes ao financiamento desse tipo de propostas ou aos benefícios em termos de livrar os beneficiários do estigma de dependentes do Estado, o cerne do debate está localizado no questionamento do tipo de solidariedade que se torna hegemônica no seio do capitalismo.

5 | CONCLUSÃO

A análise proposta neste trabalho aponta os traços gerais de uma concepção de proteção social em que o nível do capital social da família e a adequação ao mercado de trabalho são fatores preponderantes para o alcance da independência, o que conduz também à substituição das causas sociais por questões de caráter individual no que se refere à exposição aos riscos e à insegurança social.

Nesse sentido, as estratégias de ativação dos beneficiários repercutem diretamente no campo dos direitos sociais dificultando sua ampliação e universalização, uma vez que vinculam o acesso às medidas de proteção social à adoção de um determinado comportamento como prova de mérito.

Como alternativa, embora existam experiências, inclusive no Brasil, referentes ao pagamento de uma renda básica, sem a exigência de contrapartidas, em geral, tais medidas são reservadas aos mais pobres; se baseiam na composição familiar; e de alguma forma estão vinculadas à incapacidade para o trabalho. É o caso do Benefício da Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo mensal às pessoas com mais de 65 anos ou às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, consideradas impossibilitadas de participar da vida em sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 1993).

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, Peter. **O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa**: emprego e Proteção Social na Dinamarca. SER Social, Brasília, v. 11, n. 25, p. 244-273, jul./dez. 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 1993.
- _____. Lei nº 10.835, de 08 de janeiro de 2004. **Institui a Renda básica de Cidadania**. Brasília, DF, 2004.
- _____. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o programa Bolsa-Família**. Brasília, DF, 2004.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CHELLE, Élisabeth. **Gouverner les pauvres**: politiques sociales et administration du mérite. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- DINIZ, Simone. **Critérios de justiça e programas de renda mínima**. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2007.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, n. 24, São Paulo: CEDEC, 1991.
- _____. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. Lua Nova, n. 35, São Paulo: CEDEC, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Princípios de justiça e avaliação de políticas**. Lua Nova, n. 39, São Paulo: CEDEC, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité I**: la volonté de savoir. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANÇA. Loi nº 2008-1249, du 1er décembre 2008. **Généralisant le revenu de solidarité active et réformant les politiques d'insertion**. Paris, 2008.
- HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- HESPANHA, Pedro; MATOS, Ana Raquel. **Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho?** Para um debate sobre as políticas activas de emprego. Sociologias, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 88-109, jul./dez. 2000.
- LAFORE, Robert. **La protection sociale, une valeur?**: dans le cadre d'un "vivre ensemble" démocratique. Informations sociales, Paris, n. 136, p. 84-95, 2006.
- _____. **L'État-Providence**: quel équilibre entre assurance et assistance? Cahiers français, Paris, n. 358, p. 32-37, sep./oct. 2010.
- MARTIN, Jean-Baptiste. **La fin des mauvais pauvres**: de l'assistance a l'assurance. Seyssel: Champ Vallon, 1983.
- MOSER, Liliane. **A nova geração de políticas sociais no contexto europeu**: workfare e medidas de ativação. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011.

NOGUEIRA, Vera M. R. **Estado de Bem-estar Social**: origens e desenvolvimento. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 0, n. 5, p. 89-103, jul./dez. 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 102. **Convenção concernente às normas mínimas para a seguridade social**. Genebra, 1952.

_____. Recomendação nº67. **Recomendação sobre segurança de rendimento**. Filadélfia, 1944.

_____. Recomendação nº202. **Recomendação relativa aos pisos nacionais de proteção social**. Genebra, 2012.

PARIJS, Philippe Van. **A renda básica**: por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul? Revista Econômica, Niterói, v. 4, n. 1, p. 75-93, jun. 2002.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Proteção social contemporânea**: cui prodest? Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SGARBOSSA, Luis Fernando. **Inúteis ao mundo**: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 36, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2015.

SIMÕES, Carlos. **Teoria & crítica dos direitos sociais**: o Estado Social e o Estado Democrático de Direito. São Paulo: Cortez, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VAN DER BORGHT, Yannick; PARIJS, Philippe Van. **Renda Básica de Cidadania**: fundamentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL

Roosevelth Ramos Barroso Carvalho

Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.
Especialista em Gestão Pública. Bacharel em
Administração.

RESUMO: Trata-se de uma análise do processo de automação e seus impactos na produtividade no setor bancário brasileiro, mais especificamente no Banco do Brasil na década de 1990 até a atualidade e seus impactos nos processos de trabalho bancário que vem fortalecendo a acumulação do capital nesse setor, desestruturando os direitos trabalhistas e redefinindo o papel do bancário, no contexto da reestruturação produtiva.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação flexível. Automação. Bancário. Precarização. Trabalho.

ABSTRACT: This is an analysis of the automation process and their impact on productivity in the Brazilian banking sector, but specifically in the Bank of Brazil in the 1990s until today, and their impact on banking work processes that has strengthened the accumulation of capital in this sector, disrupting labor rights, redefining the role of banking in the context of productive restructuring.

Key words: Flexible Accumulation, Automation, Banking, and Precarious Work.

1 | INTRODUÇÃO

A experiência brasileira com a automação bancária constitui um exemplo ontológico do emprego produtivo de tecnologias de informação em um país em processo de desenvolvimento. No Brasil, os bancos comerciais têm feito um amplo uso de equipamentos para processamento de dados, tendo instalado seus primeiros computadores no início dos anos 1960, expandindo suas bases em ritmo acelerado nos anos 1970 e começando a experiência da automação nas agências através de sistemas de processamento e distribuição de dados.

A automação, enquanto categoria de análise, possui diferentes interpretações, e neste contexto, apesar de estar a serviço do capital para um maior fortalecimento da economia, também se configura como estratégia de expansão do setor de serviço, cuja finalidade é facilitar a vida do trabalhador e possibilitar ganho de tempo, e maior produtividade no setor financeiro. Portanto, apresenta-se como uma estratégia de mudança na organização do trabalho e na produtividade dos recursos bancários, maximizando a capacidade do setor para prestar melhores serviços e oferecer melhores produtos, ao mesmo tempo em que aumenta o acesso dos clientes às facilidades de gerenciamento do seu dinheiro, incluindo

suas próprias contas.

Todo esse processo, fruto da reestruturação produtiva, tem um impacto significativo na vida do trabalhador bancário. Suas consequências aparecem no cotidiano profissional de forma concreta, desafiando o próprio sistema a encontrar alternativas viáveis de solução para tais problemas. A relevância da discussão ora proposta foi fruto de profundas reflexões e análises que culminaram com a elaboração da dissertação de mestrado, intitulada “AUTOMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS: a experiência do Banco do Brasil a partir dos anos 1990”, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão, tendo como universo de pesquisa o Banco do Brasil.

2 | A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO SETOR BANCÁRIO

A acumulação flexível origina-se como um estratagema das grandes corporações com o firme propósito de suplantar as situações preocupantes do desenvolvimento capitalista no ciclo crítico estrutural do capital, cujo traço marcante é a crise da mundialização financeira e o novo estigma imperialista. Este processo ocasionou um violento crescimento da produção de mercadorias, e nos parâmetros de benefícios comparativos no âmbito concorrencial e internacional, vai expandir na metade do decênio 1960, formando um novo embasamento organizacional, tecnológico e sociometabólico destinado à exploração da força de trabalho humana. Nas formulações de David Harvey, a acumulação flexível tem como principal característica o choque frontal com a rigidez do fordismo.

Flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo que se caracteriza pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993, p.140).

David Harvey conceitua a acumulação flexível, caracterizando-a como um extensivo processo de transformações sucedidas na economia política e cultura do capitalismo mundial, a partir da grande crise econômica, em meados da década de 1970. Isso se explica pelo fato de, antes de tudo, uma das principais características histórico e ontológica do modo de produção capitalista é buscar sempre flexibilizar as condições de produção. De acordo com Marx, uma das principais características ontológicas do capital é sua extraordinária capacidade de “desmanchar tudo que é sólido”, transformar, de maneira constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos horizontes de variabilidade no processo de valorização nos seus vários aspectos

(MARX; ENGELS, 1998; MARX, 1996).

Assim, na constituição da produção capitalista a acumulação flexível, que gera valor, resulta em suas primícias a introdução do trabalho assalariado e a não propriedade do fruto deste trabalho, impulsionando um desequilíbrio social e uma frágil condição de vida deste trabalhador, uma total separação do trabalhador de seus meios de produção (MARX, 1996). Daí o fato do desenvolvimento do trabalho assalariado ser considerado uma particularidade ontológica.

Dessa forma, a acumulação flexível, nada mais é que uma recomposição de fatores indispensáveis da produção capitalista em meio a novas condições de desenvolvimento do capital e da própria crise estrutural por qual ele passa fortalecendo as determinações do capital financeiro no final de século XX, e não apenas uma ruptura de acordo com o modelo de desenvolvimento vigente. O fortalecimento do neoliberalismo, proveniente das revoluções por que passou a indústria e a tecnologia, permitiram uma consolidação da reestruturação produtiva do capital neste período.

É exatamente no período em que compreende os anos de 1980 e 1990, principalmente nos países centrais, que observamos as inovações capitalistas, a flexibilização da produção e a introdução da automação nos setores financeiros da economia capitalista, a exemplo dos modelos de gestão da força de trabalho, como *Just in Time*, *Kanban*, Círculos de Controle da Qualidade, além de uma gama de Programas de Qualidade Total e racionalização da produção. Logo, são décadas de puro *frenesi* e cristalização da cognominada acumulação flexível e de uma reestruturação produtiva em que o momento predominante é o modo de organização da produção conhecido como toyotismo. Isso vem gerando transformações nos processos de trabalho, inclusive no setor bancário. (ANTUNES, 2006; ALVES, 1999)

Tais movimentos engendraram uma classe mais complexa e fragmentada, constituída de uma força de trabalho apta a operar equipamentos microeletrônicos, mas também de uma grande massa de trabalhadores sub-remunerados e em condições precárias de emprego, desvinculados dos sindicatos. As tendências de queda dos níveis de sindicalização e de redução do número de greves na maioria dos países capitalistas centrais e periféricos são significativas das dificuldades maiores do movimento sindical dos trabalhadores dos anos 90, em escala mundial. (ANTUNES, 1999, 36-45).

De fato, tais transformações fortaleceram o processo de automação, principalmente no setor financeiro, o que gerou um ganho para o capital em fatores como tempo, serviços, produção, além de resultar em uma contrapartida perversa, quando desqualifica; redefine e desestrutura o trabalhador bancário, que neste momento em nome da acumulação flexível, precisa se adaptar às novas regras de produção. (BLASS, 1989)

Harvey fortalece tais análises quando afirma que o capital se autovaloriza de uma forma nunca vista em todo processo de produção, transferindo seus espaços produtivos para regiões com padrões salariais mais baixos, abusando da contratação

de assalariados em condições precárias e informais e selecionando e controlando uma força de trabalho que permita maior extração de ganhos de produtividade, num quadro de expansão descontrolada de uma população trabalhadora supérflua e de queda na capacidade organizativa dos sindicatos, o capital usufrui de condições privilegiadas para exercer seu domínio sobre o trabalho (HARVEY, 1993).

A inclusão de um novo paradigma tecnológico efetivado nos últimos anos, fundamentado na revolução da microeletrônica, tem desencadeado profundas transformações nos mais diversos segmentos da atividade econômica. E em meio a essa conjuntura, o setor bancário é um dos ramos que mais tem absorvido impactos ocasionados por esse novo ditame, até mesmo pelo fato de este ser um dos grandes possuidores de equipamentos de base microeletrônica. O empreendimento brasileiro com a automação bancária implanta um momento épico do emprego produtivo de tecnologias da informação em uma nação em franca expansão de industrialização.

O motivo pelo qual as organizações empresariais saem à procura de inovações tecnológicas, com base na microeletrônica e na informática é, acima de tudo, o agente da competitividade. Assim sendo, a diversificação dos tipos de serviços oferecidos pelos bancos no Brasil instituiu um notável diferencial competitivo. Os bancos da rede pública, por exemplo, foram pressionados a prontificar os mesmos tipos de serviços que os da rede privada sob a punição de perderem sua imagem e o mercado. A investida com a finalidade de galgar patamares de competitividade cada vez mais íngremes está fazendo com que as empresas desse setor dispensem maior atenção às necessidades do cliente, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados pela introdução de novas tecnologias.

Portanto, a expansão do processo de automação bancária no Brasil, especialmente no que se refere aos serviços bancários, torna-se extremamente evoluído, impactando diretamente no trabalhador com maior grau de associação das operações ao nível das agências nos sistemas de rede *online*, novos serviços e maior agilidade no setor financeiro.

3 | A AUTOMAÇÃO E OS PROCESSOS DE TRABALHO NO BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil é uma instituição pública de ordem financeira criado no Brasil pelo príncipe regente D. Joao VI, na cidade do Rio de Janeiro em 1808, denominado de *Banco Nacional* ou *Banco Público*, foi constituído com o objetivo de promover o comércio local. A ideia de se criar um banco ligado ao Estado já circulava em Portugal antes mesmo da vinda da corte para o Brasil. Desde o século XVIII, o italiano Domingos Vandelli, radicado em Portugal, era defensor da proposta da criação de um banco que receberia os depósitos públicos, da Casa da Moeda e dos diamantes, e poderia antecipar ao governo os rendimentos do Erário (PIÑEIRO, 2003).

Somente a partir da década de 1960, a sede do Banco foi transferida para

Brasília sendo inaugurada uma filial em Nova Iorque. E somente em 1973, as ações do Banco do Brasil começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores. Hoje, o Banco do Brasil tem mais de 15 mil agências bancárias espalhadas pelo país e pelo mundo, demonstrando, dessa forma, a sua grandeza e importância para o desenvolvimento e crescimento econômico do país.

No Brasil, com a conjuntura da reestruturação produtiva montada a partir da década de 1990, resultado das transformações advindas do impulsionamento das políticas neoliberais, a automação bancária é vista como processo inovativo alicerçada na gestão descentralizada. A orientação, pautada pelas políticas setoriais neoliberais, proporcionou o desenvolvimento da reestruturação territorial seletiva dos fluxos das operações financeiras, efetuada através da desintegração vertical, da diferenciação e da ampliação do escopo das atividades e pela reorganização influenciando diretamente nos processos de trabalho dos bancários. (PIRES, 1997, p. 3).

O processo de trabalho bancário brasileiro, em sua história, apresenta basicamente três etapas. A primeira compreendida até a década de 1960, quando o trabalhador exercia praticamente a gestão sobre a execução do seu trabalho. Na segunda etapa, a qual se estende até a década de 1980, prevalece o padrão taylorianofordista, que se apoia em rotinas pré-definidas e programas de computadores, ocasionando, pois, a desqualificação do trabalhador bancário. Nessa década, a difusão de novas tecnologias de computadores se propaga no ambiente do trabalho bancário. Conseqüentemente, uma parte da atividade desses trabalhadores foi transferida para os próprios clientes; a informação começa a ser disponibilizada *online*.

A terceira e última etapa compreende a década de 1990, recorte desta pesquisa, que se caracterizou pelo aceleração do processo de automação com uma considerável destruição de postos de trabalho. Percebe-se, assim, nesta fase, um poder de maior envergadura do processo de automação, o qual vai contribuir para a intensificação do trabalho, descumprimento da jornada laboral, além da destruição do poder de compra desse trabalhador, o que acaba caracterizando um quadro de agravamento da precarização do trabalhador dos bancos, e em especial do Banco do Brasil.

As mudanças implantadas no processo de trabalho bancário, com a adoção de novas tecnologias, com destaque à automação, foram acompanhadas por um ajuste estrutural que promoveu a flexibilização interna, reorganização funcional e precarização dos contratos e das tarefas bancárias. Uma modernização que, vai além dos objetivos econômicos, termina por se constituir por uma estratégia de sobrevivência empresarial adotada pelas instituições bancárias. As transformações em conjunto diversificaram os padrões organizacionais, redefiniram os papéis executados dentro das agências bancárias, a concepção que o bancário tinha sobre o seu próprio trabalho, a (re) caracterização dos comportamentos da categoria bancária e a mudança no perfil de adoecimento físico e mental decorrente do trabalho. (Silva, 2009, p. 93)

Desta maneira, para compreender de forma mais sistemática as consequências das transformações no mundo do trabalho dos bancários, observamos desde a redefinição salarial, as condições de trabalho, a percepção que este trabalhador possui do banco, entre outros aspectos. Em uma pesquisa sistematizada, vale salientar que entre os dados apresentados, a automação elevou a precarização do trabalho, justificando a necessidade deste sujeito cada vez mais capacitado e multiuso a serviço dos diferentes espaços e atividades desenvolvidos pelo banco.

A natureza significativa desse processo de precarização chega a afetar até mesmo a saúde desses trabalhadores. Ao questionar o porquê da escolha do Banco do Brasil para inserção no mundo do trabalho, percebeu-se uma perspectiva do emprego bancário na busca por status e possibilidade de uma vida melhor, um sustento familiar mais seguro. É sabido que a aceção do trabalho sofre também um processo de redefinição durante as constantes mutações do capitalismo. Neste sentido, a atividade profissional é definida objetivamente por Campos (1993 apud RIBEIRO; LÉDA, 2004), da seguinte forma: “já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito” (RIBEIRO; LÉDA, 2004, p. 80).

Dentre as mudanças ocorridas no universo organizacional bancário, percebe-se que a expropriação do saber tem sido uma das principais consequências apontadas não só pelas referências que trabalham essa temática, mas também como resultados da pesquisa. Nas formulações de Grün (1986), desde a implantação dos princípios tayloristas a atividade bancária vive um intenso processo de “desencantamento do antigo *métier*” (GRÜN, 1986). Já para Blass (1989), nessa discussão da expropriação do saber bancário há um viés comparativo entre os bancos do passado, representados pelo ofício que exigia inteligência e conhecimentos específicos de contabilidade e a tendência marcada pela incorporação de máquinas automáticas e subtração dos conhecimentos, saberes e habilidades dos bancários, encarregados pela execução de novas tarefas empobrecidas (BLASS, 1989).

No final da década de 1950 e começo da década de 1960, o perfil do bancário era de um representante da pequena burguesia urbana, o qual tinha como característica principal ser um “trabalhador diferenciado” face ao caráter não braçal do seu trabalho. Os cargos eram considerados elitizados, haja vista que começavam sua carreira em posições mais destacadas. Os pisos da profissão bancária, e até mesmo os cargos, eram considerados diferenciados, uma vez que não permitiam o acesso comum a todos. O reconhecimento social, que comprovava, entre outros aspectos, a origem de boa família, obtido através da rede de relações sociais, pessoal e da própria família, era importante para conseguir a admissão e preencher os requisitos de fidelidade e confiança (GRÜN, 1986).

Já os bancários dos anos 1970 e 1980 tinham o perfil diferente. A maioria era formada por caixas e escriturários geralmente jovens estudantes que desempenhavam

funções rotineiras de baixa qualificação, apesar da sua alta escolaridade, não demonstravam pretensões de fazer carreira dentro do banco, justificando as altas taxas de rotatividade da época (*turnover*). Para Larangeira (1997), diferentemente dos bancários apresentados nos anos 1960, o trabalho bancário era visto como um investimento para a carreira profissional (LARANGEIRA, 1997).

Aquela imagem do trabalhador bancário de “terno e gravata” surge da diferenciação do trabalho “limpo”. Acreditava-se na ascensão econômica e social garantida, mesmo para aqueles que vinham de outro nível social menos privilegiado, como os trabalhadores industriais, juntamente à expansão do trabalho que não precisava sujar nem as mãos nem as roupas, ao contrário da classe operária.

Para fazer parte do seleto trabalho bancário era necessário ser pertencente, preferencialmente, à classe média letrada e, obrigatoriamente, adquirir comportamentos e expectativas compatíveis aos depositantes e clientes das agências (RIBEIRO, 1999). Isso retrata na perspectiva de Gravina e Rocha (2006) onde o mundo do trabalho, enquanto “atividade humana”, sofreu um processo de transposição das condições “rudimentares” até chegar à automação dos dias atuais avançando rumo à automação, ultrapassando as antigas características do trabalho essencialmente manual, desenvolvendo a personalidade, moldando o trabalhador, tornando-se meio de sustento.

Os desdobramentos das estratégias de gestão foram adotados pelos bancos com o intuito de delegar aos novos bancários as atividades de consultoria financeira e comercialização de novos produtos e serviços, como os cartões de crédito, seguros, previdência privada e títulos de capitalização (GRAVINA; ROCHA, 2006). Ou seja, passaram a valorizar os trabalhadores responsáveis pelo setor comercial, reconhecendo-os como qualificados e rotulando os bancários do setor administrativo como semiquificados (BATISTA, 2008). Essa nova etapa de qualificação do bancário também foi demonstrada pelos trabalhadores do Banco do Brasil:

A que ponto chegamos! Antes trabalhávamos com o dinheiro; hoje, nós o vendemos. Acho que esse nome “bancário” deveria desaparecer. É paradoxal você ser imbuído de uma profissão que não faz jus a ela. Não existe mais “bancário”. Deveriam inventar um outro nome para essa profissão. Sei lá! Vendedor de alguma coisa, comerciante; seria mais sensato. Fico impressionada com essas mudanças. (Entrevistado G).

Isso reflete as mudanças que o trabalhador percebe no dia a dia da produção, conforme pergunta feita no interior do questionário. Neste sentido, há um novo cenário cujas exigências apelam a um novo perfil do trabalhador; novos pré-requisitos que refletem o novo contexto do processo de trabalho. Portanto, um perfil que requer um bancário modelável às exigências do mercado, e com uma capacidade constante de se adaptar frente às mudanças do dia a dia da produção (GOÉS; SOUZA, 2008).

A forma de trabalhar hoje requer um bancário com uma concepção mais holística,

possuidora de habilidades para lidar com situações contingenciais, subjetivas e diversificadas, pronto a operar máquinas com rapidez e destreza nos movimentos corporais. A verdadeira dimensão das vicissitudes por que passam os empregados bancários dentro das agências prejudica e até mesmo dificulta a percepção da realidade vivenciada sob os olhares de todos.

A falta de informação diante do silêncio de gerentes e gestores parece fazer com que as administrações sejam incapazes de admitir o processo de adoecimento de seus trabalhadores e terminem não reconhecendo as condições de sofrimento humano como um problema de ordem administrativa e resultado da acumulação do capital. Isso gera questões ideológicas e éticas as quais envolvem as culturas corporativas que ratificam tornando-se cada vez mais uniformes e fortes, amiúde, manipuladas como mecanismos de dominação e controle sobre os trabalhadores. Essa situação fica bem nítida na declaração do empregado bancário, o qual se vê coagido a aceitar compromissos que vão de encontro aos seus princípios éticos e morais:

Sei que não estou aqui para ponderar sobre algumas questões, mesmo sabendo que não estou de acordo com muitas delas. Mas eu sou pago para vestir a camisa da instituição e dar o melhor de mim. Agora, que muitas coisas por aqui são atropeladas, não tenha dúvida! Porém o que está em jogo é vender cada vez mais, em que pese o fato de muitas vezes o cliente não estar precisando daquele produto, mas temos que “aproveitar toda e qualquer oportunidade”. A consequência é que tudo isso vai de encontro a qualquer princípio ético, moral, seja lá o que for. (Entrevistado I).

De acordo com os estudos de Penella (2000), o trabalho tem o poder irrestrito de influenciar as atitudes e os comportamentos, como também de construir a identidade de quem está em sua submissão. Os efeitos ultrapassam os ambientes internos das instituições e passam a influenciar o círculo de amizades e até mesmo os momentos familiares (PENELLA, 2000):

É meio complicado esse negócio de levar trabalho para casa. É a mesma coisa que levar o banco com você. Aliás, você fica com uma neurose de querer aproveitar toda e qualquer oportunidade em nome da “venda”. A gente acaba oferecendo os produtos para a própria família. (Entrevistado A).

De acordo com Jacques (2006), o aprimoramento contínuo exigido pelas modernas gestões de pessoal também constitui um forte mecanismo de seleção dentro das organizações. Esse fator instiga a sensação constante de controle e é interpretada como a “vigilância para não perder o emprego, para ser o melhor, para enxergar à frente” (JACQUES, 2006, p. 154).

Como consequência desse processo de reestruturação produtiva, Antunes (2002) ressalta a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização e a terceirização do trabalho, o desemprego e

a fragilização ou destruição do sindicalismo de classe (ANTUNES, 2002). Desde que começou, essa reorganização produziu a eliminação de postos de trabalho. No início, as ondas de demissão ocorriam em consequência dos ajustes para compensar os impactos que os sucessivos planos de estabilização exerceram sobre as receitas inflacionárias dos bancos. Mas são vários os outros motivos responsáveis pela redução do número de bancários (DIEESE¹, 1998).

Não obstante, um dos principais motivos associados ao desemprego é a automação. Como facilitadora do aumento nos ganhos por produtividade e competição, eliminou a atuação direta do bancário em diversas atividades dentro do processo de trabalho (SCHMITZ; MAHL, 2000). As metamorfoses nas organizações, também consideradas como responsáveis pela demissão dos bancários, alteraram o conteúdo das funções e as rotinas dentro das agências, dispensando as chefias intermediárias que executavam o controle e a supervisão, estimulando novos grupos que assumissem novas tarefas e se responsabilizassem por sua execução (DIEESE, 1998).

Através da terceirização, considerada uma nova forma de relação de trabalho, algumas tarefas, originalmente desenvolvidas por bancários, foram transferidas para outras empresas especializadas.

O conhecido trabalho bancário era definido como uma “técnica exercida, especialmente, sobre determinado objeto, o papel ou sucedâneo, mediante instrumentos com a finalidade de produzir operações e informações; enfim, serviços que têm valor de mercadoria”. Com origem na arte da escrita, mais intimamente ligada à área de contabilidade, caracterizou-se por ser “um trabalho mental vertido no papel sob a forma de símbolos linguísticos, números ou outros modos de representação escrita” (RIBEIRO, 1999, p. 59).

Já as tarefas bancárias exigiam caligrafia e redação, além dos conhecimentos contábeis. O contador detinha o controle das operações de entrada e saída de recursos da agência e também controlava os outros funcionários a ele subordinados - o subcontador, o chefe de expediente, os caixas e os escriturários, os contínuos e o pessoal de apoio. A figura do contador possuía o maior conhecimento sobre os procedimentos contábeis e as normas do banco (PENELLA, 2000, p. 55).

Percebe-se que a maioria dessas funções, executadas manualmente por vários funcionários, foi sendo paulatinamente substituída por máquinas, reduzindo o número de bancários ou até mesmo eliminando boa parte deles. Todas estas questões observadas culminaram com uma nova forma de inserção do trabalho, altamente utilizada no setor financeiro, que alterou significativamente a vida dos trabalhadores na atualidade.

1 Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/bancario.zip>.

4 | CONCLUSÃO

O capitalismo, enquanto formação social consegue de forma bastante dinâmica subordinar relações tipicamente não capitalistas a seu processo de reprodução. É um elemento necessário como condição de sua própria reprodução. Esta condição de existência do capitalismo é enfatizada por Rosa Luxemburgo ao relatar a necessidade que o capitalismo tem em sua própria existência de criar camadas sociais não capitalistas, como mercado para a produção e espaço de mais-valia, e como reservatório de mão de obra assalariada. (LUXEMBURG, 1983, p. 317).

Nesta forma de análise, o capitalismo se encontra necessariamente produzindo e reproduzindo não só relações, mas também alternativas de acumulação cada vez mais selvagens, em diferentes áreas que estão subordinadas às necessidades deste capital, espaços que atuam como elementos importantes na absorção dos excedentes produzidos. Transformando-se em formações socioespaciais, que garantem uma massa de trabalhadores disponíveis para sua utilização no momento em que o capital necessitar. Nesse sentido, destaca-se o espaço bancário como uma das formações socioespaciais que, em seu interior, encontram-se todos esses elementos.

As transformações produtivas nos bancos conjugam novos métodos de organização do trabalho com o uso generalizado da tecnologia de base microeletrônica e informática, convertida em instrumento de elevação da força produtiva do trabalho e de maximização dos lucros das empresas. Assim como no século XVIII, quando a mecanização do trabalho humano reduzia os trabalhadores fabris à condição de “complementos vivos de um mecanismo morto” (MARX, 1989), o desenvolvimento científico e tecnológico em nome do capital conduz a um aprofundamento das relações sociais de dominação.

No Brasil, o processo de trabalho nos bancos sofreu profundas mudanças com a adoção de sistemas automatizados e com a informatização. A essas tecnologias, largamente difundidas no setor, a partir da década de 1990, somaram-se as privatizações, a desnacionalização do setor, a terceirização e a adoção de novas formas de gestão da força de trabalho, mudanças que continuaram a ocorrer de forma mais acelerada até os dias atuais.

Sob a perspectiva do capital, essas mudanças que integram o processo de reestruturação produtiva, resultaram em aumento da produtividade e lucratividade do setor. Por outro lado, do ponto de vista do trabalho, verificou-se estapafúrdia redução de postos de trabalho, intensificação de seu ritmo, sobrecarga de tarefas, aumento do controle e pressão sobre os trabalhadores, o que repercutiu fortemente nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores do setor. O pioneirismo da automatização e da informatização não tardou em cobrar seu preço – rapidamente o setor financeiro brasileiro tornou-se pioneiro também no registro de casos de LER/DORT, doença estreitamente relacionada à intensificação do trabalho. No âmbito do trabalho, um verdadeiro desmonte e redefinição do papel do bancário, conseqüentemente, uma

maior valorização do setor financeiro concretizando o lucro do capital em provimento da exploração da força de trabalho.

Muito ainda será visto, e muitas descobertas ainda nos surpreenderão, mas no que tange ao processo desta pesquisa, muitas questões já se tornaram extremamente clarificadas. É fato que enquanto houver a necessidade de acumulação da riqueza, uma ou outra classe será sempre explorada e subjugada ao imperialismo do capital. Neste século, assim como o que o antecedeu, nunca existiu uma classe mais expropriada de seus direitos e explorada em todas as suas dimensões e forças do que a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. São Paulo: Editora Práxis, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Luckács e Habermas. In: _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed., São Paulo: Boitempo, 2002. 251 p.
- BATISTA, Erika. A (des) qualificação do trabalho bancário na era neoliberal: um enfoque qualitativo sobre o Banco do Brasil. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, VI, 2008, Marília. Anais..., Marília: UNESP, 2008. CD-ROM.
- BLASS, Leila Maria Silva. O trabalho bancário: o (re) fazer de todo instante. São Paulo. SEEBSP, 1989.
- DIEESE. **Evolução** recente do emprego bancário no Brasil. Texto nº 2/98, Belo Horizonte, jul., 1998. 16 p.
- GRAVINA, Marcia Elena Rodrigues; ROCHA, Lys Esther. Lesões por esforços repetitivos em bancários: reflexões sobre o retorno ao trabalho. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 9, n. 2, p. 41-55, 2006.
- GRÜN, Roberto. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 2, p. 13-27, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_02.htm. Acesso em: 09 set. 2014.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX (1990). In: A Condição Pós-Moderna, São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- JACQUES, Maria da Graça. Acidentes e doenças ocupacionais: implicações psíquicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO, II, 12 a 14 de outubro de 2006, Goiânia. Anais..., p. 150-160, 2006.
- LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. Reestruturação produtiva no setor bancário: A realidade dos anos 90. Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, n. 61, dez., p. 110-138, 1997.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação de capital. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. Livro 1.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro o processo de produção do capital. Volume I. Tradução: Reginaldo Sanf Anna. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

PENELLA, Isabela. LER: uma jornada de sofrimento no trabalho bancário. Dissertação de mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. 198 p.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, intendência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e grandes negócios. Tempo, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-91, 2003.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil. Revista Geouerj, Rio de Janeiro, n. 2, p. 65-79, 1997.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; LÉDA, Denise Bessa. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, ano 4, UERJ, p. 76-83, 2004.

RIBEIRO, Herval Pina. A violência oculta do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SCHMITZ, Arno; MAHL, Alzir Antônio. Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 67-82, nov., 2000.

SILVA, Juliana Lemos. Organização do trabalho e saúde dos trabalhadores: Estudo com bancários do município de Uberaba – MG, 2009.

OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Joselita Olivia da Silva Monteiro

Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

Maceió – Alagoas

RESUMO: O presente artigo situa os fundamentos ontológicos do trabalho e à maneira como o Serviço Social é apreendido no contexto das contradições que gestam o sistema capitalista e impõem a necessidade de sua atividade profissional. Tem como objetivo, enfatizar o debate que existe no seio da profissão sobre sua atividade se constituir ou não enquanto trabalho em seu sentido ontológico.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Sociabilidade Capitalista; Serviço Social.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos apreender o Serviço Social, na esfera da categoria trabalho, no contexto das contradições que gestam o sistema capitalista e impõe a necessidade de uma atividade profissional como a do/a assistente social. Ademais, advém dos estudos efetivados na disciplina de Serviço Social e Relações Sociais, dada no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, sob

a orientação da prof.^a Dr.^a Rosa Prêdes.

A apreensão teórica tem como base o marxismo que afirma o trabalho enquanto intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Com este ponto de partida afirma-se o trabalho como condição fundamental da existência humana e da categoria fundante do ser social, da reprodução social e dos demais complexos sociais, como o próprio Serviço Social.

Dessa maneira inicialmente se situa o trabalho enquanto atividade humana singular que advém do intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Nesta primeira parte do artigo afirma-se que do trabalho se efetivam outros complexos sociais, também necessários à reprodução social, mas que, não são necessariamente trabalho no sentido ontológico.

Seguidamente, abordamos o contexto histórico, que efetiva a necessidade do Serviço Social, bem assim, pautamos a sociabilidade capitalista e a exploração dimanada pela regência do capital sobre o trabalho. Apontamos sucintamente às perspectivas que afirmam o Serviço Social como sendo trabalho ou não, no entanto, pela proposta deste artigo não aprofundamos o debate sobre esta questão, que como bem sabemos não é unívoco.

Por assim dizer, este artigo tende a

apreender o Serviço Social enquanto trabalho improdutivo, uma vez que não tem como função social mediar à relação do homem com a natureza, mas sim a relação dos homens com outros homens compreende-o então como posição teleológica secundária.

2 | TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

De acordo com Marx o trabalho é a atividade humana singular que medeia à relação dos homens com a natureza, convertendo objetos materiais em objetos sociais, nos dizeres do autor o trabalho é,

Um processo em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] No fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma material; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, comum a todas as formas sociais (MARX, 1983, p. 149-150).

Esta citação evidencia a relação apontada por Marx entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social, este é a síntese das determinações estruturais e apenas ele é capaz de agir teleologicamente, ou seja, apenas ele propõe finalidades e dispõe da capacidade de projetar, assim, o trabalho é, sobretudo uma atividade em que o homem age sobre a natureza com a finalidade de produzir valores de uso necessários à sua existência. Esta teleologia, ainda para Marx, pode ser de caráter primário, no caso da transformação da natureza, ou secundário no caso do conjunto das práxis sociais que não operam a transformação material da natureza e advém da teleologia primária.

O ser social se constitui enquanto um ser que, se comparado a outros tipos de seres, se diferencia porque é capaz de:

1. realizar atividades teleologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. escolher entre alternativas concretas;
6. universalizar-se; e
7. sociabilizar-se (NETTO; BRAZ, 2008, p.41)

Assim, apenas o ser social é capaz de criar produtos, que uma vez criados, ganham uma objetividade para além de sua existência, a exemplo da construção de um martelo, que construído para determinado fim, não se extenua na finalidade que

orientou a sua construção. Outro aspecto elementar do ser social se refere a sua capacidade de recorrer à linguagem articulada ao cabo de exteriorizar e viabilizar o seu pensamento. Pela consciência o ser social conhece a natureza e, por conseguinte, a si mesmo. Em sua ação sempre encontra alternativas e pode fazer escolhas entre elas –

– e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da *liberdade*: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher – tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de *universalizar*. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 42, grifo do autor)

Com o que está explicitado nesta citação, compreende-se que a reprodução do ser social, ou seja, sua capacidade de ampliar-se e enriquecer-se, não se dão meramente por mecanismos de caráter biológico ou genético. Enquanto ser social dispõe da capacidade de sociabilizar-se, isto é, de apropriar-se e desenvolver-se socialmente, através fundamentalmente dos processos de interação social.

Compreendido assim, o ser social não pode ser visto como um ser natural, mas como “uma estrutura que resulta da auto-atividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades – é uma estrutura histórica inconclusa” (Netto; Braz, 2008). Esta diferença é marcada pelo surgimento do trabalho, uma vez que através dele se torna possível o afastamento das barreiras naturais vividas pelos homens originariamente, e, por conseguinte, a reprodução social. Por assim dizer, o trabalho lança a humanidade em um processo histórico consubstanciado pelo desenvolvimento para além de si próprio (LESSA, 2012).

Por este viés, compreende-se que o trabalho constitui o ser social, mas o ser social não se resume ao trabalho, uma vez que seu desenvolvimento o aproxima de objetivações que ultrapassam o espaço vinculado diretamente ao trabalho, como é o caso da ciência, filosofia, arte, etc., esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências precípuas do trabalho.

O desenvolvimento do ser social efetiva o surgimento de uma racionalidade, que sobre a base do trabalho, cria objetivações próprias. Neste caso, quando afirmamos que o ser social advém do trabalho, porém é mais que o trabalho, queremos assinalar que as objetivações criadas pelo ser social transcendem o universo do trabalho, constituindo uma categoria também abrangente, que é a categoria da práxis, “A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas” (NETTO; BRAZ, p. 43).

Nesta medida, é necessário precisar duas diferenças que caracterizam as objetivações da práxis. Uma delas é o trabalho, voltado para o controle, exploração da natureza, e como tal se dá a partir da relação em que o homem é o sujeito e a natureza o objeto. A outra trata da relação própria entre os sujeitos, em que o homem atua sobre si mesmo, como é o caso práxis educativa, por exemplo. Os produtos resultantes destas práxis se materializam de maneira diferente, e podem objetivar-se

materialmente ou idealmente. No caso do trabalho esta objetivação é necessariamente material, e no caso das outras práxis essas objetivações se dão sem a transformação da estrutura material.

“Vale dizer que da práxis não resultam apenas produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos” (NETTO; BRAZ, 2008 p. 44) em dadas condições históricas, os produtos do trabalho e objetivações ideais, deixam de se mostrar como objetivações que explicitam a humanidade dos homens, e aparece como algo que escapando ao seu controle, lhe é superior. Esta condição marca o fenômeno histórico da alienação, e esta é peculiar às sociedades em que a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção, se realizam ao lado de determinadas formas de exploração do homem pelo homem. Vale salientar que sob a condição da propriedade privada, o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, ele é extraído de acordo com as leis que regem a produção em determinado período histórico.

Esta referência à alienação e suas bases efetivadas pela divisão social do trabalho e da propriedade privada, faz-se necessária para que se possa compreender que a atividade do trabalho, ao dar início ao processo de humanização não é perene, nem tão pouco unívoca. Dado o contexto de amplo desenvolvimento das forças produtivas, originalmente efetivado pelo trabalho e seus desdobramentos,

[...] até hoje o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como igual desenvolvimento da humanização de *todos* os *homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens (NETTO, BRAZ; 2008, p. 46).

Ao situar o trabalho como fundante do ser social, e por isso presente em todas as formas de sociabilidade, devemos afirmar que é no âmbito do capitalismo, que pela primeira vez na história, o desenvolvimento das forças produtivas, efetivadas, sobretudo, pelo trabalho, alcança um patamar de produção e acumulação que poderia ser versado por toda a humanidade, no entanto, em virtude de sua lógica, não o faz.

Devido a isto concluímos que somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, é possível vislumbrar todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social acessíveis a todos os homens.

3 | SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO

A emergência do Serviço Social enquanto profissão se dá no contexto do aviltamento da força de trabalho no âmbito da industrialização, sob as condições históricas que requerem novas modalidades de intervenção do Estado junto à força

de trabalho, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, ‘à racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*” (Netto, 2009, p. 73, grifo do autor).

Neste marco, a mobilização dos trabalhadores em torno das lutas por direitos civis, políticos e sociais, forçam o Estado e os setores da classe dominante a se posicionarem diante da “questão social” que se expressa não somente no empobrecimento do trabalhador mas,

[...] tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores para o capital. No percurso do desenvolvimento do capitalismo atravessados por lutas sociais entre capital e trabalho constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital (PIMENTEL; COSTA, 2002, p.7).

Diante deste contexto, de luta de classes, a efetivação das políticas sociais é permeada de contradição, ao passo que representa conquistas por parte do trabalho, sem necessariamente representar perdas para o capital. A nosso ver as concessões por parte do Estado têm, sobretudo, a finalidade de manter a regência do capital sobre o trabalho. Assim, o desenvolvimento das políticas sociais requisitam tanto profissionais que as elaborem, quanto as executem, e é nesta execução que se centra o surgimento do Serviço Social, cuja função na sociedade de acordo com Netto (2008) remete fundamentalmente à execução terminal das políticas sociais.

Nesta medida, o Estado em sua fase monopolista constitui o instrumento da ordem e hegemonia da burguesia, e as políticas sociais constituem a função de seus elementos significativos, tanto pela via do “controle e manutenção do sistema, quanto das lutas das classes trabalhadoras em permear o Estado com suas demandas e reivindicações” (Montaño, 2008, p. 54).

Ao identificar o significado da profissão enquanto um dos elementos que participa da reprodução das relações sociais, no contexto contraditório entre as classes, para Yamamoto (2008) a profissão se configuraria como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho inerente à sociedade industrial.

É necessário esclarecer que o trabalho assalariado é a forma específica do modo de produção capitalista, e isto nos permite afirmar que ele é a parte constitutiva do sistema de exploração inerente a este modo de produção. Assim, como no âmbito do capitalismo tanto o trabalho concreto, quanto as demais atividades humanas são convertidas em trabalho abstrato - produtivo e improdutivo, parece-nos que a condição de trabalhadores assalariados pelo capital é o que possibilitaria afirmar o Serviço Social enquanto trabalho.

De acordo com Marx, o trabalho abstrato, se divide em trabalho produtivo e improdutivo. A distinção ontológica entre um e outro é feita a partir da função social

que exercem na reprodução do capital. Ou seja, de produtores ou não produtores de mais-valia¹, nesta medida, o processo de valorização do capital inclui atividades improdutivas. Estas são necessárias porque preparam e criam as condições sociais para que o trabalho se realize. Como salienta Lessa

Se nos dermos conta desta distinção entre as funções ontológicas do trabalho e das outras práxis – com todas as devidas mediações – preparatórias do trabalho, podemos perceber mais facilmente que, para além da aparente semelhança de forma, “materialidade” e da relação assalariada [...], há realmente uma diferença decisiva entre cada uma dessas práxis. Esta diferença tem suas raízes na função social a ser exercida (Lessa, 2012, p. 47).

Diante disso podemos afirmar que o trabalho entendido ontologicamente, é a práxis social que funda os meios de produção e de subsistência, enquanto as outras práxis, derivadas dele, efetivam as funções preparatórias muitas vezes indispensáveis à realização dos atos de trabalho historicamente necessários. Por isso para Marx (1983) o trabalho é a categoria fundante da reprodução social, em que os homens ao transformarem a natureza, também se transformam enquanto indivíduos, desta maneira, consolidando a história enquanto autoconstrução humana.

Faz-se necessário lembrar que a divisão social do trabalho no contexto do capitalismo, efetiva o surgimento de diversas profissões, que não se situam enquanto as classes fundamentais próprias do capitalismo, que seria a burguesia e o proletariado, Lessa (2012) as identifica enquanto “classe de transição”. Nesta medida, de acordo com o autor,

Ela é composta por aqueles indivíduos que não pertencem aos operários porque não operam o intercâmbio orgânico do homem-natureza e por isso não produzem o ‘conteúdo material da riqueza’; mas, por outro lado, também não são membros da classe dominante porque não possuem a propriedade dos meios de produção. Estes indivíduos são na enorme maioria das vezes, assalariados pagos pela classe dominante (por vezes pela mediação do Estado) com os recursos que advêm da exploração da classe trabalhadora. Por isso são, também, do ponto de vista econômico e produtivo, parasitários da riqueza produzida pelos trabalhadores (Lessa, 2012, p. 68).

Com esta citação podemos entender que para Lessa a atuação da “classe de transição” muitas vezes, é indispensável à perpetuação da lógica do capital, precisamente pela função que desempenha no capitalismo, a de auxiliares da burguesia. Assim, no entendimento do autor os/as assistentes sociais são assalariados/as porém, não são operários e por isso integram a “classe de transição”, por não desempenhar o papel produtivo na construção da riqueza. Para o autor o Serviço Social não é trabalho.

Anosso ver, o entendimento do Serviço Social como profissão que atua no controle social dos trabalhadores ou como crítica da exploração da força de trabalho inerente à sociabilidade capitalista, aponta para a perspectiva da sua apreensão como trabalho improdutivo. Ressaltamos que para Gilmaisa Costa (2012), a finalidade principal dos

1 Fonte de lucro apropriado pelo capitalista consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador.

complexos sociais que fazem parte das posições teleológicas secundárias “é agir sobre a consciência dos homens, consciência entendida no sentido concreto, como aquela que regula as ações práticas do indivíduo na vida cotidiana”.

Com base no exposto entendemos que o Serviço Social, é uma atividade que tem como marco lidar com as diversas expressões das contradições gestadas pelas relações sociais capitalistas e o cotidiano profissional exigem respostas dentro desta sociedade. Assim, é um campo de ação típico das relações sociais e, enquanto tal, da posição teleológica secundária.

4 | CONCLUSÃO

Este artigo nos colocou diante de um debate que não é tênue nem tão pouco unívoco, ainda assim, nos permitiu chegar a algumas conclusões e também deixar tantas outras ideias abertas, que inclusive nos estimularão a voltar a esta temática.

É consensualmente aceite entre os diversos autores a que recorremos que a emergência do Serviço Social enquanto profissão se dá no contexto da divisão social do trabalho na especificidade do modo de produção capitalista. O que nos parece enquanto ponto de conflito entre os autores é a conclusão de que por se institucionalizar da divisão social do trabalho, e ao ser uma profissão assalariada, poderia se haver uma identificação desta profissão com as atividades do trabalho no sentido ontológico.

Do ponto de vista que partimos, de ser o trabalho o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, compreendemos que o mesmo funda o ser social, e não só, a partir do trabalho são dadas as condições para a reprodução social. Nesta medida, a perspectiva que informa nosso conhecimento, nos permite afirmar que o trabalho é necessariamente a mediação entre o homem e a natureza em que por essa ação o homem converte os objetos materiais em objetos sociais.

Assim, outras ações que não contemplem este intercâmbio, embora derivadas do trabalho não são trabalho, e o Serviço Social assim como outros complexos se caracterizam como posição teleológica secundária e não como trabalho.

REFERÊNCIAS

COSTA, Gilmaisa Macedo de. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia**. Maceió: EDEFAL, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esforço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 8. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R.

Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO

Rute Andrade dos Santos

Universidade Federal do Tocantins, Palmas –
Tocantins.

RESUMO: O Brasil tem hoje um cenário muito sedutor à inserção dos trabalhadores no serviço público. O IBGE aponta que esse é um movimento crescente em todo país, especificamente em Palmas, Tocantins. Pensando nesse cenário que vivencia a capital do Tocantins, juntamente com a história da sua construção social e formação da sua identidade, cidade da “*felicidade*” pensou-se na elaboração desse artigo, cuja pretensão é identificar a relação entre as representações simbólicas da capital com as oportunidades e a busca pelo setor público por parte dos “concurseiros”, apresentando aspectos da identidade desta categoria. O método de trabalho realizado foi a revisão da literatura sobre a temática proposta. Ancorados no suporte teórico desenvolvido, é possível caminhar para reflexões que possibilitem entender a construção da identidade dos “concurseiros”, suas escolhas e as influências advindas do modelo econômico e da forte representação simbólica presente nas instituições da cidade. Conclui-se que há um cenário propício para fomentar o fenômeno dos concursos públicos na capital do estado, por meio de políticas de atração para migrantes

“concurseiros”, com o aumento dos cargos públicos, mais estabilidade e a atratividade dos salários, e com discursos e espaços urbanos de identificação regional da imagem da felicidade: consumo, status, visibilidade e poder.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso Público, Identidade, Trabalho, Palmas.

ABSTRACT: Today, a Brazil has a very seductive scenario for the inclusion of workers in the public service. IBGE indicates that this is growing movement in every country and specifically in the Palmas’s city, in Tocantins. Thinking about this scenario that lives in the capital of Tocantins, along with the history of its social construction and formation of its identity, city of “happiness” was thought in the elaboration of this article. This aim is to identify the relationship between the symbolic representations from the capital, with the opportunities and the search for the public sector by the “competitors”, presenting aspects of the identity of this category. The work method was the revision of the literature on the proposed theme. Anchored in the developed theoretical support, it is possible to walk to reflections that allow to understand the construction of the identity of the “concurrents”. Their choices and the influences coming from the economic model and a strong symbolic representations present in the institutions’s city. It is concluded that there is a favorable scenario to foment

the phenomenon of public tenders in the capital of the state. Both through policies of attraction for the “concurrent” migrants, with the increase of public positions, more stability and attractiveness of wages, as well as in the discourses and urban spaces of regional identification of the image of happiness: consumption, status, visibility and power.

KEYWORDS: Public Contest, Identity, Work, Palmas.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje um cenário muito sedutor à inserção dos trabalhadores no serviço público. A própria crise econômica que vive o país atualmente estimula a população ativa a procurar este tipo de trabalho, em que se possa desenvolver uma carreira pública. A todo momento vê-se nas mídias reportagens e chamadas para concursos públicos atraindo uma grande massa de profissionais para o setor. As chamadas utilizam como maior atrativo os salários proporcionados pelas instituições e a estabilidade no serviço público.

A página de política do G1 (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/n-de-servidores-publicos-municipais-subiu-667-em-13-anos-diz-ibge.html>) trouxe, no ano de 2015, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- 2013, em que quantificou o número de servidores públicos no país no ano de 2012 igual a 3,12 milhões, representando 1,6% da população total brasileira do ano em questão. Outro dado importante, citado nesta pesquisa, aponta que mais da metade dos funcionários públicos da administração direta, um representativo de 83,7% do total do funcionalismo público, tem curso superior ou pós-graduação.

Outra matéria do IBGE de 2014 elencou “Os estados que têm os maiores percentuais de servidores nas prefeituras em relação às populações das cidades são respectivamente o Tocantins (6,2%), Amazonas (5,2%) e os estados do Nordeste (entre 6,3% e 5,2%), com exceção da Bahia e Pernambuco” (G1, 2014) e as unidades com mais servidores estaduais em relação à população são: Distrito Federal - 5,1%; Acre – 4,9%; Roraima – 4,9%; Amapá – 3,9% e Tocantins – 3,6%.

Dados do Ministério do Planejamento (2015a) apontam que o Brasil tem, somente no exercício do Executivo, 767 mil servidores públicos federais alocados, com uma despesa média de pagamento para os ativos de R\$ 6,2 milhões, sendo 75% em regime estatutário. O regime estatutário, é o regime que não se aplica a Constituição das Leis Trabalhistas – CLT - e pode ser entendido como um regime jurídico que orienta o trabalho dos servidores públicos, por meio de uma lei específica, como exemplo os servidores públicos federais são regidos pela Lei de nº 8.112 do ano de 1990 (BRASIL, 1990). Já o Estado do Tocantins no ano de 2012, apresentou uma população ativa no serviço público do executivo de 5.949 servidores, sendo que a população do estado no ano de 2010 era de 1.383.445 habitantes. Em sua administração direta possuía no seu

quadro de pessoal 47.443 servidores (IBGE - PERFIL DOS ESTADOS, 2013).

Esses dados apontam que houve um grande crescimento no número de vagas nos cargos públicos do Brasil durante os últimos anos provocando uma mudança no comportamento do trabalhador brasileiro e influenciando em uma procura constante por cargos públicos. Refletindo sobre essa crescente onda pelo país à fora, pela busca desenfreada pelo concurso público, pensou-se na elaboração de um estudo teórico com o objetivo de entender o que mobiliza um cidadão a buscar uma carreira pública e ao mesmo tempo articular com as características peculiares da cidade de Palmas, capital do Tocantins.

Sendo Palmas/TO uma capital que está nesse movimento ascendente e é considerada como uma cidade administrativa propõe-se nesse artigo identificar a relação entre as representações simbólicas da capital desse estado, com as oportunidades e a busca pelo setor público por parte dos “concurseiros”, apresentando aspectos da identidade desta categoria.

Esse artigo aborda questões como o sentido do trabalho; a caracterização e a identidade do servidor público; descrição sobre a cidade de Palmas; dados da cidade e da gestão pública; análise do material encontrado e conclusão.

2 | SENTIDO DO TRABALHO

Antes de prosseguir é importante salientar o que significa trabalho e qual o sentido que este tem para um indivíduo, já que o artigo tratará de questões relacionadas à carreira pública e identidade do servidor público, derivações essas que advém do mundo do trabalho. Apropria-se neste momento, da análise de Morin (2001), a qual destacou que as propriedades do trabalho estão relacionadas às condições do emprego e do trabalho em si. Sobre as condições do trabalho pode-se entender salário justo e aceitável; estabilidade no emprego; vantagens apropriadas; segurança e saúde e processos adequados, enquanto o trabalho em si está relacionado a variedade de desafios; à aprendizagem contínua; autonomia; reconhecimento e apoio; contribuição social que faz sentido e um futuro desejável.

Outro conceito que dialoga com o conceito trazido por Morin (2001) é a abordagem proposta por Faitão & Pinheiro (2013) os quais tratam dos sentidos do trabalho como um processo de relações sociais, e traduz este significado como as representações sociais da tarefa pelo sujeito compreendida nas dimensões individuais, grupais e sociais e os sentidos se relacionam ao sentimento de realização e satisfação, desenvolvimento profissional, liberdade e autonomia em seu trabalho.

Mais uma contribuição para o sentido do trabalho pode ser vista sob a ótica do reconhecimento profissional, que pode se entender como um julgamento sobre a contribuição dos resultados e investimento pessoal do trabalhador, fundamentada na crença do trabalhador ser merecedor de respeito, conforme Bendassolli (2012).

Essas três abordagens teóricas apresentadas sobre o sentido do trabalho proporcionarão ao leitor, mais à frente, entender qual é esse sentido para o servidor público, o que este trabalhador busca em relação ao seu trabalho cotidiano. Para prosseguir com o este entendimento, apresenta-se a metodologia de trabalho e na sequência, a definição de servidor público, de identidade dos candidatos e os fatores que influenciam na migração para cidade de Palmas.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi o levantamento do material bibliográfico produzido sobre as temáticas: Trabalho; Serviço Público; Identidade; Palmas; Migrações (ALBRECHT, 2010; BEZERRA, 2013, CANDICE, 1995; DEBORD, 2003; HARVEY, 1996; PINTO, 2014; REIS, 2010; RIBEIRO; MANCEBO, 2009; SILVA, 2014; VELASQUES, 2011). Desse levantamento, obtive um vasto material sobre o assunto, entre artigo, dissertações de mestrado e teses de doutorado e reportagem de jornais que contribuíram para aprofundamento da temática escolhida

Além desse levantamento bibliográfico, foi utilizado dados do IBGE, Valor Econômico e do Ministério do Planejamento para obtenção dos dados secundários.

4 | SERVIÇO PÚBLICO

4.1 Caracterização do Serviço Público

De acordo com a lei 8.112/90 (BRASIL, 1990) os artigos 01 a 03 regulamentam:

Art. 1ª Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2ª Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3ª Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão (BRASIL, 1990).

Pinto (2014) apresenta que o serviço público é uma herança de origem lusitana e que desde 1808, quando a Família Real veio para o Brasil, trouxe consigo cerca de 1000 funcionários públicos para trabalharem no centro naval e no comércio imperial que existia na cidade do Rio de Janeiro. Além desse público, é citado por Pinto (2014) que brasileiros iam estudar em Portugal com objetivos de ingressarem em uma carreira pública posteriormente e que 64% optavam pelo curso de Direito por oferecerem melhores oportunidades na época.

Nota-se que o funcionalismo público sofreu grandes transformações até os dias atuais, mas foi no período do governo Vargas (1930-1945) que esta classe de trabalhadores teve suas normas de trabalho regulamentadas pelo Decreto 1.713. Além das leis promulgadas, o governo Vargas promoveu um grande aumento de vagas nas instituições públicas, conforme descrição de Pinto (2014) e o funcionalismo público passou a ser visto como setor de trabalho que os trabalhadores tinham certos privilégios diferentes dos demais.

No período da ditadura militar houve uma reforma que incrementou as seleções no serviço público, e a criação de novos ministérios além da profissionalização dos servidores públicos. A incerteza do mercado provocou uma grande corrida por serviços públicos, mas foi com a constituição de 1988 e a Reforma Administrativa de 1995, como descrito por Pinto (2014), que o serviço público sofreu grandes alterações.

A constituição de 1988 foi o marco para o serviço público levando a União, os estados e municípios a criarem e regulamentarem serviços necessários para execução e garantia dos direitos civis, assim promovendo um aumento no quadro de servidores públicos. Porém, a constituição por si só não conseguiu implantar as suas leis e estatutos, assim muitas áreas públicas após 1988 foram sucatearam por falta de incentivos financeiros e por falta de pessoal, visto principalmente no governo de Fernando Collor de Melo.

Foi a Reforma Administrativa do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que instaurou a passagem de um modelo burocrata para um modelo gerencial no serviço público. Esse novo modelo, como afirma Pinto (2014) tinha como premissa a existência de um Estado Mínimo e eficiente, foi a era das grandes privatizações no Brasil, a era Bresser, autor do plano para reforma administrativa.

Já em 2003, com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT- houve um crescente aumento dos concursos públicos como alternativa para minimizar a precarização das instituições nos governos anteriores e recompor o funcionalismo público.



Figura 1 - Concurso público federal no governo FHC e Lula
 Fonte: Pinto (2014)

O gráfico acima aponta o contraste das aberturas de vagas no governo Fernando Henrique e no governo Lula. Enquanto no governo FHC o gráfico demonstra uma queda constante, no governo Lula, a partir de 2003, há um constante crescimento das vagas nos concursos públicos federais, inclusive por profissionais com curso superior.

Pinto (2014) expõe que esse aumento no número de vagas trouxe concomitantemente um maior critério e rigor nos concursos, já que a concorrência também aumentara. Esse rigor, juntamente com a dificuldade de passar em um concurso, corroborou para a imagem do servidor de maneira positiva, trazendo conceitos como competência e seriedade para esse grupo de trabalhadores.

4.2 Identidade do Servidor Público

O mundo do trabalho sofreu grandes transformações desde a década de 1970, período que surge um novo regime econômico, um regime flexível (HARVEY, 1996). Esse novo regime trouxe mudanças diretas no comportamento e na identidade do trabalhador criando uma nova cultura social do trabalho, caracterizada pelo individualismo, pela competitividade, pela obsolescência programada, pelo fugaz e pelo efêmero, pela ditadura do consumo e como consequência produziu uma classe trabalhadora desorganizada. Esses traços não ficaram apenas no setor da economia privada, se estenderam ao sistema público também, isto podendo ser ratificado, como já citado, pela mudança do regime burocrático estatal para o regime gerencialista, com a Reforma Administrativa do Estado no Governo FHC, onde como exemplo, a

meritocracia, a avaliação de desempenho e a fixação de metas ganham espaço no setor público.

Não obstante, pode-se verificar nos estudos de Albrecht (2010) que essa competição profissional, traço do modelo gerencialista, e ao mesmo tempo a ênfase no caráter individualista é demonstrada por aqueles que buscam por uma carreira pública, os chamados “concurseiros” (STAINK, A, 2013). A competição ocorre na busca pela entrada nos serviços públicos. A preocupação maior ou a motivação maior para esses candidatos é descrita como a estabilidade, a remuneração e a qualidade de vida que o serviço público proporciona, não declarando a importância do bem comum, o bem coletivo prevista no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Capítulo I, Seção I:

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo (BRASIL, 1994).

Dessa forma, afirma em sua pesquisa Albrecht (2010) que a motivação dos “concurseiros” não é pela natureza dos serviços prestados pelos cargos ocupados e que não descrevem a importância, a abrangência do papel que devem executar. A motivação está relacionada à inserção e permanência no mundo do trabalho contemporâneo e possibilidade de carreira no serviço público que garantirão a subsistência e a satisfação das necessidades humanas e psicológicas de realização. Assim, o serviço público pode ser visto como um trampolim para projetos pessoais, atingindo uma dimensão psicológica, já que os favorecem pelo não excesso de trabalho, gerador de tempo disponível e a estabilidade financeira. Assim, Albrecht (2010) apresenta que:

A estabilidade, mesmo sendo uma característica essencial deste segmento, na medida em que garante ao trabalhador que será demitido apenas por falta grave, abre espaço para que o servidor assimile a sua atividade de trabalho como algo marginal em sua vida, executando desse modo, o mínimo necessário (SORATTO, 2000 *apud* ALBRECHT, 2010, p. 83).

Albrecht (2010) chama atenção em suas considerações que o sentido do trabalho no serviço público é muito mais relacionado ao emprego que o trabalho em si, essa seria uma maneira de enfrentar a perversidade, vulnerabilidade e incerteza das relações trabalhistas vigentes no setor privado, mesmo tendo consciência de entrar em um trabalho burocrático e visto como desmotivador por muitos. Essa é uma estratégia de se sentir seguro e procurar um lugar seguro no mundo contemporâneo baseado no regime de acumulação flexível que a todo mundo fomenta a incerteza e a deriva no trabalhador.

Além dos contratos flexíveis, em que o trabalhador perde muito de suas garantias

trabalhistas, são vistos como uma das causas motivadoras que fazem com que algumas pessoas partem em busca do serviço público, mas outros aspectos devem também ser considerados nessa análise. Destarte, deve-se lembrar que a sociedade contemporânea vive a denominada sociedade do espetáculo, como afirma Debord (2003), em que o espetáculo é mediatizado pelas imagens nas relações sociais, sendo uma das características marcante dessa era, o consumismo desenfreado que promove a visibilidade dos atores sociais. “Toda vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p.13)

Assim, com os salários atrativos ofertados pelo setor público, o servidor passa a ter condições de ter e usufruir da vida com maior intensidade (PINTO, 2014) e também, passar a ganhar uma maior visibilidade com o status e empoderamento promovidos pelo cargo ocupado, reforçando dessa forma, a sociedade do espetáculo. A sociedade passa por uma predominância de uma lógica fria e utilitarista restringindo a atividade laboral apenas como meio para atingir o seu fim, apontam Ribeiro e Mancebo (2009), quando citam que “já não existe um trabalho que valha mais do que o outro: é mais válido o que paga melhor. Já não existem, portanto, profissões de maior prestígio, e sim profissões que abrem as portas para o dinheiro e o êxito” (CAMPS, 1993, p. 124 *apud* RIBEIRO & MANCEBO, 2009, p. 150).

Outro fator determinante levantado por Pinto (2014) refere-se ao grupo o qual o “concurseiro” está inserido. A vida dessas pessoas está cercada de pessoas com trajetórias de “sucesso” no serviço público. Os pais e parentes são vistos como espelho para esses candidatos e há um compartilhamento de ideais que impera nesses grupos sociais. Desde a tenra infância, o discurso da estabilidade financeira é dito nas convivências familiares, como também disseminado pelas universidades.

O grupo influencia na organização da vida e ocupa um lugar privilegiado na formação de “envelopes de identidade”, ou seja, constitui um espaço intermediário onde se situa a passagem entre a realidade psíquica interna e o mundo exterior. Podemos afirmar que a família, os grupos de universidade e trabalho são grupos de pertencimento que influenciam a produção subjetiva concursante. Uma vez dentro destes, o sujeito incorpora suas normas, sua cultura e seus “projetos”, construindo sua forma de agir no mundo a partir de como lida com todas estas questões (CARRETEIRO, 1993 *apud* PINTO, 2014, p. 135).

Portanto, é preciso considerar uma variedade de fatores que influenciam na construção da identidade daqueles que optam por uma vida de “concurseiro” a fim de conseguir um serviço público, que vão desde questões estruturais de regime econômico até as interferências de relações grupais e relações sociais apresentadas aqui como forma de status, visibilidade e empoderamento. E conforme afirma Silva (2014), a identidade é aberta, sempre em construção, dessa forma não podemos enxergar

esses candidatos com uma identidade pronta ou inacabada, mas sim, influenciada por diversos fatores.

5 | PALMAS – CAPITAL DO TOCANTINS

5.1 Identidade Da Cidade Em Questão

Diante de toda a questão teórica levantada neste artigo, deve-se olhar para Palmas, a capital do Tocantins, a mais nova capital do Brasil e a constituição de sua identidade. Todos os aspectos que foram descritos nesta discussão remetem ao mesmo fenômeno que ocorre na capital do Tocantins, nesta última década principalmente.

Palmas é a capital do Estado do Tocantins fundada em 1989, possuindo uma população de 228.332 habitantes em 2010 e uma estimativa em 2015, de 272.726 habitantes, ocupando uma área de 2.218,943 km², totalmente inserida no bioma Cerrado (IBGE, 2010). Em 2014, segundo o IBGE, o município teve um gasto nas finanças públicas de despesa orçamentária com pessoal e encargos sociais de 395.636 mil reais. A cidade apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDHM, de 0,788 medido em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD-, e uma população ocupada de 123.879 pessoas. Apenas na administração direta do município são 9.337 servidores, segundo o perfil dos municípios do IBGE em 2014.

O jornal Valor Econômico (2013), em sua página sobre macroeconomia, traz uma matéria falando do crescimento do funcionalismo público no Brasil, demonstrando que a maior parcela dos trabalhadores vinculados a administração direta no total de servidores públicos foi registrada no Tocantins com 92,1%, ficando atrás somente do Amapá (92,7%) e o Mato Grosso (98,2%).

Além de todos os dados socioeconômicos apresentados, Palmas é uma cidade personalizada e que favorece a migração para a cidade da “felicidade”, conforme descrita por Bezerra (2013). O fato da cidade oferecer atrativos migratórios faz com que muitos busquem a cidade para viver e obter a felicidade, assim, buscam o concurso público como um meio para atingir esse fim.

Esse fato se relaciona à construção da identidade de Palmas, uma vez que reforça esse movimento. E para um melhor entendimento, é necessário revisitar a trajetória dessa construção, onde o mito do idealizador do Estado do Tocantins, o ex-governador Siqueira Campos se fez presente por meio dos discursos, prédios e monumentos legitimados pelas figuras simbólicas de Theotônio Segurado e Juscelino Kubistchek (REIS, 2010).

Reis (2010) aponta que Siqueira Campos idealizava a capital como o *ex-nihilo* já que pretendia criar uma capital onde não existia nada anteriormente. Para Reis (2010) a criação de uma nova cidade é um símbolo forte e altamente político que traduz em grande valor e marca a história. Diante desse cenário, Siqueira Campos poderia ser

comparado a Juscelino Kubistchek, como demonstra no texto nas ações mais adiante.

Também vem contribuir com a análise do que estava por traz da construção da cidade de Palmas Candice (1995) ao afirmar que Siqueira Campos utiliza das disparidades regionais do Estado do Tocantins para sustentar a ideia da capital do Estado como o local provedor de desenvolvimento e integrador das regiões marginalizadas. Aponta também que os discursos políticos referentes ao estado e à capital englobavam os mais diversos interesses de maneira a atingir as suas necessidades e desejos. Dessa forma, provocava um sentimento de excitação nessas pessoas, de maneira a contribuir para o fortalecimento do discurso e da nova identidade étnica e nacional do plano regional.

Destarte, estratégias do governo facilitam a migração, começando pelo próprio discurso ideário do seu idealizador, conforme cita Bezerra (2013). Um discurso em que se coloca Palmas como a cidade para quem busca uma vida melhor, uma cidade da realização do seu sonho. É a cidade da felicidade, formando assim, uma consciência sonhadora nos migrantes. Silva (2014) aponta que os discursos dos seus idealizadores buscavam expressar uma representação da superação do atraso. A chegada do progresso valorizava o que se negava anteriormente, como a identidade sertaneja e colocando como característica de originalidade e autenticidade regional.

Mesmo tendo ocorrido esse discurso há quase três décadas atrás, o discurso permanece e se fortalece no imaginário daqueles que estão buscando uma vida melhor, tendo o serviço público um caminho para realização desse sonho. Estratégias políticas, até os dias de hoje, são utilizadas para atrair migrantes para a cidade de Palmas. Em 2015, o atual prefeito Carlos Amastha incluiu a participação da cidade de Palmas na pesquisa sobre as melhores cidades do Brasil, feita pela consultoria *Austin Ratings* e o resultado trouxe para o município o melhor IDH do Brasil (PREFEITURA DE PALMAS, 2015). Vale abrir um parêntese aqui, que o PNUD é o órgão reconhecido mundialmente para medir o IDH, com objetivos e métodos de trabalhos específicos para tal aferição de dados.

Retomando as estratégias políticas do município, os discursos presentes no âmbito político favorecem a inserção no setor público por muitos profissionais de diversas regiões do Brasil de virem realizar o seu sonho na mais nova capital do país, onde se tem o melhor local para se viver. Esse discurso se perpetua e vira um mito na consciência social. “O mito, ainda, tem o papel de “fortalecer a tradição, dotando-a de valor e prestígio maiores, remontando-a a realidade mais alta, melhor, mais sobrenatural, dos eventos iniciais” (MALINOWSKI, 1974, p. 100 *apud* SILVA, 2014).

Outro ponto que chama atenção são os desenhos urbanísticos utilizados para a construção de Palmas cujo o contexto histórico e os acontecimentos tiveram muitas semelhanças à Brasília, inclusive o senso comum rotula Palmas como cópia de Brasília, observa Velasques (2011). Além do traçado se assemelhar, os espaços sociais também têm o mesmo fim, ou de uma certa forma ambas cidades favorecem uma exclusão social, o contato mínimo com as pessoas. São as cidades feitas para

os carros.

Dessa forma, podemos ir além das semelhanças urbanísticas e pensar nos comportamentos culturais da população ativa de Palmas e Brasília, já que o Distrito Federal é lugar que mais tem servidores públicos trabalhando, segundo o Ministério do Planejamento (2015b). Assim, Palmas se assemelha à capital brasileira mais uma vez, uma vez que não tem grandes indústrias e o seu nicho forte de trabalho é o setor público. E é esse setor que com altos salários e a cobiçada estabilidade proverá o estilo de viver como pensado os traçados urbanísticos na cidade, um estilo consumista e elitizado.

Diante dessa exposição, pode-se pensar na identidade da capital do Tocantins como algo imaginado e construído como uma ideologia política dos seus idealizadores, como destaca Candice (1995), a partir da geografia regional, juntamente com os símbolos e discursos os quais enfatizam uma região personalizada, destacada da nação do Brasil.

5.2 Reflexão Sobre a Realidade de Palmas e os Conceitos Teóricos Sobre Identidade e o Movimento de Migração por Meio dos Concursos Públicos

Refletindo sobre a cidade de Palmas com todas as suas características históricas e urbanísticas, e ao mesmo tempo, compreendendo as questões as quais mobilizam um profissional a buscar o serviço público, pode-se entender que o fenômeno do concurso público é e será uma contínua crescente na capital do Tocantins, já que permanece a existência de um discurso imbricado nas instituições do Estado. E são as instituições do Estado que vão fomentar essa busca para a “tal” felicidade, dita pelos seus idealizadores, estimulando a migração de profissionais do Brasil que querem a estabilidade, um bom salário e uma qualidade de vida, podendo assim se orgulhar em dizer que vivem em uma das melhores cidades do Brasil, a cidade da ‘felicidade’.

Assim, pode-se perceber que aqueles profissionais que têm a sua identidade baseada nessas crenças e valores, onde classificam a estabilidade, os atrativos salários, a imagem e o consumismo primeiramente com a identificação do trabalho, buscarão fazer parte dessa classe, que antes eram muito mal vista e hoje vem mudando a sua imagem, devido aos rigores dos concursos. A capital do Tocantins é o amparo para essa identidade, já que perpetua no imaginário do seu povo o “ideal” de felicidade similar à vida e os costumes da capital brasileira, Brasília.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode observar nesse estudo é que desde o ano de 2003, o concurso público ganhou espaço, abrindo novas vagas e ampliando os ministérios e órgãos públicos. Esse fenômeno crescente pôde ser observado no Brasil todo, principalmente,

na região norte.

Além de questões políticas, o modelo econômico vigente fomentou nos trabalhadores essa busca desenfreada pela estabilidade e garantia financeira. Essa foi a maneira que os profissionais conseguiram para lidar com a precariedade das relações trabalhistas e minimizar o sofrimento psíquico causado pelo modelo gerencialista de trabalho.

Os fatores sociais e identitários também contribuem para essa busca profissional, já que grupos que os trabalhadores pertencem disseminam ideais, crenças e valores sobre o trabalho e como garantir e prover suas vidas. Porém, o sentido do trabalho, de acordo com os pressupostos teóricos apresentados não são relevantes ou não têm importância para categoria dos “concurseiros”. O sentido do trabalho é marginalizado, quando a realização está em outros projetos pessoais.

Quanto a cidade de Palmas, capital do Tocantins, conclui-se que há um cenário propício para fomentar esse fenômeno dos concursos. Haja visto a criação de políticas de atração para os migrantes “concurseiros”, com aumentos dos cargos públicos, mais estabilidade e a atratividade dos salários, quanto nos discursos e espaços urbanos de identificação regional com a imagem da felicidade: consumo, status, visibilidade e poder. Apesar desses candidatos fugirem do modelo econômico flexível, muitas vezes têm que se deparar com traços que reproduzem tal modelo, mesmo almejando o serviço público. Esses traços são vistos na dedicação máxima de si mesmo aos estudos, muitas vezes na competição consigo mesmo e na responsabilidade única de desenvolver-se para chegar ao seu objetivo final. Ou seja, é a crença que para alcançar o seu objetivo final só depende de si mesmo, crença altamente difundida pelo capitalismo flexível, expressão máxima do capitalismo atual: *self-made man* já citada nas obras de Weber (1967).

Esse trabalho não se exaure aqui, tendo muito a percorrer ainda para aprofundar no estudo específico da identidade dos “concurseiros” de Palmas. Como dito anteriormente, a identidade não está completamente acabada, e um estudo dos órgãos específicos do Governo, possivelmente, trará novos comportamentos identitários do grupo estudado. Assim, fica como sugestão, já que é um campo vasto e cheio de oportunidades de pesquisa para uma melhor compreensão do fenômeno do concurso público, podendo com a análise contribuir com os profissionais que estão nessa busca e também com o poder público que trabalha com estratégias para esse fim.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Pricila. Sentidos do trabalho para “concurseiros”: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Dissertação de mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fev. 2010.

BENDASSOLLI, Pedro. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas.

Psicologia em Estudo, Maringá, v. 17, n. 1, p. 37-46, jan. /mar 2013.

BEZERRA, Nilva. A felicidade na produção do espaço urbano de Palmas - TO por meio da migração. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.257-282, agos/2013.

BRASIL. **Decreto nº 1.171**. Aprova o código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal. Novembro, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em 17/02/16.

BRASIL. **Lei nº 8112**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das funções públicas federais. Dezembro, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em 17/02/16.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução em português: [www.terravista.pt/Ilhadomel/1540](http://www.terraviva.pt/Ilhadomel/1540). 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 03/02/2016.

FAITÃO, Carlise Ecco & PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto. Os Sentidos do trabalho para servidores públicos da saúde. **Perspectiva, Erechim**. v.36, n.136, p.155-166, dezembro 2012.

GLOBO.COM. **G1 política e notícia**. 26/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/n-de-servidores-publicos-municipais-subiu-667-em-13-anos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 03/02/2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico - 2010. Cidades@: O Brasil município por município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=172100&search=tocantins|palmas|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 17/02/16.

_____. **Perfil dos estados**. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadic2013/ver_tema.php?tema=t1_1&munic=&uf=17&nome=>>. Acesso em: 15/02/2016.

_____. **Perfil dos municípios**. 2014. Disponível em: <http://munic.ibge.gov.br/ver_tema.php?ordem=1.&munic=172100&uf=17&nome=palmas&periodo=2014>. Acesso em: 15/02/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Gestão de Pessoas**. 2015a. Disponível em: <<https://servicosdoservidor.planejamento.gov.br/web/segep/portal-gestao-pessoas-painel-forca-trabalho>>. Acesso em 15/02/2016.

_____. **Painel do servidor**. 2015b. Disponível em: <<http://paineldoservidor.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Boletim%20Estatistico%20de%20Pessoal.qvw&host=QVS%40win-uep82lprjmh&anonymous=true>>. Acesso em 15/02/2016.

MORIN, Estelle M. Os Sentidos do Trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**• São Paulo. v. 41 • n. 3, 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (2016). O que somos. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx>>. Acesso em: 17/02/2016.

PINTO, Bruna de Oliveira Santos. O fenômeno do concurso público: análise sobre o cenário contemporâneo do trabalho/ Bruna de Oliveira Santos Pinto. – 2014. 180f. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal Fluminense, Instituto Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia.

PREFEITURA DE PALMAS. **Gabinete do prefeito**. 2015. Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/gabinete/noticia/1500891/palmas-e-a-primeira-no-ranking-de-desenvolvimento-humano/>>. Acesso em: 17/02/2016.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. A construção do mito do fundador do Estado do Tocantins (1988-2002). **X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política**. Universidade Federal do Pernambuco. Centro de Filosofia E Ciências Humanas. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269211351_ARQUIVO_ArtigoRecife.pdf>. Acesso em 15/04/2016.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. & MANCEBO, Deise. Concurso público, uma alternativa sensata frente às turbulências do mundo do trabalho? **Trabalho & Educação** – vol.18, nº 1, 2009.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O Sertão e suas possibilidades: problematizando a construção da identidade do Tocantins. In: FREIRE, Juciley Evangelista; OLIVEIRA, Antônio Miranda de. (Org.). **Educação, participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação docente no Tocantins**. 01ed.Palmas, TO: 2014, v. 01, p. 120-133.

VALOR ECONÔMICO. **Macroeconomia**. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3046800/ibge-funcionarios-publicos-eram-16-da-populacao-brasileira-em-2012>>. Acesso em: 03/02/2016.

VELASQUES, Ana Beatriz Araújo. A concepção de Palmas (1989) e sua generalidade: urbanismo e capitalidade na história da criação de novas cidades. **XIV Encontro nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro - RJ – Brasil, 2011.

WEBER, Marx. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA

Heitor Natividade Oliveira

Universidade Federal do Maranhão,
Departamento de Psicologia
São Luís – MA

Carla Vaz dos Santos Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão,
Departamento de Psicologia
São Luís – MA

RESUMO: Investigou-se a dinâmica prazer-sofrimento no cotidiano laboral de profissionais que trabalham em *startups* situadas em São Luís, MA. Para tanto, foram selecionadas três empresas com características que permitissem identificá-las como *startups* e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes nelas. O referencial teórico utilizado foi o da Psicodinâmica do Trabalho, que reconhece as formas de organização do trabalho como nucleares para a compreensão da dinâmica prazer e sofrimento, situando-as no contexto histórico e social em que se produzem. As principais fontes de satisfação demonstradas foram o estímulo ao uso da criatividade e da inovação, o clima de descontração e o reconhecimento. Destacou-se sobremaneira o ambiente de extrema incerteza próprio das *startups*, e as sensações dele decorrentes, como insegurança, medo, estresse e ansiedade. Identificou-se então as estratégias defensivas

utilizadas para lidar com tais consequências, como a negação quanto à sobrecarga de trabalho e a racionalização expressa pela eufemização do sofrimento.

PALAVRAS-CHAVE: *startup*; precarização; prazer e sofrimento no trabalho.

ABSTRACT: It was investigated the pleasure-suffering dynamics on professionals' daily labor who work at startups from São Luís, MA. In order to do so, three companies with characteristics that allowed identifying them as startups were selected and semi-structured interviews were conducted with professionals acting in this field. Psychodynamics of Work was used as theoretical reference, that recognizes the forms of work organization as core to the understanding of pleasure and suffering dynamic, situating them in the historical and social context in which they occur. The main sources of demonstrated satisfaction were the incentive to the use of creativity and innovation, enjoyable atmosphere and the recognition. The atmosphere of extreme uncertainty of startups and sensations caused by it such as insecurity, fear, stress and anxiety were especially highlighted. Defensive strategies used to deal with such consequences, such as the negation of work overload and the rationalization expressed by euphemizing of suffering were identified.

KEYWORDS: *startup*; precarization; pleasure

and suffering at work.

1 | INTRODUÇÃO

Hierarquia, burocracia, rotina, tempo e local de trabalho fixos, carreira duradoura em uma única empresa, todas essas premissas são execradas pelos atuais manuais de gestão e publicações da área de negócios como símbolos de um passado distante, do qual não se tem nostalgia alguma. O dinamismo, a fluidez, a capacidade de adaptação, e sobretudo a resiliência, tornaram-se o novo paradigma. O ideal de um emprego estável, com retribuição por tempo de serviço, ainda existe, mas divide cada vez mais espaço com o sonho do negócio próprio, com a ilusão de que ser empresário significa trabalhar menos e ganhar mais. Mesmo quem não acredita nessa utopia vê-se fisgado pelas promessas de meritocracia das pessoas que chegaram lá, venceram, fundaram uma empresa que fatura ou foi vendida por milhões.

Representantes diretos desse momento são as *startups*, empresas em fase inicial com base principalmente tecnológica, cuja característica mais marcante é a oferta de um produto ou serviço tão inovador, que o termo utilizado na literatura da área para defini-lo é “disruptivo”. Sob forte influência da região norte-americana conhecida como Vale do Silício, as *startups* espelham-se nos modelos de gigantes da informática e levam ao extremo as idiosincrasias do momento atual da relação de produção. Algumas dessas características são a precarização das relações de trabalho, terceirização, trabalho em tempo integral, negociações individuais e enfraquecimento dos sindicatos.

Aparentemente, ser um “startupeiro” (termo comumente utilizado para designar os empreendedores desse tipo e os trabalhadores dessas empresas) significaria liberdade, estímulo ao uso da criatividade, ambiente agradável, possibilidade de grande retorno financeiro e reconhecimento praticamente mundial, tudo em um prazo de poucos anos ou até meses. Entretanto, na prática, poucas são as *startups* que vingam e menos ainda as que escalam, ou seja, crescem muito e rapidamente. Estudo realizado pela aceleradora Startup Farm aponta que 74% das *startups* brasileiras fecham após cinco anos de existência e 18% delas antes mesmo de completar dois anos (BIGARELLI, 2016). Junto com elas, poucos também são os empreendedores bem-sucedidos. Além disso, assim como a gestão dos negócios e das pessoas nessas empresas é uma atualização e intensificação do modelo toyotista, as consequências para os trabalhadores parecem ser igualmente alarmantes.

Dessa forma, destacou-se como objetivo geral desta pesquisa: investigar a dinâmica prazer-sofrimento no cotidiano laboral de profissionais que trabalham em *startups* situadas em São Luís, MA.

Foram selecionadas três empresas para investigação, com participação de cinco dos gestores/fundadores, aqui identificados como Gestor 1 até Gestor 5, pela ordem em que foram entrevistados, e dois trabalhadores dessas empresas que se dispuseram

a participar, denominados Trabalhador 1 e Trabalhadora 2 (única mulher participante). Os critérios de inclusão dos participantes foram: trabalhar há pelo menos seis meses nessas empresas, seja como funcionários com vínculo formal, prestadores de serviço ou outras modalidades que se apresentassem, e que essa atividade ocupasse pelo menos vinte horas semanais. Ressalta-se a dificuldade de disponibilidade de horário de outros participantes, mesmo para entrevistas pela internet.

Os gestores entrevistados e o Trabalhador 1 eram sócios das respectivas empresas e a Trabalhadora 2 tinha um vínculo de estágio. Todos tinham outras atividades profissionais, alguns com vínculo formal, outros como consultores ou prestadores de serviço autônomos. As idades dos participantes variaram de 21 a 31 anos, sendo a maioria solteiros e apenas dois deles tinham filhos. Em média, dedicavam cerca de trinta horas semanais às demandas da *startup*, e chegavam a acumular 60 ou 70 horas de trabalho por semana, considerando as outras atividades.

As entrevistas aconteceram entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, em uma das empresas que possui sede própria e em uma *coworking*, espaço compartilhado por várias *startups* e profissionais liberais.

A pesquisa foi do tipo qualitativa, feita através da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada para os gestores e outro para os demais participantes, além de um questionário socioeconômico com todos, apenas para traçar um perfil que complementasse a análise dos dados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, lido pelo pesquisador junto a cada participante, e assinado por eles.

Optou-se pelo referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, que entende as formas de organização do trabalho como nucleares para a compreensão da dinâmica prazer e sofrimento, situa-as no contexto histórico e social em que se produzem, e considera as estratégias de defesa ou de mobilização subjetiva utilizadas pelos trabalhadores na interpretação de fatores geradores de adoecimento ou proporcionadores de saúde. De acordo com Silva e Heloani (2007, p. 113),

a visão teórica de Dejours (1992, 2004a) e sua proposta metodológica coadunam-se, respectivamente, a uma visão do sujeito no trabalho que supera o reducionismo idealista psicologizante e que integra a perspectiva crítica materialista-dialética.

Na análise dos dados, foi utilizada também a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, pois ela permite analisar os discursos considerando sua relação dialética com a estrutura social e as relações de dominação. Com efeito, Fairclough (2001) entende discurso como forma de prática social, e não puramente individual, além de prática política, pois é responsável pelo estabelecimento, manutenção ou transformação das relações de poder.

Dada a centralidade que o trabalho ocupa na sociedade atual, suas particularidades refletem-se em todos os aspectos da vida e da saúde. O anseio pela excelência pode ter o efeito oposto, a insuficiência, o esvaziamento do sentido do trabalho, a deterioração

do sujeito, das suas relações, do seu bem-estar, da sua existência.

2 I “AQUI É UM MAR DE INCERTEZAS”: A INSEGURANÇA COMO NORMA E FUNDAMENTO DAS *STARTUPS*

Dentro da lógica da acumulação flexível e financeirização do capital, surgiu, no final dos anos 1990, um empreendedorismo voltado para o mercado digital. No início da popularização da internet, várias iniciativas foram criadas para tentar aproveitar o novo mercado e modelo de negócios que se mostravam disponíveis com a rede conectando computadores do mundo inteiro. Grandes investidores aplicaram verdadeiras fortunas em empresas que tinham apenas uma ideia de como funcionar e lucrar pela internet. A empolgação durou pouco, quando percebeu-se que tudo não passava de mera especulação, e que os investimentos não dariam o retorno esperado, sequer para compensar os gastos. Por fim, ocorreu o que ficou conhecido como o estouro da bolha da internet, ou bolha pontocom. Várias empresas faliram e acionistas tiveram enormes prejuízos em bolsas de valores de diversos países. A supervalorização de produtos e serviços oferecidos pela internet durou menos de uma década (GIBRÁ, 2009).

Muitas empresas, porém, foram bem-sucedidas. Às pequenas iniciativas criadas nesse contexto, denominou-se *startups*, termo relacionado a início, começo. A palavra já era usada nos Estados Unidos havia várias décadas, mas só nessa época começou a ser empregada em outros países, como no Brasil (GITAHY, 2016a). Desde então, passou a significar uma empresa em fase inicial, o que não é suficiente para caracterizá-las hoje.

Existem algumas divergências na definição de *startup*, mas alguns pontos são consenso. Além de estar em fase inicial, ela precisa ter: uma proposta inovadora; modelo de negócio escalável; base tecnológica; baixo custo para iniciar as atividades; uma ideia com potencial de se transformar em negócio (STARTUPS, 2016).

Um ponto importante destacado na literatura da área diz respeito ao cenário de incerteza em que uma *startup* atua. Por mais inovadora que seja a ideia, não há nenhuma garantia de que o negócio prosperará. Apesar disso, espera-se que ele seja escalável, isto é, tenha potencial para crescer sem limites, ampliando sua base de clientes até o nível mundial.

Eric Ries (2012, p. 26), um dos gurus do assunto, define *startup* como “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza”. Os gestores entrevistados confirmam tal característica, reconhecendo as dificuldades advindas dela:

A concepção de *startup* envolve um ambiente de extrema incerteza, e as pessoas às vezes olham *startups* como um ambiente que é até mais fácil, mais flexível ou até melhor, mais prazeroso [para] trabalhar. Só que *startup* na verdade é uma jogada muito arriscada (Gestor 4).

A analogia da aposta foi muito comum em todas as falas, e o ambiente aparentemente “melhor, mais prazeroso” faz lembrar o clima criado pelos cassinos para manter os jogadores em um estado quase de transe, afastados do mundo exterior. Truques como a ausência de relógios ou janelas, a iluminação, assentos e decoração confortáveis e acolhedores, até a oferta de comida e bebida gratuitamente são algumas das estratégias utilizadas por essas casas de jogos (10 TRUQUES, 2017) e frequentemente copiadas pelas *startups*. Fairclough (2001) analisa o uso de metáforas como parte fundamental da estruturação dos discursos, e não apenas como recursos estilísticos. A escolha por determinada analogia e não outra diz respeito à forma como construímos a realidade e como são estruturados nossos conhecimentos, formas de pensamento e crenças. Tal análise auxilia sobremaneira na interpretação da ênfase na aposta como a percepção que os participantes têm do ambiente das *startups*.

O clima de incerteza gera sensações de insegurança e ansiedade em relação ao futuro. O seguinte relato ilustra tal impacto:

Eu gosto que as coisas tenham alguma certeza, algo certo. Eu gosto de estar num navio, e nesse barco [que] eu estou, navegar. Ele pode até ser turbulento, mas [que] eu saiba onde eu vou chegar. E aqui na *startup* não, aqui é um mar de incertezas. E isso é uma coisa que... é algo que causa não só em mim, mas eu já conversei com outras pessoas, que trabalham aqui mesmo, é algo que gera muito mal-estar, esse ambiente de incertezas (Trabalhadora 2).

A alegoria é pertinente, e diversos elementos podem ser comparados à força dos ventos ou das marés: as inovações tecnológicas, o desejo dos clientes, a vontade dos investidores, os avanços da concorrência, oscilações de mercado, variações na economia, modificações políticas e na legislação. Esses elementos afetam todos os trabalhadores, é verdade, mas quando eles são as únicas forças no comando, somam-se à insegurança os sentimentos de impotência e desamparo. Ela continua:

Esse ambiente de incertezas é muito complicado, as mudanças aqui são muito repentinas, e rápidas, toda hora, todo momento. E a própria ideia, vai dar certo ou não vai? Todas as *startups* sofrem isso, algumas que não receberam investimentos altíssimos. Mas isso aqui vai dar certo ou não vai? Qual o meu plano de carreira aqui? Não tem. Eu tenho um ambiente maravilhoso, mas eu tenho um ambiente enorme de incertezas (Trabalhadora 2).

Coloca-se em questão a estrutura mesmo do navio: até que ponto ele é capaz de resistir, de não afundar? O risco é tão reconhecido pelos gestores que foi muito comum, durante as entrevistas, eles se referirem às suas empresas como “projetos”. Ora, navegar em um “projeto” é realmente um risco e uma aposta, e a possibilidade de ganho, ínfima, como afirmado pelo Gestor 1: “A chance de uma *startup* dar certo é muito pequena, é de uma em mil. Então sejamos sinceros, a probabilidade de eu estar nas 999 que não deram certo é muito maior”.

Por causa do ambiente de incertezas, as *startups* devem estar sempre dispostas

a pivotar, outro jargão da área, que significa “girar em outra direção e testar novas hipóteses, mas mantendo sua base para não perder a posição já conquistada” (GITAHY, 2016b).

Até que a empresa se estabeleça e passe a dar retorno (quando deixa de ser uma *startup*), ela precisa de investimento, não apenas de bancos ou instituições financeiras, mas principalmente de parceiros, profissionais altamente qualificados e experientes, com vivências prévias de empreendedorismo (STARTUPS, 2016). Por conta dessas características, o investimento vai além do aspecto monetário, tais parceiros atuam também com mentoria, programas de aceleração e estabelecimento de *networking*, e buscam os novos empreendedores e empresas em universidades, incubadoras e escolas de negócios. São conhecidos no meio como investidores-anjos.

3 | O VALE DO SILÍCIO COMO PARADIGMA

O maior ecossistema de *startups* do mundo encontra-se na região conhecida como Vale do Silício, situada no estado da Califórnia, nos Estados Unidos. O ecossistema consiste no ambiente que envolve as universidades, as aceleradoras e incubadoras, a comunidade de investidores, a legislação e incentivos para o empreendimento. Atualmente, as sedes das maiores e mais lucrativas empresas de tecnologia estão em cidades como Palo Alto, Santa Clara e São José. A maioria delas teve início com a expansão da internet, e sobreviveram ao estouro da bolha.

Google, Apple, Facebook, HP, Intel, eBay e Yahoo! são apenas alguns exemplos das que estão listadas pela revista Fortune dentro das 1000 maiores empresas do mundo (DEMPSEY, 2015). Elas servem de modelo e referência para os empreendedores de tecnologia em relação aos produtos e serviços desenvolvidos e também às práticas de gestão. Na sede da *startup* visitada para esta pesquisa, bem como na *coworing* onde atuavam as outras duas, o ambiente também remetia ao cenário das empresas citadas.

No Maranhão, faz poucos anos que começou a se formar um ecossistema de *startups*, com a criação, no final de 2013, da Startup MA – uma associação sem fins lucrativos que busca aproximar academia, mercado e governo, para incentivar as *startups* locais – e a promoção de eventos como o Startup Weekend, que já ocorre em mais de 50 países (STARTUP, 2016).

Os gestores entrevistados foram unânimes em afirmar que o ecossistema maranhense ainda é embrionário, com muitas ideias interessantes, mas ainda poucos negócios efetivos, ou seja, produtos ou serviços comercializáveis e uma quantidade significativa de clientes. Mostraram-se esperançosos quanto aos próximos anos, acreditando que as empresas começarão a ter retorno.

O perfil dos empreendedores nas *startups* também se assemelha muito ao profissional imerso na cultura do *management* (GAULEJAC, 2007). São listados

os “traços de personalidade” exigidos: Ambiciosos; Apaixonados por empreender; Atirados, “caras de pau”, sem nenhum senso de hierarquia; Colaborativos, acostumados a trabalhar em grupo; Criam empresas para vender (em lotes de ações, ou toda a empresa); Destemidos, sem medo da crise, quase ingênuos (STARTUPS, 2016).

Os requisitos vão muito além daqueles da cultura gerencialista. Blank e Dorf (2012) utilizam a teoria do Herói de mil faces, do estudioso norte-americano Joseph Campbell (1995), para estabelecer o perfil dos empreendedores de sucesso. Segundo Campbell, o mito do herói é um padrão recorrente encontrado em várias culturas e religiões. Sua jornada inicia com um chamado e uma série de obstáculos se interpõem ao longo do caminho, em busca de um final incerto.

A jornada do herói é uma maneira adequada para pensar as startups. [...] Para ter êxito, eles [empreendedores fundadores] devem abandonar o status quo, recrutar um time que compartilhe sua visão, e juntos desbravar um novo caminho, envolto em incerteza, medo e dúvida. Obstáculos, dificuldades e um desastre em potencial se mostram à frente, e sua jornada para o sucesso põe à prova mais do que os recursos financeiros – testa sua energia, agilidade e coragem (BLANK; DORF, 2012, p. xxi, tradução nossa).

Vale ressaltar que Campbell (1995) coloca como uma etapa fundamental da jornada do herói – não citada por Blank e Dorf – a queda, ou morte, quando ele sucumbe às provações e desfalece, para só então retornar fortalecido e vitorioso. O Gestor 1 ilustra a identificação com uma figura heroica, bem como com o processo de morte:

Eu me baseio muito na vida do... eu penso muito na vida do Ayrton Senna. Ele era um excelente piloto, mas enquanto ele não tinha um carro bom na mão, ele não conseguia ser campeão. E morreu porque queria ter um carro bom na mão, saiu da McLaren pra ir pra Williams, e morreu por causa disso. Morreu correndo atrás de um carro bom. Então é mais ou menos isso, espero não morrer procurando um carro bom (Gestor 1).

É bastante ilustrativa a identificação com um atleta, não com outro empreendedor. E um atleta com aura sobre-humana, que faleceu relativamente jovem, aos trinta e quatro anos, no auge de sua carreira, o que, dentre outras razões, consolidou a figura de ídolo, ou seja, de objeto de veneração, como uma divindade. Mas o mais impactante é a consciência do entrevistado de que, caso queira o mesmo destino de sucesso, precisa passar pela mesma etapa, de morrer à procura de um “carro bom”, mesmo que afirme isso negando. Anteriormente, ao elencar os critérios de seleção para sua equipe, ele citou apresentar para eles o seu propósito e afirmar que “existe para isso” e que “vai morrer por isso”.

Fica evidente o fato de como as *startups* são uma atualização da acumulação flexível, levando ao extremo suas características, potencializadas pela tecnologia e velocidade de informação e comunicação, sem falar no ambiente de extrema insegurança e incerteza.

As ameaças para a saúde e bem-estar do trabalhador nesse contexto serão

incrementados na mesma proporção, como será analisado em seguida, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Para tanto, serão considerados a organização do trabalho e o uso de estratégias defensivas para suportar o sofrimento advindo de tal organização. Será verificada então a possibilidade de ressignificação do sofrimento e da sua destinação favorável, ou o risco de adoecimento.

4 | PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO NO CONTEXTO DAS *STARTUPS*

De acordo com Dejours (2004), o sofrimento é inerente ao trabalho, advindo tanto dos aspectos físicos envolvidos quanto do ponto de vista psicológico: as pressões pelo cumprimento de prazos e metas, a competição, o medo do desemprego.

Os aspectos físicos citados dizem respeito às condições de trabalho. O outro tipo de pressão refere-se à organização do trabalho, que significa a divisão das tarefas, ritmos e procedimentos e a divisão dos homens, ou seja, níveis de responsabilidade, hierarquia e controle. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993). A organização do trabalho está diretamente relacionada à possibilidade ou não de ressignificação do sofrimento e, portanto, de alcance do prazer e da saúde no trabalho.

A principal fonte de sofrimento é a discrepância entre o que a empresa espera dos trabalhadores (trabalho prescrito) e aquilo que se apresenta na realidade cotidiana (trabalho real). As regras e manuais nem sempre dão conta das contradições e imperfeições (real do trabalho) que comparecem na prática (DEJOURS, 2009).

O Trabalhador 1 ilustra com clareza esse paradoxo entre a prescrição (no caso, o tutorial, o passo-a-passo do que precisa fazer) e os resultados inesperados: “Essa área é uma área de muita resiliência, de você ler, faz tudo... pra você, você tá fazendo tudo igual, mas dá errado. Você tá fazendo igual no tutorial, mas dá errado. Então você não entende, às vezes, por quê” (Trabalhador 1).

O verdadeiro trabalho então só é realizado quando se quebram as normas, pelo uso do que se denomina de inteligência prática (MENDES; FACAS, 2010). O seguimento à risca das regras levaria à paralisação e ao colapso da operação.

A ausência de regras, por outro lado, não seria o cenário ideal. Sem a prescrição, sem os procedimentos, seriam frequentes os erros, retrabalhos, dificuldades de comunicação e conflitos. Elas têm sim sua importância, o problema está na rigidez em que se exige o seu cumprimento e observância. A liberdade e flexibilidade que se tem para transgredir as regras estão diretamente relacionadas à possibilidade de satisfação. Assim, uma organização do trabalho flexível, que dá espaço para a criatividade e estimula a inovação e o uso da inteligência dos trabalhadores, seria o mais favorável à saúde. Como já discutido, esse parece ser o perfil predominante nas organizações atuais, inclusive nas *startups*.

No entanto, como aponta Seligmann-Silva (2011, p. 170), “Nessas novas situações de trabalho, o mal-estar e as tensões já não decorrem do autoritarismo

e da intimidação claramente expressos pelas chefias, mas, sim, de um conjunto de aspectos vinculados à ‘nova’ organização do trabalho”.

A ideologia da excelência está de tal forma difundida e interiorizada que não é sequer questionada. Além do assédio moral frequente em várias empresas, outras formas de violência no ambiente profissional tornaram-se corriqueiras (SELIGMANN-SILVA, 2011). Aqueles que não suportam e adoecem são rotulados de fracos e são excluídos pela organização, pelos superiores, pares, subordinados e até por eles mesmos, numa autoacusação que pode levar a uma série de transtornos.

Quando questionado se o trabalho interferia na sua saúde e bem-estar, o Gestor 4 relacionou a pressão por resultados com a ansiedade decorrente, mas colocou a responsabilidade sobre si:

Interfere. Se eu dissesse que não, estaria mentindo. Interfere justamente com essa questão da ansiedade. A gente aqui tem muita pressão, e aí eu, pelo menos, sou uma pessoa que me pressiono bastante, e acabo tendo esses problemas de ansiedade. Às vezes eu não consigo dormir, às vezes eu tenho problema pra acordar muito cedo [...]. Então, principalmente essa questão da ansiedade, pode atrapalhar muito (Gestor 4).

Se antes o controle se dava através da coerção sobre o corpo, os movimentos, ou mesmo sobre a conduta social e familiar, agora, com o engajamento da subjetividade, o controle funciona pela sedução, é interiorizado e, portanto, o adoecimento não ocorre mais diretamente sobre o corpo, na forma de lesões ou contaminações. Os agravos serão principalmente psíquicos, com reflexos sobre o corpo (GAULEJAC, 2007).

Voltando a se referir à ansiedade, o Gestor 4 enumera vários aspectos externos que podem ser responsáveis por ela, mas novamente interioriza os conflitos e assume apenas para si a responsabilidade pelo manejo das consequências:

Às vezes a gente fica frustrado com o resultado que não vem rápido, com o comprometimento da equipe, com decepções do tipo, falta de comunicação, ou às vezes minha relação com os sócios, às vezes pode causar um pouco de decepção também; a cobrança [...]. Momentos que você acaba sendo vencido pela ansiedade, que você acaba ficando sem foco, e que você precisa se juntar de novo, pensar melhor, e voltar no outro dia para poder vencer. Pra mim, a parte mais difícil é quando a ansiedade bate, quando o problema vem, e a gente acaba dando uma travada (Gestor 4).

Dentro do referencial da Psicodinâmica do Trabalho, esse sofrimento todo não se transforma em adoecimento e incapacitação porque os trabalhadores lançam mão de recursos psíquicos inconscientes denominados estratégias defensivas, que serão discutidos a seguir.

5 | A NATURALIZAÇÃO E A EUFEMIZAÇÃO DO SOFRIMENTO: O USO DE ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS

Para dar conta das tarefas e não sucumbir ao sofrimento, os trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas, semelhantes aos mecanismos de defesa descritos por Freud, porém não com a mesma função (MORAES, 2013).

Os principais elementos constituintes das estratégias defensivas, de acordo com Ferreira e Mendes (2003), são a negação e a racionalização. Além dos exemplos já citados, onde os participantes minimizam o sofrimento e a sobrecarga de trabalho, negam o efeito provocado pelo ambiente de incertezas contrapondo-as ao bom relacionamento e uma suposta liberdade, as estratégias defensivas comparecem nas falas dos entrevistados em vários outros momentos. Por exemplo, quando relacionam a interferência do trabalho no tempo disponível para a família e a vida social, bem como sobre os cuidados com a saúde. Os gestores são unânimes em afirmar que isso já foi um problema, mas que aprenderam a lidar com ele, e a se organizar melhor, priorizando as questões pessoais:

Assim, depende do período. Tem períodos, como eu te disse, que exigem. Por exemplo, eu tô entregando um produto da [*startup*], a gente vai lançar, a gente vai participar de um evento, e eu tô com coisas da consultoria pra entregar. Então, nesses dias, você aumenta a demanda. Mas hoje não tem mais. Sabe por quê? Porque eu descobri que você entrega quase a mesma coisa. Só se realmente eu precisar muito, muito, muito. (Gestor 1).

O entrevistado acaba deixando claro como a demanda excessiva prejudica suas relações e sua saúde, mesmo tentando negar esse fato, e revela uma outra forma de defesa, no sentido de se adaptar à situação, já prevendo as consequências, e se prevenindo diante de possíveis insucessos:

Eu tento fazer o possível para que isso não afete a minha rotina na minha casa. Tento realmente cultivar um casamento muito salutar, mas isso acaba afetando. O nível de estresse aumenta, o nível de tensão aumenta, tanto durante o período que você tá tentando fazer dar certo, como depois quando não deu certo, o estímulo diminui e tal. Então isso afetou. É claro que a primeira vez que isso aconteceu que foi em abril, vamos dizer assim, foi um nível de estresse. Na segunda, já administrei melhor. Na terceira, que foi agora no final do ano, eu já tava meio craque nisso [...]. “Vou trabalhar intensamente, mas pode ser que não dê certo”. (Gestor 1).

Outro ponto em que se percebe claramente a racionalização é nas explicações que os entrevistados deram para a dificuldade em ter um retorno financeiro, apesar de toda a dedicação exigida. Com efeito, de acordo com as informações prestadas no questionário socioeconômico, nenhum dos entrevistados consegue uma renda mensal acima de R\$ 1.500,00 apenas com o trabalho na *startup*. A principal fonte de renda é sempre outra atividade ou apoio familiar:

Um empreendedor de sucesso, na minha opinião, é a pessoa que faz o que ela gosta, Não importa se ela a fatura dez mil ou um milhão. Se ela tá feliz com aquilo que ela faz, se aquela é a vida que ela quis para ela, se ela escolheu aquilo, se ela acha que que ela nasceu para fazer aquilo, eu acho que a satisfação pessoal vai muito além do dinheiro (Gestor 4).

As defesas podem manter o equilíbrio por um tempo, mas quando usadas com muita frequência ou intensidade, dão lugar ao adoecimento (FERREIRA; MENDES, 2003).

Dejours e Abdoucheli (1993, p. 127) relatam que, nas pesquisas realizadas, um fato curioso e aparentemente paradoxal foi a percepção de estratégias de defesa “construídas, organizadas e gerenciadas coletivamente [grifo dos autores]”. O paradoxo residiria no fato de que o sofrimento só pode ser individual, vivenciado por um sujeito com uma história singular e, principalmente, manifestado no corpo. Na verdade, as estratégias funcionam como regras partilhadas e mantidas em consenso, com o mesmo objetivo de suportar o sofrimento gerado pela organização do trabalho. Da mesma forma que as estratégias individuais, elas acabam negando e justificando esse sofrimento. O risco, quando isso se opera coletivamente, é o da defesa tornar-se um fim em si mesma, e o sofrimento ser percebido não como decorrente das contradições do trabalho, mas como um enfraquecimento da estratégia defensiva. Nesse caso, ela passa a ser uma ideologia defensiva. Aqueles que se opõem a ela, acabam por ser excluídos do grupo, pois atentariam contra sua homogeneidade e estabilidade, e estarão, assim, passíveis de tornar-se vítimas da violência deste grupo.

Algumas situações relatadas servem para exemplificar o uso das estratégias coletivas nas empresas pesquisadas. A mais evidente é o reconhecimento de que o ambiente das *startups* é calcado sobre a incerteza e a conseqüente exigência de que todos os envolvidos sejam abertos e adaptáveis às mudanças. Outro ponto comum citado pelos entrevistados é o apreço pelo desafio. O fato de ser posto à prova constantemente não é visto como motivo de preocupação ou insegurança, mas assimilado e louvado como uma qualidade. A própria necessidade de afirmação constante de tal predicado impressiona. As próprias defesas individuais elencadas são tão comuns que podem ser consideradas estratégias coletivas, como a crença de que aprenderam a administrar o próprio tempo e a redução da importância do retorno financeiro. Todas essas crenças configuram-se em uma ideologia, mais perversa do que a gerencialista, uma vez que vai além da gestão da vida como um plano de carreira, exige dos seus adeptos atitudes heroicas, e faz até da morte, mesmo que simbólica, um requisito para o sucesso.

6 | A MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO

As transgressões às prescrições serão sempre julgadas. Se falhar, o sujeito arcará

com as consequências. Caso seu resultado seja satisfatório, haverá reconhecimento e este tem papel fundamental na formação da identidade. Quando bem-sucedida, a quebra das regras possibilitará ao “infrator” identificar-se com seu ofício, denominar-se mecânico, soldador ou mestre-de-obras, por exemplo. O sofrimento será então convertido em prazer e em saúde, não de forma masoquista, mas pela passagem através do desafio do real e da descoberta de soluções (DEJOURS, 2009).

O Gestor 3 relaciona diretamente o reconhecimento com a satisfação e a construção da sua identidade como empreendedor:

A minha maior satisfação pessoal no trabalho é o reconhecimento. A gente vê que quando a pessoa escolhe empreender... reconhecimento das pessoas que você se importa. Porque quando tu tão te importas, pra ti tanto faz, no caminho que tu queres seguir. Mas o teu valor no mercado é o teu reconhecimento, o teu reconhecimento profissional, o teu reconhecimento que o seu trabalho tá mudando a vida das pessoas. (Gestor 3).

O destino positivo, favorável do sofrimento, o uso da inteligência prática e o posterior reconhecimento, são constituintes do processo de mobilização subjetiva. Para que ela ocorra, precisa que exista um coletivo de trabalho, um espaço público onde haja visibilidade, confiança, participação e consenso.

Mendes e Facas (2010) detalham os elementos essenciais do espaço público de discussão. Nele, há contradições, mas que devem ser livremente formuladas e publicamente declaradas. A comunicação deve buscar a compreensão por parte de todos, garantindo a equidade entre os envolvidos. A integração e articulação das diferenças e a valorização das contribuições individuais caracterizam a cooperação, outro elemento fundamental desse espaço.

Apesar de vários relatos dos entrevistados terem enfatizado o clima de descontração e amizade entre os gestores e trabalhadores, não foi possível observar se e como acontece esse espaço público de discussão. O trabalho é normalmente individual e as poucas reuniões programadas são sempre com objetivos bem definidos, de resolver algum problema ou compartilhar ideias e soluções. Há abertura nesse sentido, de acolhimento das propostas mais eficazes, mas não houve indícios da possibilidade de cooperação e de críticas ou questionamentos dos problemas que se apresentam que não sejam os operacionais. Como já ilustrado em várias passagens das falas deles, o que buscam é um engajamento, um alinhamento a tal propósito, e não a abertura para a discussão dos objetivos de cada um.

A mobilização subjetiva é que possibilita o resgate do sentido do trabalho, pela resignificação do sofrimento, possibilitando sua transformação em prazer e garantindo ao sujeito a busca pela saúde. Assim, percebe-se que os entrevistados, apesar do reconhecimento, utilizam-se mais das estratégias de defesa do que da mobilização subjetiva. Mesmo os gestores/empreendedores demonstram dificuldade na resignificação do sofrimento, parecem viver no limite da saúde, e já revelam sinais de agravos, como ansiedade, estresse e desânimo.

Em seguida, será feita uma discussão sobre o significado de saúde para a Psicodinâmica do Trabalho, e como tal desânimo, ou a perda da esperança, podem ser danosos para a manutenção da vitalidade e disposição nesse ambiente de extrema incerteza das *startups*.

7 | A ESPERANÇA NA LUTA INCESSANTE PELA SAÚDE

É importante destacar que falar de saúde, na perspectiva da psicodinâmica do trabalho, não é a mesma coisa que do ponto de vista do senso comum, ou mesmo da visão biomédica. Nesses contextos, prevalece a noção de saúde de acordo com a definição dada pela Organização Mundial de Saúde: “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste, somente, em uma ausência de doenças ou enfermidades”; definição dada na ata de constituição da Organização, em 1946, em vigor até hoje, como atesta a 48ª edição dos Documentos Básicos, de 2014 (OMS, 2014, p. 1, tradução nossa).

Tal estado mostra-se, além de utópico, arbitrário, pois cada um teria uma definição pessoal do que seria o seu próprio bem-estar. Para a psicodinâmica, a saúde não diz respeito a um estado, no sentido estático e definitivo, mas a um processo em constante transformação e reestruturação, “um objetivo que se remaneja sem cessar. Não é alguma coisa que se tem ou não se tem, mas que se tenta conquistar e se defende, como a liberdade” (DEJOURS; DESSORS; DESRIAX, 1993, p. 104). Mais do que a plena satisfação, ou o alcance do ilusório estado de bem-estar, a saúde está relacionada à esperança, ao desejo: “O que faz as pessoas viverem é o desejo e não só as satisfações. O verdadeiro perigo é quando o desejo não é mais possível” (DEJOURS; DESSORS; DESRIAX, 1993, p. 101). Ao ser questionado sobre a interferência do trabalho em sua saúde, o Gestor 1 relata: “Outra coisa que me desgasta muito é o “não deslancar”, isso me consome [...]. Isso desgasta, porque como eu trabalho por propósito, então eu crio toda uma esperança e uma expectativa em cima daquilo, e isso realmente desgasta bastante” (Gestor 1).

Esses elementos (esperança, expectativa, envolvimento emocional) têm de fato um peso muito maior do que o dinheiro, e a sua deterioração é mais perigosa do que a falta material: “É fácil perceber que o que mobiliza a inteligência e o zelo individuais e coletivos, não é propriamente a dimensão material da retribuição, mas a dimensão simbólica” (DEJOURS, 2009, p. 52). A falta da esperança, não o cansaço físico, é o verdadeiro motivo de desgaste.

Canguilhem (2009) entendia, já na primeira metade do século XX, a noção de saúde como algo dinâmico, o ser saudável como aberto a mudanças, com a possibilidade de cair doente e se restabelecer, de instituir normas além do normativo, do padrão, ou seja, a saúde deve ser considerada individualmente, a cada momento da vida, e não como comparação a uma média generalizante. De maneira oposta, a

doença seria o estado conservador, pois impediria a transformação, a superação e a adaptação a novas situações.

Dejours (2004) coloca que toda organização do trabalho é desestabilizadora da saúde, por ser necessariamente geradora de sofrimento. O que varia é a abertura para que o sofrimento possa ser convertido em prazer e saúde, ainda que nunca de forma definitiva.

Quando, apesar de todas as tentativas do sujeito para adequação da organização do trabalho ao seu desejo, as estratégias de defesa se esgotam, a frustração, o medo e um sentimento de impotência se apoderam, o sofrimento torna-se patológico, pois leva a um desequilíbrio, uma descompensação, ao adoecimento. Por outro lado, se o sofrimento ocasionado pelo confronto com o real puder ser transformado em criatividade, a identidade é beneficiada e o trabalho torna-se um mediador para a saúde. É o sofrimento criativo (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1993).

De qualquer forma, em se tratando de saúde mental, ou simplesmente de saúde, o trabalho (ou a falta dele) jamais é neutro. Dada sua centralidade, ele tem importância essencial na vida e nas relações. A forma como se organiza é também determinante para a ressignificação do sofrimento. Contudo, qualquer que seja a forma de organização do trabalho, ela trará consigo uma ideologia e será recheada de contradições, que não podem ser desconsideradas em qualquer análise de um contexto laboral sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em *startups* amplia as contradições próprias do modo toyotista de produção: ao mesmo tempo em que flexibiliza as condições de trabalho e possibilita maior autonomia e uso da criatividade dos trabalhadores, passa a controlar suas subjetividades e exige deles um perfil quase impossível de ser alcançado. A precarização própria da flexibilização é também intensificada. Os vínculos são cada vez mais instáveis, e estabelece-se uma relação de aposta, na qual a probabilidade de ganho para os competidores é mínima. Aqueles que aceitam o desafio e partem em busca desse sonho precisam estar munidos não apenas de coragem, mas de qualidades extraordinárias. Impõem-se aos apostadores contornos heroicos, habilidades sobre-humanas e destemor diante do inesperado.

Assim, através da análise das atividades e da organização do trabalho de *startups* ludovicenses, constatou-se a fragilização dos vínculos entre trabalhadores e empresas, de forma mais intensa do que a terceirização. A falsa liberdade propagandeada como o maior benefício advindo do trabalho remoto ou do *home office* revelou-se uma máscara para a disponibilidade integral, a vigilância constante e a prontidão permanente.

Percebeu-se também a necessidade de uma doação irrestrita, um envolvimento e uma entrega sem reservas. Engajamento, alinhamento com o propósito e adesão à

missão são alguns dos termos utilizados para representar tal entrega. O envolvimento precisa ser completo, não apenas a doação do tempo e da energia, mas também dos próprios sonhos, objetivos, expectativas e esperanças.

Ficaram evidentes nos relatos dos entrevistados as consequências desastrosas do ambiente de indefinição no qual as *startups* estão inseridas. Sensações de insegurança, dúvida e medo estão diretamente ligadas a frustração, desgaste e desânimo. E se a incerteza é um fato mesmo em contextos prósperos como o norte-americano, a realidade maranhense é ainda mais imprevisível. O ecossistema de *startups* aqui é extremamente frágil, os riscos do investimento são maiores e as chances de sucesso, menores, o que potencializa as exigências para os empreendedores e trabalhadores.

Diante do cenário exposto, identificou-se o uso frequente de estratégias defensivas pelos participantes. Tais defesas, por serem tão comuns, podem ser consideradas também como estratégias coletivas, pois partilhadas pelo grupo, e pode-se concluir que todas essas estratégias também podem ser consideradas uma ideologia, absorvida e defendida por todos.

Também se observou a ocorrência de prazer e satisfação nesse tipo de trabalho. Entretanto, o recurso às estratégias de defesa, individual ou coletivamente, mostrou-se bem mais comum do que a mobilização subjetiva como destino do sofrimento advindo das condições descritas. Esta constatação é preocupante, dada a dificuldade das defesas em manterem-se por muito tempo. Assim, já se avistam sinais claros de deterioração da saúde dos entrevistados, não necessariamente em termos de danos físicos, mas, o que é pior, prejuízos à saúde mental.

A frustração foi apontada repetidamente como um obstáculo, por vezes creditado a outros, “evitar a frustração da equipe”, mas também reconhecido como um problema pessoal: “nesse momento de frustração...”. Além dela, também foram citados a ansiedade, o desânimo e o estresse.

O comprometimento da motivação é fator mais prejudicial à saúde, de acordo com a visão desta como algo dinâmico. A falta de vontade ou de forças para continuar é mais perigosa do que as feridas provocadas pelas barreiras que bloqueiam o caminho. Infelizmente, os obstáculos e desafios colocados pelas atuais configurações do trabalho atacam sobretudo os ânimos e investem sobre o vigor e a disposição para seguir adiante.

Startups são vendidas como a última moda do empreendedorismo e do trabalho no mundo digital, e talvez o sejam, mas o valor a ser pago para estar atualizado é a degradação da saúde e das relações. Os efeitos de viver num ambiente cercado de incerteza e insegurança são gravíssimos, e a recompensa é, quase sempre, apenas ilusória.

REFERÊNCIAS

10 TRUQUES que os casinos usam nos seus clientes. Disponível em: <https://vivaposta.pt/10-truques->

casinos-usam-nos-seus-clientes/>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BIGARELLI, B. **74% das startups brasileiras fecham após cinco anos, diz estudo**. 7 jul. 2016. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2016/07/74-das-startups-brasileiras-fecham-apos-cinco-anos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BLANK, S.; DORF, B. **The startup owner's manual vol. 1: the step-by-step guide for building a great company** (English Edition). Pescadero: K & S Ranch, 2012. E-Book. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/gp/product/B009UMTMKS/ref=oh_aui_d_detailpage_o00_?ie=UTF8&psc=1>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. 11. ed. São Paulo: Pensamento, 1995.

DEJOURS, C. Addendum – da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Orgs.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 47-104.

_____. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. **Revista CULT**, São Paulo, v. 139, n. 12, 2009, p. 49-53. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/reencantar-o-trabalho/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise do prazer, sofrimento e trabalho. 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014, p. 119-145.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 33, maio/jun. 1993. p. 98-104.

DEMPSEY, C. **Fortune 1000 Companies List for 2015**. 2015. Disponível em: <<https://www.geolounge.com/fortune-1000-companies-list-for-2015/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento**: o caso dos auditores-fiscais da previdência social brasileira. Brasília: LPA, 2003.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GIBRÁ, E. A Euforia da Internet está de Volta. Web 2.0 Desmistificada. **SINAIS - Revista Eletrônica – Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, n. 06, v.1, Dezembro. 2009. p. 179-208. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2757>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GITAHY, Y. **O que é uma startup?** 2016(a). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-uma-startup,616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **Por que você deve pivotar sua startup?** 2016(b). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/por-que-voce-deve-pivotar-sua-startup,b5192bf060b93410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MENDES, A. M.; FACAS, E. P. Transgressão do trabalho prescrito como estratégia para transformar o sofrimento: estudo da inteligência prática. In: MENDES, A. M. et. al. **Psicodinâmica e clínica do trabalho**: temas interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá, 2010. p. 78-92.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, F. de O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Orgs.) **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 153-157.

OMS (Organización Mundial de la Salud). **Documentos básicos**: Con las modificaciones adoptadas hasta el 31 de diciembre de 2014. 48. ed. Disponível em: <<http://www.who.int/about/mission/es/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

RIES, E. **A startup enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, E. P.; HELOANI, R.. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. **Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho**, 2007, v. 10, n. 1, p. 105-120.

STARTUP Weekend São Luís - Maio 2016. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/startup-weekend-sao-luis---maio-2016__60545>. Acesso em: 20 jul. 2016.

STARTUPS do setor de serviços são as que mais atraem investidores. 26 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.sp.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SP/startups-do-setor-de-servicos-sao-as-que-mais-atraem-investidores,a0a05bb4dba13510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO

Erbio dos Santos Silva

Faculdade da Amazônia – FAAM/ Ananindeua/PA

Maria do Socorro Vasconcelos

PPGED/UFPA – Belém/PA

Genilda Teixeira Pereira Amaral

PPGED/UFPA – Belém/PA

RESUMO: O texto é um esboço da reflexão sobre as execuções públicas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para tanto debate a relação público-privada e a mercantilização da educação profissional, tangenciada por curso de formação aligeiradas (FIC's – Formação inicial e continuada), o que mostra exatamente a inversão e sinteticidade da política, ora adotada à essa modalidade de ensino. Sendo assim, o trabalho foi produzido a partir de estudos documentais dos relatórios de Gestão da SEDUC/PA, do documento de referência do Pronatec, das leis **9394/96**, **12.513/2011** e Decretos **5154/2004**, **6302/2007**. Nesta direção usa elementos da teoria marxista e debate os desencontros do Pronatec a partir de subsídios de autores como Frigotto (1996; 2010), Mészáros 2008), Santos (2012) e Silva (2011). Concluimos falando do papel ideológico e do efeito camaleônico escamoteado na execução, que efetivamente em nossa leitura, não constitui-se em uma formação, mas em uma

pseudo formação, concretizada no discurso e na aparente efetividade do Pronatec por meio da SEDUC/PA, elemento que se repete em outros estados por todo o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec, público-privado, superficialidade.

1 | INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é resultado de estudos documentais sobre os Pronatec a partir dos relatórios de Gestão da SEDUC/PA, do documento de referência do Pronatec, das leis **9394/96**, **12.513/2011** (que institui o Pronatec), os Decretos **5154/2004** (reestrutura a educação profissional, redefinindo princípios e fins), **6302/2007** (institui o Programa Brasil Profissionalizado).

Sendo assim, o texto faz uma reflexão sobre os avanços do Pronatec, bem como suas inconsistências uma vez que mostrar a diferença entre o planejado e o executado. Para tanto o texto está organizado em tópicos que nos levam a perceber a estrutura e fragilidade do programa, sobretudo aqui no Pará.

O debate segue subsidiado por autores como Frigotto (1996; 2010), Mészáros 2008), Santos (2012) e Silva (2011). Na perspectiva de nos fazer entender que há um processo

de disputa, onde a Educação Profissional é instrumento estratégico e ideológico nas mãos do capital. nesta direção contribuem permitindo que compreendamos a história e o momento atual compreendendo a política de formação profissional dentro de uma totalidade que acerca as relações sociais, observando a política, a economia, a sociedade e as relações de poder que estão imbricadas no processo social.

2 | PANORAMA DAS EXECUÇÕES: O QUÊ DEU ERRADO?

Responder a essa pergunta talvez não seja a coisa mais difícil no Pronatec. Porém, ela nos indica novas questões a serem problematizadas, tais como: - Por que as execuções do Pronatec não atenderam adequadamente as expectativas da política de Educação Profissional? A quem interessava realmente o Pronatec? Como o governo conseguiu atingir a meta de matrículas, se houve tantas evasões no programa?

Nosso interesse aqui é muito mais permitir reflexões que efetivamente apresentar respostas, mas sobretudo apresentar elementos que contribuem a um posicionamento crítico sobre o rumo que a política de Educação Profissional tomou no governo Dilma Rousseff. Para tanto, debatemos a invisibilidade credenciada ao Programa Brasil Profissionalizado (PBP) que após a institucionalização do Pronatec, deixa o protagonismo da expansão do Ensino Médio Integrado, passando a ser codijuvante na política sintética do governo federal, onde mais uma vez a dualidade histórica volta à pauta, é o que discutimos a seguir.

2.1. Entre Fragmentação e Totalidade: Debatendo a Invisibilidade do Programa Brasil Profissionalizado no Pronatec

A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem *defeitos específicos*, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um *sistema alternativo* possam ser articuladas [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 62).

A reflexão de MÉSZÁROS citada acima mostra como o capitalismo é superficial e descomprometido com mudanças profundas, uma vez que sua atuação se dá apenas nas bordas do capital, ou seja, não aprofunda os enfrentamentos e faz o mero jogo da conveniência.

O princípio reformista presente na política capitalista não dá conta de resolver, desta forma se reinventa pontualmente sob uma pseudomudança. Assim, apenas aparenta mudar e/ou enfrentar os problemas, mas a fundo permite sua permanência de tal forma que a estrutura do capital continua a mesma e por isso efetivamente não promove as mudanças desejadas.

Em uma sociedade marcada pelo consumo e pelas leituras sintéticas dos fatos, as **consequências** são identificadas como **causa** e os problemas de verdade são escamoteado por meio de políticas fragmentadoras e paliativas, as quais não enfrentam

os problemas em sua raiz e sim em sua interface mais aparente, na paisagem, na superficialidade do problema.

A título de exemplo, apresento duas questões que têm sido recorrentemente colocadas como causa de problemas sociais, são elas: a **violência** e o **desemprego**, mas que no fundo são consequência desse processo de desordenação social, onde a família tem sido a principal vítima, embora ignorada pelo poder público.

Efetivamente, o processo de acumulação do capital ao passo que cria riqueza, também produz miséria e esses dois pólos funcionam dialeticamente na produção de uma sociedade de classes, a qual “[...] se caracteriza pelas relações antagônicas de interesses entre capital e o trabalho [...]” (GONÇALVES, 2008, p. 86).

Se de um lado há os detedores dos meios de produção, do outro há um exército com sua força de trabalho aguardando por uma oportunidade de contribuir à seta da produtividade, gerando *mais-valia*, e portanto, riqueza à burguesia, ao mesmo tempo que gera as condições básicas à manutenção de sua família.

Alienadamente ao processo de produção, o trabalhador não se dá conta de tudo que produz, ou melhor, dos significados de sua produção. Sendo assim, esse mesmo trabalhador que produz riqueza é vítima das estratégias do capital que para se manter vivo explora a mão-de-obra e produz necessidades obsoletas às pessoas, permitindo um desejo incessante de consumo, o que automaticamente leva esse cidadão trabalhador, empregado ou não, a querer tudo, ou quase tudo que o mercado dispõe.

Então você perguntaria, mas o que há de relação entre a violência, desemprego e consumo? Então, lhe digo: - Há muita coisa! A saber:

1. A **violência** tem muitas faces. Porém, refiro-me aqui àquela que está estampada nas páginas de jornais, todos os dias utilizada para gerar notícias que nos fazem acreditar que negros, pobre e desempregados fazem mal à sociedade.

Essa modalidade de violência é banalizada e serve como estúpida às justificativas da negação de direitos em muitos lugares de moradia dos excluídos, os quais são disimados pelo esquadrão de polícia, que sem tomar conhecimento age coercitivamente “promovendo a ordem” (Ordem pra quem? Ordem pra quê?). Na verdade promovem verdadeiras desordem em famílias que todos os dias são vítimas da ausência do estado que não tem dado conta de produzir aparelhos públicos que resolvam adequadamente os problemas sociais.

2. O **Desemprego** é consequente do massivo acúmulo do capital, que por meio da produção da *mais-valia*, exige cada vez mais competitividade entre os trabalhadores, que ideologicamente são controlados, ou melhor, levados a acreditar que produzir mais e ser melhor que seu colega é importante pra si. No entanto, por ser alienado o trabalhador não consegue perceber que essa é mais uma estratégia do capital para explorar ao máximo sua força de trabalho e tornando-o mais rapidamente um peça descartável no jogo da acumulação produtiva, afinal nessa engrenagem

as peças usadas precisam ser eficientes e eficazes para o capitalista, do contrário ele não seria o detentor dos meios de produção.

Mas o detalhe de tudo isso é que a violência e o desemprego ficam em evidência não por serem o que são, mas por representar o motivo adequado da justificativa capitalista ao controle político e social, o que reforça o controle dos pobres e os rotula como mal social.

[...] Neste sentido, a educação fica em último lugar, sendo a política a primeira ciência; depois vem a estratégia militar, a economia e, por último, a educação institucional. O Estado assume a educação somente quando há riscos de desestabilização do poder político e da ordem entendida como “bem comum”. (GOÇALVES, 2008, p. 72).

A violência, tal como nos referimos acima é consequência de uma sociedade que desrespeitou os pais de família e lhes disse que além das 44h (quarenta e quatro horas) semanais obrigatórias ele “poderia fazer horas-extras” e ganhar mais. Sendo assim, iludido pelo capital, o trabalhador vende seu tempo de descanso e de convívio com a família pelo sonho de lhes proporcionar condições melhores de vida.

Esse trabalhador alienado, não se dá conta que ao sair de casa, alguns ainda na madrugada, ou mesmo ao voltar alguns dias à noite ou as vezes nem volta e dorme pelo trabalho em condições subhumanas ele está aos poucos destruindo seu lar e produzindo ao mesmo tempo pessoas excluídas, potenciais marginais. Afinal “[...] As mentes dos homens ficam *limitadas*, tornam-se incapazes de se elevar. *A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada*, e o espírito heróico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos heróico é quase totalmente extinto [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 29 – Grifos do autor).

Grande parte dos meninos e meninas negros, mestiços ou pardos que estão nas cadeias são consequência desse processo. É bem verdade, que outras motivações também ocorrem, mas a desestruturação familiar é fomentada pela desordem social que o próprio capital, em seu controle burguês produz, pois de um lado emana riqueza, do outro a exploração produz miséria.

Essa mesma mão que induz a produtividade com foco na produção da riqueza, produz o desemprego e o que é pior, uma acirrada e alienante disputa entre os trabalhadores que não se assumem enquanto classe social e submetem-se aos fetiches do capital, sonhando em mudar de classe, motivados pelas seduções e aparências que o capital produz. Desta forma, o trabalhador acredita que subsumir-se ao trabalho pode levá-lo a melhorar de vida.

Portanto, quando falamos que algumas consequências (neste texto trabalhamos com **violência e desemprego**) são apresentadas como causa, embora não sejam é porque elas servem a um discurso institucionalizado que aparenta ser consequência, ou seja, justificar ações estratégicas com políticas fragmentadoras e paliativas. Nesta direção, o governo justifica suas ações pautadas numa inversão dos problemas,

atacando apenas a etapa superficial do problema.

Efetivamente esses problemas não ocorrem e nem devem ser analisados isoladamente, mas dentro de uma conjuntura que reflete a realidade totalizante do funcionamento social, isso implica em desvelar os projetos societários em debate. Contudo, exploraremos aqui a interface do capitalismo selvagem, que promove ideologias para sustentar sua investida massificadora ao mesmo tempo em que destrói sonhos e subsume o homem trabalhador a um projeto que não satisfaz sua classe social.

Sendo assim, retomamos o debate da política pública de formação do trabalhador no governo Dilma, a qual está instituída pelo Pronatec. Bem, com uma meta audaciosa de 8 milhões de matrículas de Educação Profissional, a presidente lançou em 2011 esse programa, o qual passou a ser um **guarda-chuvas** (Programa que abarca vários outros menores ou que constitui-se de projetos com um mesmo fim) à várias políticas que já ocorriam na SETEC/MEC, entre eles o E-TEC Brasil, a Gratuidade com o “Sistema S” e o PBP (BRASIL, 2012).

Entre as justificativas, a desqualificação do trabalhador, ora se o trabalhador não é preparado, ou seja, se seu trabalho não tem qualidade ele não interessa ao mercado, logo o governo preocupado com a dinâmica de ocupação formal criou o programa para dar oportunidades a estes. Contudo, não se debate a **adjetivação** (atribudo), nem tampouco a **substantivação** (peculiaridade) da qualidade. Nestes termos, chamou-se de qualificação do trabalhador a um acréscimo formal por meio de cursos institucionais que representavam fragmentos da necessidade momentânea do mercado.

Diante do exposto, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC’s), ganharam espaço na “qualificação do trabalhador” e as outras formas expressas no Ensino Técnico Profissional acabam por ser muito sintéticas, ou seja, não ganham expressão, haja vista que representam menos da metade das vagas efetivadas na Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Pará (REEPT/PA). Um exemplo clássico disso está nas ofertas da SEDUC/PA executadas até 2014, as quais mostram mais de 58% das vagas preenchidas por FIC’s (Ver Tabela 1).

Tipo de Oferta	2012	2013	2014	Total Relativo	Percentual
Cursos FIC	1127	732	939	2798	58,17%
Cursos Técnicos	695	915	402	2012	41,83%
TOTAL	1822	1647	1341	4810	100%

Tabela 1: Matrículas executadas no Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional/PA (2012 – 2014)

Fonte: Adaptação do Relatório de Gestão – COEP/Pronatec – SEDUC/PA (2016)

É bem verdade que poderia ser pior, pois as pactuações (2012 – 2014) reservaram um percentual bem maior aos cursos FIC’s, ou seja, quase 74% das ofertas (ver Tabela 2). Contudo, a sociedade paraense não respondeu a altura do desejo da COEP/

SEDUC-PA que precisou rever suas ofertas.

Caso olhemos mais afundo vamos perceber que houve diferenciações no fluxo dessas vagas efetivadas. Por exemplo, os cursos FIC's caem em 2013 e voltam a subir em 2014, ocorrendo o inverso nos cursos técnicos. Calculando os percentuais identifica-se que em 2012 os FIC's chegaram próximo dos 62%, sofrendo no ano seguinte uma baixa de 17,42%. Contudo volta a recuperar-se em 2014 quando atinge marca superior a 70% das ofertas.

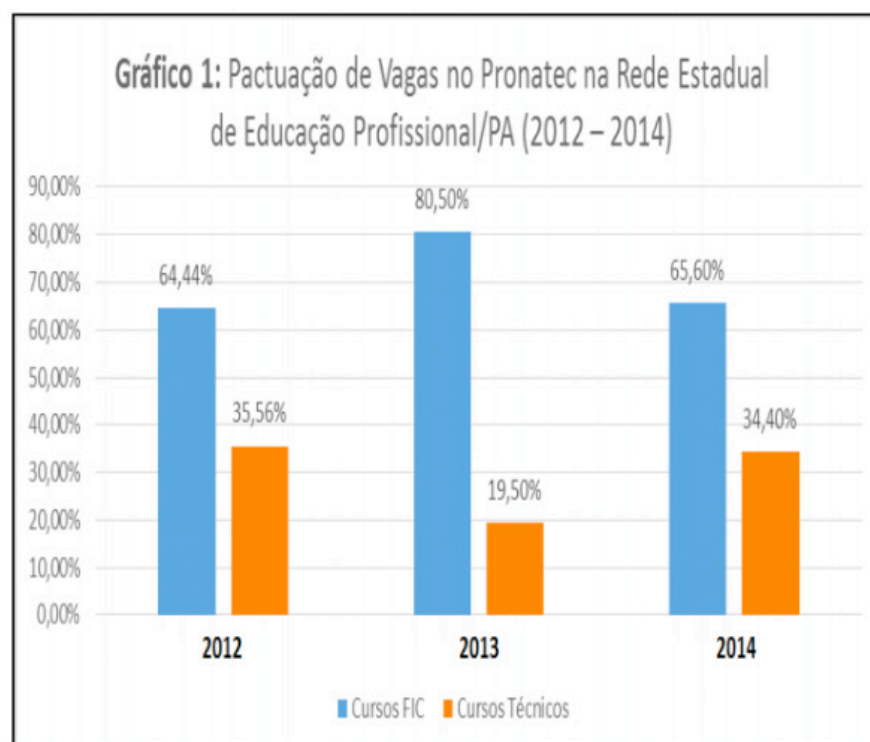
Uma variação relevante no período estudado, que mesmo tendo atingido mais de 55,5% dos cursos técnicos em 2013 não foi suficiente para colocá-los como prioridade. Inclusive porque já nas pactuações os FIC's estavam em evidência, observe a tabela a seguir.

Tipo de Oferta	2012	2013	2014	Total Relativo	Percentual
Cursos FIC	1450	4951	1525	7926	73,90%
Cursos Técnicos	800	1200	800	2800	26,10%
TOTAL	2250	6151	2325	10.726	100%

Tabela 2: Pactuação de Vagas no Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional/PA (2012 – 2014)

Fonte: Adaptação do Relatório de Gestão – COEP/Pronatec – SEDUC/PA (2016)

Diferente do que foi evidenciado nas matrículas efetivadas, no ano de 2013 os cursos FIC's também deveriam ser a maioria, pelo menos no que nosta nos dados das pactuações informadas pela SEDUC.



O gráfico 1 mostra de forma mais evidente isso, inclusive no ano de 2013, quando os cursos técnicos constituiram a maioria das matrículas a SEDUC/PA previu 80% das

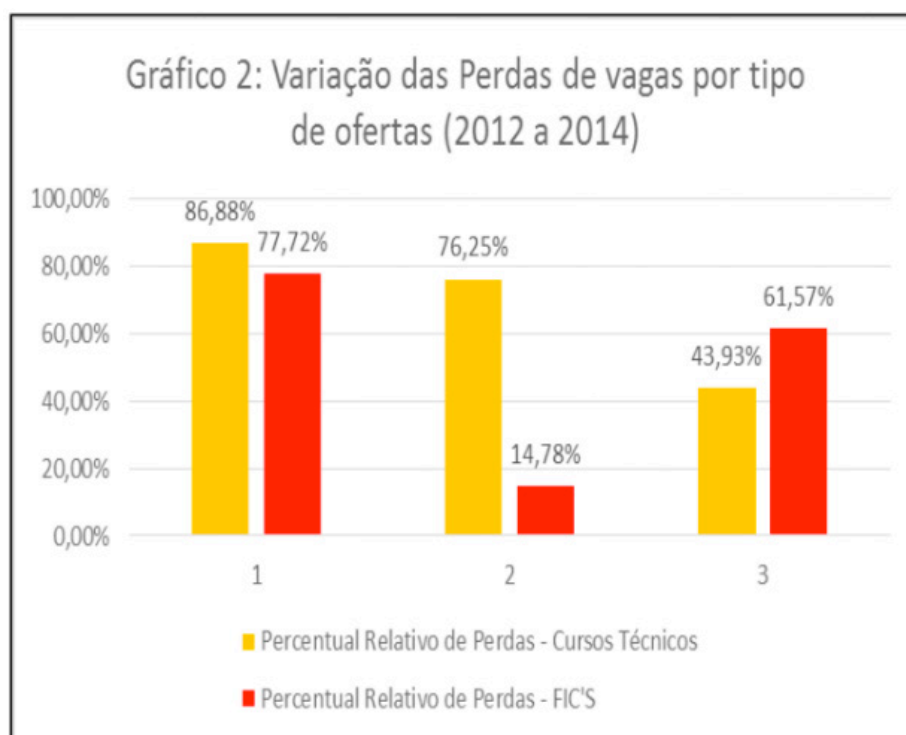
vagas para cursos FIC's, porém o resultado foi outro, uma vez que houve um “relativo equilíbrio” (Dizemos que foi um relativo equilíbrio, pois apenas em 2013 houve uma diferença tão pequena) entre as ofertas e pela primeira e única vez, aqui no Pará, as ofertas públicas de cursos técnicos do Pronatec (55,56%) foram superiores às ofertas de cursos FIC's (44,44%).

No gráfico ao lado é possível evidenciar que em todos os anos do período estudado os FIC's representavam a maioria de cursos previstos à execução do Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional no Pará.

O relatório é omissivo quanto aos motivos que levaram a discrepância nos dados, tanto de 2013 (quando houve a inversão), bem como nos demais anos, quando mesmo mantendo a maioria das ofertas de matrículas em cursos FIC's, os resultados não alcançaram a expectativa das vagas disponibilizadas. Tal como reflete o relatório de Gestão do Pronatec de 2016 cujo os dados mostram que houve uma baixa média de **35,30%** nos cursos de formação inicial e continuada e **40,84%** nos cursos técnicos.

A variação de matrículas efetivadas anualmente do período estudado mostra que os cursos técnicos tiveram em 2012 e 2013 melhores desempenhos que os cursos FIC's, no que se refere à procura dos estudantes da REEPT, embora apenas em 2013 em dados absolutos as matrículas dos cursos técnicos tenham sido superiores aos cursos FIC's.

É importante destacar ainda que em 2013 havia uma expectativa muito grande da SEDUC/PA quanto a procura por FIC's, mas os inúmeros problemas vividos em 2012 não permitiram a orientação adequada para o preenchimento das vagas pactuadas. Sendo assim, o desastre foi maior, pois das 4951 vagas, apenas 732 foram efetivadas, ou seja, quase 14,8% (ver Gráfico 2).



No ano seguinte, 2014, o fenômeno se repete, porém dessa vez com os cursos

técnicos. Embora não tenha sido tão catastrófico quanto o resultado dos FIC's no ano anterior, os cursos técnicos tiveram uma baixa significativa, uma vez que comparados as pactuações para aquele ano as matrículas tenham representado um pouco menos de 44%. Logo, cerca de 56% das vagas pactuadas em 2014 para cursos técnicos ficaram ociosas.

Em 2014, as perdas ou melhor, a ociosidade das vagas dos cursos FIC's foi menor que a dos cursos técnicos. Contudo, também foi elevada, pois as matrículas para esse tipo de oferta foi de quase 62,6%. Respectivamente os cursos técnicos e FIC's da SEDUC/PA atingiram 56,07% e 38,43%. Por fim, o cálculo médio de perdas é muito mais expressivo atingindo mais de 55,6% de vagas ociosas, ou seja, a oferta foi significativamente maior que a procura (ver Tabela 3).

Período	Vagas Previstas		Matrículas Realizadas	
	Técnicos	FIC's	Técnicos	FIC's
2012	800	1450	695	1127
2013	1200	4951	915	732
2014	915	1525	402	939
TOTAL	2915	7926	2012	2798
	10841		4810	

Tabela 3: Demonstrativo de Pactuações e Matrículas entre 2012 e 2014

Fonte: Dados retirados do Relatório de Gestão do Pronatec 2016.

É importante destacar ainda que o relatório não nos permite grandes investidas analíticas, pois é meramente descritivo e pontual, não revelando de forma clara os impedimentos, limites ou conflitos que possam ter obstruído o alcance da meta pactuada. Porém, apresenta alguns detalhamentos que são relevantes de anunciar, como por exemplo a especificação das modalidades de oferta de cursos técnicos distribuídas em cursos Concomitantes e Subsequentes.

Para entender melhor faremos um debate com a caracterização e importância de cada uma dessas modalidades à Educação Profissional.

Ambas as modalidades são definidas no Decreto 5154/2004, porém enquanto a primeira caracteriza-se pela perspectiva articulada a outra refere-se à complementação (Para além do decreto 5154/2004, em 2008 foi publicada a lei 11.741 a qual detalha as duas formas de oferta: a **Articulada** e a **Subsequente**). Sendo assim, o curso “[...] **Concomitante** (que permite cursar a Educação Profissional paralela ao Ensino Médio, ou seja, os cursos são ofertados separadamente, podendo ser até em instituições diferentes [...])” (SILVA, 2011, p. 41 - 42), desde que os projetos pedagógicos sejam unificados, para tanto esses cursos podem apresentar mais de uma matrícula, ou seja, o aluno pode cursar o ensino propedêutico em uma escola e fazer a parte específica em outra. Porém é fundamental lembrar que não há neste caso duas certificações e sim, apenas uma, o de técnico de Ensino Médio no curso escolhido.

Já o curso **Subsequente** por meio de matrículas específicas em cursos instrumentais, ou melhor, é exigido ter concluído o Ensino Médio para cursá-lo. Sendo assim, como o candidato já cursou a base propedêutica ele fará por meio desse curso apenas a base tecnológica, obtendo assim, a formação técnica específica, essa modalidade dura entre um e dois anos dependendo da área e das exigências dos conselhos profissionais.

Diante desses inúmeros elementos, cabe a pergunta: - onde ficou ou está o PBP? Ouso a dar algumas respostas, a saber:

- I. Ao ser incorporado pelo Pronatec, o PBP ficou sombreado, ou seja, invisível à percepção externa;
- II. A importância do PBP foi reduzida uma vez que deixou o protagonismo do processo de expansão da Educação Profissional;
- III. O PBP passa a ser apenas mais um programa no conjunto de outros que constituem o Pronatec, deixando o todo do processo para ficar à margem deste.

Diante de tais respostas, aqui idealizadas por nós, o Programa Brasil Profissionalizado que em outrora representava o grande ícone da Educação Profissional passa a estar na periferia das políticas educacionais. Efetivamente, o Pronatec, embora abarque vários programas o mesmo não se constitui essencialmente numa política que configura a totalidade do processo formativo para a condição integral do sujeito.

As evidências apresentadas pela SEDUC/PA, a partir do Pronatec, revelam que a priorização desse programa por cursos de formação inicial e continuada, em detrimento da perspectiva integradora e totalizante que havia na proposta do PBP, o fazem superficial e descomprometido com uma formação plena dos estudantes. Nesta direção, a superficialidade do Pronatec revela uma fragmentação escamoteada pela expansão das matrículas que não reflete o efetivo significado da formação processada pelo programa.

O contexto da invisibilidade do PBP é intensificado na medida em que o Pronatec assumiu o protagonismo da política de Educação Profissional. Se em outrora, na gestão de Lula, sobretudo entre 2006 e 2010, o PBP não apenas assumiu mas concretizou o processo de expansão por meio do financiamento que promoveu a **formação pedagógica** (através de Especializações, Mestrado Profissional e/ou Formação Específica em Licenciaturas para Educação Profissional - Cf Decreto 6302/2007), **construiu, reformou e equipou escolas tecnológicas** por todo o Brasil.

Na política de Educação Profissional implementada por Lula, os Institutos Federais de Educação foram as grandes privilegiadas, bem como as Escolas Estaduais de formação profissional, as quais receberam além da infraestrutura para melhorar e/ou ampliar seus espaços, a formação pedagógica para seus quadros profissionais.

Se inicialmente a política de Educação Profissional procurava atuar em todos os espaços chegando de múltiplas formas ao processo formativo profissional do aluno,

por outro o Pronatec, cada vez mais sintético e objetivo, passou a focar nas matrículas e nas respostas rápidas, que embora não concretizassem o princípio formativo da politecnicidade (Entendida como princípio educativo da **educação integral**, fundamentado na perspectiva omnilateral, ou seja, cunha-se “[...] no horizonte da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante [...]” BRASIL, 2010, p. 33) previsto no decreto 5154/04, mas apresenta-se com uma aparência de programa eficiente, uma vez que sua face camaleônica apresentava metas expressivas sendo atingidas, ainda que não exatamente nos lugares previstos.

Anteriormente dissemos que no caso do Pará, por meio da SEDUC, se atingiria cerca de **10.841 matrículas**. No entanto, apenas **4810** destas foram concretizadas, isso significa que há pelo menos 55,6% de vagas ociosas, ou seja, uma meta que não foi cumprida, e, portanto, deixou a desejar às populações estudantis paraenses que só atingiram 44,37% das vagas pactuadas.

Em síntese a aparência do Pronatec não representa sua essência, logo sua iconografia metaforicamente falando é um **camaleão**, pois mostra-se de um jeito, que camufla a realidade, sobretudo por meio dos números, não dando o devido significado local e conjuntural, que o programa deveria assumir, à política nacional de educação como uma ferramenta de inclusão social, e era isso que ele deveria ser. No entanto, o Pronatec tem sido muito mais uma porta à relação público-privada em detrimento do fortalecimento da educação efetivamente pública e gratuita, ao que exploramos de forma mais efetiva a seguir.

3 | PRONATEC UM CAMALEÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação brasileira é resultado de metamorfoses interessantes e no mínimo estranhas à formação plena dos sujeitos.

A mesma história nos revela as várias fases de transformação, ou melhor, de modificações do ensino em terras ainda desconhecidas. Isso tudo para dizer que por aqui o ensino já foi utilizado para catequização, exclusivamente elitista, diretivo, dualista, pragmático ou mesmo progressista.

Hoje há coexistência, ou seja, várias instituições promovem processos educativos e assumem uma filosofia que orienta sua práxis educativa. Sendo assim, não existe um único modelo, mas um intenso mecanismo de disputa, não apenas de modelos e sim de uma relação de poder que eles impõem à sociedade e aos sujeitos que a constituem.

O curioso é que nossa educação já apresenta em seu portfólio múltiplas interfaces com objetivos bem distintos e focalizados, os quais representam num dado momento uma aparência expansiva e de sucesso (Pavão), como é o caso do Pronatec. Mas, que concretamente não passa de aparência, uma vez que o programa em si não é tão relevante como anuncia ser (Pato), de tal forma que satisfaz à política que o patrocinou

provenientes de tendências globais promovidas pelo direcionamento dos organismos internacionais, os quais contam com a submissão dos governos nacionais em troca do financiamento de suas políticas em países periféricos e emergentes. Sendo assim, as políticas de educação são condicionadas por avaliações de sistema, onde as políticas públicas educacionais exigem um controle mais intenso dos resultados, ajustando-as ao consumo e à produção, logo educação e desenvolvimento, nesta lógica caminham juntos (SANTOS, 2012).

Quando nos referimos ao sucesso, usando o **pavão** quero aludir metaforicamente que este animal chama muita atenção porque tem uma aparência atraente, pois é colorido, harmônico e exuberante. Já quando refiro-me ao **pato**, faço alusão a um animal pouco expressivo que faz de tudo um pouco (voa, nada) e efetivamente não realiza nenhuma delas adequadamente, ou seja, com menos intensidade que outros animais.

O pavão, diferente do pato, pode até não voar ou mergulhar, mas apresenta-se bem, chama a atenção, concentra em si os olhares. Enquanto o pato, por outro lado, mesmo não podendo voar alto, ou direcionar-se nos céus ou mesmo ir além da superfície das águas efetivando um mergulho profundo, nada sob as águas, logo nem é pássaro ou peixe, mas um híbrido, tal como o Pronatec, que não é essencialmente uma política de inclusão, mas uma mesclagem fragmentada que não possibilita efetivamente uma política formadora da totalidade do ser.

O cidadão é portanto limitado em suas potencialidades, logo o Pronatec não tem preparado os indivíduos para vida, nem tampouco para o trabalho.

3.1. Pronatec: Um “Pavão” que Tornou-se Pato

Usando mais uma vez a metáfora (pavão/pato) apresentamos a seguir alguns detalhes dos números já anunciados anteriormente. No entanto, associando as duas aves ao Pronatec.

A título de exemplo, o Pronatec enquanto aparência representa a iconografia do pavão, ou seja, os dados revelam que este programa ampliou as vagas na Educação Profissional em todo país e atingiu a meta prevista de 8 milhões de matrículas. Aqui no Pará a REEPT atingiu uma média de mais de 1600 vagas anuais, isso daria aproximadamente 46 (quarenta e seis) turmas.

Esses dados poderiam simplesmente representar o sucesso e logo temos o pavão como representante do programa. No entanto, é fundamental dizer que esses resultados não são formações plenas, inclusive porque as mais completas seriam as de Ensino Médio Integrado (EMI), as quais só se concretizam pelo PBP, que passou a ser um subprograma do Pronatec, logo está à margem do protagonismo que outrora lhe era atribuído.

Neste sentido, o Pronatec é um híbrido, logo assume a iconografia do pato, pois ao constituir-se de **FIC's** e **cursos técnicos (Integrado, Concomitante** - Modalidade

prioritária aos cursos técnicos do Pronatec, que embora assuma as demais formas dá plena visibilidade e fomento aos cursos concomitantes; e **Subsequente**) faz várias coisas, mas não consegue fazer bem nenhuma delas, tal como o objeto de crítica dos cursos ofertados e não efetivados na REEPT/PA.

Como dissemos os cursos técnicos de EMI seriam a forma mais adequada a um programa que pretenderia incluir e formar sujeitos dignos, críticos e conscientes de seu papel sócio-político. Porém, os números realmente contabilizados pelo programa estão em outras formas (Concomitante e Subsequente).

No caso dos cursos técnicos concomitantes (CTC), incluídos aqui no Pará na rede estadual por meio do Pronatec, em 2012 essas ofertas atingiram um pouco mais de 38%, ou seja, 695 matrículas das 1822 vagas efetivadas.

O relatório estadual de 2016 mostra porém, que 79,3% dos alunos matriculados desistiram dos cursos, o que efetivamente é uma “catastrofe” na execução do programa. O que fica pior ao unificarmos os dados das ofertas anuais, pois **36,82%** dos inscritos em cursos FIC’s também evadiram. Sendo assim, a evasão média chega a **85,71%** das vagas efetivadas.

Esses dados revelam que o desempenho do Pronatec em 2012, realmente foi insatisfatório, pois concretamente não representou oportunidade efetivas de inclusão social de alunos e trabalhadores, uma vez que os problemas (demora no repasse da bolsa – auxílio transporte, material didático e até a presença de professores) no processo de execução afastaram, ou melhor, expulsaram os alunos de sala de aula, negando a eles o direito efetivo a permanência com sucesso. Esses detalhes revelam o hibridismo do pato, que tenta muitas coisas, mas efetivamente não constitui adequadamente nenhuma delas na REEPT/PA.

Seguindo para 2013 há mudanças nas ofertas de ensino técnico que passa a atender neste ano os cursos subsequentes, por esse motivo as ofertas se ampliam nessa modalidade. No entanto, o índice de evasão continuou alto, atingindo uma média de 84,04% para os cursos técnicos, o pior resultado foi identificado nos cursos subsequentes, os quais ultrapassaram 90,5% de evasão.

Diferentemente dos cursos técnicos, os FIC’s tiveram uma evasão bem baixa, algo entorno de 3,45%, o que ajudou a média anual cair para um pouco mais de 47%. É importante destacar ainda, que embora tenha sido baixa a evasão dos FIC’s naquele ano a pactuação feita pela seduc foi muito superior às matrículas, o que justificaria a baixa evasão, já que os alunos que procuraram os cursos, em tese, realmente desejavam fazê-los.

Por fim, em 2014 os altos índices de evasão continuam elevados, principalmente por causa dos cursos técnicos. Sendo aproximadamente 66% de evasão nos cursos concomitantes, cerca de 62% nos subsequentes e um pouco mais de 22% nos cursos FIC’s. Efetivamente a média de evasão naquele ano foi de aproximadamente de 34,2%.

Ao retomar os dados fica claro que o Pronatec não é efetivamente um pavão, mas um pato, haja vista que seu hibridismo o fragiliza na medida em que não centra

energias para resolver problemas e promover cursos de efetiva qualidade. Logo, o que temos no Pronatec é uma efetiva e aparente apresentação que não representa a efetiva proposta de inclusão que ora o programa se propunha a concretizar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui apresentado é tipicamente uma reflexão da política fragmentada neoliberal imposta aos países emergente que por falta de autonomia econômica e política submetem-se à ordem do capital.

Programas como o Pronatec representam medidas paliativas fundamentadas na teoria do capital humano (TCH) que vê a educação como um dos principais elementos da referida teoria. Sendo assim, ideologicamente fala-se tanto em qualificação do trabalhador, mas a qualificação referida pela TCH é exatamente assim pontual e vincula-se ao desenvolvimento econômico porque deposita nas mãos do trabalhador a produtividade necessária à evolução, ou melhor, ao acúmulo do capital, produzindo assim mais-valia e riqueza aos senhores de negócio (FRIGOTTO, 1996; 2010).

Os dados ora apresentados revelam que o capital está cada vez mais forte, que ele se fortalece por meio da política das estatísticas, negando a qualidade das informações e criando fetiches ideológicos que impulsionam o trabalhador, os estudantes e a sociedade de modo geral, na busca de condições e/ou oportunidades de trabalho, assim é fundamental uma contra-proposta que permita uma *educação para além do capital*.

Nestes termos, o princípio é qualitativamente inverso ao valor do capital, pois enfrentaria a ordem destrutiva do capitalismo encarando com segurança a reprodução metabólica do capital, a qual não pode nem deve ser a referência à essa nova perspectiva.

O texto, portanto apresenta dados que nos ajudam a compreender e analisar as investidas camaleônicas do capital que apresenta-se sob uma máscara que camufla a realidade do programa, como dissemos no tópico 3.1, mostra-se como um pavão, mas no fundo é pato. Sendo assim, exige mudanças mais profundas e comprometidas, as quais em nossa leitura não ocorrerão se nossas escolas e o modelo formativo continuar a ser improdutivo à vida dos sujeitos, que mesmo sob um projeto anunciado como produtivo não apresenta nenhuma mudança concreta, capaz de representar um enfrentamento à teoria do capital humano.

Para nós, porém está claro que essas políticas são ratificadoras desse princípio e o Pronatec é uma marca concreta disso.

REFERÊNCIAS

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2008.

GONÇALVES, Sebastião R. Classes Sociais, Luta de Classes e Movimentos Sociais. ORSO, Paulino J.; GONÇALVES, Sebastião R.; MATTOS, Valci M^a. **Educação e Lutas de Classes**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008. (pp. 65 – 94)

SEDUC/PA. **Relatório com Dados Pedagógicos e Financeiros do Pronatec**. Belém/PA: COEP/ SEDUC, 2016.

BRASIL. Lei 12.513/2011: Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília: MEC, 2012.

_____. **Decreto Nº 6302/2007**: Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília. [online]: MEC. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livros.pdf> , acesso em: 15 nov. 2010.

REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabriele Aires da Silva

(gabiaires.pena@gmail.com)

Samuel dos Santos Junio

(samuel.santos@ifro.edu.br)

Emi Silva de Oliveira

(emi.silva@ifro.edu.br)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias utilizadas pela Rede de Incubadoras de Empresas de Rondônia - REDINOVA, a primeira rede de incubadoras de empresas do estado, uma iniciativa do Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Rondônia - IFRO, para estimular as empresas incubadas de base tecnológica. A Rede de Incubadoras de Empresas de Rondônia tem a finalidade de funcionar como um programa de extensão e desenvolvimento empresarial e profissional, voltado para a problemática regional, para a melhoria das condições sociais, e de apoio ao desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, tendo como principal objetivo a transformação das ideias de empreendedores em produtos, processos ou serviços com inovação tecnológica, que atendam ou induzam demandas de mercado. O artigo ressalta a relevância em abordar a relação da incubadora com o empreendedorismo e desenvolvimento local e social, visando acompanhar o desenvolvimento da Incubadora

Tecnológica de Rondônia, através da mensuração de dados. Essa pesquisa teve caráter qualitativo-descritiva, e nela se recorreu a fontes bibliográficas, documentais e de campo para levantar dados acerca do empreendedorismo e desenvolvimento local, políticas públicas, rede de incubadoras no Brasil, incubadoras tecnológicas e a rede de incubadoras de empresas no estado de Rondônia e suas estratégias. Pretende-se assim, ter uma avaliação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da prática de incubação tecnológica em economia solidária ou não.

PALAVRAS-CHAVE:

Inovação; Empreendedorismo; Incubadoras de Empresas; Estratégias.

1 | INTRODUÇÃO

O modo como a tecnologia afeta a economia é vital para a compreensão do crescimento da riqueza dos países e dinâmica das sociedades contemporâneas. A globalização traz inúmeros desafios relacionados diretamente a economia e a inovação. As inovações transformam não apenas a economia, mas afetam profundamente toda a sociedade. Elas modificam a realidade econômica e social, além de aumentarem a

capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda. (Campanário, 2002). A inovação tecnológica é a grande ferramenta para o crescimento econômico, para a eficiência e competitividade no mercado.

Incubadoras de empresas são entidades promotoras de empreendimentos inovadores, que serão atendidas pelo estabelecimento de mecanismos de intercâmbio e de apoio técnico entre profissionais, empresários e especialistas, visando introduzir, nas empresas, técnicas que possibilitem o aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade do setor e contribuam para a modernização da indústria e do comércio, nos termos da Resolução nº 85, de 19 de dezembro de 2016.

O Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação de Rondônia (IFRO) trouxe para o Estado de Rondônia à primeira Rede de Incubadoras de Empresas (REDINOVA) em parceria com o Governo do Estado de Rondônia, a Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Rondônia (Senai), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia (Sebrae), o Instituto Luterano de Ensino Superior (ILES/Ulbra) Porto Velho, a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa (Fapero), o Sindicato dos Administradores no Estado de Rondônia (Saero) e Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor (Inats).

Assim o presente estudo buscou responder à seguinte questão: quais são as estratégias utilizadas pela Rede de Incubadoras de Empresas de Rondônia - REDINOVA para estimular as empresas incubadas de base tecnológica? Pretende-se assim, ter uma avaliação das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da prática de incubação tecnológica em economia solidária.

Diante deste contexto, o tema do estudo mostra-se relevante na medida em que trata de uma Lei Federal, cujo tema é de notório interesse público para a população e para o IFRO que tem sua base na inovação e tecnologia. No contexto da contribuição social, leva-se em consideração a missão de geração e disseminação do conhecimento que orienta os institutos federais e de sua relevante vocação como partícipe das transformações sociais. Gera e disponibiliza conhecimentos num campo de estudo que é novo no Estado, contribuindo, desse modo, com a perspectiva de transformação social.

2 | EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Empreendedorismo é a disposição para identificar problemas e oportunidades que sejam capazes de alavancar mudanças e gerar um impacto positivo. Empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal. (SEBRAE, 2007, p. 15).

Desenvolvimento local é o processo de mudanças que os atores sociais participam para mudar a realidade das localidades de onde vivem. Para Jurarez de Paula, não existe desenvolvimento local sem interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade, (SEBRAE, 2015).

De acordo com Hitt; Ireland; Hoskisson (2008), a essência do empreendedorismo é identificar e explorar as oportunidades empreendedoras – ou seja, oportunidades que os outros não veem ou das quais não reconhecem o potencial comercial. Pelas manchetes jornalísticas o Estado de RO vem incentivando o empreendedorismo visando o desenvolvimento local, inclusive, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (SEBRAE) promoveram o 1º Seminário de Incubadora de Empresas de Rondônia no ano de 2003, no entanto, não houve avanço e execução do projeto.



Fonte: Rondônia Digital

Para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia a Rede de Incubadoras é o programa de extensão e desenvolvimento empresarial e profissional, que será voltado para a problemática regional, para a melhoria das condições sociais, tendo como principal objetivo a transformação das ideias de empreendedores em produtos, processos ou serviços com inovação tecnológica, que atendam ou induzam demandas de mercado.

Em vista do exposto, observa-se que as incubadoras de empreendimentos tecnológicos constituem uma alternativa estratégica para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico das regiões onde atuam, aumentando as oportunidades de emprego, a geração de renda e diversificando bens e serviços por meio de condições favoráveis ao avanço da tecnologia que está na base das atividades deste tipo de empreendimento. (ANDRADE, 2011)

3 | REDE DE INCUBADORAS NO BRASIL

No Brasil as incubadoras surgiram na década de 1980, desde então o número de incubadoras vem aumentando. Um estudo da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) em parceria com o MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) mostrou que, em 2011, o Brasil possuía 384 incubadoras em operação, abrigando 2.640 empresas e gerando 16.394 postos de trabalho. Dessas empresas, 98% inovam, sendo 28% com foco no âmbito local, 55% no nacional e 15% no mundial (ANPROTEC, 2013). As incubadoras surgiram com o intuito de dar auxílio a pequenos empreendimentos para o seu desenvolvimento (BEUREN; RAUPP, 2010).

	Totais para 384 incubadoras
Empresas incubadas	2.640
Empresas graduadas	2.509
Empresas associadas	1.124
Empregos nas empresas incubadas	16.394
Emprego nas empresas graduadas	29.205
Faturamento das empresas incubadas	R\$ 532.981.680,00
Faturamento das empresas graduadas	R\$ 4.094.949.476,92

Tabela 1 - Incubadoras em números - Brasil 2011

Fonte: ANPROTEC, 2012.

As Incubadoras no Brasil tem o papel de oferecer suporte a empreendedores que tenham ideias que sejam inovadoras e que proporcionem desenvolvimento ao Estado por meio de vinculação ao ensino. Rogers (1995) define inovação como uma “ideia, prática ou objeto percebido como novo pelo indivíduo ou pela unidade adotante”.

Existem diversas modalidades, que são utilizadas dependendo do tipo de empresa que será oferecido suporte: as de base tecnológica, que abrigam empreendimentos que realizam uso de tecnologia. As tradicionais que dão suporte a empresas de setores tradicionais da economia. As Mistas, que aceitam tanto empreendimentos de base tecnológica, quanto de setores tradicionais. E as sociais que tem como público alvo cooperativas e associações populares.

Uma instalação planejada para apoiar o desenvolvimento de novas empresas. Ela provê uma variedade de serviços e apoio ao start-up das empresas com uma clara preferência por aquelas de alta tecnologia e indústrias manufatureiras leves. A incubadora procura unir efetivamente talento, tecnologia, capital e conhecimento, para alavancar o talento empreendedor, acelerar a comercialização de tecnologia e encorajar o desenvolvimento de novas empresas.

(SMILOR, 1987, p. 146)

Segundo o coordenador-geral do Núcleo de Empreendedorismo e Inovação da

Incubadora de Empresas do Inatel, Rogério Abranches da Silva, são justamente das empresas nascentes que surgem as inovações. “Elas conseguem ter uma situação melhor para arriscar”, diz. Para ele, o investimento nessas empresas é essencial para reverter o cenário econômico atual. “No Brasil, é fato que o projeto de incubadoras deu certo. O resultado de se apoiar empresas nascentes e inovadoras vem muito rápido. Nesse momento de crise ter resultados rápidos é muito importante”, conclui.

4 | INCUBADORAS TECNOLÓGICAS E O INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

As incubadoras de empresas agem com objetivo de apoiar a criação de pequenas e médias empresas, além de incentivar o desenvolvimento de negócios e buscam estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação. Acredita-se que a empresa instalada em uma incubadora tende a apresentar maiores chances de sobrevivência.

A ideia de incubadoras esteve associada ao propósito de estimular o surgimento de negócios resultantes de projetos tecnológicos desenvolvidos no interior dos centros de pesquisa universitários ou não. O conceito criado foi o de incubadoras tecnológicas, voltadas para apoiar o nascimento e o fortalecimento das chamadas empresas de base tecnológica.

(FONSECA E KRUGLIANSKAS, 2000, p. 3-4).

No caso das empresas de base tecnológica, os empreendedores têm, ainda, oportunidade de acesso a universidades e instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com as quais muitas incubadoras mantêm vínculo. Isso ajuda a reduzir custos e riscos do processo de inovação, pois permite o acesso a laboratórios e equipamentos que exigiram investimento elevado.

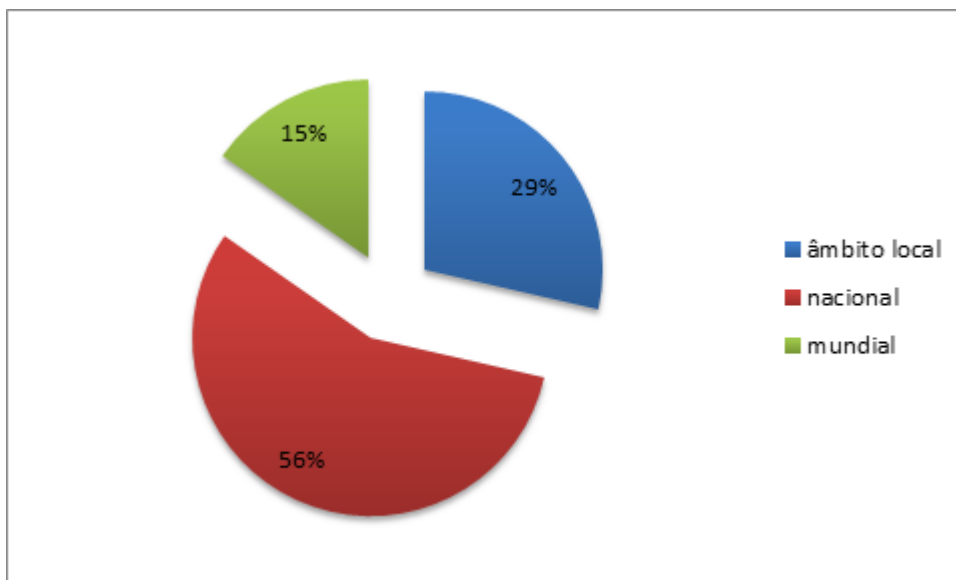


Gráfico 1 - De 2.640 empresas, 98% inovam.

Fonte: ANPROTEC, 2011.

As incubadoras promovem oportunidades para o desenvolvimento tecnológico do processo produtivo e oferecem aos novos empreendedores, além de espaço físico e os serviços de escritório, o apoio administrativo, aconselhamento e consultoria gerencial e de marketing (Baêta, 1999; Von Zedtwitz, 2003).

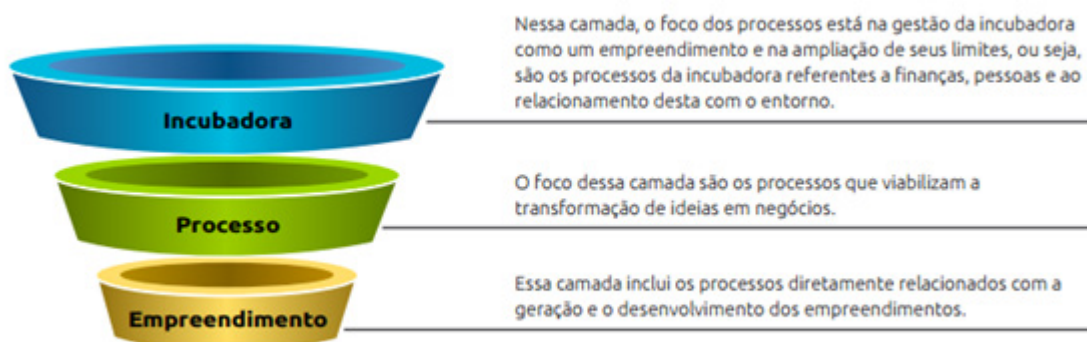


Figura 1 - Modelo Cerne – Estrutura em camadas

Fonte: ANPROTEC, 2015

A ideia de acompanhar um negócio desde o seu estágio inicial e de ajudar o desenvolvimento de empreendimentos desde antes de seu nascimento formal e sua abertura para atuação no mercado é a base do conceito de incubação de empresas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade. Tem a visão de tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de ciência e tecnologia.

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

Pela missão, visão e valores do IFRO observa-se que o tema incubadoras tecnológicas está totalmente atrelado ao sonho de proporcionar aos cidadãos rondonienses políticas públicas voltadas ao fortalecimento da prática de incubação tecnológica em economia solidária ou não, visando sempre o crescimento e desenvolvimento econômico.

5 | A REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS DE RONDÔNIA E SUAS ESTRATÉGIAS

A Rede de Incubadoras de Empresas de Rondônia, denominada REDINOVA, é um agente facilitador do processo de geração e consolidação de empreendimentos inovadores, por meio da formação complementar de empreendedores em áreas compatíveis com as atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO em seus aspectos técnicos e gerenciais (art.1º Resolução 85/2016).

A Rede de Incubadoras está vinculada a PróReitoria de Extensão – PROEX, que é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

De acordo com a Resolução que dispõe sobre o Regulamento Geral da Rede de Incubadoras de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO poderão ser incubados projetos e empreendimentos inovadores nas seguintes linhas de atuação: startup, spinof e projetos de cooperativas sociais voltadas para comunidades em situação de vulnerabilidade. Vale ressaltar ainda que, as linhas de atuação poderão ser segmentadas nos seguintes tipos de incubadoras: base tecnológica, tradicionais, mistas e sociais.

Conforme levantamento junto a PROEX o nascimento da Rede de Incubadoras no Estado de Rondônia advém de uma série de reuniões de viabilidade, sendo que posteriormente, foi realizado um curso de Planejamento e Gestão de Incubadoras de Empresas com o apoio da Anprotec visando capacitar os profissionais que estariam a frente das Comissões junto aos *Campus*.

Após, foi realizado um planejamento no quesito legal, surgindo então, a Resolução nº 85, de 19 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o Regulamento Geral da Rede de Incubadoras de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Rondônia – IFRO. Imediatamente foram lançados os seguintes Editais: Edital nº 198, de 20 de dezembro de 2016 do *Campus Calama* e o Edital Nº 203 de 29 de dezembro de 2016 visando a seleção de empreendimentos para incubação na rede de incubadoras do IFRO - REDINOVA.

As Incubadoras do *Campus Porto Velho Calama* e *Porto Velho Zona Norte*, ambas com edital aberto, tem como objetivo contribuir para a criação, desenvolvimento e aprimoramento de micro e pequenas empresas de base tecnológica com foco na inovação, ou seja, empresas que utilizam de aplicação sistemática de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos inovadores nos seus aspectos tecnológicos, gerenciais, mercadológicos e de recursos humanos de modo a assegurar o seu fortalecimento e a melhoria de seu desempenho, sendo possível através dos seus produtos o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia.

Insta salientar que os dois *Campus* poderão ser incubados projetos e empreendimentos inovadores em produto, processo, método ou sistema, nas linhas de atuação a seguir: Startup (empresas recém-nascidas e com grande potencial de crescimento e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado) e Spin-off (empresa nascida a partir de um grupo de pesquisa acadêmica ou industrial, com o objetivo de explorar um produto ou serviço inovador).

Item	Crítérios	Notas	Caráter	Categoria de Análise
I	Caracterização do empreendimento como empresa inovadora ou produto ou processo inovador	0 a 1	Eliminatório	Tecnologia
II	Preocupação com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente	0 a 1	Eliminatório	Tecnologia
III	Viabilidade econômica/financeira do projeto	0 a 1	Eliminatório	Finanças
IV	Experiência profissional da equipe de empreendedores	0 a 10	Classificatório	Pessoal
V	Capacidade financeira ou viabilidade de financiamento dos sócios proponentes	0 a 10	Classificatório	Pessoal/ Finança
VI	Formação e qualificação técnica/gerencial da equipe de empreendedores	0 a 10	Classificatório	Pessoal/ Gerencial
VII	Geração de emprego e renda	0 a 10	Classificatório	Gerencial
VIII	Viabilidade e potencial de mercado	0 a 10	Classificatório	Mercado
IX	Potencial de impacto do projeto na economia local ou regional	0 a 10	Classificatório	Mercado
X	Impacto social esperado do empreendimento	0 a 10	Classificatório	Mercado

XI	Relação do empreendimento com as Instituições de Ensino (ensino, pesquisa ou	0 a 10	Classificatório	Tecnologia
----	--	--------	-----------------	------------

Tabela 2 - Critérios de seleção dos planos de negócios

Fonte: EDITAL N° 198, <http://portal.ifro.edu.br>

Observa-se que são critérios de eliminação a caracterização do empreendimento como empresa inovadora ou produto ou processo inovador, preocupação com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, viabilidade econômica/financeira do projeto e proposta de acordo com a área de atuação do Campus os demais são apenas classificatórios.

Conforme o edital o desenvolvimento do empreendimento na modalidade de pré-incubação terá o prazo de seis meses, podendo ser prorrogada por igual período. Após a finalização desse período a empresa poderá permanecer vinculada à REDINOVA na modalidade de Incubação, com nomenclatura de Empresa Incubada, observado o parecer da Comissão de Incubadora do Campus, pelo prazo de um ano, podendo ser prorrogada por igual período. Após a finalização do período de incubação a empresa pode permanecer vinculada à REDINOVA na forma de Parceiro, com nomenclatura de Empresa Graduada, mediante o parecer da Comissão de Incubadora do Campus e observado o Regulamento Geral da Rede de Incubadoras de Empresas do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As empresas incubadas devem ter grande potencial de crescimento com o objetivo de explorar as atividades, produtos ou serviços inovadores do mercado. A finalidade da Rede de Incubadoras do IFRO é funcionar como um programa de extensão e desenvolvimento empresarial e profissional, voltado para a problemática regional e para melhoria das condições sociais, apoiando o desenvolvimento do Estado de Rondônia, através da transformação de ideias em produtos, processos ou serviços inovadores e contribuir para a criação, o desenvolvimento e a consolidação em empresas inovadoras, em seus aspectos técnicos e gerenciais, de modo a assegurar o aprimoramento gerencial e tecnológico e a inserção de novos produtos, processos ou serviços no mercado.

A Rede de Incubadoras tem como parceiros no desenvolvimento de suas atribuições as Entidades e Empresas integrantes do sistema de Incubação do IFRO, bem como outras que venham posteriormente celebrar convênio com a Instituição gestora da Incubadora. Cada *campus* poderá ter uma incubadora, a qual estará vinculada aos Departamentos de Extensão e será responsável pelo apoio aos empreendimentos incubados. A incubadora de cada *campus* terá um Coordenador responsável, servidor do *campus*, o qual terá uma carga horária mínima de 20 horas semanais destinadas às atividades da incubadora. As Incubadoras dos *campi* serão responsáveis, em seus respectivos *campi*, pelo apoio à empresas incubadas.

6 | METODOLOGIA

O estudo delimita-se à Incubadora do *Campus* Porto Velho Calama cuja modalidade é de base tecnológica e sua atuação na cidade de Porto Velho, no Estado do Rondônia, com início das atividades em 14 de Dezembro de 2016. A incubadora implantada no Campus Porto Velho Calama tem capacidade para oito empresas na modalidade start-ups e spin-offs. “Posteriormente o campus vai verificar mais áreas de atuação que possa desenvolver e lançar mais editais” ressaltou Jairo Tschurtschenthaler, coordenador de inclusão social e produtiva, da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFRO.

Este estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2008) Pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Para Bailey, em várias situações de investigação, que comentaremos a seguir, a pesquisa documental se mostra pertinente e vantajosa.

Desenvolvendo o método qualitativo-descritivo por meio de entrevista semi-estruturada, com o gestor da incubadora local. Para Godoy (1995), partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos. A pesquisa qualitativa permite que os investigadores explorem novos enfoques.

Para Gil (2008) Pesquisa Descritiva: descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se com os resultados da pesquisa que as incubadoras de empresas são importantes políticas públicas para os novos empreendedores e para o desenvolvimento local. Elas proporcionam capacitação gerencial e tecnológica aos residentes, e estimulam a serem mais competitivos, dinâmicos e com mais confiança frente às condições impostas pelo mercado.

O IFRO encabeçou esta política pública voltada ao fortalecimento da prática de incubação tecnológica em economia solidária ou não utilizando como estratégia para o seu estímulo o chamamento de empresas parceiras para o diálogo, cursos e criação das etapas formais. O empreendimento incubado poderá fornecer aos participantes da Rede de Incubadoras do IFRO os serviços de Infraestrutura de funcionamento, de acordo com as características do projeto aprovado, conforme previsto no contrato, obedecendo ao horário de funcionamento acordado entre as partes, sempre respeitando as posturas aplicáveis. Poderão ser oferecidos ainda, pela Incubadora dos *Campus*

os serviços administrativos e de apoio, tais como: assessoria gerencial; treinamentos específicos; e outros, desde que incluídos no plano de negócios e de acordo com a disponibilidade da Incubadora dos *Campus*.

Infelizmente, tanto o *Campus* Calama quanto o *Campus* Zona Norte não fomentaram em seus editais os projetos de cooperativas sociais voltadas para comunidades em situação de vulnerabilidade. Contudo, a Resolução abarca essa possibilidade e esses são os primeiros dos nove *Campus* espalhados no Estado de Rondônia.

Observa-se que o IFRO vem trabalhando para implantar incubadoras em todos os seus *Campus* de atuação visando ter políticas públicas voltadas ao fortalecimento da prática de incubação tecnológica em economia solidária ou apenas desenvolvimento regional. As estratégias estão sendo inovadas a cada dia em busca de uma implantação eficaz e com responsabilidade.

REFERENCIAS

ANDRADE JUNIOR, Pedro Paulo. **Economia & Tecnologia**. 2011, Vol. 27.

ANPROTEC. **Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

ANPROTEC: SEBRAE. **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil / Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**. – Brasília, DF. ANPROTEC: SEBRAE, 2016.

BAÊTA, A. M. C. **O Desafio da Criação: Uma Análise das Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica**. Petrópolis: Vozes. 1999.

BAILEY, K. D. **Methods of social research**. 2. ed. New York: Free Press, 1982

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. **Gestão do conhecimento em incubadoras brasileiras**. Future Studies Research Journal, v. 2, n. 2, p. 186-210, 2010.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. **Tecnologia, Inovação e Sociedade**. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/salactsi/milton.htm>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

Fonseca, S. A., & Kruglianskas, I. (2000, pp. 3-4) apud Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2003). **Compartilhamento do Conhecimento em Incubadoras de Empresas: um Estudo Multicasos das Incubadoras de Santa Catarina Associadas à ANPROTEC**. Anais XXVII ENANPAD

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração estratégia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

IFRO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. Disponível em: <<http://portal.ifro.edu.br/acontece-no-ifro/1705-ifro-apresenta-rede-de-incubadoras-a-parceiros>>. Acesso em:

Acesso em: 10 de Fev. de 2017.

Rondônia Digital. 1º Seminário de Incubadora de Empresas de Rondônia. Disponível em: <<http://rondoniadigital.com/estado/incubadora-de-empresas-sera-tema-de-evento-em-porto-velho/>>

Acesso em: 10 de Fev. de 2017.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovation**. 5 ed. New York: Free Press, 2003.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Manual do aluno, 2007, 67p

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/desenvolvimento-local-como-fazer>. Acesso em: 16 de Fev. de 2017.

SMILOR, R. **Managing the incubator system: critical success factors to accelerate new company development**. IEEE transactions on engineering management, vol. 34, n. 3, p. 146-155, 1987.

TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE

Aldo Vieira Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí (IFPI)

Teresina - PI

RESUMO: Com fulcro na flexibilidade produtiva e no modelo de empresa enxuta, o regime toyotista de produção tem impactado decisivamente o mundo do trabalho, acarretando profundas transformações em seu interior, oportunizando um intenso debate por parte daqueles que tentam explicar a natureza e as implicações sociais dessas transformações. O presente trabalho promove uma reflexão sobre o binômio trabalho/qualificação à luz do conceito de empregabilidade, situando-o no bojo do conjunto de transformações decorrentes da reestruturação do capital na sociedade em rede que instituiu a necessidade de um novo perfil profissional: o trabalhador informacional.

Palavras-chave: Capital. Trabalho. Toyotismo. Sociedade em rede. Empregabilidade.

ABSTRACT: With a focus on productive flexibility and lean company model, the toyotista production regime has decisively impacted the world of work, bringing about profound transformations in its interior, providing an intense debate on the part of those who try to explain the nature and social implications of these transformations.

The present work promotes a reflection on the binomial of work / qualification in the light of the concept of employability, placing it in the range of the set of transformations resulting from the restructuring of capital in the network society that instituted the need for a new professional profile: the informational worker.

KEYWORDS: Capital. Job. Toyotismo. Networked society. Employability.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, a sociedade capitalista moderna vem passando por transformações substanciais em sua base material com repercussões nas relações que mantém com a economia e o Estado. Tais mudanças revelam um novo momento histórico denominado de Terceira Revolução Industrial, ou Revolução da Tecnologia da Informação (Castells, 2011), comparando-se esse momento (ainda em curso) - em termos de relevância histórica - à Primeira Revolução Industrial experimentada pela humanidade no século XVIII, o sistema socioeconômico permanece capitalista, mas globalizado, mais reestruturado e cujos elementos característicos são estes apontados por Castells (2011):

maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e sua organização em rede tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital vis-à-vis o trabalho, com declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão do capital (CASTELLS, 2011, p. 39 – 41).

A década de 1970 marca o período de crise do padrão de acumulação fordista/taylorista que, em épocas precedentes resultou num considerável crescimento econômico articulado com o desenvolvimento do estado de bem-estar social e o fortalecimento da classe trabalhadora em termos coletivos. O processo de reestruturação do capitalismo epigrafado vem sendo empreendido desde a década de 1970 nas sociedades capitalistas consideradas avançadas, expandindo-se para as demais regiões do globo.

Ocorrendo no bojo do processo de globalização ou mundialização do capital, o processo de reestruturação produz implicações no plano produtivo e político-ideológico que impactam diretamente o mundo do trabalho com consequências severas para a classe dos trabalhadores. O modelo toyotista ou japonês de produção constitui a principal alternativa ao modelo fordista/taylorista de acumulação. Pautado na flexibilidade da produção, no gerenciamento e organização dos processos de trabalho, o modelo japonês consolida uma série de reformas desencadeadas nos anos 70 que tinham como objetivo segundo Castells (2011, p. 55):

aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital-trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público.

A lógica toyotista induz que as transformações apontam para a constituição de um novo segmento de trabalhadores, donde um novo perfil se apresenta: o do trabalhador “polivalente”. Logo, na sociedade em rede a importância da qualificação profissional é um discurso recorrente face à ampliação das formas precárias e não-padronizadas das relações de trabalho impulsionadas pela aplicação das tecnologias da informação ao processo produtivo (ANTUNES, 2005; CASTELLS, 2011).

Diante desse quadro que pauta as relações capital/trabalho, é nossa proposta refletir sobre a transversalidade trabalho/qualificação à luz do conceito de empregabilidade, situando-o no âmbito das discussões realizadas na Sociologia do Trabalho. Para tanto, estruturamos o artigo em quatro seções, a saber: o poder de expansão e

reestruturação do capital: do fordismo/taylorismo ao regime toyotista de produção, em que se contextualiza o processo de reestruturação do capital em sua versão toyotista e seus impactos no mundo do trabalho; toyotismo e a exigência de profissionais qualificados (empregáveis), em que apresentamos o conceito de empregabilidade e a exigência toyotista de seu desenvolvimento; a face oculta da empregabilidade, onde esboçamos uma breve crítica à empregabilidade como falácia do capital toyotizado e; a visão não pessimista de Castells sobre o trabalho na sociedade da informação, em que indicamos a alternativa deste autor para a superação do quadro desfavorável aos trabalhadores na era do paradigma informacional. A título de considerações finais resgatamos sinteticamente a discussão realizada demarcando nosso posicionamento face às proposições teóricas ventiladas.

2 | O PODER DE EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL: DO FORDISMO/TAYLORISMO AO REGIME TOYOTISTA DE PRODUÇÃO

A negação do trabalho levada a efeito pela produção de mais valia enquanto lógica do capital se expandiu por todo o Ocidente e deste para todo o mundo a partir do início do século XIX consolidando-se como sistema planetário ou sistema de controle do metabolismo social global na última metade do século XX (ALVES, 2007). É nesse período que o capital promove mudanças significativas no processo de trabalho, reestruturando o processo produtivo, inaugurando o processo de estranhamento que desvirtua o sentido do trabalho. A maquinaria e a grande indústria caracterizam esse período de organização produtiva, cujo ápice se deu com o regime de produção industrial baseado nos princípios do fordismo/taylorismo.

O sistema fordista/taylorista desenvolveu-se nos Estados Unidos a partir dos trabalhos de Taylor (e seus seguidores) aplicados aos negócios automobilísticos de Henry Ford, depois espalha-se para outros ramos de produção e outras sociedades. Referido sistema nasceu sob a égide de um mercado de consumo em crescente expansão. A produção em série e de massa era, portanto, o que caracterizava o momento. Um visionário, Henry Ford, estava sempre atento para tendências produtivas bem-estabelecidas. Nesse sentido, Henry Ford “fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade” (HARVEY, 2007, p. 121). Ao distinguir Ford de Taylor, Harvey (2007, p. 121), nos diz:

o que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (grifos nossos).

Da indústria automobilística, o fordismo/taylorismo se expandiu para outros setores da indústria que também passaram a produzir em massa. Esse modelo de produção passou a ser seguido em todo o mundo, impondo-se universalmente após a Segunda Guerra Mundial e entrando em declínio com a crise estrutural do capital em meados dos anos 1970. A produção seguiu os pressupostos da acumulação flexível, processo de reestruturação do capital, com experiências na região da Terceira Itália e Suécia, apoiadas

na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2007, p. 140).

A acumulação flexível implicou em consequências negativas para o mundo do trabalho, acentuando a crise do desemprego e fragilizando a organização sindical, conforme Harvey (2007, p. 141):

o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “ficcional”), rápida destituição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.

Para além da acumulação flexível, em mais um processo de reestruturação do capital, chegamos ao processo produtivo atual que se estrutura em torno do modelo toyotista ou japonês de produção. Esse modelo produziu maiores impactos no mundo do trabalho devido a revolução técnica que operou e a extrema capacidade de propagação pelo mundo. É o que aponta Antunes (2005, p. 31):

Se essas experiências de acumulação flexível, a partir da experiência da “Terceira Itália” e de outras regiões, como a Suécia, trouxeram tantas consequências, em tantas direções, foi, entretanto, o toyotismo ou modelo japonês, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que alguns dos pontos básicos do Toyotismo têm demonstrado, expansão que hoje atinge uma escala mundial (grifos do autor).

2.1 Impactos do Toyotismo no Mundo do Trabalho

Com o atual modelo de produção toyotista operou-se mudanças substanciais em relação aos regimes de produção anterior, notadamente na forma de organização das empresas e nas relações de trabalho. Discussões e aplicação de “processos de reestruturação, reorganização, reengenharia, implantação de novas tecnologias e novos métodos de distribuição, fusões e aquisições de empresas” (CARVALHO, 2008,

p.35) passaram a constituir a dinâmica das organizações no mundo empresarial.

A reestruturação do capital e seu modelo toyotista de produção impõe às empresas, em nível global, um processo de adequação em busca de produtividade e lucratividade em meio a uma competição desenfreada, imposta pelo capital transnacionalizado. A adoção de práticas racionais, visando a qualificação para concorrência em um mercado globalizado, são medidas que têm pautado a dinâmica das empresas na contemporaneidade. É o que destaca Antunes (2005, p. 14):

[...] no plano microcômico, no plano das empresas, há uma necessidade intrínseca de racionalizar seu *modus operandi*, de implementar o receituário e a pragmática de *lean production*, da empresa enxuta, visando qualificá-la para a concorrência interempresas em disputa no sistema global do capital.

Essa lógica global de organização empresarial que vem se expandindo em nível mundial acaba influenciando diretamente nos processos de geração, redução, precarização e/ou eliminação de postos e oportunidades de trabalho, resultando em um desemprego estrutural explosivo. Cresce em todo o mundo a figura do trabalho atípico (uma das facetas do desemprego estrutural) caracterizado pelo distanciamento do modelo-padrão que é permeado de garantias formais e contratuais (embora não menos explorador). O trabalho atípico é, pois, desprovido da tutela contratual e materializa-se no “contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part time*, que exercem trabalhos temporários, entre outras tantas formas assemelhadas de informalização do trabalho” (ANTUNES, 2005. p. 17).

3 | TOYOTISMO E A EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS (EMPREGÁVEIS)

A ideia difundida no bojo do toyotismo é que os tempos são outros, não existindo mais espaço para o trabalho parcelado e degradante que colocava o homem como mero apêndice da máquina, cujo cinema de modo didático e magistral ilustrou no filme “Tempos Modernos (1936)” dirigido por Charles Chaplin. A visão de conjunto do processo de trabalho ancorado na polivalência (atributo do empregável) constitui um avanço do toyotismo em relação ao regime de acumulação anterior (fordista/taylorista), desbancando o processo de trabalho parcelado e degradante, conduzindo os trabalhadores a um processo de requalificação no capitalismo contemporâneo.

Em face desse contexto, caracterizado pela nova forma de organização empresarial “toyotista” e pelo quadro de desemprego instaurado, a relação entre trabalho e qualificação ganha relevo, posto que é predominante o discurso da exigência de qualificação para se manter trabalhando num “mundo de desempregados”. Nesse sentido, em pesquisa realizada por De Oliveira e De Negri (2014) sobre a percepção

das empresas em torno dos fatores que limitam a produtividade, a baixa qualificação da mão de obra é apontada como um dos fatores principais.

Nos últimos anos essa tem sido uma reclamação dos setores empresariais brasileiros, materializada nas seguintes reportagens: “Brasil estuda incentivar vinda de jovens estrangeiros qualificados para trabalhar no país” (BOCCHINI, 2012); “Qualificação da mão de obra brasileira, uma nova urgência” (DAMASCENO, 2013); “Falta de mão de obra qualificada afeta 65% das empresas, diz CNI” (RICHARD, 2013); “Falta de mão de obra qualificada é um dos principais obstáculos à inovação da indústria” (OLIVEIRA, 2013); “Os Efeitos para a Indústria da pouca mão de obra qualificada” (SOUZA, 2013); “O que o mercado quer? Profissionais com poder de adaptação” (BARROS, 2014). Demanda por mão de obra especializada ainda é mais alta do que oferta no Brasil (ÉPOCA NEGÓCIOS ON LINE, 2017).

No mesmo sentido, ao tratar das características recentes do desemprego Pochmann (2016, p. 19-21), analisando dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta que em relação ao grau de escolaridade, a trajetória recente do desemprego é mais intensa e inversa ao aumento dos anos de estudos, destacando os seguintes percentuais:

[...] a taxa de desemprego cresceu 34,6% para os trabalhadores de 11 e mais anos de escolaridade entre os meses de janeiro e julho de 2015. Para os trabalhadores com até 8 anos de escolaridade, a taxa de desemprego cresceu 52,4% no mesmo período de tempo. Entre os trabalhadores de 8 a 10 anos de estudos, a taxa de desemprego aumentou 49,3%.

Se é certo que as organizações não são imunes às transformações que o capital impõe, que são elas constituídas de pessoas (trabalhadores) e que as posições de trabalho estão sendo continuamente redefinidas e redesenhadas, este cenário exige um novo profissional que se diferencia “por suas qualidades humanas e pela habilidade de ampliar seus recursos e capacidades potenciais, sempre” (CARVALHO, 2008, p. 14).

Atualmente, a compreensão desse perfil está associada ao conceito de empregabilidade. A palavra empregabilidade vem do inglês *employability* e representa um conjunto de conhecimentos, habilidades e comportamentos que tornam um executivo ou um profissional importante para a sua organização e para qualquer outra (BUENO, 1996). Trata-se, portanto, de um conjunto de competências e habilidades do trabalhador que permite a sua inserção e permanência no mundo do trabalho. Nas palavras de Carvalho (2008, p. 57):

É o conceito no qual se estabelece para os profissionais, empregados ou não, a obrigatória preocupação no sentido maior de se manterem permanentemente atualizados e empregáveis, diante das exigências de formação, em face das habilidades, especializações e talentos que o mercado de trabalho requer.

Embora os termos emprego e empregabilidade remetam a uma relação de

semelhança, eles não se confundem. Enquanto o segundo está relacionado com “critérios de autoformação profissional e socialização, o primeiro, representa função, ocupação, uso, aplicação” (CARVALHO, 2008, p. 50). Nesse sentido, quando se diz que o indivíduo desenvolveu uma boa empregabilidade, isso significa que ele apresenta a qualidade de empregável, ou seja, que pode ser empregado porque desenvolveu a imprescindível capacidade de se ajustar e se adaptar no mercado globalizado de hoje. É o indivíduo que está apto a entrar e manter-se no mercado de trabalho graças à adequada qualificação profissional.

Nessa ordem de ideias, a continuidade de estudos mantém uma relação intrínseca com o desenvolvimento da empregabilidade. Isso significa que o indivíduo para ter êxito no mercado de trabalho precisa estar sempre estudando, atualizando-se quanto às novas tecnologias e ao atendimento dos requisitos exigidos pelo mercado, cada vez mais rigoroso em termos de contratação. Logo, o trabalhador que não estiver minimamente instrumentalizado estará automaticamente excluído do mercado de trabalho e, com isso, condenado ao desemprego.

Decorre da exigência de atualização constante a indispensável necessidade de o trabalhador identificar-se com o exercício da profissão. A identidade aqui mantém estreita relação com o desenvolvimento de carreira profissional o que requer do indivíduo o mínimo de prazer e satisfação (pessoal ou financeira) com o ofício profissional, com relativos “ganhos” na seara pessoal e institucional. É o que se depreende das lições de Carvalho (2008, p. 54) quando este afirma que

com a empregabilidade, o profissional se torna dono de sua própria carreira, sendo assim um esforço sincero e orientado para se fazer o melhor possível nas três áreas de uma organização: produtividade, relações e qualidade. A empregabilidade irá propiciar a capacidade do desenvolvimento de habilidades para a atual e para as futuras carreiras profissionais.

O conceito de empregabilidade permeado pela constante exigência de qualificação remete à perspectiva de adaptação do trabalhador a um mundo do trabalho distinto daquele vivido em épocas precedentes. Trata-se de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico, onde as atividades ocupacionais se redefinem com muita rapidez, acompanhando o fluxo revolucionário instituído pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), modificando a estrutura ocupacional dos países que integram o G7, donde estes apresentam uma “tendência comum para o aumento do peso relativo das profissões mais claramente informacionais (administradores, profissionais especializados e técnicos), bem como das profissões ligadas a serviços de escritório em geral” (CASTELLS, 2011, p. 282). Castells (2011) acrescenta que os países que integram o G7 estão em estágio avançado de transição à sociedade informacional e, portanto, podem ser usados para a observação do surgimento dos novos modelos de mercado de trabalho. Também representam culturas e sistemas institucionais muito distintos, o que permite investigar a variedade histórica, justificando,

nesses termos, a referência de análise de seus estudos.

4 | A FACE OCULTA DA EMPREGABILIDADE

Na contramão do romantismo que alguns autores manifestam na recepção do conceito de empregabilidade, outros compreendem referido conceito e seus desdobramentos enquanto elemento ideológico disseminado pelo espírito do toyotismo, representando em si, um paradoxo, posto que dissemina um discurso em prol da exigência de (re)qualificação constante e, ao mesmo tempo, tende a ocultar a dura realidade de que o mercado não é para todos, vendendo a promessa de que se o trabalhador é qualificado o bastante, ele se mantém empregável, ou seja, ainda que dispensado de um determinado posto de trabalho, diante das qualificações que possui, em pouco tempo será absorvido pelo mercado novamente. A esse respeito, Alves (2007, p. 245) afirma que o conceito de empregabilidade, por um lado,

traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, e por outro lado, tende a ocultar (e estamos diante de uma operação ideológica!) que seu substrato estrutural-organizacional, o toyotismo, possui como lógica interna a “produção enxuta” e uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho.

Em sua crítica ao conceito de empregabilidade Alves (2007) chega a afirmar que se trata de nova tradução da chamada Teoria do Capital Humano em tempos de mundialização do capital e de fortalecimento da política neoliberal. A Teoria do Capital Humano nasceu no bojo do capitalismo pós-guerra instituindo a promessa de integração sistêmica que ideologicamente articulava trabalho, educação, emprego e individualidade. A escola e as políticas educacionais eram vistas como mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva (ALVES, 2007).

A título de ilustração do fortalecimento da política neoliberal, pode-se mencionar, no caso brasileiro, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (Lei da Reforma Trabalhista) recentemente sancionada no Governo de Michel Temer, bem como, a reforma previdenciária em curso (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016 – em debate na câmara dos deputados), constituem manifestações desse ajuste na atualidade. No caso da Reforma Trabalhista, por exemplo, admitir-se-á a possibilidade da realização de acordos entre empregados e empregadores sem a participação dos sindicatos, que será facultativa, minando ainda mais a organização coletiva dos trabalhadores e, por certo, contribuindo para alavancar a precarização das relações de trabalho no país.

Para Alves (2007, p. 253), portanto,

a nova lógica da mundialização do capital significaria não o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na “época de ouro” do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia

neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Na visão de Antunes (1999) o capital no modelo toyotista reduziu a força de trabalho, “qualificando-a”, tornando-a “polivalente”. Ao tematizar a questão ele afirma que enquanto no sistema taylorista/fordista a relação é era de um trabalhador para cada máquina, no modelo toyotista, o trabalhador opera, em média, com até cinco máquinas. Logo, há uma expressiva redução da força de trabalho. Para ele, o capital criou ainda a necessidade de expandir as diferentes formas de trabalhos informais, dos trabalhos terceirizados, dos trabalhos precarizados que estão na franja da empresa, enquanto um núcleo central mínimo, constituído de um grupo mais qualificado, polivalente e multifuncional, é preservado.

Outro aspecto acrescentado por Antunes (1999) é a figura da terceirização, alertando para o fato de que o modelo toyotista atua por meio do sistema de subcontratação de empresas terceirizadas, o que Castells (2011) denomina de a “empresa em rede”. Esse processo tende a precarizar ainda mais as relações de trabalho, o que nos conduz a questionar o incremento da qualificação via desenvolvimento da empregabilidade. Nesses termos, para Antunes (1999), a empregabilidade, é então, no seu entender, uma falácia do capital. Segundo ele,

os empresários dizem: “os trabalhadores estão desempregados porque não são “qualificados”. Aí o trabalhador ou a trabalhadora, que nem louco, se qualificam para depois permanecerem desempregados ou, na melhor das hipóteses, desempregar os que eram anteriormente “qualificados”. E tem um segundo ponto: muitas empresas não precisam de trabalhadores qualificados, mas exigem a qualificação porque tem uma massa imensa de trabalhadores disponíveis. Por exemplo, na pesquisa séria da Lílina Segnini, da Unicamp, ela questiona a “qualificação” que é preciso para o trabalhador ou trabalhadora bancária, para exercitar aquele trabalho que é um trabalho desprovido de dimensão criativa, completamente rotinizado. Mas a exigência (ideológica) da “qualificação” é feita (ANTUNES, 1999, p. 58).

O pensamento epigrafo de Antunes remete, em tempos atuais, à “persistência” da polarização das qualificações apontada por Braverman (1981) incidente no bojo do processo de trabalho próprio do regime de produção (acumulação) fordista/taylorista. Braverman (1981) procurou estudar o processo de qualificação no sistema capitalista no período de apogeu do regime de acumulação (período pós Segunda Guerra) citado. Partindo do pressuposto de que no sistema capitalista a unidade natural do trabalho é quebrada, separando-se a concepção da execução, Braverman (1981) concluiu que, no interior do processo de trabalho no sistema capitalista, há uma tendência inexorável que conduz a desqualificação progressiva do trabalhador, tornando o trabalho degradante.

Em termos mais objetivos a polarização das qualificações, decorrente da modernização tecnológica, produziria no processo de trabalho de base fordista/taylorista dois setores polarizados em termos de qualificação: de um lado, um pequeno setor altamente qualificado (encarregado da gerência) e, de outro, uma enorme massa de pouco qualificados ou semiqualificados (encarregados da realização do simples trabalho). É óbvio que as transformações nas estruturas produtivas e as inovações tecnológicas irão requerer dos trabalhadores novos conhecimentos e habilidades, sobretudo, relacionados com o constante processo de automação. Pensar o contrário seria um contrassenso. Todavia, o fenômeno da persistência polarizada da qualificação no seio da força de trabalho permite afirmar que a exigência de qualificação sem precedentes é um discurso falacioso que não se coaduna com a realidade que teima em contradizê-lo, haja vista o grande número de indivíduos que em tese são bem qualificados - possuem ao menos curso de nível superior - e que amarguram o dissabor do desemprego ou ocupam outras funções diferentes de sua formação. Estes, segundo levantamento realizado pela Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2016, somavam 1,014 milhão de desempregados (MACHADO, 2016) e, em 2017, segundo dados recentemente divulgados pelo IBGE, representam 6,2% no universo de 12,3 milhões de desempregados (IBGE, 2017).

Em que pese esta constatação, a qualificação profissional via desenvolvimento da empregabilidade passou a ser vendida como panaceia para a crise do emprego. Sua outra face, qual seja a de atuar como ardil em favor dos interesses do capital em oposição ao trabalho, é ocultada. Por trás dessa operação ideológica (ocultamento) podemos identificar uma série de lacunas - a ideologia como se sabe sempre apresenta esse caractere (ARANHA, 2001) - que denunciam o que a face redentora da empregabilidade desenvolvida na seção anterior estaria a ocultar.

Mas, o que de fato esconde a face oculta da empregabilidade? Quais são as lacunas que revelam os interesses escusos? Dadas as limitações em que se circunscreve este trabalho, apontamos - sem proceder a uma análise mais apurada - algumas que, vinculadas entre si, consideramos essenciais ao mascaramento do processo de acumulação do capital em tempos de desenvolvimento da chamada empregabilidade: 1) a transferência da responsabilidade do emprego para o plano individual (esforço pessoal), retirando o foco das políticas públicas de emprego e renda; 2) a “captura” da subjetividade do trabalhador que passa a se doar (física e agora intelectualmente) para a organização porque agora não se considera um mero empregado, mas alguém que ostenta a condição de “colaborador”; 3) o enfraquecimento da classe trabalhadora em termos coletivos, colocando em xeque a atuação dos sindicatos que antes conseguiam, ainda que com dificuldades, se opor às ofensivas do capital; 4) a (re)qualificação experimentada no bojo novo processo de trabalho difundida a partir o discurso de que o trabalhador passou a ter uma “visão de conjunto” do processo produtivo não serve diretamente ao trabalhador, ao revés, traduz-se em intensificação

da exploração da sua força de trabalho.

Com base nesses aspectos, na seção que segue, discute-se a visão do sociólogo espanhol Manuel Castells sobre a qualificação dos trabalhadores na sociedade da informação (ou sociedade em rede) e a alternativa por ele indicada para a superação do quadro de desemprego e exclusão social experimentado pelos trabalhadores em decorrência das novas formas de organização do trabalho e da introdução das inovações tecnológicas no interior do processo produtivo, cujas origens remontam ao crepúsculo do século XX.

5 | A VISÃO NÃO PESSIMISTA DE CASTELLS SOBRE O TRABALHO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Embora não se refira à empregabilidade propriamente dita, mas a seu substrato estrutural-organizacional (o toyotismo), Castells (2011) explica que a flexibilidade desejada por este remete à organização empresarial em rede, ampliando a gama de oportunidades para as empresas em relação às estratégias para a mão-de-obra qualificada e não qualificada, nesse ponto, corroborando o posicionamento de Antunes, embora sua compreensão seja a de que passamos por um momento de transição - da era industrial para a era informacional - com implicações diretas na estrutura ocupacional que tende para um perfil profissional informacional aos quais os trabalhadores, inevitavelmente, terão que se adequar nesse momento de transição, sob pena de não conseguirem uma integração ao sistema, pois “em todos os países houve uma tendência para uma percentagem mais alta do emprego em processamento da informação” (CASTELLS, 2011, p. 274).

Isso não significa que Castells considere a “mera adaptação” a via de mão única para a qual não haja saída, consolidando o triunfo do capital sobre o trabalho na era da informação, da sociedade em rede. Para ele, conforme dito, o efeito desfavorável aos trabalhadores (não integração de uma grande parcela da força de trabalho) é imediato, mas ocorre em meio a um período de transição engendrado em um novo perfil exigido em decorrência das novas formas de gestão do trabalho e das inovações tecnológicas introduzidas no processo de trabalho (espírito toyotista). A esse respeito, Castells (2011, p. 266) aduz que “em qualquer processo de transição histórica, uma das expressões de mudança sistêmica mais direta é a transformação da estrutura ocupacional, ou seja, da composição das categorias profissionais e do emprego”. E, acrescenta:

Sob o paradigma informacional, os tipos de emprego mudam em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado. Assim, um novo sistema produtivo requer uma nova força de trabalho e os indivíduos e grupos incapazes de adquirir conhecimentos informacionais poderiam ser excluídos do trabalho ou rebaixados (CASTELLS, 2011, p. 328).

Partindo desse pressuposto, Castells (2011) reconhece as dificuldades de inserção no mercado de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores no atual cenário, o que tem implicado em um elevado número de desempregados em todo o mundo, na flexibilização, precarização e desregulamentação das relações de trabalho, com prejuízos efetivos para a classe de trabalhadores que, embora “qualificada” sob as bases do regime de acumulação fordista/taylorista, passa a agonizar com a exclusão social, porque dita qualificação já não atende mais às exigências do novo padrão de produção assentado nas bases do toyotismo.

Qual a alternativa apresentada por Castells (2011) para a superação desse contexto desfavorável à classe de trabalhadores?

Castells (2011) credita a reversão desse contexto desfavorável aos trabalhadores às organizações e instituições sociais de cada país, pois, segundo ele, “há uma variação histórica de modelos de mercados de trabalho segundo as instituições, a cultura e os ambientes políticos específicos” (CASTELLS, 2011, p. 266). Ou seja, a estruturação dos mercados de trabalho estaria atrelada à regulamentação decorrente da interação entre esses agentes. Assim, caberia a esses agentes uma “redefinição do trabalho e do mercado de trabalho, abrindo caminho para a reestruturação completa da organização social e dos valores culturais” (CASTELLS, 2011, p. 320), pois “a tecnologia da informação em si não causa o desemprego” (CASTELLS, 2011, p. 328), mas a adoção de políticas e estratégias específicas baseadas no pano de fundo cultural, social e político de cada país.

No entanto, Castells (2011) reconhece que “se a concorrência global for irrestrita e o “método de regulamentação” das relações capital/trabalho não for modificado” (CASTELLS, 2011, p. 328, aspas do autor) o desemprego reinante constitui uma efetiva ameaça que levará a “evolução do sistema para uma flexibilidade generalizada multifacetada em relação a trabalhadores e condições de trabalho, tanto para trabalhadores especializadíssimos quanto para os sem especialização” (CASTELLS, 2011, p. 345) promovendo a polarização social ou dualidade social estrutural consistente no crescimento das extremidades da estrutura ocupacional e encolhimento no meio “em ritmo e proporção que dependem da posição de cada país na divisão do trabalho e de seu clima político” (CASTELLS, 2011, p. 351).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações pelas quais a relação capital/trabalho vem passando no mundo globalizado, também considerado como uma nova sociedade, a “sociedade em rede” ou “sociedade da informação”, tem promovido um intenso e controvertido debate entre aqueles que pretendem descrever e explicar tais transformações no mundo do trabalho e suas implicações sociais.

No bojo desse debate nos propusemos a refletir sobre trabalho e qualificação

em face da reestruturação do capital que atualmente se manifesta por meio do regime toyotista de produção caracterizado, sobretudo, pelo sistema de redução da força de trabalho, materializado no modelo de empresa “enxuta”, que requer um novo perfil profissional, exigindo do trabalhador uma constante qualificação no sentido de torná-lo multifuncional e polivalente, capaz portanto, de atuar em um mercado de trabalho cada vez mais informacional e dinâmico, o que remete ao conceito de empregabilidade.

Fala-se, então, em empregabilidade, ora numa perspectiva otimista, ora pessimista, resultando em extremos que se excluem. Em um extremo, tem-se que o desenvolvimento da empregabilidade seria o caminho para dar uma resposta a tais exigências resultantes da reestruturação do capital, minimizando o desemprego estrutural que marca o mundo do trabalho na contemporaneidade. No outro, repudia-se o conceito, sob a alegação de que se trata de um recurso ideológico resultante do capital na sua versão toyotizada e que, portanto, traduz-se em mera falácia a serviço do capital.

Pensamos que tais posições isoladamente não podem dar conta de explicar o que vem acontecendo no mundo do trabalho, pouco contribuindo, em termos pragmáticos, para a superação da principal contradição que permeia a problemática: o fato de que ao passo que vivenciamos um grande avanço tecnológico, o que poderia dar margem a uma maior integração social, vivemos o caos do desemprego, redundando em uma grande massa de excluídos do processo produtivo e de consumo.

Nessa ordem de ideias, pensar a questão sem reducionismos, pode representar um salto positivo para compreender o problema, pois se de um lado é verdade que o desemprego estrutural vivenciando nos últimos tempos é resultado do processo de reestruturação do capital, alimentado pelo uso de novas tecnologias, não se pode olvidar que estas também podem ser exploradas naquilo que apresentam de positivo, como a eliminação de funções rotineiras, repetitivas e degradantes que pautaram o modelo de organização fordista.

Outra dimensão positiva das novas tecnologias que se coaduna com a empregabilidade é a realização de um trabalho polivalente, multifuncional que leve em consideração a interação entre homem e máquina via trabalho informático, já que esta é uma tendência comum na estrutura ocupacional das principais economias do mundo (países que integram o G7), com possibilidade de expansão para as demais regiões do globo.

É verdade que muitos postos de trabalho estão desaparecendo, padecem da precarização, mas outros também estão surgindo. É preciso pensar o momento como lembra Castells (2011): um momento de transição de uma era industrial para uma era informacional, revelando um quadro de expectativas positivas em relação às organizações e as instituições sociais, que se encarregarão da missão de reverter as condições desfavoráveis à grande parte dos trabalhadores.

Pensamos ser para o momento a melhor alternativa em termos de explicação e análise da conjuntura estabelecida, pois ao passo que não desconsidera a deterioração

das condições de trabalho atuais, impulsionadas pelas novas tecnologias, aposta no potencial dos agentes sociais em reverter esse quadro, procurando suas próprias respostas no âmago da interação entre instituições, cultura e política específicas, ponto de partida capaz de revelar a evolução de cada modelo de mercado de trabalho no seio de cada sociedade, apontando direções que indiquem opções mais justas na distribuição dos bens oriundos da atividade sócio produtiva denominada trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaios de Sociologia do Trabalho. – 2. ed. – Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo**: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 1999, 2(1), p. 55-72.

_____. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. – São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

BARROS, Daniel. **O que o mercado quer?** Profissionais com Poder de Adaptação. Exame.com, 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/a-cara-do-novo-emprego/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

BOCCHINI, Bruno. **Brasil estuda incentivar vinda de jovens estrangeiros qualificados para trabalhar no país**. Agência Brasil, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-22/brasil-estuda-incentivar-vinda-de-jovens-estrangeiros-qualificados-para-trabalhar-no-pais>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

BUENO, J. H. **Autodesenvolvimento para a empregabilidade**. São Paulo: LTr, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARVALHO, Pedro Carlos de. **Empregabilidade**. 5. ed. – Campinas: Editora Alínea, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol 1. 8. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DAMASCENO, Alexander. **Qualificação de Mão de Obra Brasileira, uma Nova Urgência** (2013). Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2419>> Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R. (Org.). **Produtividade no Brasil**: desempenho e determinantes. Brasília, DF: IPEA. V1., 2014.

ÉPOCA NEGÓCIOS ON LINE. **Demanda por mão de obra especializada ainda é mais alta do que oferta no Brasil**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/10/demanda-por-mao-de-obra-especializada-ainda-e-mais-alta-do-que-oferta-no-brasil.html>>. Acesso em: 08 de março de 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. –

16. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada (PNAD)/outubro a dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 de março de 2017.

MACHADO, Elisabete. **Desemprego castiga os profissionais mais qualificados** (2016). Disponível em: <https://hintigo.com.br/desemprego-castiga-os-profissionais-mais-qualificados/> Acesso em: 08 de março de 2018.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política (vol. 1). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, Nielmar de. **Falta de mão de obra qualificada é um dos principais obstáculos à inovação na indústria**. Agência Brasil, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-05/falta-de-mao-de-obra-qualificada-e-um-dos-principais-obstaculos-inovacao-na-industria>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

POCHMANN, Márcio. **Política de Ajuste Econômico e Desemprego no Brasil Metropolitano nos Últimos 35 anos**. In: Mercado de Trabalho: Qualificação, Emprego e Políticas Sociais. MACAMBIRA, Júnior; ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; LIMA, Roberto Alves de; (organizadores). – Fortaleza: IDT, 2016.

RICHARD, Ivan. **Falta de mão de obra qualificada afeta 65% das empresas, diz CNI**. Agência Brasil, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-28/falta-de-mao-de-obra-qualificada-afeta-65-das-empresas-diz-cni>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

SOUZA, Beatriz. **Os Efeitos para a Indústria da pouca mão de obra qualificada**. Exame. Com, 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/os-piores-efeitos-da-falta-de-mao-de-obra-qualificada/>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

